

**Universidade Católica Portuguesa**

**Instituto de Estudos Políticos**

Relações Internacionais

Ano Lectivo 2012/2013

**Tese de Mestrado**

**O Consenso de Beijing em África: um modelo para Angola?**



**Aluno:** Luís Filipe Amaral da Silva Pestana

**Número do aluno:** 100510007

**Orientadora de Tese:** Prof<sup>ª</sup>. Raquel Vaz – Pinto

**Nº de palavras:** aprox. 60 000

## Índice

Abstract/Resumo.....	4
Agradecimentos.....	5
Lista de siglas.....	7
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b><u>Capítulo I: Consenso de Washington vs. Consenso de Beijing.....</u></b>	<b>15</b>
1.1. A ascensão do consenso de Washington.....	15
1.2. Causas da rejeição do modelo ocidental.....	24
1.3. O consenso de Beijing: o que é e como funciona?.....	34
1.4. O modelo chinês no plano internacional.....	46
1.5. Ascensão Pacífica e Desenvolvimento Pacífico.....	58
1.6. Consenso de Beijing: um caso de sucesso?.....	71
<b><u>Capítulo II: A sociedade harmoniosa e a experiência política chinesa.....</u></b>	<b>80</b>
2.1. A gênese da Sociedade Harmoniosa.....	80
2.2. Hu Jintao: a sociedade harmoniosa <i>de facto</i> ?.....	90
2.3. Nova Direita vs. Nova Esquerda.....	93
<b><u>Capítulo III: A China em África – um resumo histórico.....</u></b>	<b>98</b>
3.1. A política africana no período pós – colonial.....	98

3.2. As relações sino – africanas: uma introdução.....	112
3.2.1. 1949 – 1978: o período ideológico.....	114
3.2.2. 1978 – 1989: o pragmatismo chinês.....	120
3.2.3. 1990 em diante: <i>Going global</i> .....	128
3.3. Fórum de Cooperação China – África (FOCAC).....	134
<b><u>Capítulo IV: Efeitos da presença chinesa em África.....</u></b>	<b>139</b>
4.1. Impacto nos direitos humanos em África.....	139
4.2. Consequências para o desenvolvimento.....	156
<b><u>Capítulo V: Evolução das relações sino – angolanas.....</u></b>	<b>168</b>
5.1. Os movimentos de libertação angolanos e a “corrida pela supremacia”...	168
5.2. Relações sino – angolanas e evolução política de Angola.....	177
5.2.1. Dos anos 50 até 1983: do envolvimento no conflito angolano às relações diplomáticas MPLA – PCC.....	177
5.2.2. De 1983 até 2002: a Guerra Civil e a estagnação das relações sino – angolanas.....	185
5.2.3. De 2002 até 2012: o auge das relações sino – angolanas.....	197
5.3. O consenso de Beijing: um modelo para Angola?.....	214
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>224</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>229</b>

## Abstract/Resumo

Esta tese centra – se no papel da República Popular da China em África, usando o *case study* de Angola como exemplo do seu pragmatismo nas relações sino – africanas. A ascensão do consenso de Beijing é muitas vezes interpretada como consequência do recuo do Ocidente no continente. Não obstante o enfraquecimento ocidental em África e a China ser vista como uma ajuda preciosa para os países africanos, o debate académico apresenta perspectivas divergentes: uns vêem na intervenção chinesa uma fonte de dinheiro crucial para o desenvolvimento dos países africanos; outros consideram que apenas depaupera o continente dos seus recursos naturais e serve para alimentar sistemas neopatrimoniais e redes clientelistas de regimes autocráticos. Este estudo demonstra que não só estamos perante uma situação em que os chineses zelam pelos seus interesses de modo pragmático, mas também que muitos dos problemas africanos atribuídos à intervenção da China decorrem de algumas ineficiências dos Estados africanos.

O caso de Angola está assente na troca de petróleo pelos empréstimos chineses, que por sua vez são canalizados para a construção de infra – estruturas. Este método, chamado *Angola mode*, tem sido muitas vezes usado para sustentar a rede clientelista em torno do presidente José Eduardo dos Santos. Porém, as relações sino – angolanas só evoluíram de modo decisivo depois do fim da guerra civil angolana em 2002, que abriu portas à estabilidade necessária para que o país se desenvolvesse. Numa altura em que Angola procura diversificar as suas fontes de investimento, esta dissertação prova que qualquer tentativa de adoptar o consenso de Beijing enquanto modelo de desenvolvimento, não será de fácil aplicação pois foi um sistema criado à medida das especificidades chinesas.

## Agradecimentos

A elaboração desta tese de Mestrado teve o contributo de várias pessoas a quem gostaria de agradecer pelo seu apoio.

O primeiro agradecimento é dirigido ao Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa, na figura do seu director prof. Doutor João Carlos Espada, pela oportunidade que me foi concedida de desenvolver a minha tese nesta instituição. Os professores, os colegas, os funcionários, todos contribuíram para que esta dissertação chegasse a bom – porto.

Ao prof. Paulo Almeida Sande, por ter sido o primeiro docente a exprimir, abertamente, o que pensava sobre mim, aquando da atribuição da nota final da cadeira de Construção Europeia: “Vou – lhe atribuir esta nota, porque acho que tem potencial.”, foram as suas palavras na ocasião. Ainda que o prof. em causa possa não se recordar deste acontecimento, a verdade é que alterei a minha postura e desde então, tornei – me numa pessoa mais dedicada ao meu trabalho e a acreditar mais nas minhas capacidades.

Ao prof. Miguel Monjardino, por ter inculcido em mim o gosto pela estratégia. Tanto nas suas aulas, como fora das mesmas, passei a tomar mais atenção aos grandes e aos pequenos pormenores que movem as relações internacionais. Além disso, as suas opiniões em relação à minha dissertação foram fundamentais para a realização da mesma.

À prof<sup>a</sup>. Elisabete Azevedo – Harman, por ter avivado a minha vontade de aprender mais sobre política na África Sub – Sahariana, pela sua ajuda enquanto tutora, numa altura em que ainda estava longe de dar início à minha tese, e pelo apoio demonstrado quando me preparava para entregar o meu projecto.

À prof<sup>ª</sup>. Raquel Vaz – Pinto vai um agradecimento especial. Para além de minha orientadora, contribuiu imenso para o aumento dos meus conhecimentos sobre a China, não só no plano político, mas também no plano da sua cultura milenar. Os seus níveis de exigência permitiram que eu superasse os meus limites incontáveis vezes, mesmo nas alturas mais difíceis. As suas palavras e os seus incentivos levaram – me mais longe do que alguma vez pude imaginar.

Aos meus amigos que, apesar de não serem muitos, não irei destacar nenhum em particular. São aqueles que sempre me apoiaram, que nunca questionaram as minhas decisões, tanto nos estudos, como na vida, que aceitaram a minha maneira de ser e que me auxiliaram nos momentos em que mais precisei. Muito obrigado a estes que são os meus verdadeiros amigos e que sabem que o são.

Finalmente, não poderia deixar de parte os meus familiares: ao tio Quim e à sua família, um precioso suporte para que eu continuasse os meus estudos superiores; à minha irmã adoptiva, Paula, que me aturou nos meus momentos de desespero, mas que nunca me abandonou e manteve uma confiança incontestável no meu sucesso; à minha tia – avó Emília que, apesar dos seus 97, sempre demonstrou o seu apoio e carinho para comigo; e aos meus pais, José António e Maria Otilia, pelas grandes lições de vida que me transmitiram, de que nunca se deve desistir, de que o sacrifício e a dedicação levam – nos até aos nossos objectivos e que o futuro deve ser encarado com optimismo, mesmo nas alturas de maiores dificuldades.

## **Lista de siglas**

AIEA: Agência Internacional de Energia Atômica

AGOA: Acto para o Crescimento e Oportunidades para África

AMF: Acordo Multifibras

ANIP: Agência Nacional de Investimento Privado

APEC: Cooperação Económica da Ásia e do Pacífico

BAP: Plano de Acção de Beijing

BANDES: *Banco de Desarrollo Económico y Social de Venezuela*

BM: Banco Mundial

CAD: Comité de Ajuda ao Desenvolvimento

CDH: Conselho das Nações Unidas para os Direitos Humanos

CIA: *Central Intelligence Agency*

CIF: *China International Ltd.*

CDB: *China Developmnt Bank*

COMECON: Conselho para a Assistência Económica Mútua;

COMESA: Mercado Comum da África Oriental e Austral

Chinaoil: *China National United Oil Corporation*

CNOOC: *China National Offshore Oil Corporation*

CNPC: *China National Petroleum Corp*

CPLP: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CSIH: *China Sonangol International Holding Ltd*

DUDH: Declaração Universal dos Direitos Humanos

EPL: Exército Popular de Libertação

EUA: Estados Unidos da América

*Eximbank: Import – Export Bank*

FAPLA: Forças Armadas Populares de Libertação de Angola

FARC: *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia*

FLEC: Frente de Libertação do Enclave de Cabinda

FNLA: Frente Nacional para a Libertação de Angola

FMI: Fundo Monetário Internacional

FOCAC: Fórum de Cooperação China – África;

FRELIMO: Frente de Libertação de Moçambique

GRAE: Governo Revolucionário de Angola no Exílio

GRN: Gabinete de Reconstrução Nacional

HRW: *Human Rights Watch*

IED: investimento estrangeiro directo

KMT: *Kuomintang*

LIBOR: *London Interbank Offered Rate*

MPLA: Movimento Popular de Libertação de Angola

MOFCOM: Ministério do Comércio Chinês

NEPAD: Nova Parceria para o Desenvolvimento de África

ONG: organizações não – governamentais

ONU: Organização das Nações Unidas

OUA: Organização da Unidade Africana

NATO: Organização do Tratado do Atlântico Norte

NCMS: *New Cooperative Medical Scheme*

OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODA: assistência oficial ao desenvolvimento

OEIL: ordem económica internacional liberal

OMC: Organização Mundial do Comércio

OOF: outros fluxos oficiais

OPEP: Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PCC: Partido Comunista Chinês

PDVSA: *Petroleos de Venezuela SA*

RCN: relações comerciais normais

RDC: República Democrática do Congo

RPC: República Popular da China

SADF: *South African Defense Force*

SAP: *structural adjustment programs*

SEF: Programa de Saneamento Económico e Financeiro

SINOPEC: *China National Petroleum Corporation*

SOE: *state – owned enterprises*

SONANGOL: Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola

SSI: *SONANGOL – SINOPEC International*

SWAPO: *South West People's Organization*

TVE: *township and village enterprises*

UA: União Africana

UE: União Europeia

UNIPEC: *China International United Petroleum & Chemicals*

UNITA: União para a Independência Total de Angola

UPA: União das Populações de Angola

UPNA: União das Populações do Norte de Angola

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USIA: *United States Information Agency*

ZEE: Zonas Económicas Exclusivas

ZANU – PF: *Zimbabwe African National Union – Patriotic Front*

## **Introdução**

A ascensão chinesa internacionalmente é vista como inegável e tem efeitos profundos no modo como afecta a evolução de muitos dos países em desenvolvimento. Nos últimos 50 anos, a República Popular da China (RPC) tem vindo a intervir com especial incidência em África, sendo uma importante fonte de assistência externa para alguns dos Estados mais pobres do mundo. Em grande medida, a ajuda chinesa prestada a estas nações tem em vista a própria sobrevivência do modelo de desenvolvimento chinês, que cada vez mais necessita de matérias – primas, como o petróleo, para manter o seu tecido industrial em movimento.

Nos últimos 10 anos, o seu papel em África cresceu exponencialmente, ao mesmo tempo que os líderes africanos demonstram pouco interesse em envolverem – se com as instituições de Bretton Woods, que impõe um vasto leque de regras assentes no controlo fiscal e nas reformas económicas. Como tal, a RPC é vista pelos governantes autocráticos e democráticos de África como uma via simples de obter crédito sem contrapartidas e que tem efeitos imediatos em áreas como a construção de infra – estruturas. Contudo, o próprio impacto da China em solo africano é criticado, pela falta de condicionalismos na concessão de empréstimos que ajudam à manutenção de Estados autoritários, pela destruição de indústrias locais (como no caso dos têxteis), pela não utilização da mão – de – obra africana e elevado número de trabalhadores chineses e pela atitude permissiva perante violações dos direitos humanos.

Mas, como é que a China conseguiu esta influência no continente africano? Porque é que o Ocidente e as suas instituições financeiras não são muitas vezes bem aceites? O capítulo 1 irá explorar estas questões, analisando a ascensão e queda do consenso de Washington, aquele que é visto como o modelo de desenvolvimento

ocidental defendido pelo Banco Mundial (BM) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para os países em desenvolvimento. No seu lugar, surgiu o consenso de Beijing, o modelo de progresso chinês que lançou as bases para o crescimento económico da RPC e que muitos chefes – de – Estado africanos esperam replicar nos seus países. A sua influência no estrangeiro terá que ser inserida no quadro dos termos Ascensão Pacífica e Paz e Desenvolvimento, que promovem uma postura de não – interferência nos assuntos internos dos outros Estados e que prometem uma China sem intenções belicosas. Contudo, o consenso de Beijing não se trata de um modelo infalível, e no final do capítulo verificaremos como a sua aplicação na China está longe de ser perfeita.

O capítulo 2 irá centrar – se na concepção de Hu Jintao daquilo que é a Sociedade Harmoniosa chinesa, e que teve por base as Três Representantes de Jiang Zemin. Posteriormente, torna – se importante reflectir se a Sociedade Harmoniosa existe na realidade e quais as suas ramificações na política externa chinesa. Por fim, o debate entre a Nova Direita e a Nova Esquerda na China questiona qual o rumo a seguir no futuro: ser ou não mais assertivo no plano externo, apoiar o mercado livre ou ter uma postura mais social para com os seus cidadãos. Este debate irá marcar a administração Xi – Li, do mesmo modo que esteve presente durante os anos da administração Hu – Wen.

No capítulo 3, procurarei expor como é que se iniciou a intervenção chinesa em África, desde os primeiros contactos no século XV até aos nossos dias, com especial incidência no período a partir da criação da RPC em 1949. Desde então, a intervenção chinesa evoluiu de um carácter ideológico para uma postura cada vez mais pragmática e assente nos interesses estratégicos chineses. Neste sentido, um olhar sucinto sobre o papel do Fórum de Cooperação China – África (FOCAC) permite expor os objectivos chineses para África no seu todo. Contudo, abrirei este capítulo com uma análise da

realidade política africana no período pós – colonial, focando elementos como o neopatrimonialismo, de modo a compreender melhor os reptos enfrentados por Beijing em África

O capítulo 4 versará sobre o impacto que a RPC tem no campo dos direitos humanos e do desenvolvimento em África, aferindo se Beijing está ou não a contribuir para a melhoria da qualidade de vida no continente. Neste sentido, será possível determinar se a China deve ser responsabilizada pelos problemas nestas áreas em África ou se a culpa deve ser repartida pelos governos africanos.

Por fim, o capítulo 5 irá abordar o *case study* escolhido para esta dissertação: as relações sino – angolanas. Num período histórico que se estende desde os anos 50 até 2012, pretende – se demonstrar a evolução dos principais movimentos de libertação angolanos e como a RPC moldou a sua postura ao longo de 27 anos de guerra civil. Com a paz em 2002, a China interveio sob a forma da construção de infra – estruturas, recebendo em troca petróleo angolano. Porém, nem tudo corre bem nas relações sino – angolanas, e como se verificará, questões como o excessivo número de trabalhadores chineses envolvidos nos projectos ou desvio de fundos destinados à reconstrução angolana, acabaram por dificultar o bom entendimento entre os dois Estados. Finalmente, irei procurar saber se o consenso de Beijing pode ser aplicado a Angola, através de uma emulação do modelo de desenvolvimento chinês. Esta será uma das questões de fundo das relações sino – angolanas nos próximos anos.

## **Capítulo I: Consenso de Washington vs. Consenso de Beijing**

### **1.1. A ascensão do consenso de Washington**

Em certo sentido, a ascensão do consenso de Washington teve a sua génese nos anos 70, um período marcado por uma profunda recessão global. Em 1973, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) determinou um corte no fornecimento de petróleo, além de ter decretado um embargo à exportação do mesmo para o Ocidente como retaliação pelo apoio americano a Israel na Guerra do Yom Kippur. Nesta conjuntura, as ideias e conceitos defendidos por John Maynard Keynes sofreram um rude golpe: o aumento simultâneo do desemprego e da inflação significaria, segundo o keynesianismo, que os gastos do Estado deveriam aumentar para solucionar o primeiro problema, mas que deveriam ser reduzidos para combater o aumento dos preços provocados pela inflação (Halper 2010, p.52).

Tendo em vista substituir as teorias keynesianas que não tinham respondido positivamente à nova conjuntura mundial, Milton Friedman propôs uma nova linha de pensamento. Friedman considerava que a injeção de dinheiro nos mercados por parte do Estado tinha efeitos imediatos (como a criação de emprego), mas temporários. Segundo as teorias deste movimento, denominado *monetary economics*, à medida que as pessoas gastavam mais dinheiro, os produtores passariam a aumentar os preços, prevendo o crescimento da procura agregada. Como consequência imediata, o governo de um Estado gastaria mais dinheiro, tendo em vista o aumento dos salários e do preço da procura, gerando um círculo vicioso de contínuos gastos estatais e de subida da inflação (Halper 2010, p.53).

A resposta de Friedman à crise passava pela não – intervenção do Estado no mercado, deixando – o funcionar livremente consoante as flutuações da procura e da

oferta. Assim, expressões como “desregulação”, “liberalização” e “privatização” passaram a ocupar o espaço deixado pelo controlo estatal e pelos gastos públicos (Halper 2010, p.54). Em certo sentido, tal como Halper (2010) explicita, tratava – se de abandonar a “helping hand” do Estado e adoptar a “invisible hand” do mercado, tal como Adam Smith a tinha idealizado em 1776. Nesse ano, Smith tinha afirmado que a busca pelo ganho pessoal numa economia de mercado era mais benéfica para as necessidades da sociedade no seu todo, do que se existisse uma organização central criada para o efeito. Esta sociedade de indivíduos que tomam decisões racionais na procura do seu bem – estar pessoal, gera uma economia em crescimento, guiada por esta “mão invisível” (Halper 2010, p.55).

Tal como Smith, Friedman tinha compreendido que, para que este sistema pudesse funcionar em pleno, apenas uma sociedade livre marcada pela busca da liberdade individual serviria este propósito. Num contexto de sabedoria política, o individuo é, portanto, livre para viver, comprar e produzir de acordo com os seus desejos pessoais (Halper 2012, p.55).

Foi neste clima, que a filosofia económica do novo conservadorismo ganhou forma e culminou nas eleições de Ronald Reagan e de Margaret Thatcher (ambas no final dos anos 70) nos Estados Unidos da América (EUA) e no Reino Unido, respectivamente. Esta expressão passou a ser um modelo a seguir pelo Ocidente, um sinónimo de democracia capitalista, assente na dupla premissa do livre mercado e do pluralismo democrático, como a melhor forma de organizar a sociedade. Irremediavelmente, o debate político gerado em Washington acabou por se estender ao FMI e ao BM, que tinham adquirido um estatuto de relevo durante o período recessivo dos anos 70, em que muitos países em desenvolvimento se encontravam dependentes de uma possível ajuda financeira destas organizações. Assim, tanto o FMI, como o BM,

passaram a impor a cada Estado o cumprimento de certos pré – requisitos (*structural adjustment programs* ou SAP) para que recebessem a ajuda tão necessária ao seu desenvolvimento (Halper 2010, pp.56 e 57).

Perante esta conjuntura, John Williamson cunhou a expressão Consenso de Washington, no ano de 1989, podendo ser considerada o resultado de todo o processo de liberalização económica e consequente aplicação política evidenciada na década anterior (Halper 2010, p.57). A preocupação de Williamson era expor quais os dez instrumentos através dos quais Washington poderia atingir um certo nível de consenso junto dos seus parceiros económicos em dificuldades financeiras (Williamson 1990, p.5)<sup>1</sup>. Estes dez pontos eram, tal como Stefan Halper (2010) os resumiu, os seguintes: imposição de disciplina fiscal; reforma fiscal; liberalização das taxas de juro; aumento dos gastos na saúde e na educação; assegurar os direitos de propriedade; privatização de empresas estatais; desregulação dos mercados; adopção de taxas de câmbio competitivas; eliminação de barreiras comerciais; e remoção de barreiras ao investimento externo (Halper 2010, p.57). No entanto, Williamson esclarece que estas directrizes:

“(…) lidam com instrumentos políticos, e não com objectivos ou desenlaces. São instrumentos de política económica que eu considero que «Washington» os veja como sendo importantes, para além de que existe algum consenso em torno dos mesmos.” (Williamson 1990, p.5)<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Neste caso, Williamson centrou – se na crise da dívida da América Latina dos anos 80, considerando que estes dez pontos eram, de um modo geral, bem aceites em Washigton e aplicáveis a quase toda a América Latina (Williamson 2004, p.1);

<sup>2</sup> “(…) deal with policy instruments rather than objectives or outcomes. They are economic policy instruments that I perceive «Washington» to think important, as well as on which some consensus exists.” (Williamson 1990, p.5).

Na verdade, o consenso de Washington acabou por sofrer algumas mutações com o fim da Guerra Fria. Segundo Charles Gore (2000), as normas que definiram a prática correcta para atingir os patamares de desenvolvimento desejados eram as normas da ordem económica internacional liberal (OEIL), que englobavam, tal como foi referido anteriormente, o compromisso político para com os mercados, protecção da propriedade privada e incentivos individuais, assim como um papel mais reduzido do Estado. Porém, estas normas não podem ser interpretadas de uma forma rígida, mas sim consoante a própria LIEO. Se no início dos anos 80, por exemplo, o liberalismo económico era fortemente advogado, com a chegada dos anos 90, apesar da defesa constante do comércio externo e dos movimentos de capitais, houve o reconhecimento de que perante falhas do mercado, o Estado deveria intervir para as solucionar (Gore 2000, pp.792 e 793).

Apesar de toda a base económica que caracteriza o Consenso de Washington, é fundamental destacar que é um conceito que, com o fim da Guerra Fria, adquiriu cada vez mais uma conotação política, diplomática e cultural associada aos EUA. De facto, após a queda do muro de Berlim, o *soft power* americano parecia completamente incontestável, aliado ao triunfo da democracia e do mercado livre capitalista em que as recém – criadas democracias esperavam que os Estados Unidos lhes dessem o exemplo de como desenvolver os seus novos sistemas políticos (Kurlantzick 2007, p.177).

A definição de *soft power*, no contexto desta análise, é importante para compreender melhor as valências dos americanos no pós – queda do muro de Berlim. Joseph S. Nye Jr. (2004) avança, numa primeira instância, com uma definição de poder, para posteriormente dividir entre *hard* e *soft power*:

“(…) o poder é a capacidade de influenciar o comportamento dos outros para atingir os seus próprios objectivos. Mas, há varias maneiras de afectar o comportamento dos outros. Podem – se coagi – los com ameaças; induzi – los com pagamentos; ou atraí – los e coopta – los a quererem o que nós queremos.” (Nye Jr. 2004, p.2)<sup>3</sup>

De um modo geral, as pessoas encontram – se mais familiarizadas com o conceito *hard power*, ou seja, o uso das capacidades económicas ou militares para influenciar os outros (Nye Jr. 2004, p.5). Nesse sentido, o *hard power* pode assentar, segundo Nye Jr. (2002), em estímulos (“cenouras”) ou ameaças (“bastões”) (Nye Jr. 2002, p.72). Contudo, é possível à nação em causa conseguir atingir os seus objectivos propostos sem estímulos ou ameaças. Neste caso:

“Um país pode obter os fins que pretende na política mundial porque outros países – que admiram os seus valores, emulam o seu exemplo, aspiram ao seu nível de prosperidade e abertura – querem segui – lo.” (Nye Jr. 2004, p.5)<sup>4</sup>

Neste sentido, a nação que pretende atrair para a sua esfera de influência outros países, deve ter uma agenda política nesse sentido, não devendo usar excessivamente ameaças militares ou sanções económicas para mudar a vontade de outrem. Assim, o *soft power* co – opta os outros e não os ameaça. Contudo, *soft power* não deverá ser confundido com influência, visto que esta pode ser exercida por meio de ameaças ou de estímulos, característicos do *hard power*. O *soft power* é mais do que a capacidade de persuadir o indivíduo a seguir – nos, podendo ser visto como o poder de atrair que

---

<sup>3</sup> “(...) power is the ability to influence the behavior of others. You can coerce them with threats; you can induce them with payments; or you can attract and co – opt them to want what you want.” (Nye Jr. 2004, p.2);

<sup>4</sup> “A country may obtain the outcomes it wants in world politics because other countries – admiring its values, emulating its example, aspiring to its level of prosperity and openness – want to follow it.” (Nye Jr. 2004, p.5).

conduz ao consentimento da outra parte (Nye Jr, 2004, pp. 5 e 6). Nye Jr. (2004) resume este ponto:

“Se eu for persuadido a seguir os seus propósitos sem que ocorra qualquer ameaça ou troca explícita – por outras palavras, se o meu comportamento é determinado por uma atracção observável mas intangível – o *soft power* está em acção.” (Nye Jr. 2004, p.7)<sup>5</sup>

É impossível desassociar *hard power* de *soft power*, na medida em que um indivíduo procura influenciar o comportamento do outro para ir de encontro com os seus objectivos. O poder de comando, que engloba a capacidade de alterar o que os outros fazem, é assente na coacção e nos estímulos (que integram o *hard power*). O poder co – optativo, que é a capacidade de formar o que os outros querem, pode ser inserido na atractividade da cultura e dos valores de um país ou na aptidão de manipular a agenda de escolhas políticas de tal forma que faz com que outros não consigam expressar algumas das suas preferências porque parecem ser irrealistas (algo que emana do *soft power*) (Nye Jr. 2004, p.7).

Por último, é preciso não esquecer quais são as fontes do *soft power*. A primeira dessas fontes é a cultura, ou seja, os valores e práticas que dão significado a uma sociedade, que vão desde a literatura, a arte e educação até ao entretenimento em massa. No caso dos Estados Unidos, o facto de ser uma nação que possui uma cultura assente em valores universais, faz com que tenha mais hipóteses de atingir os seus objectivos, como resultado das relações de atracção e dever que cria. Além disso, a sua cultura

---

<sup>5</sup> “If I am persuaded to go along with your purposes without any explicit threat or exchange taking place – in short, if my behavior is determined by an observable but intangible attraction – soft power is at work.” (Nye Jr. 2004, p.7).

popular americana atrai os outros, sendo que o estilo de vida americano é considerado apelativo pelo autor (Nye Jr. 2004, pp. 11 e 12).

A cultura é muitas vezes transmitida através de contactos pessoais, visitas e intercâmbios. Como tal, a educação tem um importante papel a desempenhar neste processo. Nos Estados Unidos, por exemplo, mais de meio milhão de estudantes universitários estrangeiros regressam aos seus países, levando consigo os ideais e os valores americanos. No diz respeito aos líderes chineses, muitos dos seus filhos estudam em universidades americanas, acabando estes por descrever com maior veracidade a realidade americana do que aquilo que a propaganda do Partido Comunista Chinês (PCC) transmite (Nye Jr. 2004, p.13).

A segunda fonte de *soft power* que identificamos são os valores políticos da nação. Por exemplo, a política de segregação racial americana dos anos 50, enfraqueceu o *soft power* de Washington em África. No caso da política externa, os argentinos viam com bons olhos os EUA no início dos 90, graças às políticas em torno da defesa dos direitos humanos da administração Carter na década de 70, levando mesmo os sucessivos governos de Buenos Aires a apoiar as posições de Washington nas Nações Unidas e nos Balcãs. Não obstante, o contexto alterou – se quando os americanos não conseguiram ajudar a Argentina a recuperar da crise económica do final da década de 90 (Nye Jr. 2004, pp. 13 e 14).

A última fonte de *soft power* que o autor destaca são as suas políticas externas quando são vistas como legítimas e tendo uma base moral (Nye Jr. 2004, p.11). Neste sentido, a guerra do Iraque iniciada em 2003 não foi apoiada pela sociedade internacional no geral, o que enfraqueceu o *soft power* americano (Nye Jr. 2004, p.14).

Ainda que um governo possa controlar a maioria dos elementos do *hard power* (como as forças militares ou os minerais e reservas de petróleo presentes no seu solo), no caso do *soft power* este pode estar separado da própria acção governamental. Ainda citando o caso americano, a sua cultura popular pode condicionar o modo como Washington lida com um Estado. Nos filmes de Hollywood, por exemplo, que retratam mulheres com comportamentos libertinos ou fundamentalistas cristãos que atacam o Islão, acusando – o de ser uma religião maléfica, são algo que fica fora do controlo governamental numa sociedade liberal, mas que podem prejudicar as hipóteses de os americanos terem melhores relações com nações islâmicas (Nye Jr. 2004, pp.14 e 15).

Assim, o colapso soviético elevou o estatuto dos EUA a um patamar que nenhum dos seus rivais da época conseguiriam atingir. A União Soviética (URSS) procurava adaptar – se ao seu desmembramento, num altura em que assistia à entrada dos valores democráticos e capitalistas no seu território. Por seu turno, a China ainda não tinha o poder que hoje detém, especialmente logo após o massacre da praça de Tiananmen em que se transformou num Estado pária. A União Europeia (UE) tinha dificuldades em incorporar no seu sistema político – económico os novos Estados independentes da Europa de Leste, e o Japão, apesar do seu poderio económico, pouco impacto causava no mundo ao nível cultural (Kurlantzick 2007, p.177). Em suma, nem os tradicionais aliados dos Estados Unidos conseguiam acompanhar o ritmo que Washington impunha.

Tal poder e influência estendeu – se às áreas económica e cultural: as empresas americanas dominavam por completo as novas tecnologias de informação e os negócios americanos encontravam – se na vanguarda da revolução da Internet e do processo de integração internacional hoje conhecido como globalização. Pelo mundo fora, a música, o cinema e a televisão americanas eram acompanhadas atentamente, ao mesmo tempo

que a língua inglesa se tornou na língua franca do mundo dos negócios. Além disso, empresas estrangeiras começaram a adotar os modelos de gestão americanos e outras práticas empresariais (Kurlantzick 2007, pp.177 e 178).

Segundo Halper (2010), alguns analistas consideram que o papel dos EUA e da liderança do ocidente trouxe diversos efeitos positivos ao mundo, citando os exemplos dados por Fareed Zakaria e Clyde Prestowitz. Para Zakaria, a evolução dos mercados globais e do comércio livre sob a égide americana trouxeram grande sucesso nas últimas duas décadas. No caso da hiperinflação vivida em países como o Brasil, a Indonésia e a Turquia, as duras medidas fiscais criadas pelas instituições ocidentais ajudaram a equilibrar este índice. De igual importância, o número de pessoas a viver com menos de um dólar por dia desceu de 40% em 1981 para 18% em 2004, ao mesmo tempo que a pobreza tem vindo a diminuir nos países em que se encontra 80% da população mundial (Halper 2010, p.61). Prestowitz, por seu lado, aponta que através do processo de globalização, os EUA são o principal actor responsável pela integração das economias nacionais no esforço de criar um mercado internacional de bens, serviços, moeda, tecnologia e pessoas. Para Prestowitz, foi este processo que permitiu ao ocidente vencer a Guerra Fria, ao retirar milhões de pessoas da pobreza e criando novos centros de riqueza pelo mundo, como o Japão, a Coreia do Sul e a UE (Halper 2010, p.61).

Em suma, os Estados Unidos detiveram ao longo dos anos 90 uma posição de liderança à escala global, dando a entender que não existiriam obstáculos ao clima de concórdia que havia sido gerado com a queda da tirania soviética e com a ascensão meteórica dos valores democráticos. Contudo, as palavras de Moisés Naím (2000) parecem – me acertadas, quando afirmou:

“(…)”: O mundo tinha a sensação de que existia um consenso claro e robusto sobre o que é que os países pobres deviam fazer para tornarem – se mais prósperos. Esta ilusão deveu – se, em grande parte, à surpreendente popularidade do termo «Consenso de Washington»(…)” (Naím 2000, p.87)<sup>6</sup>

Como veremos no próximo ponto, o consenso de Washington foi em muitos sentidos uma ilusão, tal como Naím o aponta.

## **1.2. Causas da rejeição do modelo ocidental**

Existem múltiplas razões para que a aplicação do consenso de Washington tenha tido resultados decepcionantes na maioria dos países. O primeiro desses motivos poderá parecer surpreendente, mas Moisés Naím (2000) acredita que terá sido um factor determinante no desfecho negativo proveniente da aplicação das políticas do consenso de Washington. Naím refere – se à popularidade enorme que este consenso adquiriu, especialmente após a queda da URSS (Naím 2000, pp.88 e 90). A queda do socialismo levou à necessidade de procurar uma alternativa político – económica, fazendo do consenso de Washington o substituto imediato e temporário das ideologias seguidas por milhões de pessoas que moldaram durante décadas as suas opiniões relativas às políticas externa e interna dos seus países, as políticas públicas, e até a sua vida no dia – a – dia (Naím 2000, p.90). O carácter apelativo que a vitória da democracia e do capitalismo oferecia, tornava – se ainda mais aliciante quando associada a um “consenso”, ao seu carácter normativo e ao facto de ter origem em Washington, a capital líder do mundo ocidental. Além disso, a inexistência de uma alternativa credível a este consenso tornou – se ainda mais evidente a partir do momento em que o FMI e o BM tornavam – se cada

---

<sup>6</sup>“(…)”: The world was under the impression that a clear and robust consensus existed about what poor countries should do to become more prosperous. This delusion owed much to the surprising popularity of the term «Washington Consensus»,(…)” (Naím 2000, p.87).

vez mais insistentes em cooptar os seus empréstimos monetários aos condicionalismos elencados por Williamson (Naím 2000, p.90). Esta simplicidade e aparente fiabilidade do consenso de Washington:

“(…) não ficaram reflectidas nos resultados das reformas de mercado durante os anos 90. Os responsáveis políticos implementaram com regularidade uma versão incompleta do modelo, e os resultados eram bastante diferentes daquilo que os políticos haviam prometido, daquilo que as pessoas esperavam, e das previsões dos modelos econométricos do FMI e do Banco Mundial.” (Naím 2000, p.90)<sup>7</sup>

Para os decisores políticos, tornou – se evidente que à medida que iam cumprindo alguns dos requisitos vindos de Washington, rapidamente lhes eram impostos novos objectivos a atingir, cada vez mais complexos e, em muitos casos, impossíveis de alcançar em termos políticos. As dúvidas e apreensões demonstradas por presidentes e ministros das finanças de todo o mundo eram tidas como prova da sua incapacidade de entender os mecanismos que na capital americana eram considerados razoáveis e assentes nas lições apreendidas ao longo do tempo (Naím 2000, p.91).

Ainda que estes condicionalismos estivessem bem presentes na mente dos decisores políticos em Washington e nos países onde os SAP do FMI eram aplicados, a verdade é que este processo já se tinha estendido a uma escala global: entre 1980 e 1995 80% da população mundial tinha sido abrangida pelos programas estruturais de ajustamento. Entre os exemplos mais notórios, podemos destacar o México, a Argentina, a Nigéria, a Rússia e a Indonésia, entre muitos outros. Nestes países, violentos protestos

---

<sup>7</sup>“(…) were not reflected in the experience with market reforms during the 1990s. Policy makers often implemented an incomplete version of the model, and the results were quite different from what politicians had promised, the people had expected, and the IMF and World Bank’s econometric models had predicted.” (Naím 2000, p.90).

deflagraram contra as medidas impostas pelo FMI, que incluíam o aumento brutal dos preços dos combustíveis para desvalorizar a moeda e subir os preços, assim como do preço dos transportes e de bens essenciais como o pão (Halper 2010, p.60).

Como agravante, a opinião pública e os media tiveram um papel crucial para descredibilizar o consenso de Washington, como aconteceu na Argentina. Segundo Williamson (2004), nenhuma das boas reformas que a Argentina tinha levado a cabo durante os anos 90 e que se encontravam dentro das linhas daquilo que estava previsto no consenso de Washington (liberalização do comércio, liberalização financeira, privatização de empresas, entre outras) tinham tido qualquer responsabilidade na crise que o país enfrentava na época. Porém, populistas, jornalistas e alguns economistas argentinos acreditavam que o consenso de Washington era o grande responsável pela implosão do país (Williamson 2004, p.6).

Obviamente, é inegável que a opinião pública poderá ter sido influenciada de modo negativo pelos meios de comunicação social quanto à intervenção do FMI em certos países. Contudo, é difícil de contrariar os efeitos prejudiciais que estas políticas tiveram noutras partes do globo. O exemplo de Moçambique é bastante sintomático da falta de compreensão das grandes organizações financeiras face às características específicas de cada nação. Durante o período colonial, o mercado da castanha de caju moçambicana era um dos mais prósperos do mundo. Com a independência em 1975, as autoridades de Maputo, procuraram proteger esta importante fonte de rendimento para o país, através da criação de barreiras à exportação do caju sem estar processado, de modo a impulsionar as indústrias locais de processamento e empacotamento deste fruto seco. Quando Moçambique se candidatou à ajuda externa do ocidente, após o caos dos longos anos de guerra civil, os termos do empréstimo impunham que o mercado de exportação

da castanha de caju moçambicana fosse liberalizado e que fossem abandonadas as barreiras à exportação de matérias – primas. Halper afirma:

“O National Bureau of Economic Research americano revelou que, apesar de os agricultores ganharem aproximadamente \$5.30 por ano graças a estas medidas, onze mil trabalhadores empregados na indústria da castanha de caju perderam os seus empregos, e um milhão de colectores de castanha de caju perderam os seus rendimentos.” (Halper 2010, p.59)<sup>8</sup>.

Em teoria, quando o mercado funciona convenientemente, as indústrias ineficientes fecham portas e os recursos são recolocados nos sectores onde o país tem uma vantagem comparativa. Na prática, porém, o mau sistema de transportes, a má rede de comunicações e o sistema bancário incapaz de facilitar a criação de novas indústrias e de promoverem novos negócios, foram elementos característicos de Moçambique que não foram tidos em conta quando o FMI interveio naquele país (Halper 2010, pp.59 e 60).

Em certa medida, o modo como o Ocidente, ou seja, o consenso de Washington tem vindo a cometer sucessivos erros no que toca à ajuda monetária e financeira aos Estados africanos é um dos grandes motivos para o abandono do modelo de desenvolvimento ocidental. Dambisa Moyo (2010) elaborou uma sucinta resenha histórica da intervenção do FMI e do BM em África que me parece fundamental para entender o falhanço deste modelo em solo africano. Durante os anos 60 e 70, o grande esforço do ocidente centrou – se na ajuda financeira aos recém – criados Estados africanos. Saídos do colonialismo, as instituições de Bretton Woods encontravam – se

---

<sup>8</sup>“The U.S. National Bureau of Economic Research reports that while farmers gained income of approximately \$5.30 per year from these measures, eleven thousand workers employed by the nut industry lost their jobs, and another million nut collectors lost their income” (Halper 2010, p.59).

empenhadas em fomentar o processo de industrialização nestes países, assim como o combate à pobreza reforçado com a presidência de Robert McNamara no BM. Porém, poucas indústrias floresceram neste período e, em muitos casos, os índices de pobreza aumentaram exponencialmente (Moyo 2010, pp.14 – 17).

Nos anos 80, a situação financeira agravou – se ainda mais em África com a crise petrolífera de 1979 levando a uma dívida total de perto de \$8 mil milhões em 1982. Após o México ter decretado que não conseguiria cumprir as suas obrigações perante os seus credores internacionais, rapidamente vários Estados africanos seguiram o seu exemplo: Angola, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Moçambique, Níger, Nigéria, Tanzânia e Zâmbia. Perante tal cenário catastrófico do sistema financeiro, estes países ficaram ainda mais dependentes de Bretton Woods visto as instituições de empréstimo privadas terem ficado sem meios para conceder ajuda financeira, ao mesmo tempo que os bancos não estavam dispostos a correr o risco de emprestar dinheiro aos países pobres. Assim, restou esperar que o FMI e o BM tomassem as rédeas da conjuntura financeira dos territórios em maiores dificuldades (Moyo 2010, pp. 18 e 19).

O pensamento neo – liberal que vigorava na época, prossegue Moyo, levou a que, em África, o FMI e o BM procurassem a estabilização financeira, ao mesmo tempo que lançavam programas estruturais agressivos para os países que recebiam ajuda (como o Ajustamento Estrutural do FMI e o Facilidades de Ajustamento Estrutural Reforçadas). Estes programas concediam apoio orçamental, sendo a contrapartida a abertura do país aos mercados (tal como com o exemplo de Moçambique) (Moyo 2010, pp. 19 – 21). Para a autora, o resultado não poderia ser mais calamitoso:

“No final dos anos 80, a dívida dos países de mercados emergentes era de pelo menos US\$1 bilião, e o custo de servir estas obrigações era colossal. De facto, o custo tornou – se tão substancial que eventualmente tolheu a ajuda externa dirigida aos países pobres – levando a uma reserva de fluxo líquido dos países pobres para os ricos a um ritmo de US\$15 mil milhões ao ano entre 1987 e 1989”. (Moyo 2010, p.22)<sup>9</sup>

Neste período, em que o consenso de Washington guiava as acções do FMI, do BM e do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos (Moyo 2010, pp.21 e 22), Moyo declara que a ajuda externa dada a África apenas contribuiu para acelerar o empobrecimento das sociedades do continente, para o alastrar da corrupção e para o declínio do crescimento económico. Nos anos 90, e tendo em conta a vitória do mundo ocidental face ao bloco comunista na Guerra Fria, os decisores políticos ocidentais viram na democracia a resposta para os problemas africanos (Moyo 2010, p.24). A ideia por detrás desta hipótese é fácil de compreender: a democracia liberal protege os direitos de propriedade, garante o sistema de *checks and balances*, defende a liberdade de imprensa e os contratos laborais. Por outro lado, permite a participação activa na vida política da população e estipula a existência de um poder judicial independente, assim como o *rule of law* protege qualquer que seja o negócio (Moyo 2010, pp.40 e 41). Assim, num mundo perfeito, a democracia é vista como a solução ideal para África. No entanto, num mundo dependente da ajuda externa, a democracia não garante que este financiamento não seja desviado dos mais pobres para enriquecer aqueles que estão no poder (Moyo 2010, p.42).

---

<sup>9</sup> “By the end of the 1980’s, emerging – market countries’ debt was at least US\$1 trillion, and the cost of servicing these obligations colossal. Indeed, the cost became so substantial that it eventually dwarfed foreign aid going into poor countries – leading to a net reverse flow from poor countries to rich to the tune of US\$15 billion every year between 1987 and 1989”. (Moyo 2010, p.22).

Para além das razões apontadas para o descontentamento face ao consenso de Washington, ou neste caso mais específico, para com a conduta apresentada pelas grandes instituições financeiras mundiais<sup>10</sup>, Joshua Kurlantzick (2007) é um grande crítico do modo como os próprios EUA praticaram a sua política externa após a queda do muro de Berlim. Segundo o autor, durante quase uma década os americanos centraram – se nos seus próprios problemas (Kurlantzick 2007, p.178). Esta afirmação ganha grande fundamento quando se olha para os cortes realizados pelas administrações Clinton e Bush durante os anos 90 e início do século XXI em diversos programas que projectavam a imagem dos Estados Unidos pelo mundo. Além disso, os EUA deixaram de pagar as suas obrigações junto das organizações internacionais por si idealizadas e construídas. Os cortes estenderam – se a programas ligados aos assuntos externos, sendo que o seu financiamento passou de \$5 mil milhões em 1997 para \$3.64 mil milhões em 2000. A consequência imediata destes cortes sentiu – se ao nível do pessoal envolvido nas embaixadas americanas, onde o Estado apenas conseguiu substituir 53% dos funcionários que perdeu por aposentação, renúncia do cargo ou morte. Também ao nível cultural se fez sentir a renúncia americana de continuar a expandir a sua influência, como por exemplo, no que respeita às bibliotecas e centros americanos coordenados pela *United States Information Agency (USIA)*<sup>11</sup>. Ainda mais grave, destaca Kurlantzick, foi a postura demonstrada pelos líderes americanos face às instituições multilaterais<sup>12</sup> e ao alastrar da democracia no mundo, nomeadamente no continente africano e na América Latina. Assim, enquanto movimentos populares outrora oprimidos, como

---

<sup>10</sup> Na verdade, Williamson aceita esta correlação que foi feita entre a sua definição de consenso de Washington com o FMI e o Banco Mundial. Segundo o autor, existia pouca diferença entre aquilo que as instituições de Bretton Woods advogavam e os seus dez pontos originais em 1989 (Williamson 2004, p.7);

<sup>11</sup> O financiamento do Departamento de Estado para o intercâmbio educacional e cultural diminuiu todos os anos entre 1993 e 2002 (Kurlantzick 2007, p.179);

<sup>12</sup> A administração Clinton não encetou esforços suficientes para ratificar o Protocolo de Quioto e o Tribunal Penal Internacional (Kurlantzick 207, p.179).

grupos indígenas da América Latina e partidos religiosos na Turquia, ganhavam influência através do voto, a Casa Branca preferiu manter um contacto mais próximo com regimes conservadores, e até opressivos (Kurlantzick 2007, pp.178 – 180).

Um destes exemplos é o do Vietname. O presidente Bill Clinton deu início ao processo de normalização das relações com Hanói em 1993, ao por fim à oposição americana à entrada de ajuda financeira internacional em solo vietnamita. Em Fevereiro de 1994, foi posto fim ao embargo americano ao Vietname e, dois meses depois, o Congresso aprovou a *Relations Authorization Act, Fiscal Years 1994 and 1995*, dando apoio à normalização das relações com o Vietname. Washington nomeou, em 1997, o primeiro embaixador desde o fim da guerra do Vietname e em 2000 foi assinado um acordo bilateral de comércio entre as partes em causa<sup>13</sup>. No âmbito do acordo bilateral, os EUA concederam aos vietnamitas relações comerciais normais (RCN) condicionais, o que reduziu as tarifas americanas para as importações vietnamitas. Em Dezembro de 2006, o Congresso passou legislação para que Hanói passasse a RCN permanentes, algo que ajudaria o Vietname a ser membro da Organização Mundial do Comércio (OMC) a partir de 11 de Janeiro de 2007 (Manyin 2012b, pp.4 e 5).

As relações comerciais entre os dois países têm sido muito boas, com um volume de negócios de quase \$22 mil milhões em 2011, e entre os meses de Janeiro e Março de 2012 as trocas comerciais chegaram aos \$5,442.5 mil milhões, um aumento de 14,7% em relação ao ano anterior (Manyin 2012, p.11). Contudo, o Vietname é um Estado autoritário, responsável por perseguições a minorias étnicas, nalguns casos ligados a crenças religiosas, como o protestantismo, ou minorias oprimidas

---

<sup>13</sup> Acordo ratificado pelo Congresso americano em Outubro de 2001 (Manyin 2012, p.5).

historicamente como os montagnards<sup>14</sup>. Também se registaram abusos contra a comunidade khmer na região do delta do Mekong em 2007 e 2008 (Manyin 2012b, pp.15 e 16). De resto, de acordo com a Freedom House (2013b), o país é não – livre, com uma pontuação de 6 (Freedom House 2013b).<sup>15</sup>

O combate ao terrorismo redobrou o interesse americano por partes do globo como o Médio Oriente, mas a verdade é que muitos países (ao contrário de Israel ou Singapura) não estão interessados na política antiterrorista americana. Aliado a este facto, as constantes violações dos direitos humanos registadas em locais como a prisão de Guantanamo, fizeram com que os valores americanos perdessem o seu carácter mais atractivo, algo que foi plenamente explorado pela China como forma de criticar fortemente as acções americanas (Kurlantzick 2007, p.190 e 191)<sup>16</sup>.

Por último, a percepção de que com o fim do bloco soviético, a abertura dos mercados traria consigo a instauração de democracias em países até então autoritários, tornou – se plenamente aceite. Como tal, a melhor maneira de tornar, como exemplo, a China num Estado democrático seria através do seu envolvimento na economia global, de modo a alimentar o desejo chinês de ter crescimento económico e estabilidade (Halper 2010, p.67). Para Halper, houve uma clara falha de compreensão de que existiam duas formas iliberais de ter um sistema capitalista: a primeira, centra – se nos Estados que são alimentados pela enorme produção de recursos energéticos (caso da Rússia), permitindo aliviar pressões políticas quanto à *accountability* de quem governa e ter orçamentos maiores capazes de criar postos de trabalho, reduzindo a vontade de ter

---

<sup>14</sup> Alguns defensores dos direitos humanos criticaram os EUA por não terem pressionado Hanói em revelar o número de montagnards presos desde 2001, em especial, após os protestos registados em Abril de 2008 (Manyin 2012b, p.16);

<sup>15</sup> As liberdades civis receberam 5 pontos e os direitos políticos 7 pontos (Freedom House 2013b);

<sup>16</sup> Estas críticas foram apresentadas no relatório anual “Human Rights Record of the US in 2004” (China 2005; Kurlantzick 2007, p.191).

uma democracia e impedindo a formação de grupos sociais que poderiam protestar contra as políticas autoritárias praticadas; a segunda forma de capitalismo iliberal, baseia – se numa economia de exportação e dirigida pelo Estado (Halper 2010, p.69).

Também conhecido como o “East Asian model”, este modelo assenta na produção e exportação em massa de bens onde o país em causa tem uma vantagem comparativa face aos demais nos mercados internacionais. Sendo a RPC o exemplo mais importante deste modelo, Beijing acabou por melhorar um mecanismo de crescimento que teve como pioneiros o Japão, a Coreia do Sul, Taiwan, Singapura e Hong Kong. Apesar de terem diferenças entre si, estes países têm uma série de características partilhadas: mão-de-obra barata; moeda subvalorizada; grandes subsídios estatais para promover a competitividade das empresas exportadoras no âmbito internacional; vastas poupanças pessoais e de negócio de modo a financiar o investimento nacional no sector industrial; altos valores de investimento estrangeiro directo (IED) com incentivos fiscais; e um enfoque em melhorar a educação e mercados domésticos altamente protegidos (Halper 2010, pp.69 e 70).

Em suma, em muitas partes do globo o modelo apresentado como o consenso de Washington acabou por fracassar por dois motivos essenciais: o primeiro foi o desrespeito pelas especificidades de cada nação aquando da aplicação dos programas de ajuda económica defendidos pelo FMI e pelo Banco Mundial; e segundo, a relativa displicência americana face ao novo mundo que emergiu dos escombros da Guerra Fria e o modo como recuou em muitas das áreas cruciais para manter a imagem de superpotência liderante. Com o 11 de Setembro, a política externa da administração Bush passou a ser direccionada para o combate ao terrorismo (Kurlantzick 2007, p.51), algo que pouca relevância tem para países que não sentem essa ameaça. O desconforto de muitas nações em desenvolvimento face ao *flat world* americano (Leonard 2008,

p.123) levou – as a que tivesse em conta um novo modelo de crescimento: o consenso de Beijing.

### **1.3. O consenso de Beijing: o que é e como funciona?**

A expressão consenso de Beijing foi cunhada por Joshua Cooper Ramo (2004), podendo ser caracterizado como uma alternativa ao modelo Ocidental de desenvolvimento. Ramo afirma que a forma como a RPC procura um novo rumo para o seu desenvolvimento acaba por servir de exemplo para outros países, abrindo a possibilidade de se integrarem na ordem internacional, independentemente da existência de um centro de poder mundial estabelecido (neste caso, os EUA). Assim, determina Ramo, cada nação poderá proteger o seu modo de vida e as suas escolhas políticas. A estes pressupostos o autor chama o consenso de Beijing (Ramo 2004, pp. 3 e 4).

Ramo adianta no seu estudo, que o consenso de Beijing assenta em três teoremas: o primeiro reposiciona o valor que a inovação tem no desenvolvimento de uma nação, apostando na tecnologia de ponta em detrimento de meios que se encontram gradualmente em desuso. Nas palavras do autor, trata – se de pôr de parte a utilização de “fios de cobre” para apostar na “fibra óptica” (Ramo 2004, p.12). O segundo teorema do consenso de Beijing estipula que, sendo impossível controlar o caos da sociedade em que vivemos, medidores económicos tradicionais como o PIB per capita deixam de ser tão importantes ao lado de elementos como a qualidade de vida, a igualdade ou a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento usado. Finalmente, o último teorema revela que o consenso de Beijing reforça a busca pela auto – determinação, usando a *political leverage* que cada Estado tem a seu favor, impedindo que os seus interesses sejam subordinados ou eliminados pelas potências hegemónicas (Ramo 2004, pp. 11 e 12). Por outras palavras, o autor considera que qualquer nação que siga o modelo chinês

aqui apresentado poderá auto – intitular – se de potência, exercendo a sua influência através dos seus elementos mais fortes estrategicamente (Ramo 2004, p.38).

Olhando para o primeiro teorema, deparamo – nos com dois exemplos de sucesso que espelham o porquê de a China procurar cada vez mais a inovação como resposta aos desafios que o mundo lhe apresenta. O primeiro desses exemplos é – nos dado pelo sector agrícola, um dos primeiros a ser sujeito à abertura chinesa do final dos anos 70. Os planificadores das reformas agrícolas dos anos 80 esperavam que as pequenas alterações que tinham engendrado para os campos agrícolas trouxessem pequenas variações na produção. Contudo, estes ajustes levaram a aumentos na produção de 20 a 30%, e no caso específico do trigo e do milho houve aumentos produtivos a rondar os 60 e os 55%, respectivamente. Os agricultores chineses, que eram dos menos desenvolvidos no panorama tecnológico nos anos 80, passaram a realizar experiências e a adoptar inovações para os seus meios de produção (Ramo 2004, p.16 e 17).

O segundo exemplo digno de nota gira em torno da educação dos líderes regionais da China. Ramo exemplifica o grau de importância que este elemento tem para os decisores políticos chineses através dos dados indicados por Chen Li. Se em 1982 apenas 20% dos líderes provinciais tinham frequentado o ensino superior, em 2002 passaram a ser 98%. O número de pós – graduados passou de 12,9% em 2001 para 29% em 2003. Além disso, dos líderes da “quarta geração” com menos de 54 anos de idade, dois terços são doutorados. A educação destes líderes no exterior permite assimilar novos conceitos, entre os quais, a ideia de que a sociedade se encontra em constante movimento, sendo um sinal que caracteriza o mundo moderno. Em última análise, indica Ramo, o facto de estas mudanças estarem cada vez mais presentes na

China fazem com que sejam um verdadeiro sinal de modernização (Ramo 2004, pp.19 e 20).

A quinta geração é, ao nível dos seus estudos académicos, uma evolução clara em relação à quarta geração. A principal vivência colectiva que une os membros da quinta geração de líderes chineses foi, sem dúvida, a Revolução Cultural. Durante este período dramático, o sistema de educação chinês esteve paralisado, com os estudantes a estarem envolvidos em campanhas políticas e doutrinação ideológica e não nos seus estudos académicos. A quinta geração, expropriada das suas oportunidades académicas, foi forçada a trabalhar nos campos, constituindo a chamada geração perdida. Dos 389 líderes de quem existe informação disponível sobre as suas actividades laborais neste período, 281 ou 72,2% foram enviados das zonas urbanas para as montanhas e zonas rurais para trabalhar. Destes indivíduos, Xi Jinping e Li Keqiang estiveram envolvidos neste regime de trabalho brutal. Xi, por exemplo, trabalhou como agricultor numa vila no condado de Yanchuan em Yan'an, na província de Shaanxi, entre 1969 e 1975 (Li 2008, p.66). A baixa escolaridade dos líderes chineses viria a receber um grande impulso a partir de 1977, quando Deng Xiaoping reabriu as candidaturas ao ensino superior, por via de exames de admissão. No total, 11 milhões e 600 mil pessoas registaram – se para efectuar os exames nos dois primeiros anos. Contudo, apenas 3% (401 mil pessoas) dos candidatos foram admitidos. Em Março e Outubro de 1978 duas turmas saídas destes exames foram divididas por universidades de todo o país, e acabariam por formar a famosa “Turma de 1982”, donde saíram muitos dos grandes cientistas, escritores, educadores, artistas e líderes políticos que hoje conhecemos. Dado que a admissão ao ensino superior não teve qualquer restrição ideológica ou política, ou se cada candidato tinha ou não um passado revolucionário e proletário, a Turma de 1982 foi socialmente diversa. Para além disso, o período pós – Revolução Cultural, permitiu

aos jovens estudantes chineses absorverem ideias liberais do Ocidente. O primeiro – ministro Li Keqiang encaixa – se no perfil traçado neste parágrafo. Li participou activamente em debates públicos e foi influenciado pelo professor Gong Xiangrui, um especialista em sistemas político – administrativos ocidentais, alimentando o seu interesse pelas leis constitucionais estrangeiras e política comparada (Li 2008, pp.68 e 69)<sup>17</sup>.

A abertura que Deng Xiaoping proporcionou aos futuros líderes chineses um nível académico extraordinário, como a tabela 1 o demonstra, num total de 538 líderes:

**Tabela 1:** Nível académico dos líderes da quinta geração

Nível de Escolaridade	Número	Percentagem (%)
Doutoramento	113	21%
Mestrado	281	52,20%
Bacharelato	113	21%
Academia Militar	9	1,70%
<i>Junior College</i>	9	1,70%
Escola Secundária	2	0,40%
Desconhecido	11	2%
<b>Total</b>	<b>538</b>	<b>100%</b>

- **Fonte:** Li, Cheng. 2008. "China's Fifth Generation: Is Diversity a Source of Strength or Weakness?" *Asia Policy*. 6 (1): 53-93. [http://www.nbr.org/publications/asia\\_policy/Free/AP6/AP6\\_D\\_Li.pdf](http://www.nbr.org/publications/asia_policy/Free/AP6/AP6_D_Li.pdf), p.71

<sup>17</sup> Li e os seus colegas da universidade de Beijing participaram inclusivamente em eleições escolares e locais nos anos 80, tendo sido eleito chefe como Comité Executivo da Assembleia de Estudantes (Li 2008, p.70).

Estes valores são, segundo Cheng Li (2008), um contraste brutal com os níveis educacionais dos líderes da quarta geração, que normalmente apenas têm um primeiro curso universitário, fruto das dificuldades impostas pela Revolução Cultural (Li 2008, p.71). Além disso, 82 dos líderes (15%) estudaram no estrangeiro<sup>18</sup>. Mais importante, a maioria dos membros da quinta geração que frequentou o ensino superior no estrangeiro fê-lo em países ocidentais democráticos: 43% estudaram nos EUA, 15% em Inglaterra e 11% na Alemanha. Um forte contraste que também pode ser verificado entre os líderes da terceira e quarta geração para os da quinta geração prende-se com as áreas de estudo. Nas gerações mais antigas, aqueles que foram para o Ocidente prosseguir os seus estudos, concentraram-se na Engenharia e nas Ciências Naturais. Porém, a quinta geração focou as suas atenções na Economia, Ciências Sociais e Direito. Pela primeira vez, o Politburo e o secretariado do Comité Central têm membros que estudaram nos Estados Unidos<sup>19</sup> (Li 2008, pp.74 e 75).

A evolução académica que os líderes das quarta e quinta gerações representam em relação ao passado da RPC demonstram a vontade constante de Beijing continuar a inovar e a testar os seus limites. Assim, duas das ideias de Deng Xiaoping são fundamentais para compreendermos esta incessante procura pela inovação:

---

<sup>18</sup> Dentre estes, 23 líderes (28%) obtiveram graus académicos em universidades estrangeiras, 52 (63%) estudaram ou trabalham no exterior enquanto estudiosos convidados por um período de pelo menos um ano, e 7 (9%) participaram em programas de estudo no estrangeiro de duração mensal. Dos 23 que estudaram no estrangeiro, 16 obtiveram um doutoramento (Li 2008, p.74);

<sup>19</sup> Li Yuanchao, que frequentou um programa de Administração pública na Kennedy School de Harvard, tem a seu cargo a gestão de pessoal, e Wang Huning, que foi académico visitante de Ciência Política nas universidades de Iowa e de Berkeley, está encarregado da propaganda do PCC (Li 2008, p.75).

“A primeira é que experimentar e falhar não têm qualquer problema. A segunda é que um dos truísmos do desenvolvimento é que os resultados das acções políticas são habitualmente imprevisíveis.” (Ramo 2004, pp. 20 e 21)<sup>20</sup>

Tendo em conta esta linha de pensamento, Ramo sugere que acaba por ser necessário um certo nível de controlo estatal, de modo a acabar com determinadas experiências que possam ser prejudiciais para o desenvolvimento chinês (Ramo 2004, p.21).

As conclusões de Ramo foram acompanhadas por outros especialistas na área e que acabaram por contribuir fortemente para o debate em torno deste consenso. Para esta dissertação, optei por examinar os pressupostos de dois autores em concreto.

O primeiro desses autores é Stefan Halper (2010). Segundo Halper, o consenso de Beijing assenta em duas premissas fundamentais: o autoritarismo e o capitalismo de Estado. No que respeita ao estabelecimento de regimes autoritários, a RPC já não exporta o comunismo, ou procura incapacitar a ordem internacional liberal. Porém, desde o final dos anos 90, a China desenvolveu uma rede de alianças com vários regimes autocráticos, nada populares no ocidente (Halper 2010, p.78). Olharemos, então, para dois casos que me parecem fundamentais para entender até que ponto o alastrar do Consenso de Beijing pode debilitar a força do ocidente ou ser um entrave significativo à agenda política e diplomática dos EUA e dos seus parceiros: a Venezuela e o Irão.

Parte da popularidade que a China tem na Venezuela deve – se ao entusiasmo do presidente Hugo Chávez em abraçar uma importante fonte de apoio internacional anti – americana. Sendo um país que gradualmente se tem aproximado do autoritarismo, onde

---

<sup>20</sup> “The first is that experimentation and failure are okay. The second is that one of the truisms of development is that the results of policy actions are usually unpredictable.” (Ramo 2004, pp. 20 e 21) .

a liberdade de imprensa tem vindo a sofrer tremendas perdas ao longo dos anos<sup>21</sup>, no panorama externo o país tende a juntar – se aos que advogam políticas anti – americanas, como forma de manifestar a sua independência face aos Estados Unidos. Na própria região, Caracas tem confrontado a vontade de Washington em deixar de designar as *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia* (FARC) um grupo terrorista, para passar a ser uma organização política. Como agravante, a aproximação entre as autoridades venezuelanas e Beijing chegou ao sector petrolífero, sendo os EUA o maior parceiro de Caracas. Em 2007, Chávez, num claro desafio aos americanos, anunciou uma série de acordos para aumentar a produção e exportação de crude para a China, enquanto que as autoridades da RPC se comprometeram à construção de uma nova refinaria para o processar. Ainda assim, a China reagiu com precaução, quando Chávez ameaçou cortar a exportação de petróleo para o território americano (Halper 2010, 88 – 90). Halper acaba por resumir este equilíbrio:

“Este caso demonstra, a disciplina estratégica de Beijing: demonstra um equilíbrio cuidadoso entre a predisposição para circundar as preferências americanas, por um lado, e uma esquiva calibrada em evitar alarmismos – ler consequências adversas – por outro.” (Halper 2010, p.90)<sup>22</sup>

Mesmo que algum percalço possa surgir no futuro, a verdade é que as relações entre os dois Estados mantêm – se muito fortes. O próprio Hugo Chávez proferiu, em Fevereiro de 2009, que o petróleo venezuelano encontra – se ao serviço da China, por ocasião de uma visita de responsáveis chineses, liderada pelo então vice – presidente Xi

---

<sup>21</sup> A *Radio Caracas Television* perdeu a sua licença de transmissão em 2007, por criticar sucessivamente o regime de Chávez (Halper 2010, pp.88 e 89). De resto, segundo a Freedom House, a imprensa que era parcialmente livre segundo o relatório de 2002, passou a não ter liberdade desde 2003 até 2012, sofrendo sucessivos retrocessos anualmente (Freedom House 2013a);

<sup>22</sup>“This case demonstrates Beijing’s strategic discipline: It strikes a careful balance between willingness to circumvent American preferences on the one hand and a calibrated avoidance of undue alarm – read adverse consequences – on the other.” (Halper 2010, p.90).

Jinping (Bloomberg 2012a). Desde 2007 até 2010, que o *China Development Bank* (CDB) emprestou mais de \$28 mil milhões ao *Banco de Desarrollo Económico y Social de Venezuela* (BANDES), dentro dos propósitos do Fundo de Investimento Conjunto China – Venezuela. Estes empréstimos têm sido pagos através da venda do petróleo explorado pela *Petroleos de Venezuela SA* (PDVSA) à *China National United Oil Corporation* (Chinaoil) (Downs 2011, pp.49 e 50)<sup>23</sup>. Com a morte de Hugo Chávez e a chegada ao poder de Nicolas Maduro, a expectativa é que as relações sino – venezuelanas sejam fortalecidas, sendo que as empresas chinesas esperam que Caracas mantenha um ambiente estável que proporcione a evolução dos contactos bilaterais (Hongbo 2013; Sha 2013).

Quanto ao Irão, o processo desenrola – se de um modo similar. Com a chegada ao poder de Mahmoud Ahmadinejad em 2005, Teerão iniciou um processo de aniquilação da liberdade de imprensa e dos seus opositores políticos. Mais preocupante para a sociedade internacional, o Irão expressou vontade em ter o seu próprio programa de produção de energia nuclear. Em Setembro de 2005, por exemplo, a UE enviou uma resolução para a Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA), ameaçando levar a questão do programa nuclear iraniano ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, tendo em vista a aplicação imediata de sanções. Imediatamente, a China opôs – se à aplicação desta resolução. Já em Setembro 2009, o Reino Unido, a França e os EUA anunciaram, aquando de uma reunião extraordinária do Conselho de Segurança, que o Irão estaria a enriquecer urânio com fins militares, mas mais uma vez, Beijing afirmou

---

<sup>23</sup>O primeiro empréstimo (\$4 mil milhões) teria que ser abatido a um ritmo de 100 mil barris de petróleo por dia. A estimativa é que a PDVSA enviasse para a Chinaoil 200 mil, 250 mil e 300 mil barris por dia nos anos 2010, 2011 e 2012, respectivamente (Downs 2011, pp.50 – 53). Em 2012, a Venezuela terá produzido 5 milhões e 800 mil barris de petróleo por dia, sendo que cerca de 270 mil são destinados à China diariamente (The Economist 2013).

que não iria apoiar qualquer tomada de decisão que implicasse novas sanções ao país dos *ayatollahs* (Halper 2010, pp.91 e 92).

Para Halper, a resposta para o porquê de a China proteger o Irão prende – se por razões comerciais e económicas, de modo a assegurar importantes contractos energéticos. Enquanto, com o decorrer do debate em torno do projecto nuclear iraniano, tanto americanos, como europeus, retiraram os seus investimentos privados do território iraniano, como forma de apoiar as sanções impostas pelos seus respectivos governos, as empresas chinesas ocuparam o lugar deixado vago. A China é o maior comprador de petróleo e gás natural iraniano, e entre 2006 e 2007, Beijing assinou vários contratos com Teerão, garantindo a exportação anual de 10 milhões de toneladas de gás natural para a RPC para os 25 anos seguintes, para além dos direitos de exploração e perfuração no Irão pela empresa petrolífera detida pelo Estado chinês, a *China National Petroleum Corporation* (SINOPEC). Também no sector das forças armadas, os iranianos têm contribuído para a exportação de armamento e tecnologia chinesas, donde se destacam sistemas de controlo de mísseis, armas químicas e materiais nucleares (Halper 2010, pp. 92 e 93). Em 2009, o Irão forneceu a China com 23 milhões de m<sup>3</sup> de crude, sendo também o principal exportador de gás liquefeito para Beijing. As próprias empresas chinesas mostram – se activas em solo iraniano: entre 2005 e 2010, firmaram contratos no valor de \$120 milhões no sector energético iraniano (Morris 2012, p.3). Para Halper (2010) estes negócios servem uma dupla finalidade:

“Ajudam a manter em funcionamento a revolução industrial de alta – velocidade da China, e colocam em cheque a influência ocidental no Médio Oriente.”  
(Halper 2010, p.93)<sup>24</sup>

Halper aponta ainda que o capitalismo de Estado é fundamental para determinar aquilo que é o consenso de Beijing. Para o autor, os termos, as condições e os arranjos desta forma de capitalismo dirigido pelo Estado tem vantagens claras em relação à prática ocidental. Os subsídios do Estado chinês dão às suas empresas o incentivo necessário para investirem no estrangeiro. Mesmo que não ocorra uma rentabilização económica dessas iniciativas, a RPC consegue o acesso a investimentos e bens estratégicos a longo prazo<sup>25</sup>. Porém, a relação entre o PCC e as empresas estatais é muito tensa, como Richard McGregor (2010) esclarece. Na sequência da visita a Shenzhen em 1992, Deng Xiaoping delineou uma fórmula que prometia catapultar as empresas estatais para níveis de produtividade e de lucros nunca antes vistos. Em primeiro lugar, o PCC iria prosseguir as suas reformas económicas, ao mesmo tempo que aumentava a autoridade política de Beijing. Por outro lado, mesmo que o PCC não detivesse directamente recursos do Estado, continuaria a manter o direito de contratar e despedir os executivos que liderassem essas empresas. No fundo, para que existisse prosperidade económica, as grandes empresas teriam que deixar de ser geridas pelo próprio partido e passar a gerar lucro para o Estado (McGregor 2010, pp.40 e 41). Segundo o autor, as grandes empresas do sector industrial comunista começaram a registar grandes margens de lucro a partir do momento em que o Estado chinês as protegeu de competição, a que se juntou o grande crescimento económico, ao acesso a

---

<sup>24</sup>“They help to keep the lights on and the factories running in China’s high – speed industrial revolution, and they also provide a useful check on Western influence in the Middle East.” (Halper 2010, p.93);

<sup>25</sup> Um dos fins desta prática é conseguir acordos bilaterais entre a China e o Estado alvo do investimento, como refere o *U.S. Congressional Research Service* (Halper 2010, p.104).

capital barato e as eficiências das empresas deslocaram – se durante a sua revisão. Em 2007, os lucros combinados das empresas controladas pelo Estado chegaram aos \$140 mil milhões, sendo que os seus lucros eram quase zero uma década antes e duplicando em apenas 5 anos (McGregor 2010, p.51):

“Nos anos 90, Beijing preocupou – se em garantir a sobrevivência das empresas. No começo do novo século, as empresas reestruturadas, muitas criadas do zero, eram tão grandes, ricas e ambiciosas que o problema não era como mantê – las vivas, mas sim como mantê – las na linha.” (McGregor 2010, p.51)<sup>26</sup>

Quando a política *Going Global* foi lançada em 2002, as firmas ligadas aos sectores petrolífero e dos recursos, geraram controvérsia constante devido às suas práticas (McGregor 2010, p.51). Por ocasião das Olimpíadas de 2008, a *China National Petroleum Corp* (CNPC) esteve envolvida numa polémica, devido aos seus investimentos no Sudão<sup>27</sup> que foram usados como pretexto para criticar Beijing e para que alguns activistas procurassem boicotar os jogos. Em resposta, o governo chinês lançou uma contra – ofensiva para persuadir Khartoum em parar com as violações contra os direitos humanos. Ainda que o ministério dos Negócios Estrangeiros não tenha criticado abertamente as práticas da CNPC, muitos académicos em Beijing deram a entender que os círculos oficiais sentiam desconforto em relação aos investimentos externos das suas empresas. O mais grave na CNPC, do ponto de vista do governo chinês, era que esta geria o petróleo com os seus interesses em mente, não dando importância às implicações que estas acções teriam para a política externa chinesa

---

<sup>26</sup> “In the nineties, Beijing had worried about keeping the companies afloat. Early in the new century, restructured enterprises, many of them built from scratch, were so big, wealthy and ambitious that the problem now was not how to keep them alive, but how to keep them in line.” (McGregor 2010, p.51);

<sup>27</sup> A CNPC tinha avançado para o Sudão no final dos anos 90, com o intuito de conduzir prospecções fora do território chinês que substituíssem os já empobrecidos campos petrolíferos de Daqing (McGregor 2010, p.55).

(McGregor 2010, p.56). No âmbito das empresas de telecomunicações, a ZTE, por exemplo, esteve envolvida num escândalo de subornos nas Filipinas levando o governo de Manila a cancelar alguns projectos de ajuda financeira chineses (McGregor 2008).

Porém, o sistema político chinês oferece mais vantagens comerciais do que os seus rivais, americanos, europeus e japoneses. Nas democracias liberais, os grupos de interesse podem condicionar o modo de actuação do próprio Estado face a um potencial investimento no estrangeiro. Dada a ausência destes obstáculos para as empresas e para o Estado chinês, estes conseguem acordos com muito maior celeridade do que qualquer dos seus concorrentes ocidentais (Halper 2010, p.104). Além disso, a China aproxima – se dos países mais pequenos e pobres do mundo de uma forma elogiosa, oferecendo – lhes recepções diplomáticas iguais às de qualquer outro país (Halper 2010, p.105). Em suma, trata – se de procurar tratar todos os seus parceiros político – económicos de modo igualitário, dando a ideia de que nos encontramos perante uma relação *win – win*, ou seja, onde cada interveniente tem algo a ganhar com essa mesma relação bilateral<sup>28</sup>.

John Williamson (2012) também oferece um importante contributo para compreender o que é na realidade o consenso de Beijing, afirmando que Ramo não apresentou um conjunto de ideias que o definissem. Na sua opinião, o leitor vê – se forçado a concluir que a expressão em causa é usada para descrever as políticas de desenvolvimento levadas a cabo pela China (Williamson 2012, p.6). Como tal, Williamson oferece – nos uma lista daquilo que ele considera serem as principais ideias a reter da proposta de Ramo, ao mesmo tempo que acopla as ideias de Stephan Halper referentes ao capitalismo de Estado e ao autoritarismo (Williamson 2012, pp.6 e 7).

---

<sup>28</sup> O ponto referente à doutrina *win – win* será amplamente explorado no Capítulo 2, como forma de avaliar quais os efeitos da política externa chinesa no continente africano.

A primeira dessas políticas é a reforma progressiva a que a China tem sido sujeita desde a liderança de Deng Xiaoping. O importante neste processo de reformas é procurar a modernidade de um modo lento e faseado, e não sujeitar a sociedade chinesa a uma reforma brusca e sem provas dadas de que terá algum sucesso. Deste aspecto, decorre a necessidade de começar a experimentação numa determinada província e, caso se obtenham bons resultados, posteriormente, aplica – se ao restante território (Williamson 2012, p.6).

A segunda ideia retida por Williamson, ou seja, a inovação e experimentação, encontra – se intrinsecamente ligada à primeira, e tem ampla análise da parte de Ramo no seu estudo. Já a terceira, destaca a importância das exportações para o crescimento económico chinês, mantendo uma balança de transacções correntes sempre positiva (Williamson 2012, p.6). Por último, Williamson destaca as questões levantadas por Halper quanto ao autoritarismo e ao capitalismo de Estado (Williamson 2012, pp.6 e 7). Estes elementos são essenciais para analisar qual a preponderância deste consenso no mapa das relações internacionais.

#### **1.4. O modelo chinês no plano internacional**

A China tem conseguido alastrar a sua influência pelo mundo fora, fazendo do seu Consenso de Beijing um modelo a seguir. Fá – lo de três formas distintas, a que Ramo designa de “espalhar a sua energia” (Ramo 2004, p.27).

A primeira, prende – se com a resposta que o consenso de Beijing representa para o seu homólogo de Washington. Em certo sentido, como se comprovou, as falhas do Ocidente abriram caminho para a presença chinesa em África (Halper 2010, p.104). Como já foi explicado anteriormente, quando John Williamson cunhou a expressão Consenso de Washington o seu intuito era a sua aplicação à América Latina, nunca

esperando que nos anos 90 fosse replicada em países como o Cazaquistão ou a Indonésia. A sua lista de dez pontos tinha em vista facilitar a entrada de investimento estrangeiro, e não a melhoria das condições de vida de cada pessoa. Em última análise, este consenso falhou o teste de adequabilidade de muitos países (Ramo 2004, p.29).

A grande diferença no modo de abordagem entre os dois consensos está em quem se sente mais atraído pelo modelo em questão. As palavras de Williamson fazem mais sentido para as instituições financeiras, enquanto que a postura de Beijing atrai o indivíduo que, na sua óptica, considera que os programas de desenvolvimento ocidentais falharam. Apesar de a sociedade chinesa ser conhecida pelo seu carácter colectivista, existe espaço para o indivíduo, para os *self-made men and women*. Assim, o grande objectivo desta nova cidadania e modo de governar da RPC é libertar milhões de pessoas para trabalhar, planear e organizar as suas vidas, ao mesmo tempo que o Estado se esforça para manter unida a sociedade chinesa (Ramo 2004, pp.29 e 30). Nas palavras de Ramo:

“Sugere tanto o valor como a possibilidade de combinar as virtudes do caos do mercado que se auto – organiza com limites sensíveis e evolutivos.” (Ramo 2004, p.31)<sup>29</sup>

A segunda forma de como Beijing alastra a sua influência encontra – se intrinsecamente ligada à sua cultura. A força da cultura chinesa está presente em toda a sua história: as sucessivas invasões que sofreu, como dos mongóis em 1215 ou do posterior domínio Manchu (que se tornaria na dinastia Qing), nunca afectaram decisivamente o modo de pensar ou de agir da etnia Han. Pelo contrário, as civilizações que procuraram controlar o território chinês, acabaram por adoptar a sua própria cultura,

---

<sup>29</sup> “It suggests both the value and the possibility of combining the virtues of self – organizing market chaos with sensible, evolving constraints” (Ramo 2004, p.31).

a sua língua, a sua gastronomia. Por outras palavras, trata – se não de copiar os elementos vindos do exterior, mas sim adaptá – los à sua realidade distinta. Trata – se de controlar, localizar e gerir o seu próprio futuro global. Aqui podemos encontrar mais um dos elementos apelativos do consenso de Beijing: oferece um novo caminho para as preocupações centradas na globalização, onde a integração das ideias vindas do exterior são “dissecadas” antes de serem assimiladas pela cultura local, devidamente apoiada pela inovação e pela equidade necessárias para manterem o equilíbrio face a culturas locais, corruptas, desequilibradas e letárgicas (Ramo 2004, p.31 – 34).

Finalmente, o crescimento económico chinês tem um efeito magnético sobre outras nações, servindo para alinhar os interesses económicos desses países com os seus. No fundo, países como a Indonésia ou o Chile têm em comum a sua dependência económica face à RPC (Ramo 2004, p.35). Este ponto é de extrema importância e acaba por ter um reflexo muito profundo no modo como Beijing influencia as tomadas de decisão em grandes instituições internacionais e, ao mesmo tempo, acaba por ocupar um espaço que era detido pelos Estados Unidos enquanto principal parceiro económico – político de muitos países. O exemplo africano é particularmente relevante para justificar esta afirmação: a tendência dos países africanos de votarem em bloco<sup>30</sup> nas principais organizações internacionais, aliada ao seu grande número, faz com que seja uma enorme fonte de apoio à China ao nível multilateral. Os Estados africanos representam um terço dos votos da Assembleia – Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) e quase metade dos membros do Movimento dos Não – Alinhados (Halper 2010, p.113).

No que respeita às grandes instituições internacionais, o poder e a influência que a RPC emana sente – se, segundo Halper, em três importantes organismos: o Conselho

---

<sup>30</sup> Por exemplo, os votos africanos foram cruciais para a aprovação da candidatura de Beijing à organização dos Jogos Olímpicos de 2008 e para bloquear resoluções do CDH que condenem o abuso dos direitos humanos na China (Alden 2009, p.22).

dos Direitos Humanos e a Assembleia – Geral da ONU e a OMC (Halper 2010, pp.115 – 120).

Segundo um relatório de Setembro de 2008 do Conselho Europeu, o ocidente está a perder apoio no seio da Conselho das Nações Unidas para os Direitos Humanos (CDH), ao passo que a China tem conseguido manter as suas posições com maior frequência. No que diz respeito aos direitos humanos, o apoio às posições da China passou de menos de 50% no início da última década para 74% em 2008. Por sua vez, o bloco ocidental que gozava de um assentimento a rondar os 72% em questões relacionadas com os direitos humanos nos anos 90, passou para valores entre os 48 e os 55%. Em 2007, os Estados da UE, sentindo – se enfraquecidos, chegaram a ameaçar abandonar o CDH, no seguimento de propostas lideradas por Beijing em diminuir as capacidades do Conselho em monitorizar os direitos humanos em países individuais (Gowan e Brantner 2008, p.37)<sup>31</sup>. Na Assembleia – Geral a situação é igualmente preocupante para o Ocidente: 41 Estados alinhados com o bloco americano há pouco mais de uma década passaram para o lado da Rússia e da China em questões relacionadas com os direitos humanos, donde se destacam importantes parceiros comerciais chineses, como é o caso de Angola (Halper 2010, pp.115 e 116).

As próprias iniciativas da União Europeia e dos EUA, por exemplo, têm sofrido importantes revezes na Assembleia – Geral da ONU nos últimos anos, em questões relacionadas com os direitos humanos. As propostas da UE receberam 55% de apoio no período 2007 – 2008, e os EUA apenas tiveram 23% de apoio nas suas propostas. Parte do problema centra – se no chamado “Eixo da Soberania”, que no período referido

---

<sup>31</sup> No final, a União Europeia manteve a sua capacidade de adoptar resoluções focando países específicos, assim como nomear enviados especiais e grupos de especialistas para investigar abusos dos direitos humanos em nações específicas. Em contrapartida, a China conseguiu que os enviados especiais do CDH em Cuba e na Bielorrússia saíssem destes países (Gowan e Brantner 2008, p.37).

apoiava menos 35% das propostas da UE, sendo composto por 40 Estados<sup>32</sup>. Destas nações, é possível dividi-las em dois grupos: por um lado, as que defendem as noções tradicionais de soberania e que se opõem aos valores liberais pós-nacionais (como são os casos como a China, Rússia e outros que atentam contra os direitos humanos, como Burma ou o Zimbabwe), e por outro, aqueles que colocam os valores religiosos acima dos direitos individuais (a maioria são nações muçulmanas) (Gowan e Brantner 2009, pp. 2 e 4).

Em 2009, a pontuação dos americanos no que respeita à defesa dos direitos humanos, melhorou significativamente com a chegada da administração Obama ao poder. A postura mais assertiva com que Washington abordou questões sensíveis, como o programa nuclear iraniano, fez com que a Rússia e a RPC apoiassem novas sanções a Teerão. As diferenças entre o Ocidente e o resto do globo fizeram-se sentir neste período graças aos cortes em relação às propostas da administração Bush. Contudo, tanto americanos como europeus continuaram a sentir dificuldades em fazer avançar as suas propostas em assuntos como a liberdade religiosa ou a distribuição geográfica equitativa dos membros dos organismos do tratado dos direitos humanos. Também ocorreram problemas em torno de resoluções em torno de quatro casos específicos: Irão, Israel/Palestina, Burma e Coreia do Norte (Gowan e Brantner 2010, pp. 2 e 3). Assim, apesar do apoio às resoluções americanas na Assembleia – Geral ter subido para os 40%, o período 2009 – 2010 revelou uma quebra no apoio às propostas da UE (42%) e a China e a Rússia mantiveram uma boa distância em relação ao bloco ocidental, com 69% (Gowan e Brantner 2010, p.3).

---

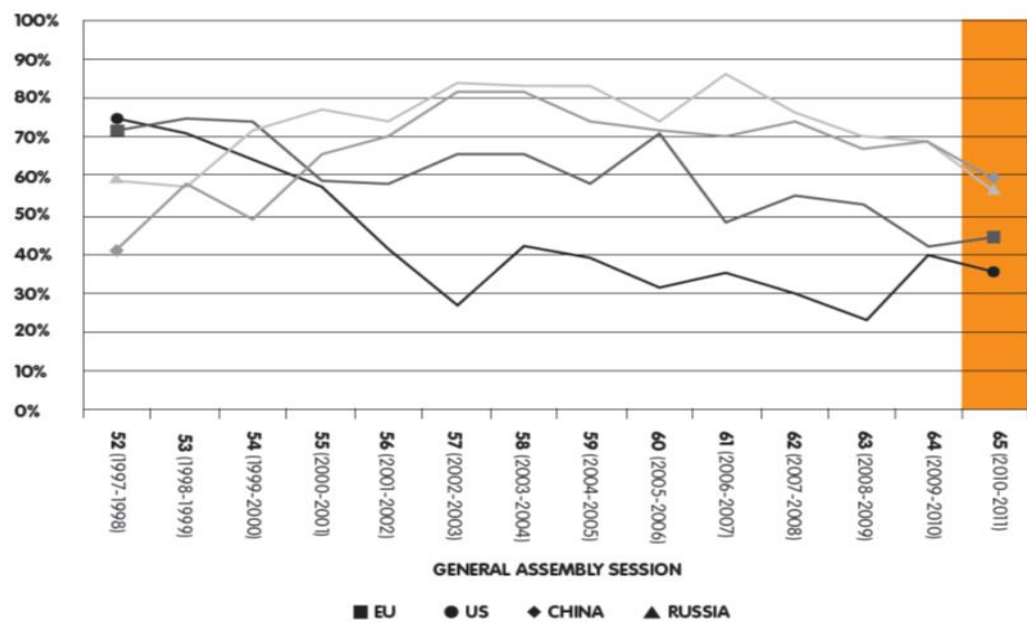
<sup>32</sup> Anteriormente composto apenas 19 Estados (10% das nações representadas na ONU), o Eixo da Soberania tem nas suas fileiras a China e a Rússia, assim como potências regionais importantes, como o Egito ou o Paquistão (Gowan e Brantner 2008, p.27).

Em 2010 – 2011, as posições da União Europeia sobre os direitos humanos apresentadas na Assembleia – Geral da ONU ficaram – se pelos 44%, mais de dez pontos percentuais atrás da China e da Rússia, ainda que a diferença tenha diminuído (Gowan e Brantner 2011, p.2). A tendência negativa desde 1997 até 2011 encontra – se expressa no gráfico 1. No que respeita à RPC, as suas posições foram diferentes consoante o caso. Por exemplo, após a recusa dos resultados eleitorais na Costa do Marfim, Laurent Gbagbo comandou os seus apoiantes numa série de massacres em Abidjan. Numa primeira fase, a Rússia impediu que o Conselho de Segurança avançasse com sanções contra Gbagbo. Porém, Moscovo viu – se forçado a rever a sua posição quando os países vizinhos dos costa – marfinenses e a China demonstraram a intenção de apoiar uma resolução que previsse sanções contra Gbagbo (Gowan e Brantner 2011, pp. 2 e 3). Na questão da Líbia, também Beijing mostrou abertura em apoiar uma resposta não – militar decisiva, por ter milhares de cidadãos a trabalhar no país e para proteger os seus interesses económicos (Gowan e Brantner 2011, p. 3). Estes dois casos reforçam o pragmatismo chinês apresentado nos últimos anos, ao mesmo tempo que adapta o seu conceito de não – intervenção, consoante as circunstâncias. Mas o mesmo não se verificou no caso da Síria, em que se juntou ao Brasil, à Índia, à África do Sul e ao Líbano na oposição a qualquer intervenção no território, sendo que os membros europeus do Conselho de Segurança (incluindo Portugal) pouco podiam fazer em prol dos direitos humanos em solo sírio (Gowan e Brantner 2011, p.6).

A postura de países como a Brasil, Índia e África do Sul em relação ao conflito na Síria apenas aumentam a capacidade de manobra da China na ONU e enfraquece a possibilidade da UE formar uma nova aliança democrática (Gowan e Brantner 2008, p.35). No caso concreto dos Estados africanos liderados por Pretória,

a postura tem sido ambígua face às posições chinesas. Se no caso da Costa do Marfim lideraram o grupo que apoiava as sanções a Gbagbo, no que respeita à crise da Líbia a África do Sul, juntamente com outros membros da União Africana (UA), montou uma forte oposição à intervenção externa contra Khadafi (Gowan e Brantner 2011, p.9). Ainda assim, o Eixo da Soberania continua a manter uma posição privilegiada, algo que revela que a China e a Rússia são importantes pólos de atração para os Estados do Médio Oriente, África e doutras partes, demonstrando uma forte capacidade de se coligarem contra as posições europeias (Gowan e Brantner 2008, pp. 9, 11 e 58).

**Gráfico 1:** Coincidência de voto com a China, a UE, a Rússia e os EUA nas votações sobre direitos humanos na Assembleia – Geral, 1997 – 2010



**Fonte:** Gowan, Richard, e Franziska Brantner. 2011. *The EU and human rights at the UN 2011 review*. Londres, U.K.: European Council on Foreign Relations (ECFR). [http://www.ecfr.eu/page/-/ECFR39\\_UN\\_UPDATE\\_2011\\_MEMO\\_AW.pdf](http://www.ecfr.eu/page/-/ECFR39_UN_UPDATE_2011_MEMO_AW.pdf), p.3;

No que se refere à OMC, aquilo que é mais almejado pela RPC é obter o estatuto de economia de mercado, dado que assim ficará protegida de quaisquer multas em caso de praticar actos de *dumping*, ou seja, de exportar os seus produtos a valores tão baixos que leva ao fecho de empresas nos países para onde exporta. Durante anos EUA e UE têm lutado para impedir que tal aconteça, mas o cerco começa a apertar. Tal recusa dos países ocidentais passa muito por dois problemas que a RPC não aparenta ter capacidade de enfrentar, apesar de ser uma economia de mercado em traços mais gerais. O primeiro problema está relacionado com a grande intervenção que ainda existe por parte do Estado chinês no mercado; o segundo problema, foca a fraca moldura de combate a problemas críticos de qualquer economia, como a bancarrota e abusos de direitos de propriedade intelectual. Neste sentido, muitos dos 38 Estados africanos presentes na OMC têm sido abordados pela China, de modo a contornar as imposições ocidentais (Halper 2010, pp.116 e 117).

Esta mesma influência chinesa no exterior interliga – se a um dos elementos mais apelativos da China: a sua cultura, donde se destaca a língua. Fruto desse crescente interesse no mandarim e na cultura chinesa, os estudos vocacionados para estas áreas tem vindo a crescer brutalmente nos países em desenvolvimento (Kurlantzick 2007, p.116). A Coreia do Sul, apesar de já não ser um país em desenvolvimento, reflecte esta mesma tendência. Ao longo dos séculos, a Coreia tem mantido uma relação próxima com a China. Além disso, têm um passado cultural partilhado reforçado pelas relações comerciais que hoje vigoram entre as duas nações<sup>33</sup>. Como consequência directa desses laços, o número de turistas coreanos na China aumentou, tal como o número de escolas privadas destinadas a dar lições de chinês em solo coreano. À medida que o chinês

---

<sup>33</sup> Considerada a jóia da coroa do mundo sinocêntrico, a Coreia era um dos Estados tributários do Império do Meio, tendo adoptado fielmente os códigos morais confucionistas e os caracteres escritos chineses. Em 1894, a perda da Coreia para o domínio japonês através do tratado de Shimonoseki foi vista como uma enorme humilhação para o Império em decadência (Kissinger 2011, pp. 100 – 102).

desafia o inglês enquanto segunda língua mais falada na Coreia do Sul, o mesmo poderá acontecer noutras partes do globo, como resposta ao aumento de empresas chinesas a funcionarem no estrangeiro, um efeito directo da expansão chinesa. Como sinal desta mudança face à língua e à cultura chinesas, o ensino superior chinês tem vindo a ganhar adeptos. De facto, as universidades chinesas começam a representar uma forte concorrência para as instituições superiores ocidentais, sendo que o número de estudantes estrangeiros a ingressar nas universidades da China tem aumentado cerca de 20% todos os anos (Kurlantzick 2007, pp.116 – 118).

O potencial que a cultura chinesa apresenta não é algo de novo: desde a construção de obras extraordinárias (como a Grande Muralha), passando pelo legado deixado por filósofos como Confúcio, ou estratégias como Sun Tzu, a China teve durante séculos um enorme ascendente sobre os seus vizinhos, através de uma língua escrita comum, de um sistema de relações tributárias com os restantes povos e de uma enorme capacidade de assimilação das etnias não – Han. Além disso, invenções como o papel ou a bússola e o esplendor demonstrado pela dinastia Ming entre os séculos XIV e XVII, projectaram uma imagem muito forte da China além – fronteiras (Vasconcelos 2009, p.154). Foi durante a dinastia Ming que o almirante Zheng He lançou diversas explorações navais que se estenderam a territórios tão distantes como Java, a Índia, o corno de África e o estreito de Ormuz (Kissinger 2011, p.25).

Por outro lado, à semelhança de institutos como o British Council, o Instituto Goethe, o Instituto Cervantes ou o Instituto Camões, em 2004 o governo chinês criou o Instituto Confúcio, como forma de promover a língua e a cultura chinesa, visando dar resposta à cada vez maior procura do chinês como língua estrangeira<sup>34</sup>, ao mesmo

---

<sup>34</sup> Tiago Vasconcelos (2009) aponta que antes de 2010 já existiam 40 milhões de pessoas em cerca de 100 países diferentes a aprenderem chinês (Vasconcelos 2009, p.155).

tempo que o Estado chinês procura demonstrar que a sua força não está exclusivamente na sua capacidade produtiva e exportadora (Vasconcelos 2009, p.155). Mesmo admitindo que a aprendizagem da língua chinesa seja um obstáculo, Vasconcelos (2009) não vê neste factor um elemento que seja impeditivo para a expansão do modelo de desenvolvimento chinês, justificando a sua afirmação com um exemplo do passado:

“(…), não se deve ignorar a poderosa atracção que as teorias maoístas exerceram sobre milhões de seres humanos, não apenas inspirando movimentos nacionalistas um pouco por todo o Terceiro Mundo, mas também seduzindo importantes círculos intelectuais e largos sectores da juventude europeia ocidental. E o obstáculo da língua já lá estava.” (Vasconcelos 2009, p.159)

De um modo geral, a imagem da RPC tem vindo a melhorar gradualmente, em muitos casos, às custas da imagem americana. A Austrália tem há mais de 50 anos uma forte ligação com os americanos através do tratado da ANZUS, que estipula que, em caso de ataque militar a um dos territórios abrangidos pelo tratado, os restantes Estados deverão reagir em sua defesa. Ora, em anos recentes, alguns políticos australianos têm vindo a recuar no seu apoio à ANZUS, como o caso do antigo ministro dos Negócios Estrangeiros australiano, Alexander Downer. Em 2004, Downer afirmou que a Austrália não se comprometeria a intervir militarmente, caso a RPC atacasse Taiwan, levando a um imediato pedido de explicações por parte do Departamento de Estado americano ao governo de Camberra (Kurlantzick 2007, pp.214 e 215). Imediatamente após este acontecimento, em Março de 2005, um alto dignatário do ministério dos Negócios Estrangeiros chinês advertiu a Austrália que a China e Taiwan eram parte do mesmo território e que talvez fosse melhor, do ponto de vista dos interesses de Camberra, reavaliar o tratado do ANZUS, como forma de garantir a estabilidade na zona da Ásia – Pacífico (Kurlantzick 2007, p.215).

Contudo, a relação entre Camberra e Washington não foi significativamente abalada. Em Setembro de 2011, o ANZUS celebrou o seu 60º aniversário, confirmando o modo como as duas nações reforçaram a sua relação na última década. Na verdade, a sua aliança começou a ser enquadrada no âmbito da segurança regional, com implicações à escala global. Em Novembro de 2011, foi anunciado que tropas americanas seriam treinadas em Darwin<sup>35</sup> e, com a criação do Diálogo de Segurança Trilateral (Austrália – Japão – EUA), assim como de acordos de segurança entre Tóquio e os australianos, a ANZUS mostra sinais de adaptação ao contexto regional e que reforçam a sua posição junto dos norte – americanos. Para Camberra, a aliança com os EUA garante a segurança regional essencial para que a Austrália expanda os seus interesses económico e de segurança (Reilly e Yuan eds. 2012, pp.74 e 75). Por outro lado, a RPC é o principal parceiro comercial australiano, sendo que 27,4% das suas exportações dirigem – se para o Império do Meio, importando 18,5% dos bens vindos da China (CIA 2013c), sendo que é desejável um clima de estabilidade para que possam manter as suas trocas comerciais. Em suma, a Austrália procura adaptar – se ao aumento do poder chinês sendo uma oportunidade para reforçar laços com os EUA (Reilly e Yuan eds. 2012, p. 193).

Ainda que Camberra possa ser acusada de manter uma estratégia ambivalente, socorrendo – se dos EUA em matéria de segurança, mas que mantém relações tão próximas com a China (Prestowitz 2012), na opinião da ex – secretária de Estado Hillary Clinton não deve sequer ser posta em cima da mesa a hipótese da Austrália ter que optar entre o seu velho aliado e o seu principal parceiro comercial (Mead 2012). É do interesse estratégico australiano manter o contacto próximo com os dois países e, se necessário, mediar qualquer diferendo entre ambos (Li 2012, pp. 4 e 5).

---

<sup>35</sup> Trata – se da estipulação de um sistema rotativo de 2500 *marines* estacionados naquela cidade australiana (Reilly e Yuan eds. 2012, p.10).

No final de 2011, o presidente Obama apresentou a sua nova estratégia para a Ásia – Pacífico, reafirmando a vontade americana de manter uma presença forte na região, sendo uma reacção aos receios dos seus aliados e parceiros regionais que assistem de perto à crescente assertividade das posições chinesas. Washington encetou, ao longo de 2012, conversações para a execução de um processo semelhante ao australiano nas Filipinas, e aumentou o número de *U.S. Litoral Combat Ships*, ao fundear quatro em Singapura. A administração Obama também falou junto do Vietname para desenvolver uma parceria estratégica e conduziu exercícios navais conjuntos com o seu, outrora, inimigo. Até com o Camboja Obama reforçou a sua cooperação de defesa. O fim último não é conter o avanço chinês, mas sim incorporá – lo na ordem de segurança da Ásia – Pacífico (Schreer 2013). Ainda que a postura mais assertiva de Washington para com a China ajude a acalmar os ânimos junto de países como o Vietname, e até levando o Império do Meio a ser mais participativo junto dos seus vizinhos quanto a possíveis diferendos, tal poderá ter um efeito contrário, ou seja, levar a RPC a reforçar as suas capacidades militares e a ser mais agressivo quanto à defesa dos seus interesses territoriais. É um cenário que poderá prejudicar as relações comerciais sino – americanos e os Estados da região poderão optar por recusar maior envolvimento americano por receio de tensões com a China. De qualquer modo, a maioria dos representantes dos negócios estrangeiros da região consideram que o reforço da presença americana é essencial para a estabilidade da região (Manyin 2012a, pp. 8 e 9).

A ascensão da China parece clara, sendo fortemente impulsionada pelo consenso de Beijing, através de vários instrumentos económicos, políticos e culturais. Porém, existe uma preocupação constante por parte dos responsáveis políticos chineses em como lidar com esta ascensão cada vez mais acelerada, e que tem implicações ao nível

da estabilidade interna e externa do país (Ramo 2004, p.12). Esta ascensão teve um sinónimo que foi amplamente utilizado pela elite política chinesa, a Ascensão Pacífica (*heping jueqi*) e que evoluiu para a expressão mais consensual entre os líderes chineses Paz e Desenvolvimento<sup>36</sup>.

### **1.5. Ascensão Pacífica e Desenvolvimento Pacífico**

A expressão Ascensão Pacífica foi criada em Novembro de 2003 por Zheng Bijan (Suettinger 2004, p.1), um assessor político da liderança chinesa, particularmente próximo de Hu Jintao (Kurlantzick 2007, p.37). Para Zheng (2005), algumas potências emergentes da história moderna pilharam os recursos de outros países através da invasão, colonização, expansão sobre esses territórios e guerras em grande escala. A ascensão chinesa, por seu lado, tem sido movida pela modernização assente no capital, na tecnologia e nos recursos obtidos de modo pacífico (Zheng 2005, p.20). Na verdade, a pretensão da RPC não é seguir o rumo da Alemanha na Primeira e Segunda Guerra Mundial ou do Japão na Segunda Guerra Mundial, usando a violência e os meios bélicos para atingir o estatuto de potência mundial, muito pelo contrário: Zheng acredita que a China irá transcender as diferenças ideológicas em prol da paz, desenvolvimento e cooperação com todos os países do mundo (Zheng 2005, p.22). Mais importante ainda, a RPC não procuraria atingir o estatuto de potência hegemónica, tal como os Estados Unidos o fizeram, através da criação de organizações como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), que são dirigidas contra outros países. Para Zheng, a ascensão chinesa traria consigo uma situação *win – win* no mundo, espalhando paz e prosperidade (Leonard 2008, p.89).

---

<sup>36</sup> Para muitos líderes chineses, Ascensão Pacífica tinha uma conotação algo ameaçadora, daí ter sido adoptado o termo Desenvolvimento Pacífico ou Paz e Desenvolvimento (Kurlantzick 2007, p.37; Suettinger 2004, p.5).

A proposta de Zheng acaba por ser uma tentativa de responder aos desafios que a RPC terá pela frente até 2050, ano em que se projecta que se autodenomine um país moderno e desenvolvido de nível intermédio: primeiro, a falta de recursos naturais do seu território; segundo, é preciso solucionar as questões em torno da poluição, desperdício e baixa taxa de reciclagem, que são fortes impedimentos a um desenvolvimento sustentável; e terceiro, exista falta de coordenação entre o progresso económico e os aspectos sociais da RPC. Para atingir os objectivos propostos, Zheng acredita que, para além do carácter pacífico da ascensão chinesa, Beijing deve adoptar um modelo avançado de industrialização, assente na tecnologia, eficiência económica, baixo consumo de recursos naturais, menos poluição ambiental e alocação de recursos humanos melhorada. Por outras palavras, é necessário abandonar o modelo industrial baseado na disputa de recursos por via de conflitos e elevado investimento, consumo de energia e poluição (Zheng 2005, pp.21 e 22). Por último, Zheng vê na criação de uma sociedade harmoniosa socialista um elemento crucial para que se combatam muitos dos problemas sociais criados pelo modelo de desenvolvimento seguido até ao início do século XXI por Beijing: a administração estatal deverá ser gradualmente substituída pela auto – governação. De acordo com o autor, a China está a construir uma sociedade estável assente numa civilização espiritual, através do reforço das suas instituições democráticas e do Estado de Direito (Zheng 2005, p.22).

A popularidade que esta expressão adquiriu no seio dos pensadores “liberais internacionalistas” chineses, como Qin Yaqing e Shi Yinhong, fez com que estes pressionassem os decisores políticos do seu país a serem mais assertivos quanto ao seu futuro, procurando atingir os seus objectivos através do próprio sistema internacional (Leonard 2008, pp. 89 e 90). Esta expressão ganhou tanta importância para a política externa chinesa que o primeiro – ministro Wen Jiabao elencou cinco aspectos essenciais

da ascensão pacífica chinesa: seria necessária paz mundial para promover o desenvolvimento chinês e salvaguardar essa mesma paz através do desenvolvimento da China; teria por base os meios e o esforço totalmente chineses; não poderia estar desassociada da política de abertura sistemática e das sucessivas trocas comerciais com o exterior; demorariam várias gerações até ser atingida a ascensão pacífica; e, nunca seria atingida impondo a vontade da China a outro país, ou realizando ameaças e impedindo as outras nações de seguirem o seu próprio rumo (Suettinger 2004, p.4).

Porém, tudo mudaria com o discurso de Hu Jintao no seminário “China’s Peaceful Rise and Economic Globalization”, organizado pelo próprio Zheng Bijan, aquando do *Bo’ao Forum for Asia*, no final de Abril de 2004. O presidente Hu não fez uma única referência ao termo ascensão pacífica, preferindo a expressão paz e desenvolvimento datada dos tempos de Deng Xiaoping (Suettinger 2004, p.5). Existem quatro razões essenciais para a aparente queda do termo Ascensão Pacífica: a primeira gira em torno das pressões internas do próprio regime chinês. Do mesmo modo que os “liberais internacionalistas” apoiaram a teorização proposta por Zheng, os nacionalistas conservadores, designados de *neo – comms*, consideraram que abriria caminho para que Taiwan pudesse legitimar a sua independência face à China continental sem que sofresse qualquer represália militar (Leonard 2008, p.90).

Actualmente, o debate entre internacionalistas e conservadores é fundamental para a nova administração Xi – Li. Do campo liberal, destaca – se Wang Yizhou, que oferece um novo caminho para a diplomacia chinesa através do conceito Envolvimento Criativo. O autor argumenta que a RPC deve fazer ouvir as suas opiniões em relação a questões como as alterações climáticas, a proliferação nuclear, protecçãoismo comercial, investimento em regiões pouco desenvolvidas e fortalecimento das capacidades das organizações internacionais (Leonard 2012 ed., p.107). São desafios

fundamentais, tendo em conta que a China não tem o estatuto completo de economia de mercado, toma poucas iniciativas no desenvolvimento da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e, de acordo com Wang, não é tratada com o respeito que lhe é devido no ambiente financeiro internacional, especialmente, na estipulação de regras e na gestão do FMI. Para Wang, a China deve expressar as suas opiniões nos grandes centros de poder mundiais, de modo a defender os interesses no panorama internacional e a poder ditar regras para as relações internacionais (Leonard 2012 ed., p.108).

A China, deve por isso, procurar que seja respeitada na política mundial, levando a que os outros actores internacionais reconheçam a existência de outros caminhos e ideologias que conduzam ao desenvolvimento. Para muitos chineses, prevalece a ideia de que conceitos como democracia, direitos humanos, modelos económicos e desenvolvimento político são estipulados pelos padrões ocidentais, sendo, por isso, as escolhas certas e que outras opções ou são más ou não têm qualidade suficiente para rivalizar com o modelo Ocidental. A RPC, em última análise, pretende respeitar e aprender com os outros, mas também pretende que outras nações façam o mesmo em relação a si (Leonard 2012 ed., p.109).

Segundo Wang Yizhou, a China tem uma nova forma de por em prática a sua política externa de modo a conseguir atingir os objectivos atrás propostos. O Envolvimento Criativo está assente no sucesso diplomático chinês dos últimos anos, assim como na cultura tradicional chinesa e na continuidade das práticas diplomáticas da RPC. É um conceito que respeita as normas internacionais e tendências de desenvolvimento, e sintetiza os esforços de atribuir “características chinesas” aos assuntos externos (Leonard 2012 ed., p.109).

O Envolvimento Criativo reconhece que o mundo caminha para a paz e desenvolvimento e que o crescimento contínuo e dependência externa da China vão continuar. Trata – se de uma visão mais construtiva da diplomacia chinesa, modificando as regras internacionais para que os países aceitem o direito chinês em defender os seus interesses, mantendo o compromisso de procurar meios pacíficos e cooperativos com ganhos mútuos, em casos de disputas. Assim, trata – se de chegar a acordos por via de métodos mais criativos e que não sejam reféns de linhas de pensamento muito rígidas (Leonard 2012 ed., pp. 109 e 110).

Para que a RPC tenha uma voz activa no plano internacional, esta deve expandir a sua rede de negócios no mundo, ao mesmo tempo que aumenta a ajuda externa e os bens públicos que fornece, enquanto moeda de troca para que tome parte mais activamente nas decisões mundiais. Para Wang, a China ainda não atingiu o padrão internacional ditado pela ONU de que as economias industrializadas e potências emergentes devem dedicar 0,7% do seu PIB à ajuda externa ao desenvolvimento, algo que deve ser alterado para expandir a sua influência internacionalmente. Como tal, o modelo de ajuda externa que existe há 30 anos deve ser adaptado, criando uma nova autoridade que tome decisões baseadas nas económicas, políticas, diplomáticas e de segurança, coordenando departamentos ligados ao comércio, à política externa e às forças armadas (Leonard 2012 ed., p.110).

O enfoque na ajuda externa deverá ter em conta dois elementos essenciais para a China: a assistência externa estratégica, que procura salvaguardar os interesses de segurança e objectivos estratégicos, toma a forma de assistência militar e civil a países vizinhos, investimento em recursos naturais e energéticos em África e Médio Oriente e na construção de infra – estruturas em regiões consideradas estrategicamente importantes; e os bens públicos, que são produtos, projectos ou convenções

identificados para a acção colectiva da sociedade internacional, normalmente sob a alçada de organizações e instituições com credibilidade internacional, como a ONU. Destes bens públicos, destacam – se as forças de *peacekeeping* e a contribuição para a construção de centros de treino; o Plano dos Jovens Voluntários a Servirem no Estrangeiro da Liga da Juventude Comunista da China; as obrigações para com a ONU; e outras iniciativas para proteger o alto – mar e as regiões polares (Leonard 2012 ed., pp.110 e 111).

Estas duas categorias, considera Wang Yizhou, reforçam – se mutuamente, sendo que o seu papel na política externa chinesa deve ser abordado e debatido. Também é necessário destacar que os contratos comerciais têm vindo a ocupar grande parte do espaço dedicado à ajuda externa e a assistência externa estratégica e os bens públicos deverão começar a ter maior relevância neste âmbito. São estes três elementos que irão ajudar a China a implementar o Envolvimento Criativo a uma escala global, o que se deverá reflectir no orçamento chinês e nas suas principais políticas nacionais (Leonard 2012 ed., p.111):

“Com concepção e implementação cuidadas destas modalidades de ajuda, o «envolvimento criativo» da China poderá ter um efeito notável na nova era das relações internacionais.” (Leonard 2012 ed., p.111)<sup>37</sup>

No campo dos *neo – comms*, Yan Xuetong apresenta uma fórmula que prevê a reforma progressiva da diplomacia chinesa. Na sua opinião, à medida que caminhamos para um mundo bipolar, assiste – se ao enfraquecimento da não – intervenção nas relações internacionais. Com a ascensão de potências regionais, estas procurarão exercer

---

<sup>37</sup> “With careful design and implementation of these aid modalities, China’s «creative involvement» could have a remarkable effect in the new era of international affairs.” (Leonard ed. 2012, p.111).

a sua influência sobre os seus vizinhos e interferir nos assuntos internos de outros Estados. Como tal, tanto o princípio da intervenção, como o princípio da não – intervenção, passarão a coexistir (Leonard 2012 ed., p.114).

Para Yan, a capacidade das organizações internacionais conduzirem as grandes questões mundiais está cada vez mais reduzida, à medida que o mundo se bipolariza. No caso do Conselho de Segurança da ONU, os seus membros permanentes foram seleccionados a partir do resultado da 2ª Guerra Mundial. No entanto, o poder de alguns dos seus membros decresceu com o passar dos anos, não inviabilizando o facto de o Conselho continuar a ser o principal centro de decisão política mundial<sup>38</sup>. Com a crescente bipolarização, a resolução de conflitos internacionais também ficará dificultada, na medida em que, é mais fácil prosseguir uma determinada política quando apenas existe uma superpotência. A transição da unipolaridade para a bipolaridade pode levar a cada mais vetos no Conselho de Segurança do que nas últimas duas décadas, inviabilizando qualquer consenso (Leonard 2012 ed., pp. 114 e 115).

Yan Xuetong também considera que as organizações internacionais apenas criam mais problemas do que aqueles que solucionam, levando a que novos fóruns de decisão sejam criados para apresentarem respostas práticas às crises globais. Por exemplo, o G8 foi substituído pelo G20 e o Grupo Económico da Ásia Oriental foi posto de parte em prol da Cooperação Económica da Ásia e do Pacífico (APEC). Porém, ainda que o número de organizações internacionais esteja a aumentar, assim como o número de cimeiras, os consensos conseguidos por ocasião desses encontros acabam por não passar à prática (Leonard 2012 ed., p.115):

---

<sup>38</sup> Por outro lado, o presidente do BM é tradicionalmente americano e o director – geral do FMI é, normalmente, europeu (Leonard 2012 ed., p.114).

“As organizações internacionais estão, portanto, a avançar com opiniões, em vez de resolverem problemas práticos.” (Leonard 2012 ed., p.115)<sup>39</sup>

Yan nota igualmente que há uma busca cada vez maior pela equidade e pela justiça social. Por exemplo, a capacidade produtiva mundial superou a procura, mas a má alocação dos produtos distribuídos faz com que a fome e a pobreza ainda persistam. A globalização promoveu o desenvolvimento, mas também aumentou as disparidades sociais. Assim, tanto nos países desenvolvidos, como nos países em desenvolvimento, as populações exigem mais justiça social, o que se encontra espelhado em acontecimentos como a Primavera Árabe ou os protestos contra os planos de austeridade na Europa. Para Yan, a tendência internacional para a bipolaridade está a enfraquecer o domínio americano, assim como a competição livre advogada pelos americanos, princípio que é cada vez mais desafiado pela vontade de ter maior justiça social e equidade (Leonard 2012 ed., p.115).

Perante todas estas alterações que hoje afectam o mundo, a China tem que continuar a evoluir para acompanhar a mudança dos tempos e proteger os seus interesses nacionais. Trata – se de um objectivo apenas alcançável através de reformas constantes. A lógica por detrás deste pensamento é simples: se acreditarmos que os feitos económicos chineses dos últimos 30 anos são o resultado de reformas políticas constantes, os mesmos princípios deverão ser aplicados à diplomacia chinesa (Leonard 2012 ed., p.116).

Para além das considerações apresentadas por internacionalistas e conservadores, as próprias expectativas da opinião pública chinesa têm grande relevo no modo como os novos desafios a Beijing são interpretados. A crise financeira, por exemplo, não afectou

---

<sup>39</sup> “International organizations are thus progressing towards issuing opinions rather than solving practical problems.” (Leonard ed. 2012, p.115).

apenas o Ocidente: com os elevados níveis de interdependência que a globalização gerou com o passar dos anos, a China sentiu dificuldades em exportar os seus bens, numa altura em que as economias ocidentais contraíram e que as instituições financeiras perderam credibilidade. Por outro lado, os próprios estrategas analisam os Estados (em especial, as grandes potências) para compreender as relações entre as principais nações. Contudo, elementos como a demografia são cada vez mais importantes, numa era em que as sociedades ocidentais e a China envelhecem rapidamente, o Sudeste Asiático, o Médio Oriente, e África mantêm grandes taxas de crescimento populacional, influenciando os movimentos migratórios e podendo gerar situações de conflito entre imigrantes e habitantes locais. Com esta situação, a urbanização em massa enfraquece a saúde pública, os sistemas educacionais e de transportes, a defesa do ambiente, assim como o fornecimento de água e electricidade. As disparidades entre ricos e pobres aumentam e as novas tecnologias permitem a pequenos grupos desafiar o poder dos países. O facto de conceitos como liberdade individual, igualdade, direitos humanos e democracia serem cada vez mais apetecíveis por todo o mundo, obriga a que a China tenha uma atitude proactiva no actual ambiente estratégico internacional (Leonard 2012 ed., p.120).

O segundo problema da Ascensão Pacífica centra – se no facto de que dentro do próprio partido muitos são os que querem manter uma forma mais assertiva de conduzir a política externa chinesa, sendo Jiang Zemin a figura mais proeminente a colocar – se ao lado dos conservadores (Leonard 2008, p.92). Essa assertividade chinesa é, porém, algo condicionada por questões internas e externas. O caso concreto do grupo composto pelo Brasil, Rússia Índia, China e África do Sul (BRICS) revela como a RPC ainda tem divergências com Estados que, à partida seriam seus parceiros e que a ajudam a libertar – se de alguma pressão vinda do Ocidente. Ainda há disputas ideológicas e de interesses

nacionais entre Beijing e outras nações emergentes, para além de problemas ao nível fronteiriço e de questões, na sua perspectiva, do seu foro interno, como os problemas em torno do Tibete e Xinjiang (profundamente ligadas à violação dos direitos humanos) ou a venda de armamento americano a Taiwan, a que se juntam os problemas gerados pela taxa de câmbio do renminbi (RMB). A ascensão dos países em desenvolvimento, portanto, não garante que a RPC tenha uma boa imagem no panorama internacional, sendo o seu efeito limitado (Leonard 2012 ed., p.120).

No que respeita à Ascensão Pacífica, Suettinger (2004) aponta que uma das suas principais falhas prende – se com a escalada da China ao estatuto de potência mundial de um modo pacífico, que parece algo contraproducente quando olhamos para a situação de Taiwan. Na verdade, ainda hoje a China continental mantém um olhar vigilante e ameaçador sobre a ilha Formosa, antevendo a possibilidade de intervir militarmente para impedir a sua declaração de independência (Suettinger 2004, p.6).

A ascensão chinesa, portanto, cria um dilema de segurança. Enquanto procura melhorar as suas capacidades militares, os Estados Unidos e os países vizinhos que duvidam das intenções chinesas também começam a tomar medidas preventivas direccionadas à China, fazem com que a opinião pública fique preocupada com o ambiente em torno do Império do Meio, mesmo que esteja mais poderosa do que nunca. Poderá pensar – se que os chineses não gastam o suficiente em matéria de defesa e que as suas políticas para com os seus vizinhos e os EUA não são fortes o suficiente (Leonard 2012 ed., pp.120 e 121). Em última análise:

“Este «dilema de segurança» vai ser difícil de solucionar no futuro imediato.

O poder real, os instrumentos políticos, e o planeamento estratégico nas relações

externas da China continuarão atrasadas em relação à expectativas do público doméstico.” (Leonard 2012 ed., p.121)<sup>40</sup>

No entanto, não deixa de ser relevante destacar que os vizinhos da China estão de facto muito activos na persecução dos seus objectivos nacionais. Nos últimos anos, vários membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), têm – se confrontado com a China por causa de disputas no mar da China Meridional e de assuntos de segurança regional. A maior assertividade com que a China expõe as suas posições relativamente à região, numa tentativa de afastar os americanos da sua posição privilegiada no Sudeste Asiático. Reflectindo sobre o perigo destas políticas, países como as Filipinas e o Vietname têm procurado cada vez maior apoio militar americano, como forma de manter as suas pretensões no mar da China Meridional. A própria ASEAN tentou que se assinasse um código de conduta para esta massa de água com a China, algo que levou Beijing a não realizar qualquer compromisso significativo nesse sentido (Kurlantzick 2012, p.6).

A pouca flexibilidade chinesa em torno deste caso em particular não ajuda em nada a obtenção de compromissos vinculativos para todas as partes. No Outono de 2012, com o aumento da tensão em torno das disputas marítimas, as Filipinas procuraram apoio da ONU para dividir o “mar das Filipinas Ocidental”, e em Setembro, a Secretária de Estado Hillary Clinton pediu maior flexibilização da parte chinesa para a redacção de um código de conduta. A resposta foi negativa: a China reiterou o seu controlo total sobre todo o mar e preveniu os americanos de que a possibilidade de ter *marines* estacionados em Darwin e a vontade de melhorar a cooperação com as Filipinas iam contra os desejos das nações asiáticas (Kurlantzick 2012, p.7).

---

<sup>40</sup> “This «security dilemma» will be difficult to solve in the immediate future. The real strength, policy instruments, and strategic planning in China’s foreign relations will continue to lag behind expectations of the domestic public.” (Leonard ed. 2012, p.121).

Por último, é fácil notar que o conceito ascensão pacífica parece ter sido concebido de uma forma apressada. Se no passado, o apoio do governo central bastaria para que qualquer teoria fosse amplamente aprovada e disseminada, a realidade académica chinesa dos nossos dias é muito diferente, sendo que qualquer nova teorização será alvo de debate profundo (Suettinger 2004, p.7). No epicentro deste mesmo debate, os próprios políticos têm um papel crucial, sendo importante destacar Dai Bingguo, conselheiro de Estado e o mais alto dirigente que supervisiona a política externa da RPC (Kissinger 2011, p.542). Para Dai, a peça central da política externa de Beijing é o desenvolvimento pacífico. Para responder às preocupações tanto dos observadores estrangeiros (que temem possíveis acções agressivas por parte dos chineses), como dos chineses (que pedem uma postura mais assertiva da China no plano internacional), Dai procurou explicitar aquilo que é o desenvolvimento pacífico, tendo em vista apaziguar os dois lados do debate. Para o conselheiro de Estado, o Desenvolvimento Pacífico não é uma armadilha para os adversários da China, na medida em que a mesma não esconde as suas pretensões e espera pelo momento certo para agir. Por outro lado, ao contrário daquilo que muitos pensam na RPC, não se trata de uma fantasia que desperdiça os recursos e as vantagens chinesas. No fundo, para Dai Bingguo, é uma estratégia a longo – prazo que serve os interesses desta nação, perante um mundo em constantes mudanças e que requer a própria adaptação sistemática da China às circunstâncias que vão surgindo (Kissinger 2011, pp.542 e 543). Com a actual geração de governantes, ainda que seja prematuro realizar elações elaboradas sobre o assunto, o caminho do Desenvolvimento Pacífico continuará a ser fundamental para a China, ao mesmo tempo que procurará ser mais proactiva nas relações internacionais. Assim, Xi Jinping considera que a RPC deverá continuar a fomentar a cooperação e benefício mútuos, mas que não abdicará dos seus direitos, ou sacrificará os seus

interesses nacionais. Segundo Xi, apenas quando todos os países seguirem o Desenvolvimento Pacífico é que será possível chegar a uma Coexistência Pacífica (Global Times 2013). Numa primeira análise, Xi Jinping e os restantes membros da quinta geração irão prosseguir o Desenvolvimento Pacífico, tal como Dai Bingguo o propõe, mas demonstrando maior assertividade, o que vai em linha de conta com a proposta de Wang Yizhou em torno do Envolvimento Criativo.

No fundo, trata – se de dar um passo mais à frente no que respeita ao Desenvolvimento Pacífico, algo que Dai Bingguo não deixa de parte. Num mundo que Dai considera cada vez mais pequeno, fruto dos efeitos da globalização, é muito importante para a RPC interligar – se com outras nações em prol da resolução de diferendos e da persecução de interesses que são mútuos a vários países. Para tal, é preciso abandonar de vez a doutrina de Mao da autodependência absoluta, que apenas isolaria o país e não permitiria agarrar esta oportunidade de gerir as relações de Beijing com os outros Estados. Dai Bingguo afirma que as políticas cooperantes (tal como podemos comprovar através do consenso de Beijing) são as mais compatíveis com as outras nações (Kissinger 2011, pp.543 e 544).

Além disso, a postura perante os seus vizinhos (que já testemunharam a ascensão e queda da China por várias vezes ao longo dos séculos) deverá ser responsável e respeitadora das leis internacionais, pois, segundo Dai, ainda há muitos problemas por resolver na China que não lhe permitem adoptar uma posição de clara superioridade<sup>41</sup>. Neste sentido, qualquer conjectura de que a RPC irá procurar dominar a Ásia ou que vai destronar o Estados Unidos da sua posição de principal potência à escala global, não pode ser encarada como verdadeira (Kissinger 2011, pp.545 e 546).

---

<sup>41</sup> Ainda há 150 milhões de chineses a viver abaixo do limiar da pobreza (Kissinger 2011, pp.545 e 546);

No fundo, o desenvolvimento pacífico é necessário para a China, por vários motivos. Antes de mais, um clima de paz permite manter o crescimento económico que tem registado ao longo dos anos, acalmando as intenções da comunidade intelectual chinesa e diminuindo o número de protestos contra o regime. Além disso, torna – se possível que as empresas chinesas possam assentar os seus negócios no estrangeiro, facilitando as trocas comerciais tendo a vista a obtenção de importantes recursos naturais como o petróleo, o cobre, ou o ferro. Este elemento é fundamental, dada a necessidade de alimentar a economia, que evidencia uma procura cada vez mais voraz por bens e serviços<sup>42</sup>. O desenvolvimento pacífico oferece à RPC uma imagem positiva no panorama externo, sendo encarada como uma nação benigna e construtiva, para não falar na possibilidade de manter alianças estratégicas com países (por exemplo, o Irão) que suspeitem daqueles que intervêm directamente nos assuntos internos de outrem (Kurlantzick 2007, pp.39 – 42).

Portanto, perante os dados até aqui apresentados referentes ao modo como o consenso de Beijing é usado e acompanhado pelo desenvolvimento pacífico, resta responder a uma questão: será o Consenso de Beijing um caso de sucesso em solo chinês?

### **1.6. Consenso de Beijing: um caso de sucesso?**

Compreender até que ponto o consenso de Beijing é um êxito no plano económico e se o mesmo será um modelo a seguir é fundamental para esta análise. Assim sendo, não deixa de ser interessante que os resultados apresentados pela RPC estão longes de serem homogéneos no que toca ao rendimento individual dos cidadãos,

---

<sup>42</sup> Estima – se que mais de 300 milhões de pessoas possam vir a migrar das zonas rurais para os ambientes citadinos chineses até 2020, aumentando exponencialmente essa procura (Kurlantzick 2007, pp.40 e 41).

levando – nos a questionar a prestação de alguns dos elementos identificados como parte do consenso de Beijing, como a propriedade estatal, o unipartidarismo ou a questão em torno da experimentação (Huang 2011, p.6).

Parte do problema está na discrepância dos valores apresentados referentes ao PIB na China. Por exemplo, os governos locais chegaram a apresentar um valor do PIB 10 a 15% superior ao revelado pelas estatísticas governamentais, comprovando a existência de inconsistências que requerem uma melhor clarificação da parte do Estado. Em contrapartida, Yasheng Huang (2011) afirma que os valores correspondentes ao rendimento de cada indivíduo são mais fidedignos, na medida em que são obtidos em inquéritos porta – à – porta, levados a cabo com grande profissionalismo (Huang 2011, p.7).

A escolha do PIB e do rendimento dos cidadãos para análise tem a sua razão de ser, segundo Huang: numa primeira instância, quando a China realizou reformas políticas mais liberais<sup>43</sup>, o rendimento individual dos cidadãos registou aumentos mais elevados. Por outro lado, quando essas mesmas reformas foram desaceleradas e se procurou um papel mais forte do Estado, o crescimento do rendimento pessoal foi mais lento (Huang 2011, p.5). Aliado a este aspecto, desde 2008 o termo consenso de Beijing deixou de ser debatido exclusivamente nos círculos académicos ocidentais, passando a ser uma constante no léxico da comunidade política chinesa. A ideia do estadismo económico é particularmente defendida, sendo considerada a grande responsável pelo crescimento económico. De facto, prossegue Huang, a RPC atravessa um período em que a presença do Estado na economia se faz sentir fortemente, onde 90% dos fundos de

---

<sup>43</sup>Por exemplo, nos anos 80 foi considerado fundamental para que as empresas fossem separadas do governo, de modo a assegurar que o investimento e as decisões relativas à produção fossem definidas por razões económicas e não políticas. Também foi acordado que as reformas realizadas com sucesso no sector agrícola se deveriam estender aos meios urbanos (Tisdell 2009, pp. 277 e 278).

investimento são destinados a empresas do Estado. A actual política praticada difere grandemente daquilo que foi aplicado nos anos 80 e 90, em que o Estado chinês descentralizou a economia, incentivou o investimento privado e ao nível dos governos locais, e em que expôs as suas empresas aos mercados interno e externo (Huang 2011, p.4). Para Huang, existem dois aspectos cruciais que justificam estas discrepâncias.

Em primeiro lugar, houve uma clara evolução das políticas praticadas ao longo das últimas três décadas. De modo a facilitar a análise, Huang dividiu a evolução das políticas económicas em três períodos. O primeiro período parte de 1979 até 1988 (a que o autor chama os anos 80), em que Hu Yaobang e Zhao Ziyang eram as principais figuras das reformas económicas, sendo que Deng Xiaoping tinha maior predominância no panorama político (Huang 2011, pp.12 e 13).

O segundo período, que Huang designa como sendo os anos 90, decorre de 1989 a 2002, período marcado pela governação de Jiang Zemin e Zhu Rongji, ambos naturais de Shanghai, uma das cidades que mais restringe a actividade empresarial privada e que financia fortemente as empresas ligadas ao Estado (Huang 2011, p.13).

O terceiro período, de 2003 aos nossos dias, abrange os anos de governação de Hu Jintao e Wen Jiabao. A performance destes líderes no que respeita às reformas políticas e económicas é mista: por um lado, muitas das políticas rurais dos anos 90 foram revertidas, onde se destaca a abolição ou redução da taxa individual rural, implementação de subsídios aos preços e reformas financeiras limitadas. Em contrapartida, os monopólios do Estado e o apoio às empresas públicas aumentaram significativamente, mesmo quando comparados aos anos de governação de Jiang Zemin. Para Huang, os anos 80 e 90 são os que atestam a veracidade do crescimento económico oferecido pelo consenso de Beijing (Huang 2011, p.13).

As principais reformas políticas encetadas na China ocorreram nos anos 80, em que se incluem, a aposentação obrigatória dos membros do PCC, a auto – governação dos campos agrícolas e a maior abertura dada aos grupos da sociedade civil (Huang 2011, p. 13). Também é neste período que algumas reformas jurídicas importantes para o desenvolvimento da China foram encetadas, algo que Deng Xiaoping considerou crucial desde cedo. Em 1979, foram elaborados, pela primeira vez na história da RPC, um Código Penal e um Código do Processo Penal Comunista Chinês e em 1982 foi feita uma reforma constitucional profunda, podendo – se considerar um texto novo por inteiro (Vaz – Pinto 2010, p.59). Apesar do Estado chinês ter reduzido o número de negócios na sua posse, o governo em si aumentou brutalmente<sup>44</sup>. Como agravante, muitas reformas que levariam à cada vez maior separação entre o PCC e o governo, como a presença de grupos do partido dentro dos ministérios, foram suspensas (Huang 2011, p.14). De resto, Huang considera que:

“Quando a China se dirigia por um caminho politicamente liberal nos anos 80, seu crescimento do PIB promovia mais o bem – estar social. Por outro lado, quando as políticas nacionais foram redireccionadas no sentido oposto nos anos 90, o crescimento do PIB chinês foi menos benéfico para o bem – estar social.” (Huang 2011, pp.14 e 15)<sup>45</sup>

Esta afirmação ganha relevo quando olhamos para o segundo elemento destacado no estudo de Huang. O autor procura desmistificar a ideia de que o sector privado pouco tem contribuído para o crescimento económico chinês, o que levantaria

---

<sup>44</sup> Por exemplo, o número de funcionários pagos pelo governo em 2004 era de 46 milhões de pessoas, contra 20 milhões no início dos anos 90 (Huang 2011, p.14);

<sup>45</sup> “When China was trending in a politically liberal direction in the 1980’s, its GDP growth was more welfare – enhancing. On the other hand, when the politics of the country were trending in the opposite direction in the 1990’s, China’s GDP growth was less welfare – enhancing.” (Huang 2011, pp.14 e 15).

dúvidas se é de facto o Estado que assume as responsabilidades económicas por inteiro no consenso de Beijing (Huang 2011, p.6). Para o autor, as *township and village enterprises* (TVE) são um exemplo de como a propriedade privada teve um papel muito importante para o crescimento económico, ao mesmo tempo que contrapõe a rejeição do papel dos investimentos privados por parte do consenso de Beijing (Huang 2011, p.15).

A génese das TVE provém das firmas e empresas ligadas às brigadas e comunas do período do Grande Salto em Frente. No Ocidente, as TVE dos anos 80 foram conotadas com este projecto trágico, mas na verdade a vasta maioria das 12 milhões que existiam em 1985 em nada estavam relacionadas com este movimento. O termo TVE surgiu pela primeira vez num documento lançado pelo Conselho de Estado<sup>46</sup>, a 1 de Março de 1984, e englobava as empresas patrocinadas pelos municípios e vilas, *alliance enterprises* formadas por camponeses, assim como negócios de particulares (Huang 2011, p.17).

Dado as TVE incluírem empresas colectivas, o Consenso de Beijing parece intocado quanto ao desempenho diminuto do sector privado na economia chinesa. Porém, todas as outras empresas no referido documento são privadas: os negócios de particulares empregam menos de sete pessoas, assentes num determinado agregado familiar. As *alliance enterprises*, por sua vez, correspondem às firmas privadas de maior dimensão, envolvendo vários investidores e empregando mais de sete indivíduos. A confusão que as TVE geraram no Ocidente deveu – se ao modo como eram entendidas pelos estudiosos na matéria. Para os economistas ocidentais, tratavam – se de empresas detidas colectivamente pelos municípios e vilas chinesas, quando na

---

<sup>46</sup> O documento intitulava – se “Report on Creating a New Situation for Commune and Brigade Enterprises”, mas ficou mais conhecido na China por “Document No.4” (Huang 2011, p.17).

realidade, tratava – se de uma expressão geográfica, designando as empresas localizadas em certos municípios ou aldeias (Huang 2011, pp.17 e 18).

Ao longo dos anos 80, as TVE foram ganhando peso nas zonas rurais chinesas e em 1987, as TVE privadas já contribuía com mais de 50% do rendimento gerado pelas TVE no seu todo em oito províncias e entre 30 e 50% noutras quinze províncias (Huang 2011, p.23). Estes dados revelam que o sector privado teve um papel muito mais importante no processo reformista iniciado em 1978 do que seria de esperar. Contudo, as diferenças entre o período anterior aos anos 80 e a era reformista de Deng Xiaoping são notáveis: antes existia apenas um banco; agora, existe uma miríade de bancos. A colectivização dos campos era parte integrante das políticas rurais comunistas; actualmente, este modelo foi abandonado, em prol da gestão e funcionamento dos campos a partir das próprias famílias<sup>47</sup>. Enquanto que outros países olham para a China e para o exemplo dado pelas *state – owned enterprises* (SOE), os chineses têm plena consciência de que o processo de liberalização do país teve um papel mais profundo no seu desenvolvimento do que se possa pensar (Williamson 2012, p.10). Huang sumariza este ponto de vista:

“É difícil reconciliar este achado com a visão do consenso de Beijing de que foram as inovações do sector público, e não do sector privado, que contribuíram para o arranque económico inicial da China.” (Huang 2011, p.23)<sup>48</sup>

As críticas ao funcionamento deste consenso não ficam por aqui. Williamson (2012) afirma que, quanto ao processo de experimentação contínua, este acabará por ser

---

<sup>47</sup> Em 1962, enquanto segundo secretário do PCC na província de Guangdong, Zhao Ziyang acabou com as comunas rurais e devolveu – as à posse de privados, como medida “temporária” de recuperar dos efeitos desastrosos do Grande Salto em Frente (Pu, Chiang e Ignatius eds. 2009, p.284);

<sup>48</sup> “It is difficult to reconcile this finding with the Beijing Consensus view that innovations in the public sector, rather than in the private sector, contributed to China’s initial take – off.” (Huang 2011, p.23).

excessivamente dispendioso e que de nada serve “reinventar a roda” constantemente (Williamson 2012, p.8). Além disso, ainda que o autoritarismo seja popular para alguns dos líderes políticos do mundo, tal não será necessariamente verdade para o povo (Williamson 2012, p.10).

Outro ponto importante a destacar é a existência ou não de uma correlação entre um regime autoritário e crescimento económico. De facto, autores como Dambisa Moyo (2010) vêm que a própria democracia liberal pode ser um entrave e não um estímulo para as economias dos países em desenvolvimento, dado o intenso debate político existente num regime democrático, forçando as partes a realizarem, em muitos casos, cedências mútuas para aprovarem certos tipos de legislação económica. Trata – se de uma situação que pode ficar enredada em guerras partidárias e de interesses, e que não fazem avançar novas reformas económicas (Moyo 2010, p.42). A visão de Moyo é, de resto, profundamente pessimista:

“Num mundo perfeito, o que os países pobres com os mais baixos níveis de desenvolvimento precisam não é uma democracia multipartidária, mas sim um ditador benevolente decidido em forçar a entrada de reformas que ponham a economia em movimento (infelizmente, demasiadas vezes os países acabam com mais ditador do que benevolência).” (Moyo 2010, p.42)<sup>49</sup>

Williamson (2012) concorda, até certo ponto, com esta análise. O autor acredita que, apesar do carácter muitas das vezes pouco democrático de alguns dos Estados asiáticos, muitas das decisões tomadas tinham por base uma preocupação genuína em relação ao povo e que, aqueles que governam, procuraram não realizar eleições, de

---

<sup>49</sup> “In a perfect World, what poor countries at the lowest rungs of economic development need is not a multi – party democracy, but in fact a decisive benevolent dictator to push through the reforms required to get the economy moving (unfortunately, too often countries end up with more dictator and less benevolence).” (Moyo 2010, p.42).

forma a impedir que um populista possa vir a arruinar o legado por si deixado (Williamson 2012, p.12). Porém, o autor adverte:

“(…) a vontade do povo em confiar nos seus líderes é um fenómeno temporário. No seu devido tempo, os líderes chineses terão que encontrar um caminho que permita ao seu povo participar no processo político, dando – lhes a escolher algo que não seja um partido comunista que desde há muito deixou de acreditar no comunismo. Caso contrário, assistiram a uma explosão.” (Williamson 2012, p.12)<sup>50</sup>

No fundo, apesar do grande crescimento económico que o consenso de Beijing oferece, a verdade é que, mais cedo ou mais tarde, tal não será suficiente para o povo, sendo que a solução será avançar para um regime democrático. De resto Zhao Ziyang, antigo primeiro – Ministro chinês, via na democracia (em particular, na democracia parlamentar) a melhor forma de exercício de poder disponível, alertando para os perigos da sua não – adopção:

“(…) se um país deseja modernizar – se, não só deverá implementar a economia de mercado, deve igualmente adoptar uma democracia parlamentar enquanto sistema político. Caso contrário, esta nação não será capaz de manter uma economia de mercado que seja saudável e moderna, nem conseguirá tornar – se numa sociedade moderna com um Estado de Direito. Em vez disso, irá incorrer em situações que sucederam em tantos países em desenvolvimento: comercialização do

---

<sup>50</sup>“(…) the willingness of people to trust their leaders is a temporary phenomenon. In due course, China’s leaders will have to find a way to enable their people to participate in the political process, and give them an option other than a Communist party that long ago ceased to believe in Communism, or they will preside over an explosion.” (Williamson 2012, p.12).

poder, corrupção galopante, uma sociedade polarizada entre ricos e pobres.” (Pu, Chiang e Ignatius eds. 2009, p.270)<sup>51</sup>

Trata – se de uma adaptação no presente para garantir o futuro e para assegurar a própria sobrevivência da China. Nas palavras de Sun Yat – sen:

“«As tendências mundiais são enormes e poderosas; aqueles que as segue prosperam, os que lhes resistem perecerão.»” (Cit. in. Pu, Chiang e Ignatius eds. 2009, p.270)<sup>52</sup>

Em suma, o consenso de Washington partindo de uma posição vantajosa no início dos anos 90 acabou por perder popularidade à medida que a sua aplicação foi gerando descontentamento e poucos resultados, abrindo caminho para que a China ganhasse preponderância no panorama internacional. Através do seu consenso, Beijing ganhou espaço nos grandes centros de decisão internacionais e hoje apresenta um modelo apelativo para que outros possam seguir. Apesar das suas limitações e das suas falhas conceptuais (no que se refere à verdadeira importância do sector privado no desenvolvimento chinês), o Consenso de Beijing é o espelho da ascensão pacífica protagonizada pela RPC nos últimos 20 anos. Porém, sendo um processo longo e que tem as suas origens na própria conjuntura política e social chinesas, é de grande importância olhar para o debate que existe na própria esfera intelectual e política da RPC, de modo a compreender a sociedade e as diferentes visões políticas defendidas para o seu futuro.

---

<sup>51</sup> “(...) if a country wishes to modernize, not only should it implement a market economy, it must also adopt a parliamentary democracy as its political system. Otherwise, this nation will not be able to have a market economy that is healthy and modern, nor can it become a modern society with a rule of law. Instead it will run into the situations that have occurred in so many developing countries, including China: commercialization of power, rampant corruption, a society polarized between rich and poor.” (Pu, Chiang e Ignatius eds. 2009, p.270);

<sup>52</sup> “« Worldwide trends are enormous and powerful; those who follow them prosper, and those who resist them perish.»” (Cit. in. Pu, Chiang e Ignatius eds. 2009, p.270).

## Capítulo II: A sociedade harmoniosa e a experiência política chinesa

### 2.1. A gênese da Sociedade Harmoniosa

As constantes reformas económicas a que a China tem sido alvo têm permitido ao PCC manter o monopólio do poder, como já foi demonstrado no capítulo anterior. A par da importância que estas reformas têm na manutenção do *status quo* político, a sociedade chinesa ainda é sustentada por uma herança filosófica e cultural que oferece margem de manobra aos seus líderes. Essa herança deriva do Confucionismo, um elemento basilar da sociedade harmoniosa.

Em traços largos, segundo a leitura de Kissinger (2011) ao pensamento de Confúcio (551 – 479 a.C.)<sup>53</sup>, a sociedade deverá funcionar com base numa série de elementos éticos, em que os governantes e os governados se respeitam e se protegem uns aos outros, desde que, cada uma das partes cumpra o seu papel. No fundo, trata – se de cada um saber que lugar deve ocupar na sociedade, de modo a atingir uma maior harmonia (Kissinger 2011, p.32). Esta é a utopia da sociedade harmoniosa: os governados são subservientes em relação a quem governa, mas apenas porque os governantes garantem à população abrigo, educação e segurança contra ameaças externas (Halper 2010, p. 150). A sociedade harmoniosa confucionista baseia – se na moralidade individual e governamental, na justiça e na correcção social (Geis e Holt 2009, p.82) As consequências para quem não cumpre as suas obrigações são claras:

---

<sup>53</sup> O filósofo chinês viveu na parte final do «período da primavera e do outono», época marcada pela instabilidade e lutas constantes pelo poder que antecedeu o período dos Estados em Guerra (475 – 221 a.C.) (Kissinger 2011, p.30).

“Se o governante falhar neste capítulo, o campesinato chinês tem uma herança quase sem rival na história de realizar rebeliões de baixo para cima.” (Halper 2010, p.150)<sup>54</sup>

A missão que Confúcio propunha, de modo a retirar a China do caos em que estava mergulhada, seria alcançada pelo “ «Caminho» ” (Kissinger 2011, p.31) da sociedade harmoniosa, uma conjuntura social que, segundo o filósofo, já havia sido concretizada numa época distante da história chinesa. O fim último desta missão espiritual humana era recuperar a ordem erigida pela burocracia imperial, alcançando a rectificação e não o progresso da sociedade (Kissinger 2011, p.31).

Actualmente, a expressão sociedade harmoniosa ainda tem uma grande importância para os políticos chineses. Na prática, é este elemento confucionista que garante os termos da troca daquilo que Halper (2010) chama de “civic bargain”: as elites políticas asseguram a qualidade de vida das populações; em contrapartida, o povo permite que essas elites se mantenham no poder, não surpreendendo que Hu Jintao faça desta expressão uma peça central do seu discurso político (Halper 2010, pp.150 e 151). Porém, não se trata de uma expressão imutável. Ao longo dos anos, em especial com o fim da era maoísta, os líderes chineses têm vindo a aplicar esta fórmula, atingindo o seu auge com a presidência de Hu Jintao.

Os primeiros sinais de que a China poderia estar a caminhar para uma sociedade harmoniosa fizeram – se sentir no final dos anos 70, com o início das reformas económicas lideradas por Deng Xiaoping. De resto, o conceito confucionista de que as

---

<sup>54</sup> “If the ruler fails in these regards, then the Chinese peasantry have a heritage for bottom – up rebellion that is almost unrivalled in history.” (Halper 2010, p.150).

reformas devem ser aplicadas de modo gradual, equilibrado e moderado (Kissinger 2011, p.112)<sup>55</sup>, foi usado por Deng durante os seus anos de governação:

“Deng Xiaoping e os seus aliados (...) optaram, famosamente, por ‘tactear as pedras para atravessar o rio’ – implementar alterações incrementais um passo de cada vez, sem nunca referirem qual o destino final.” (Leonard 2008, p.22)<sup>56</sup>

Em larga medida, Deng começou por identificar que o período caótico da liderança de Mao Zedong em nada contribuiu para o progresso da RPC. Como tal, Deng entendeu que o caminho para o desenvolvimento apenas seria alcançado se a China abandonasse o isolacionismo maoísta e iniciasse uma política de abertura ao exterior, entrando de forma decisiva no sistema global de mercado (Geis e Holt 2009, p.77).

As políticas sociais chinesas encetadas desde então tiveram como propósito responder, segundo Arjan de Haan (2010), a duas alterações dramáticas na sociedade da RPC aquando da aplicação dessas reformas económicas. Para o autor, a demografia é uma dessas preocupações: ao longo dos anos, a migração da população rural para os ambientes urbanos facilitada pelas alterações vividas nos anos 80 e 90 abre novos desafios à liderança, ainda que as reformas da saúde e da segurança social apresentem uma forte componente rural e de combate à pobreza. Por outro lado, a forte quebra no crescimento populacional<sup>57</sup> e o conseqüente envelhecimento da mesma, força a que o Estado chinês redobre esforços para criar um sistema de pensões eficaz (de Haan 2010, p.76). O baixo crescimento populacional está muito associado com a política de um só

---

<sup>55</sup> A chamada “Estratégia dos 24 Caracteres” de Deng Xiaoping abriu caminho para todo o processo reformista ainda hoje sentido:

“Observar calmamente; assegurar a nossa posição; lidar com os assuntos calmamente; esconder as nossas capacidades e ganhar tempo; ser bom a manter um perfil discreto; e nunca reivindicar a liderança.” (Geis e Holt 2009, p.81);

<sup>56</sup> “Deng Xiaoping and his allies (...) opted famously to ‘grope the stones to cross the river’ – implementing incremental changes one step at a time, without ever talking about the final destination.” (Leonard 2008, p.22);

<sup>57</sup> Estima – se que a população chinesa apenas tenha crescido 0.481% em 2012 (CIA 2013c).

filho, iniciada em 1979 e que teve como propósito controlar o crescimento populacional. Várias medidas foram tomadas para que esta política tivesse sucesso, como os certificados para filhos únicos, que ofereciam diversos benefícios aos casais com apenas um filho e que prometessem não ter mais. Em 1980, foram introduzidas quotas para monitorizar o comportamento reprodutivo das mulheres e limitar o número de nascimentos. Qualquer gravidez “inesperada”, ou seja, em que a mulher não tivesse permissão para ter um filho, teria que ser terminada através de um aborto (Li 1995, pp.563 e 564). Em muitos casos, foram aplicadas multas financeiras sobre os casais que desrespeitavam esta política: nos anos 80, a penalização financeira chegava a ser 27% do rendimento familiar. De facto, muitas das mulheres e famílias sofreram penalizações superiores ao rendimento médio anual de um indivíduo e 20% receberam multas que correspondiam ao dobro desse valor. O resultado foi que apenas 82% das famílias saldaram estas dívidas e 9% das que não pagaram a totalidade das multas viram – se forçadas a entregar os seus bens como alternativa (Li 1995, p.570 e 571).

Os efeitos desta política catastrófica fazem – se sentir hoje: a China tem uma das populações que mais rapidamente envelhecem. Em 2005, o número de pessoas com mais de 65 anos rondava as 100 milhões, valor que triplicará até 2050. Em 2015, a população em idade de trabalhar chegará ao seu auge, decaindo 14% até 2050. Por volta de 2030, a população chinesa começará a decrescer (Hayutin 2008, p.7). O ritmo do envelhecimento chinês, aliado à tradição chinesa de os filhos cuidarem dos pais gera o “fenómeno 4 – 2 – 1”: cada criança terá, no futuro, que cuidar de dois pais e quatro avós. Mesmo com poupanças elevadas, as gerações mais novas não terão a capacidade (ou não estarão dispostas) a suportar tantos custos, levando a que a população chinesa idosa recorra cada vez mais às pensões do Estado (The Economist 2012).

O segundo problema identificado por de Haan centra – se no colapso das comunas e das empresas estatais que, antes das reformas dos anos 80, eram importantes fontes de apoio social. O aumento do rendimento, impulsionado pelo processo de privatizações, trouxe consigo maiores disparidades económicas, menos provisões públicas, assim como o desmoronar dos sistemas educativo, de saúde e de segurança social, em particular, nas áreas rurais (de Haan 2010, p.76).

As desigualdades sociais, com base na disparidade do rendimento individual têm vindo a acentuar – se com o passar dos anos. Em 2005, o coeficiente de Gini<sup>58</sup> apresentava um valor de 42,5, quando em 1996 tinha um coeficiente de 35.7 (World Bank 2013). Para o ano de 2009, o valor apresentado fica – se pelos 48 pontos (CIA 2013c). Em 2010, o valor chegou aos 0.61 segundo uma vistoria do *Survey and Research Center for China Household Finance*, organismo que pertence ao *Finance Research Institute of the People's Bank of China and Southwestern University of Finance and Economics*, realizada a 8,438 habitações. O aumento das desigualdades demonstra que o crescimento económico (que foi em média de 10,6% ao ano na última década) tem beneficiado mais os ricos do que os pobres, levando a um aumento dos protestos contra a corrupção e a injustiça. De facto, as greves, tumultos e outros tipos de distúrbios sociais duplicaram entre 2006 e 2010 (cerca de 180 mil), segundo o professor de sociologia Sun Liping, da universidade de Tsinghua em Beijing (Bloomberg 2012b).

Não deixa de ser extraordinário que, apesar dos efeitos catastróficos do Grande Salto em Frente que hoje são largamente conhecidos no panorama internacional, a economia chinesa nos anos de Mao cresceu a uma média de 6,5% entre 1953 e 1978. O

---

<sup>58</sup> É necessário esclarecer que o coeficiente de Gini é medido de 0 a 1, sendo que 0 indica igualdade perfeita e 1 desigualdade perfeita. Qualquer valor acima de 0.4 é usado pelos analistas como referência para potenciais distúrbios sociais. Também pode ser usada uma escala de 0 a 100 para apresentar o índice (Bloomberg 2012b).

Estado, como já foi referido, fornecia um importante apoio social aos cidadãos (ainda que básico), distribuindo roupa e alimentos, e providenciando serviços de saúde e educação. Em última análise, era uma sociedade mais igualitária, com um coeficiente de Gini abaixo de 0,3 (Leonard ed. 2012, p. 61). Com o advento das reformas de Deng Xiaoping que permitiram um crescimento económico anual de 9,8% entre 1978 e 2001, muitos aspectos da sociedade chinesa foram negligenciados:

“Para atingir a mais alta taxa de crescimento económico possível nesta fase do seu desenvolvimento, a China ignorou, em larga medida, a justiça social, os direitos dos trabalhadores, a saúde pública, cuidados médicos, o ambiente, a defesa nacional, entre outros. Isto trouxe sérias consequências, assim como, um sentimento de insegurança generalizado, desigualdade e desconforto na população.” (Leonard ed. 2012, p. 62)<sup>59</sup>

Apesar das dificuldades que a China tem enfrentado ao longo dos anos, provenientes das próprias reformas destinadas a promover o progresso e o desenvolvimento económico, as políticas sociais têm servido, acima de tudo, para manter o PCC na frente dos destinos do país. Para além disso, o Estado é visto como o protector do bem – estar público, mantendo concepções confucianas em que a família é o elemento central para garantir esse bem – estar (de Haan 2010, p.78).

A partir dos anos 90, a afirmação de de Haan começou a ganhar consistência: os sistemas educativo e de saúde que estavam incapacitados desde os anos 70 começaram a ser reabilitados. A educação passou a ser gratuita e as vagas no ensino subiram na

---

<sup>59</sup>“In order to pursue the highest possible rate of economic growth at this stage of its development, China to a large extent ignored social justice, workers’ rights, public health, medical care, the environment, national defence, and so on. This caused serious consequences as well as a widespread sentiment of insecurity, inequality, and discomfort among the population.” (Leonard ed. 2012, p.62).

última década. No campo da saúde, o Estado procurou criar um sistema que englobasse os seguros de saúde e um sistema nacional, o *New Cooperative Medical Scheme* (NCMS). Actualmente, o NCMS abrange a totalidade do território chinês, cabendo a cada condado estipular o seu próprio sistema descentralizado de implementação. Trata – se de um facto particularmente relevante porque procura esbater as desigualdades entre os grandes centros urbanos e as zonas rurais, existindo o compromisso da parte do governo central em estender os cuidados de saúde às regiões mais pobres (de Haan 2010, pp.82 e 83).

O caminho até à sociedade harmoniosa que hoje é defendido por Hu Jintao não esteve isento de problemas. Na realidade, foi Deng Xiaoping o responsável por um dos momentos mais negros da história recente chinesa e que acabou por ditar um retrocesso temporário na sua política de abertura: o massacre da praça de Tiananmen. O protesto, que ficou imortalizado pelas imagens da Cable News Network (CNN) e pelo repórter Mike Chinoy (Geis e Holt 2009, p.81), teve duas grandes consequências: a primeira foi a escolha de Jiang Zemin para sucedê – lo como líder do PCC. Até à data do massacre (4 de Junho de 1989) esperava – se que fosse Zhao Ziyang a ocupar o posto mais importante da nação, mas o seu apoio aos estudantes em protesto acabou por ditar o seu afastamento político, tendo permanecido em prisão domiciliária até à data da sua morte, a 17 de Janeiro de 2005 (Pu, Chiang e Ignatius eds. 2009, p.287). Ficou provado que:

“Em traços largos, a lição de Tiananmen para Deng e para aqueles que o sucederam foi demonstrar com clareza à população para não confundir mercado aberto com sociedade (democrática) aberta.” (Geis e Holt 2009, p.81)<sup>60</sup>

---

<sup>60</sup> “In a larger sense, the lesson from Tiananmen for Deng and those who came after him was to articulate clearly to the populace not to confuse open markets with open (democratic) society.” (Geis and Holt 2009, p.81).

A segunda consequência foi a crise que o regime sofreu após o massacre: o país ficou isolado, sofrendo sanções económicas como punição pela barbárie de Tiananmen. No panorama internacional, o comunismo caía derrotado perante a democracia liberal, apenas sobrevivendo a esse fracasso Cuba, a Coreia do Norte, o Vietname, para além da própria RPC. Muitos dissidentes fugiram para o estrangeiro e o Tibete e Xinjiang encontravam - se em tumulto, alimentando o sonho da autonomia para estes territórios (Kissinger 2011, p.473). No entanto, a credibilidade internacional que a China gozava até aos acontecimentos do dia 4 de Junho ficou ainda mais prejudicada quando o Dalai Lama, líder espiritual do budismo e defensor da autonomia tibetana, recebeu o prémio Nobel da Paz em 1989 (Vaz – Pinto 2010, p.99).

Perante esta conjuntura adversa, Jiang Zemin e Deng Xiaoping consideraram que a resposta às questões levantadas em 1989 seria acelerar o processo de reforma económica do país. Efectivamente, em 1992, esse processo retomou o seu caminho, com a *Southern Tour* liderada por Deng e que percorreu as províncias do sul da China, de modo a promover a liberalização económica e captar apoio para a governação de Jiang (Kissinger 2011, p.474). O propósito desta visita, que incluiu passagens por Shenzhen e Zhuhai<sup>61</sup>, foi enviar uma mensagem para os líderes chineses de qual seria o rumo a seguir pela China nos anos seguintes: manter – se discreta, dada a sombra da sociedade internacional que pairava sobre o Império do Meio (Zheng e Tok 2007, p.6).

Assim, Jiang Zemin, apoiado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros Qian Qichen e pelo vice – primeiro – Ministro (posteriormente, primeiro – Ministro) Zhu Rongji, conseguiu que a China saísse aos poucos do seu isolamento procurando reabilitar as relações que mantinha com o resto do mundo no período pré – Tiananmen

---

<sup>61</sup> Estas foram duas das ZEE's criadas por Deng em 1980, ao abrigo do programa de reformas iniciado por si (Kissinger 2011, p.474).

(Kissinger 2011, pp.484 e 485). Acompanhando o revigorar da política externa, no patamar interno o retomar das reformas económicas permitiu um crescimento brutal nas duas décadas seguintes, em que o PIB cresceu mais de 16 vezes (Zheng e Tok 2007, p.6). O presidente Jiang foi, em última análise, o grande responsável pela reestruturação da filosofia política chinesa:

“Viajando pela estrada reformista que Deng tinha desenhado, Jiang aplicou – se a alargar o conceito de comunismo abrindo – o de uma elite exclusiva baseada nas classes a um espectro mais amplo da sociedade.” (Kissinger 2011, p.513)

Aquando do 16º Congresso do PCC em 2002, Jiang apresentou a sua visão política a que chamou Três Representantes (Geis e Holt 2009, p.81; Kissinger 2011, p.513), apelando ao desenvolvimento económico e cultural e ao consenso político, aumentando o investimento no Exército Popular de Libertação (EPL) e concedendo alguma abertura democrática ao nível local, tornando o PCC mais atractivo aos olhos do povo. Este novo conceito partiu, aparentemente da mente do teórico Liu Ji, determinando que o Estado deve representar as forças produtivas avançadas na sociedade, a cultura moderna avançada e os interesses da larga maioria da população (Shambaugh 2008, p.111).

Rapidamente a proposta de Jiang foi vista, tanto por analistas ocidentais, como por muitos chineses, como sendo mais uma manobra de propaganda. Contudo, as Três Representantes foram uma profunda alteração na filosofia, composição e orientação do partido. No 16º Congresso, as Três Representantes foram adicionados à constituição do PCC. O primeiro representante é, sem dúvida, o mais marcante, ao abrir a possibilidade a empresários e intelectuais de ingressarem no partido (as chamadas forças produtivas avançadas). Foi uma iniciativa que rompia com 80 anos de marxismo/maoismo em que

apenas camponeses, operários e membros de outras classes proletárias se podiam juntar ao PCC. A alteração que Jiang defendeu deveu – se, em larga medida, às alterações que a sociedade sofrera nos 20 anos anteriores, fruto das reformas económicas encetadas. Fazendo lembrar a reclassificação dos intelectuais como membros da classe operária (uma iniciativa de Deng Xiaoping), Jiang Zemin deu um passo determinante para que o PCC se tornasse num partido de elites, incluindo, as elites comerciais (Shambaugh 2008, pp.111 e 112).

Ainda que inicialmente, Jiang tenha dado enfoque ao recrutamento de novos militantes, rapidamente começou a alargar o espectro das reformas a outras áreas do PCC: reformar a Liga da Juventude Comunista; intensificar a propaganda; testar novas reformas económicas; combater a corrupção; reforçar as células e comités do partido nacionalmente, em especial a nível local; criar uma “civilização política” (*zhengzhi wenming*); e desenvolver um partido com uma “natureza avançada”. Estes aspectos foram largamente enfatizados entre 2002 e 2005, após o 16º Congresso (Shambaugh 2008, p.112).

Para Zheng Bijan, as Três Representantes foram uma reforma intensiva do PCC, tendo em conta aquilo que levou ao colapso do Partido Comunista Soviético, para não falar nas suas próprias debilidades. Zheng também afirmou que as Três Representantes foram uma resposta a três fenómenos: a globalização e o progresso científico e tecnológico; a diversificação da sociedade, das organizações sociais e dos estilos de vida chineses; e organizações partidárias relaxadas e a necessidade de melhorar as fileiras do PCC (Shambaugh 2008, p.113).

Mas acima de tudo, esta política marcou o início de novas reformas económicas, dando início ao abandono do sistema de propriedade pública, eliminando três

características socialistas: a economia planificada, propriedade estatal e o princípio de distribuição “a cada qual segundo o seu contributo”. Estes aspectos foram, portanto, substituídos pelos princípios do mercado totalmente sancionado, propriedade privada e circulação de bens (Shambaugh 2008, p.113).

Porém, a corrupção alastrou – se de modo endémico nos anos de governação de Jiang Zemin e as áreas rurais pouco beneficiaram com as novas reformas (Geis e Holt 2009, pp.81 e 82). Foi com estes desafios em mente que Hu Jintao tomou posse em 2002 e iniciou o processo de consolidação da sua sociedade harmoniosa e aplicação no panorama internacional.

## **2.2. Hu Jintao: a sociedade harmoniosa *de facto*?**

A herança de Jiang Zemin deixada a Hu Jintao não foi totalmente positiva. Com o crescimento económico registado nos anos 90 aumentaram as disparidades regionais, o Estado social estava enfraquecido, o desemprego era vasto, a pobreza estrutural era comum e as questões ambientais tornaram – se preocupantes. No que respeita a política externa, a China enfrenta desafios como o terrorismo e o separatismo, a contenção estratégica e os desequilíbrios decorrentes da especulação dos mercados internacionais. Em vez de ter sido criada uma sociedade simultaneamente pluralista e coesa, emergiu uma sociedade marcada pelas divisões e disparidades entre os diferentes estratos sociais (Zheng e Tok 2007, pp. 6 e 7). O “conceito de desenvolvimento científico” (mais conhecido como sociedade harmoniosa) defendido pelo presidente Hu assenta na prosperidade económica advogada por Deng e Jiang, mas com um maior enfoque na resolução dos problemas sociais gerados pela abertura ao exterior da RPC (Geis e Holt 2009, p.82). O discurso político em torno da harmonização social e da redução das desigualdades começou em Novembro de 2002, no decorrer dos debates do 16º

Congresso do PCC. Em Setembro de 2004, a 4ª Sessão Plenária do 16º Comité Central do Partido clarificou os objectivos a cumprir pela liderança. A partir desse momento os líderes começaram a destacar o conceito “sociedade harmoniosa socialista”, e na 6ª Sessão Plenária do 16º Comité Central do Partido (Outubro de 2006) foi redigida uma resolução definindo aquilo que é a sociedade harmoniosa socialista, para além de outros fins a cumprir até ao ano de 2020 (Choukroune 2012, pp.499 e 500).

“A resolução destaca a importância, directrizes, objectivos e princípios para construir uma sociedade harmoniosa socialista; desenvolvimento coordenado; equidade social e de justiça; harmonia cultural e consolidação das fundações ideológicas e éticas da harmonia social; e melhoria da administração pública para construir uma sociedade vigorosa e ordeira.” (Xinhua 2006)<sup>62</sup>

Além disso, a resolução encontra – se organizada como um sistema de valores essenciais, que tem por base o marxismo – leninismo, o pensamento maoísta, a teoria de Deng Xiaoping e as Três Representantes de Jiang Zemin. Segundo Choukroune (2012), mesmo sendo complementares, estes ideais contêm várias contradições: a sociedade harmoniosa deve ser baseada na democracia e no Estado de Direito, na equidade e na justiça, na honestidade e na camaradagem, na vitalidade, na estabilidade e na ordem, assim como na harmonia entre Homem e natureza. Porém, a autora previne que ainda não se sabe o que vai prevalecer: a democracia ou o Estado de Direito, equidade ou justiça, ordem ou vitalidade (Choukroune 2012, p.500).

Apesar destas dicotomias permanecerem em aberto, Hu Jintao no 17º Congresso, realizado em Outubro de 2007 (Dumbaugh 2007) afirmou que:

---

<sup>62</sup> “The resolution highlights the importance, guidelines, goals and principles of building a socialist harmonious society; coordinated development; social equity and justice; cultural harmony and consolidating the ideological and ethical foundations for social harmony; and improving public administration to build a vigorous and orderly society.” (Xinhua 2006).

“(…) as oportunidades democráticas iriam – se expandir, riqueza e prosperidade aumentariam nas zonas rurais e nas regiões ocidentais, o Estado de Direito seria apoiado, questões ambientais seriam abordadas, e a corrupção controlada.” (Geis e Holt 2009, p.82)<sup>63</sup>

Contudo, ficou demonstrado pelo PCC neste congresso que não se encontra disposto a abdicar da sua posição monopolista do poder e nenhuma reforma política de relevo foi aprovada. Ainda assim, fruto da crescente pressão que os líderes têm sofrido a este respeito, o presidente Hu promoveu algumas reformas em prol de uma maior democratização dentro do próprio partido: conceder maior participação pública na nomeação dos líderes ao nível local; permitir que membros comuns do PCC participem em eleições directas para os postos de liderança mais baixos; e expandir o papel dos delegados do congresso partidário, não ficando circunscritos à nomeação dos membros do Comité Central (Dumbaugh 2007, pp.3 e 4)<sup>64</sup>.

Além da vertente interna que a sociedade harmoniosa apresenta, esta possui uma ramificação que se estende à política externa. A 15 de Setembro de 2005, na 60ª Cimeira Mundial da ONU o conceito mundo harmonioso foi apresentado e desde então tem evoluído enquanto uma peça importante da política externa chinesa (Choukroune 2012, p.503). Na sua génese, trata – se de uma junção do desenvolvimento pacífico com a sociedade harmoniosa. Assim, a intenção dos decisores políticos chineses passa por sincronizar as suas visões interna e externa, para que os seus comportamentos no

---

<sup>63</sup> “(…) democratic opportunities would expand, wealth and prosperity would increase in the rural and western regions, the rule of law would be supported, environmental issues would be addressed, and corruption would be controlled.” (Geis and Holt 2009, p.82);

<sup>64</sup> É importante destacar que já existe uma experiência bem – sucedida destas mesmas reformas. No condado de Pinchang, os membros do PCC podem eleger os secretários dos municípios em eleições competitivas, sendo as primeiras do género no país (Leonard 2008, pp.52 e 53).

panorama internacional não sejam mais do que um reflexo da sua auto – convicção e prática internas (Zheng e Tok 2007, p.8). Em certo sentido, esta teoria encaixa no apoio da ONU ao multilateralismo e ao desenvolvimento, sendo que a retórica oficial deverá ser interpretada como parte da expansão económica socialista no mundo (Choukroune 2012, pp. 503 e 504). Por outras palavras, a directriz traçada por Hu Jintao e Wen Jiabao que cria uma sociedade mais equilibrada e em que o Estado é mais responsável perante os seus cidadãos, tem no mundo harmonioso a sua extensão nas suas relações diplomáticas, promovendo um sistema de “paz duradoura e de prosperidade comum” (Choukroune 2012, p. 503), criando um ambiente para que a China possa operar como pretende (Geis e Holt 2009, pp.84 e 85).

Esta mudança de atitude da parte dos líderes políticos chineses, no entanto, não se deve exclusivamente à pressão da sociedade chinesa (e que tem ramificações no campo internacional) para eleger os seus governantes num futuro próximo. Como se verá no próximo ponto, grande parte da alteração registada com Hu Jintao e Wen Jiabao segue de perto um intenso debate ao nível da *intelligentsia* chinesa sobre qual a rota a percorrer no futuro pela China. Trata – se de saber se o percurso a tomar continuará a ser a promoção do crescimento económico a qualquer custo ou se poderá ser acompanhado por uma visão mais responsável e social em favor dos cidadãos chineses. O confronto de ideias em questão opõe a Nova direita à Nova Esquerda.

### **2.3. Nova Direita vs Nova Esquerda**

Com os eventos catastróficos de Tiananmen, muitos intelectuais chineses dividiram – se em duas vertentes políticas cruciais. O primeiro grupo é a Nova Direita, que defende que o mercado livre é o grande objectivo a atingir e que aceita a sua acomodação com um modelo autoritário de governo, sendo uma das suas figuras mais

proeminentes Zhang Weiyong; o segundo grupo chama – se Nova Esquerda, e promove a igualdade e democracia política às custas da total liberdade de mercado, contado com estudiosos como Wang Hui, um dos seus principais apoiantes (Leonard 2008, p.29). A corrente da Nova Esquerda aprova reformas no mercado, como forma de combater as desigualdades sociais. A prioridade da China deverá ser a redistribuição igualitária dos seus ganhos, ao mesmo tempo que a defesa dos trabalhadores e a protecção do ambiente devem tornar – se fundamentais para Beijing. No fundo, trata – se de aplicar o modelo da social – democracia europeia, à realidade chinesa, algo que foi conseguido com grande sucesso na vila de Nanjie: os trabalhadores desta vila chinesa passaram a auferir salários acima da média, habitação e cuidados de saúde gratuitos, rações de carne e ovos e uma garrafa de cerveja diária. Ao nível da educação, o ensino é subsidiado, mesmo ao nível universitário. Mark Leonard descreveu este modelo como *Yellow River Capitalism* (Leonard 2008, pp.33 – 35).

Ainda hoje, existe um forte debate interno sobre se o caminho escolhido deve ser o crescimento sustentável ou o crescimento desenfreado, que ficou expresso numa célebre expressão de Deng Xiaoping:

“ «Não importa se o gato é preto ou branco. O que importa é que apanhe os ratos.»” (Leonard 2008, p.42)<sup>65</sup>

Na realidade, seria de esperar que indivíduos como Zhang Weiyong estivessem na mó de cima, dado ser um apoiante da forma de desenvolvimento criada por Deng Xiaoping. Contudo, Zhang acredita que muito ainda poderá ser feito em prol da Nova Direita: apesar de o número de empresas estatais ter diminuído de cerca de 300 mil há uma década para perto de 150 mil hoje e de o número de funcionários destas empresas

---

<sup>65</sup> “«It doesn’t matter if the cat is black or white. All that matters is that it catches mice»” (Leonard 2008, p.42).

ter caído 40% (por volta de 45 milhões de empregos), o Estado continua a deter grandes empresas como a SINOPEC ou a China Mobile, a base industrial ainda é dominada pelo sector estatal, apenas perto de um terço das acções de empresas encontram – se disponíveis para serem transacionadas e mesmo as grandes empresas internacionais (como a Lenovo) estão de alguma forma ligadas ao Estado através de “redes obscuras” (Leonard 2008, pp.44 e 45).

Porém, a chegada ao poder da dupla Hu – Wen trouxe consigo um claro desafio para a Nova Direita, em prol da criação da sociedade harmoniosa, sendo que a Nova Esquerda apoia fortemente a sua concretização (Zheng e Tok 2007, p.10). O apoio a este paradigma ficou demonstrado no final de 2005, com a publicação do “11th Five Year Plan”, uma espécie de *blueprint* da sociedade harmoniosa. Pela primeira vez desde o começo das reformas no ano de 1978 o crescimento económico deixou de ser o principal objectivo da China, passando a colocar o bem – estar social em primeiro lugar: falou – se sobre a introdução do modelo escandinavo do Estado social que promete um aumento anual de 20% nos gastos referentes às pensões, aos subsídios de desemprego, ao serviço de saúde e às licenças de maternidade. Para as províncias rurais, ficou a promessa de acabar com os impostos arbitrários e que a educação e a saúde receberiam uma melhoria significativa. Hu e Wen também afirmaram que o consumo de energia seria reduzido em 20% por cada unidade do PIB e novos indicadores de desenvolvimento foram divulgados aos oficiais do partido, evidenciando os indicadores sociais e ambientais (Leonard 2008, pp. 49 e 50). Nas palavras de Leonard (2008):

“Apesar de os detalhes ainda estarem a ser trabalhados, o 11º Plano Quinquenal é um molde do Yellow River Capitalism. (...) Ao focar a obrigação do Estado em dividir os rendimentos do crescimento e oferecer serviços sociais, apresenta um desafio directo ao desenvolvimento capitalista *laissez – faire* da

filosofia do «flat world». Esta promessa de providenciar crescimento económico ao mesmo tempo que se mantém controlo estatal está a tornar – se num farol para governos em desenvolvimento à volta do mundo.” (Leonard 2008, p.50)<sup>66</sup>

Em suma, as ideias da sociedade e mundo harmonioso já são uma parte integrante das políticas praticadas na RPC. O facto de Hu Jintao e Wen Jiabao pretenderem coligar os dois termos, faz com que a expansão da influência da China no mundo seja uma extensão daquilo que se passa internamente. Por outro lado, mesmo que não se façam sentir muitos esforços da parte das autoridades em promover a democracia e os seus ideais adaptados à realidade chinesa, existe um claro esforço em melhorar as condições de vida da população, revelando maior preocupação com questões sociais ou ambientais. No que respeita as questões ambientais, o povo chinês vê com maus olhos o consumo brutal de carvão que, em 2006, correspondia a cerca de 70% das necessidades energéticas chinesas (2,4 mil milhões de toneladas)<sup>67</sup>. Em 2000, a RPC previu que o consumo de carvão iria duplicar até 2020, mas no final de 2007 já terá atingido esse valor. Elizabeth Economy (2007) afirmou que, à data do seu estudo, a China tinha 16 das 20 cidades mais poluídas do mundo (Economy 2007, pp.39 e 40). Como agravante, séculos de desflorestação fizeram com que vastas regiões do norte e noroeste da China se tenham degradado. O deserto de Gobi aumenta a um ritmo de 1900 milhas<sup>2</sup> por ano, fazendo com que um quarto do país seja deserto (Economy 2007, p.41). Mas o maior problema ambiental que a China enfrenta está relacionado com os recursos hídricos: 60 milhões de pessoas têm dificuldade em obter água potável para as

---

<sup>66</sup> “Although the details are still being worked through, the 11<sup>th</sup> Five Year Plan is a template for Yellow River Capitalism. (...) By stressing the state’s obligation to divide the proceeds of growth and deliver social services, it mounts a direct challenge to the ‘flat world’ philosophy of laissez – faire capitalist development. This promise of delivering rapid economic growth whilst maintaining state control is turning Yellow River Capitalism into a beacon for developing governments around the world.” (Leonard 2008, p.50);

<sup>67</sup> Em 2011, 72,5% das necessidades energéticas chineses provieram de energias fósseis (CIA 2013c).

suas necessidades diárias, e cerca de 700 milhões de pessoas consomem água contaminada diariamente (Economy 2004; Economy 2007, p.43). Os lençóis de água que providenciam 70% da água consumida na China estão em risco, devido ao uso intensivo de pesticidas e fertilizantes, à água poluída na superfície e aos locais de despejo de lixo. Mais de 75% da água que passa pelas áreas urbanas é considerada imprópria para consumo ou para a pesca, e o governo estima que 30% da água dos rios seja inapropriada para a agricultura e indústria. Por exemplo, o rio Yangtze recebe 40% dos detritos do país, 80% dos quais não são tratados. Em 2007, o governo chinês anunciou que estaria a adiar, em parte devido à poluição, o desenvolvimento de um projecto para desviar o rio para alimentar as cidades de Beijing e Tianjin no valor de \$60 mil milhões (Economy 2007, pp.42 e 43).

O rio Amarelo também se encontra em situação semelhante. Capaz de fornecer água a 150 milhões de pessoas e de regar 15% dos terrenos agrícolas chinesas, dois terços da sua água é imprópria para beber e 10% da sua água foi classificada como sendo residual, ou seja, esgoto. No início de 2007, um terço das espécies piscícolas nativas do rio Amarelo estavam extintas devido à poluição e à construção de barragens (Economy 2007, p.43).

Actualmente, o debate interno dá vantagem à Nova Esquerda, mas ainda é cedo para avaliar o seu peso nas políticas da administração Xi – Li. Após a análise da realidade das políticas interna e externa da China, é necessário observar as especificidades que marcam a política em África e compreender a evolução das relações sino – africanas. O domínio destes conhecimentos será essencial para organizar os principais traços distintivos do regime angolano, para além de permitir um estudo coerente centrado nos contactos entre Beijing e Luanda.

## **Capítulo III: A China em África – um resumo histórico**

### **3.1. A política africana no período pós – colonial**

O período colonial em África teve, segundo Hydén (2006), o seu começo oficial na conferência de Berlim (1884 – 85). Nesta conferência, o continente africano ficou dividido entre as principais potências europeias: Reino Unido, França, Alemanha, Bélgica, Itália, Portugal e Espanha. Através do controlo militar dos povos indígenas, foi possível o estabelecimento de uma administração civil que, com o passar do tempo, foi dando cada vez maior importância às questões económicas, o que abriu caminho à construção de importantes infra – estruturas (por exemplo, ferrovias), à criação de regimes tributários, para além do uso de trabalho escravo em áreas menos desenvolvidas, assim como do papel crucial dos colonos brancos e de companhias concessionárias no trabalho agrícola (Hydén 2006, p.14).

O tipo de colonização foi diferente de território para território. Enquanto que nas colónias britânicas existia uma clara separação entre os colonos e a sociedade africana pré – existente<sup>68</sup>, o que acabou por promover e até facilitar a independência das suas colónias no século XX, em territórios controlados pela França foi feito um esforço para que ocorresse uma assimilação das populações locais enquanto cidadãos de uma Grande França (Hydén 2006, p.15). Também as sociedades coloniais portuguesas tinham um carácter distinto das demais. Na verdade, em especial a partir da conferência de Berlim, Portugal demarcou – se das outras potências coloniais afirmando ter uma “missão” distinta em África<sup>69</sup>. Na 1ª República, procurou – se gerir as colónias através de mecanismos semelhantes aos dos seus rivais coloniais (como são os casos da instalação

---

<sup>68</sup> Esta separação social clara foi em muitos casos responsável por um ambiente marcado pela discriminação racial (Hydén 2006, p.15);

<sup>69</sup> Os níveis maiores de miscigenação registados nas colónias portuguesas reforçavam essa “missão” distinta (Chabal 2002, p.30).

de infra-estruturas modernas e o estabelecimento da administração colonial). Porém, a complexidade política do Estado Novo, o seu atraso económico, a sua dependência mercantilista e o seu desenvolvimento industrial lento, fizeram com que Portugal nunca fosse capaz de explorar ao máximo as potencialidades que os territórios africanos lhe ofereciam. As políticas coloniais de António de Oliveira Salazar<sup>70</sup> foram igualmente responsáveis pelo caminho divergente dos restantes países colonizadores. Enquanto que nos anos 50, a Grã – Bretanha e a França já preparavam a transição para a independência nos territórios por si controlados, o Estado Novo manteve o sentido de posse sobre os seus territórios ultramarinos que eram vistos como parte integrante do país. Apenas após mais de uma década de guerra nas colónias portuguesas e com a queda da ditadura em 1974 foi possível iniciar os processos de transição política em Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné – Bissau e São Tomé e Príncipe (Chabal 2002, pp. 30 e 31).

Porém, a descolonização africana registou diferentes momentos históricos, cada um com as suas especificidades. Partindo deste pressuposto, Göran Hydén (2006) avança com três fases que caracterizaram o período pós – colonial e o modo como os movimentos nacionalistas se comportaram e se adaptaram às circunstâncias que foram surgindo ao longo das últimas quatro a cinco décadas.

A primeira fase, segundo o autor, vai de 1955 até 1968, sendo marcada pela instauração de uma ordem que se demarcava do período colonial, muitas vezes referido como o sistema unipartidário, ou seja, é uma fase da história política africana marcada pela emergência de partidos dominantes, por uma de duas vias: ou através das massas, em que os elevados níveis organizacionais e de disciplina partidária (revolucionário –

---

<sup>70</sup> Donde se destaca a vontade expressa de manter as colónias sob total domínio português, não permitindo a autonomia das mesmas (Chabal 2002, p.31).

centralizante) permitiam a estes lutar pela unificação nacional, ou partidos liderados por uma figura central, em que pouco esforço era feito para ter uma organização forte em prol da fomentação do novo Estado (pragmático – pluralista) (Hydén 2006, pp. 27 e 28).

Os movimentos de cariz revolucionário acabaram por predominar por duas razões essenciais. A primeira, está relacionada com a insegurança sentida pelos líderes políticos após a independência. Sendo estes movimentos iniciados nos meios urbanos, em que os seus membros eram, na sua maioria, detentores de instrução superior, foi possível manter a união nacional durante o período revolucionário, em que existia um inimigo comum (o Estado colonizador). Contudo, após a independência, foi necessário para a sobrevivência destes movimentos, a aquisição de uma conotação ideológica que, em casos como o Gana, a Guiné – Conacri e o Mali, passou pelo marxismo – leninismo. Na visão pragmática – pluralista, por seu turno, o líder procurava vincar a sua liderança recompensando quem o apoiava e punindo quem se encontrava contra a sua governação (Hydén 2006, pp. 28 – 30)<sup>71</sup>.

O segundo motivo passa pela capacidade de penetração vertical da sociedade que os movimentos revolucionários detinham. Tal processo, anterior à independência, fez com que os indivíduos se identificassem quase automaticamente com o partido dominante. No fundo, os indivíduos iriam responder ao maior estímulo que lhes fosse apresentado, independentemente da ideologia ou do líder (Hydén 2006, p.31).

O período que se segue, entre 1969 e 1981, é marcado pela preocupação em torno do desenvolvimento dos Estados recém – independentes. Esta fase, vista como a era do Estado em desenvolvimento, foi muito impulsionada pelo então presidente do

---

<sup>71</sup> Tais práticas não contribuíram para a existência de regimes políticos democráticos, como aconteceu no Quênia no período dominado por Jomo Kenyatta (1963 – 1978), tal como Hydén explicita (2006, p.30).

Banco Mundial e antigo Secretário de Estado da Defesa americano, Robert McNamara (Hydén 2006, p.33). Durante cerca de uma década, o mundo focou as suas atenções no combate à pobreza em África. Ainda que muita da ajuda externa dirigida ao continente africano tivesse como propósito a construção de infra – estruturas, a política encetada pelo Banco Mundial começava a voltar – se para a ajuda no desenvolvimento agrícola e no combate directo à pobreza (Moyo 2010, pp. 14 – 16). Apesar dos esforços, os níveis de pobreza em países como a Zâmbia dispararam para valores nunca antes vistos, e o tão esperado crescimento económico nunca se verificou (Moyo 2010, p.17).

O terceiro período que Hydén identifica vai desde 1982 até aos nossos dias, em que existe uma pressão internacional para que ocorra uma contracção do Estado e dos próprios poderes dos líderes políticos de cada país, sendo para estes, uma clara afronta à sua soberania nacional (Hydén 2006, p.27). Este período indicado por Hydén vai de encontro à conjuntura internacional atrás descrita e que levou à ascensão do consenso de Washington. Indelévelmente, este é o período em que as críticas à conduta e aos planos de recuperação económica propostos por Bretton Woods se fizeram ouvir com maior clamor, sendo que o continente africano surge numa posição de destaque no que se refere a esses protestos.

O fim do colonialismo também ficou marcado pela instauração de autocracias centradas nas chamadas estruturas informais. Parte da explicação para que tal aconteça advém das ligações do indivíduo com o seu clã, a sua linhagem ou tribo, servindo de mecanismo de defesa das populações locais, face às ameaças do colonialismo (como a escravatura). Em certa medida, as autoridades coloniais limitavam – se a exercer controlo social, ao mesmo tempo que exploravam economicamente a colónia, isolando –se da comunidade indígena. Assim, o sentimento de pertença à sua comunidade ganhou um peso crucial nas sociedades africanas, em que um grupo de pessoas se une

solidariamente, tendo cada indivíduo uma participação importante no desenvolvimento da comunidade, da qual retirará proveito (Hydén 2006, pp.52 e 53).

Como se entende, este tipo de relações informais acabam por ter a sua imagem reflectida no plano africano ao longo dos últimos 50/60 anos, visto terem uma profunda influência no modo como os líderes políticos se comportam. Mais uma vez, Hydén oferece – nos a base teórica essencial para compreender isso mesmo, através do conceito economia de afecto, ou seja, os investimentos pessoais para estabelecer relações com outros indivíduos, de modo a atingir os seus objectivos que de outra forma não conseguiria (Hydén 2006, p.73). Trata – se de um elemento fundamental para ganhar apoio aquando de um acto eleitoral, ajudando em contrapartida muitos agricultores que vêem na economia de afecto um modo rápido e eficaz de suprir as suas necessidades (Hydén 2006, pp.74 e 75).

Mesmo tendo em consideração as diferenças entre os novos Estados africanos, a verdade é que, na sua maioria, tinham uma série de características que eram compartilhadas entre si: eram regimes autocráticos, mas que na sua base encontravam – se sistemas neopatrimoniais; o Estado mostrava – se incapaz de funcionar de um modo eficiente, particularmente, no âmbito do desenvolvimento; assistiu – se ao declínio da própria economia de cada país; e, por conseguinte, verificaram – se acesas lutas pelo poder (Chabal 2002, p.88).

No que respeita ao neopatrimonialismo, Erdmann e Engel (2006) consideram que este nasce a partir da conjugação de dois termos weberianos: o patrimonialismo e a burocracia racional – legal. Sob o patrimonialismo, todas as relações (tanto políticas como administrativas) de poder entre quem governa e os governados têm um carácter pessoal, ou seja, não existe uma divisão entre os espaços público e privado. Contudo, no

neopatrimonialismo, existe a separação, pelo menos ao nível formal, da esfera privada e da esfera pública. Para os autores, o patrimonialismo e o sistema burocrático que Max Weber advogou funcionam em paralelo, ainda que a divisão daquilo que é público, daquilo que é privado nem sempre seja observável. No fundo, o sistema patrimonial acaba por penetrar no esquema burocrático existente, levando a que a política informal invada as instituições formais, acabando por institucionalizar. Erdmann e Engel resumizam este processo em três pontos essenciais: primeiro, todos os actores procuram superar a sua insegurança através, tanto das instituições formais como das informais, sendo que ambas as lógicas do neopatrimonialismo acabam por se reforçar com este processo; segundo, as instituições formais do Estado não conseguem cumprir o seu desígnio de promover o bem – estar social, visto a política e as políticas praticadas serem impulsionadas por interesses e orientações particulares; finalmente, a informalidade ganha uma dimensão tal face às instituições formais, que se torna institucionalizada, podendo ser vista como uma cultura política à parte de tudo o resto (Erdmann e Engel 2006, pp. 18 e 19).

Para os autores, o legado colonial é responsável pelo domínio neopatrimonial que se registou posteriormente. O exercício de poder era feito de modo indirecto para a esmagadora maioria da população, através de intermediários próximos da potência colonizadora. A separação da sociedade entre a população europeia e pequenos grupos imigrantes da população africana, permitia a existência de dois sistemas governativos em paralelo, um com base legal, e outro assente nas relações patrimoniais de régulos, chefes tribais e anciães. Com o advento das independências, os sistemas burocráticos criados viriam a ficar impregnados pelas relações informais pré – existentes (Erdmann e Engel 2006, p.19).

Contudo, Bratton e Van de Walle (1994) acrescentam que a maioria dos líderes africanos procuraram manter a autoridade através do clientelismo pessoal, em vez de através da lei ou da ideologia. As relações de lealdade e dependência impregnam o sistema formal político e administrativo, em que o líder ocupa o lugar de chefia não para realizar o bem público, mas para alcançar estatuto social e riqueza pessoal. Para que o neopatrimonialismo funcione em pleno, um mecanismo clientelista é criado, tanto no Estado, como na sociedade, permitindo que o líder permaneça incontestado na liderança. Como troca pelos favores materiais, os clientes mobilizam apoio político para os seus “patrões” (Bratton e Van de Walle 1994, p.458). O clientelismo registado num regime neopatrimonial tem a particularidade de ter intermediários entre o *little man* e o *big man*. Por outras palavras, ao contrário do patrimonialismo, as transacções não são feitas directamente entre quem detém o poder e quem recebe o pagamento pelos seus serviços. Como agravante, não ocorre uma troca de bens e serviços pessoais, como no patrimonialismo, mas sim de bens e serviços públicos (Erdmann e Engel 2006, p.20).

No entanto, muitos regimes neopatrimoniais caíram no início dos anos 90, por várias razões. Antes de mais, são regimes com grande propensão para entrar em crises fiscais e de ter crescimentos económicos abaixo dos desejados. Além disso, a preferência dada a determinadas relações baseadas nos graus de parentesco, por etnicidade ou grupos regionais, pode levar a protestos generalizados. O mau desempenho económico acaba por levar à contestação do regime a partir do momento em que este se vê incapaz de suportar os custos da economia de afecto, levando os indivíduos outrora leais ao regime a juntarem – se à onda de protestos. O fim do regime fica marcado pela impossibilidade de pagar aos militares para manter a ordem (Bratton

e Van de Walle 1994, p.460)<sup>72</sup>. Não se trata de algo surpreendente: são regimes marcados pela corrupção galopante dada a promiscuidade existente entre o sector público e o sector privado. Por outro lado, o objectivo primário de quem detém o poder é mantê-lo a todo o custo, subordinando as decisões políticas da governação e do desenvolvimento para esse único fim (Cammack 2007, p.600).

Contudo, tal não leva os líderes a realizarem reformas políticas de fundo, mas sim, apenas as suficientes para se manterem no poder (Bratton e Van de Walle 1994, pp.461 e 462). Assim, a maioria dos protestos verificados não partiu das elites políticas, mas sim dos oponentes ao regime (Bratton e Van de Walle 1994, p.461)<sup>73</sup>. Tal deve-se ao facto de que os líderes neopatrimoniais têm plena consciência de que o estabelecimento de uma burocracia eficiente, independente e meritocrática é crucial para aplicar políticas de desenvolvimento capazes de impulsionar o seu país. No sistema burocrático neopatrimonial, a corrupção acaba por ser alimentada pelos próprios funcionários do Estado que, sendo mal remunerados, abraçam os mecanismos corruptos presentes e que passam, na sua maioria, impunes perante a lei (Cammack 2007, pp.601 e 602).

Outro problema grave destes regimes prende-se com a falta de iniciativa em responder às preocupações das populações, procurando aniquilar as forças ligadas aos direitos civis, como os sindicatos ou as organizações não-governamentais (ONG). Aliado a este facto está o forte controlo registado sobre os media, ora negando os direitos de transmissão de estações de radiodifusão, ora realizando propaganda através

---

<sup>72</sup> Regra geral, a polícia e as forças armadas estão sob o controlo do chefe-de-Estado, sendo muitas vezes usadas para reprimir qualquer fonte de informação independente, para além de servir de elemento importante nas lutas políticas determinantes para o regime (Cammack 2007, p.605);

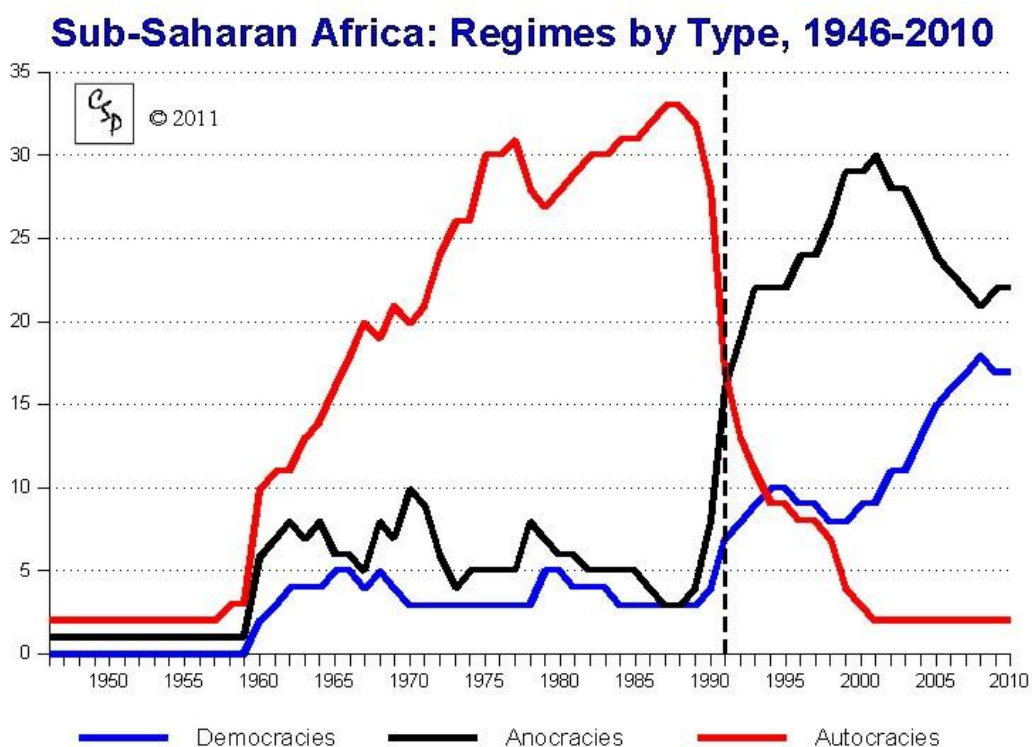
<sup>73</sup> Na África Sub-Sahariana, entre Novembro de 1989 e Maio de 1991, as iniciativas de realizar transições políticas partiram da oposição em dezasseis dos vinte e um casos registados (Bratton e Van de Walle 1994, p.461).

das estações estatais. Na verdade, quanto mais poderosos forem os membros das administrações ligadas à comunicação social, aos ministérios da informação e aos gabinetes de censura, mais provável é para os governos neopatrimoniais controlarem todos os media (Cammack 2007, pp. 602 e 603).

Os parlamentos que deveriam servir de contrapeso para o poder instituído, geralmente encontram – se debilitados, ao servirem quem está acima de si e não o povo. A razão para que tal aconteça centra – se na relação *big man - little man*: em muitos casos, existe um elevado grau de familiarização com o presidente, além de que a tomada de decisões é feita no foro informal fora das instituições parlamentares. Também os líderes dos partidos chegam a deter, literalmente, o partido, garantindo a sua sobrevivência e daqueles ligados ao próprio (Cammack 2007, p.603).

Finalmente, perante este contexto político adverso para as populações, as violações dos direitos humanos são uma constante, dada a inexistência do Estado de Direito que proteja os cidadãos, ocorrendo detenções ilegais e ameaças e actos de violência contra opositores do regime. A própria independência do poder judicial encontra – se em risco num regime neopatrimonial: os tribunais carecem de recursos, os salários e as pensões dos juízes encontram – se em permanente risco, muitos são ameaçados a abandonar os seus cargos e juízes com ligações ao regime ocupam os principais cargos judiciais (Cammack 2007, p.604).

**Gráfico 2:** Regimes e transições políticas na África Sub – Sahariana (1946 – 2010)



**Fonte:** Polity IV. “Sub – Saharan Africa: Regimes by Type”. <http://www.systemicpeace.org/polity/ssafrika2.htm>. (último acesso 15 de Agosto de 2012).

O gráfico 2 ilustra a mudança nos regimes políticos na África Sub – Sahariana. Além das tendências internas, a decisão de Mikhail Gorbachev de descontinuar o apoio militar directo nos países em desenvolvimento envolvidos em conflitos armados, enfraqueceu grandemente os regimes marxistas – africanos que dependiam em larga escala da ajuda soviética (Chazan 1992, p.280). A subsequente queda da URSS levou a que África deixasse de ser vista como um cenário de conflito geopolítico, fazendo com que os governos dos Estados Unidos e da Europa reduzissem drasticamente o seu apoio a ditaduras que bloqueavam o avanço comunista em solo africano. Assim, o caminho abriu – se para que transições políticas democráticas pudessem ser conduzidas (Chazan 1992, p.280). Ainda que o gráfico 2 demonstre que nem todas as nações africanas

realizaram com sucesso essa transição democrática, o facto é que o número de autocracias diminuiu de mais de 30 a meio dos anos 80, para menos de 10 na primeira metade dos anos 90.

Um dos elementos distintivos destes regimes é o seu sistema rotativo de ocupação dos cargos públicos, de modo a limitar quaisquer possibilidades de se gerar uma oposição concertada. Quem fica de fora deste sistema, acaba por se juntar à sociedade civil ou refugia – se no estrangeiro, onde monta a oposição ao regime. Aqueles que se encontram dentro do círculo de confiança do líder têm duas opções: ou permanecem no seu cargo até à queda do regime, ou passam para o lado da oposição. A própria tendência neopatrimonialista de expulsar os dissidentes em vez de acomodá-los, acaba por levar a que estes se juntem às fileiras da oposição (Bratton e Van de Walle 1994, pp.463 e 464). Por outro lado, a possibilidade de existir um acordo entre o regime e a oposição para iniciar uma transição política é muito diminuta. Para que tal seja possível, a oposição terá que ter credibilidade perante todas as facções dissidentes antes mesmo de a ter perante o líder do regime. Como agravante, apenas se o líder do Estado tiver permitido alguma liberdade de movimentos à oposição no interior do país é que se poderá pensar numa transição política acordada pelas partes (Bratton e Van de Walle 1994, pp.465 e 466). Neste sentido, Bratton e Van de Walle (1994, p.466) acreditam que apenas com a queda do autocrata é que a transição poderá ter início.

Bratton e Van de Walle apontam mais dois problemas centrados nos regimes neopatrimoniais. O primeiro encontra – se relacionado com as leis e de como a oposição se esforça para alterar o que se encontra disposto nas mesmas. Em certa medida, tal contestação pode chegar ao nível do conteúdo da constituição e das próprias leis eleitorais, tal é o vasto leque de assuntos que a oposição contesta, onde se destacam a realização de eleições competitivas e livres e o estabelecimento de limites ao poder

executivo (Bratton e Van de Walle 1994, p.466). O objectivo é ter acesso aos recursos monopolizados pela liderança. Em suma, o confronto pela determinação das regras políticas é normalmente um pretexto para dar início a ainda maiores lutas de base económica, como modo de destituir o líder neopatrimonial do seu poder (Bratton e Van de Walle 1994, pp.466 e 467).

A última dificuldade que os regimes neopatrimoniais apresentam é que, tendencialmente, diminuem a capacidade de formação de uma classe média. Para além da maioria dos países africanos ainda se encontrar numa fase de pré – capitalismo, o clientelismo, como prática corrente de todo o processo económico e político, acaba por fazer com que os direitos de propriedade privada sejam pouco respeitados e que exista um forte desincentivo ao investimento privado (Bratton e Van de Walle 1994, p.467). Perante este contexto, dificilmente poderá ocorrer a assinatura de um acordo entre a fraca burguesia de um Estado africano e os líderes militares. Para esta “pré – burguesia”, a solução passará sempre pela transição para um regime democrático, fazendo com que, a possibilidade de uma resposta repressiva passe sempre pelas mãos das chefias militares e não por uma classe que se sente plenamente desfavorecida e que advoga maior liberdade para a realização das suas transacções (Bratton e Van de Walle 1994, pp.467 e 468).

Os protestos do final dos anos 80 e início da década de 90, deflagrados com o piorar das condições de vida (Bratton e Van de Walle 1992, p.422), foram lidados pelas elites políticas do modo como sempre haviam feito: reprimindo – os. Porém, tais acções não demoveram quem apelava por melhores condições de vida, muito pelo contrário. O agravar da situação económica, aliado à repressão estatal, fez com que os interesses particulares de estudantes ou dirigentes sindicais, por exemplo, fossem postos de parte, em prol do bem comum e daquilo que os unia. Rapidamente, a corrupção que se

espalhara pelas altas chefias era apontada como responsável pela situação decadente das economias africanas e das condições de vida das populações (Bratton e Van de Walle 1992, pp.423 e 424).

Entre 1990 e 1993 mais de metade dos 52 governos africanos da época realizaram eleições presidenciais ou legislativas competitivas (Bratton e Van de Walle 1994, p.453). No final dos anos 90, as legislaturas nacionais de 39 dos 48 países da África Sub – Sahariana continham representantes de pelo menos dois partidos políticos (Van de Walle 2002, p.67). A mudança de visão dos líderes autocráticos deveu – se, em grande medida ao sucedido no exterior dos seus países.

Para além da já referida queda do bloco soviético, os protestos na China, na Argélia ou na África do Sul, levaram a que a oposição visse na democracia a arma perfeita para combater os regimes de partido único a que se opunham. Ao nível das próprias elites, as imagens da execução de Nicolae Ceausescu na Roménia em 1989, expuseram a vulnerabilidade dos regimes africanos centrados na figura do líder da nação (Bratton e Van de Walle 1992, p.431). Ao nível das massas, mesmo com restrições ao acesso a informações vindas do exterior, as imagens da CNN dos protestos de Praga a Budapeste, levaram à impossibilidade, por exemplo, do governo de Nairobi impedir a onda de protestos que se seguiu (Bratton e Van de Walle 1992, p.431).

O que fica vincado é que os opositores ao regime passaram a ter uma palavra importante nos processos de reforma política dos seus respectivos países, procurando contrabalançar o poder executivo com o de outras instituições. Pela primeira vez, os chefes – de – Estado não tiveram outra alternativa senão aceitarem tais reformas em que perderiam poder. O seu intuito era “sobreviver” nos seus cargos por mais alguns anos,

se possível, mesmo que tivessem que admitir as opiniões dos outros (Bratton e Van de Walle 1992, p.433).

Aquilo que podemos concluir é que estes líderes autoritários apenas se preocuparam em sobreviver politicamente, ou seja, procuraram ficar no poder, dependendo fortemente das capacidades que a oposição apresentava (Bratton e Van de Walle 1992, p.434). Contudo, e como o gráfico 2 comprova, a maioria dos países não conseguiu avançar de modo decisivo para a democracia, acabando por retroceder para o autoritarismo ou para uma forma híbrida de regime. De igual forma, o tipo de sistema partidário é muito variado no continente africano, sendo importante destacar o sistema de partido dominante que vigora em Angola, o estudo caso desta dissertação (Salih e Nordlund 2007, p.49).

Salih e Nordlund identificam quatro sistemas partidários prevaletentes em África: o sistema unipartidário, em que o partido único tem o monopólio do poder através da exclusão de todos os partidos políticos (Salih e Nordlund 2007, p.44)<sup>74</sup>; o sistema bipartidário, na qual dois partidos têm uma clara vantagem em termos eleitorais face aos demais de menor dimensão, sendo os únicos com reais pretensões em liderar os destinos do país (Salih e Nordlund 2007, p.46); o sistema multipartidário, caracterizado pela competição entre mais do que dois partidos, sendo bastante provável a formação de coligações (Salih e Nordlund 2007, pp.51); e o sistema de partido dominante, em que vários partidos competem eleitoralmente, mas em que há um partido que detém um

---

<sup>74</sup> No caso africano, emergiram dois tipos de sistemas unipartidário: os sistemas *de jure*, em que a própria constituição do país foi alterada para acolher um sistema unipartidário; e os sistemas *de facto*, em que a constituição não sofreu qualquer alteração, mas que o partido no poder acabou por monopolizar a sua posição e dominando todos os ramos do governo. No Gana, Quênia, Tanzânia e Zimbábwe, por exemplo, o partido no poder desenvolveu – se a partir de um movimento de independência (Salih e Nordlund 2007, pp.44 e 45).

vasto domínio e que, fruto das inúmeras vitórias eleitorais, permanece durante largos anos no poder (Salih e Nordlund 2007, p.48).

Nos sistemas de partido dominante, os autores advertem para a existência de quatro grandes desafios ao progresso democrático: primeiro, é que este sistema impede um clima político competitivo, podendo contribuir para a apatia política e para uma abstenção elevada; segundo, os partidos dominantes poderão acabar por monopolizar o processo legislativo, promovendo os seus próprios interesses económicos e sociais; terceiro, a oposição é demasiado fraca e o sistema é menos responsabilizado, em resultado da preponderância que o partido dominante tem; finalmente, os partidos dominantes encorajam “a arrogância do poder” e tornam – se indiferentes às exigências dos cidadãos (Salih e Nordlund 2007, p.51).

O estudo feito do papel dos regimes neopatrimoniais, em conjunto com uma análise do sistema de partido dominante africano, permite – nos estabelecer a base para compreender o modelo político prevalecente no estudo caso de Angola. Assim, é possível partir para os desafios que a RPC enfrentou antes e durante o período pós – colonial e como se foi adaptando às circunstâncias.

### **3.2. As relações sino – africanas: uma introdução**

A presença dos chineses no continente africano não é algo de novo. De facto, moedas e pedaços de porcelana datados da dinastia Song (960 – 1279) foram encontrados em locais arqueológicos em Zanzibar, ao longo da costa Suaíli da África oriental e nas regiões do interior do Grande Zimbabwe (Taylor 2006a, p.16). Ainda assim, as ligações entre a China e África ficaram para sempre marcadas pelas expedições do almirante muçulmano Zheng He da dinastia Ming (1368 – 1644). Durante um período que se estendeu entre 1405 e 1433 (Ampiah e Naidu eds. 2008,

p.21)<sup>75</sup>, Zheng He lançou oito grandes expedições a solo africano, chegando a locais como a Somália, o Quênia, a Tanzânia, Madagáscar, o Zimbabwe e a África do Sul (Ampiah e Naidu eds. 2008, p.21; Taylor 2006a, p.16). O legado histórico das relações estabelecidas por Zheng He em África é inegavelmente importante para compreender o modo como hoje a RPC se movimenta neste continente. Zheng foi enviado enquanto representante da dinastia Ming, não tendo qualquer pretensão em colonizar os povos africanos. Na verdade, o seu grande propósito (para além dos aspectos comerciais) foi procurar o reconhecimento da visão chinesa do mundo por parte dos povos deste continente (Ampiah e Naidu eds. 2008, pp.21 e 22). Após um período de isolamento durante a dinastia Qing (1644 – 1911)<sup>76</sup>, os anos de governação do *Kuomintang* (KMT) marcaram um grande distanciamento face a África, ainda que o KMT tenha estabelecido relações diplomáticas com o governo da África do Sul em 1931 (Taylor 2006a, pp.16 e 17).

Como se verifica pelo desenlace histórico das relações sino – africanas, o marco importante deixado por Zheng He ficou esquecido no tempo tanto pela dinastia Qing, como pelo KMT. Porém, a criação da República Popular da China trouxe consigo uma vontade expressa de manter relações privilegiadas com África, sentimento que se mantém passados 60 anos. Durante o século XX e a primeira década do século XXI, o papel que a China desempenhou em África teve três períodos distintos na forma como interveio neste continente: o primeiro, decorreu de 1949 até 1978, foi marcado por um forte carácter ideológico e busca pelo reconhecimento internacional; o segundo, parte de 1978 até 1989, tendo sido influenciado pela conjuntura interna que emergiu da chegada

---

<sup>75</sup> Existe alguma incerteza quanto às datas das explorações de Zheng He, sendo que alguns autores acreditam que os seus empreendimentos em África tiveram lugar entre 1418 e 1433 (Brautigam 2009, 23), entre 1416 e 1423 (Taylor 2006a, p.16) ou entre 1417 e 1431 (Rostberg ed. 2008, p.vii);

<sup>76</sup> Em 1897, foi aberto um consulado em Joanesburgo, para proteger os cidadãos chineses residentes na África do Sul (Taylor 2006a, p.16).

ao poder de Deng Xiaoping e do fim da Guerra Fria; o terceiro, percorre os anos 90 até aos nossos dias, num claro reacender das relações sino – africanas.

### **3.2.1. 1949 – 1978: o período ideológico**

A política externa da RPC foi muito influenciada pelo ambiente internacional do pós – 2ª Guerra Mundial. Após a vitória do PCC de Mao Zedong na guerra civil e consequente expulsão de Chiang Kai – shek e do KMT para Taiwan em 1949, a recém – fundada RPC foi reconhecida internacionalmente pela Grã – Bretanha, Noruega, Suécia e Dinamarca, mas não pelos EUA (Brautigam 2009, p.29). Após a assinatura do Pacto Sino – Soviético em 1950, a política externa chinesa ficou alinhada com a da União Soviética (Taylor 2006a, p.18), ficando os primeiros anos marcados pela ajuda aos países socialistas e aos movimentos marxistas de independência, assim como aos seus países vizinhos, incluindo o Nepal não – socialista (Brautigam 2009, p.30).

O grande ponto de viragem da política externa chinesa, contudo, ocorreu em 1954 quando Zhou En – Lai introduziu os “Cinco Princípios da Coexistência Pacífica” durante as negociações com a Índia em torno da questão do Tibete: respeito mútuo pela soberania e integridade territorial; não – agressão mútua; não – interferência nos assuntos internos do Estado; igualdade e benefício mútuo; coexistência pacífica (Brautigam 2009, p.30; Cheru e Obi eds. 2010, p.55; Harneit-Sievers, Marks, e Naidu eds. 2010, p.57; Taylor 2006a, p.18). Estes princípios ainda hoje marcam a política externa e de ajuda aos países africanos: não só a RPC se comprometeu a apoiar os movimentos independentistas africanos como traçou como objectivo ajudar economicamente estes Estados, embora a própria China fosse um país em desenvolvimento com poucos recursos (Cheru e Obi eds. 2010, p.55).

Esta primeira fase da intervenção chinesa em África foi marcada pelas políticas praticadas durante a Guerra Fria. Tendo Beijing pouco apoio internacional e com relações difíceis com EUA e URSS (sobretudo após a morte de Estaline), África transformou – se num local passível de estabelecer novos contactos internacionais e de promover o maoísmo (Aarsæther 2011, p.5). Tendo por base os princípios de Zhou En – Lai, a RPC apresentou – se na Conferência de Bandung em 1955 ao lado de Achmed Sukarno, Jawaharlal Nehru, Gamal Abdel Nasser e de vários líderes africanos, tendo sido adoptada a coexistência pacífica como elemento base do movimento não – alinhado. Por outro lado, a ajuda só seria concedida com o apoio expresso da Política de Uma China. Aos olhos dos líderes da RPC, qualquer apoio à causa de Taiwan passou a ser vista como uma intervenção nos assuntos internos do Estado chinês (Brautigam 2009, p.30).

Após a Conferência de Bandung, a RPC iniciou o processo de estabelecimento de relações diplomáticas privilegiadas com várias nações africanas, a começar pelo Egipto em 1956, procurando adquirir o estatuto de líder do Terceiro Mundo, de resto, algo manifestado na política “Três Mundos” de Mao Zedong (Alden 2009, pp.9 e 10). Em 1960, a RPC concedeu à Guiné – Conacri de Sekou Touré um empréstimo no valor de 100 milhões de *renminbis* (\$25 milhões). A posterior ajuda a líderes socialistas como Modibo Keita (Mali) e Kwame Nkrumah (Gana) poderia dar a entender que a China teria como principal razão para intervir em África a expansão da sua ideologia. Porém, a realidade era muito mais complexa. Brautigam (2009) aponta dois motivos que impulsionaram o alastrar da influência chinesa em África no período pós – Bandung: primeiro, a ajuda financeira deveria servir de incentivo para que o Estado em causa reconhecesse a República Popular da China como sendo a “China” *de facto*. Este objectivo tornara – se ainda mais premente quando Beijing constatou que Washington

estaria a ajudar Taiwan a estender a sua influência nos anos 60, precisamente no continente africano. (Brautigam 2009, p.32)<sup>77</sup>.

O segundo motivo que Brautigam apresenta para justificar a promoção das relações com Estados africanos, prendeu – se com o seu afastamento face a Moscovo no início dos anos 60. Assim, tornou – se essencial que a China procura – se a sua própria via, demarcando – se decisivamente dos EUA e da URSS (Brautigam 2009, p.32). Esta mesma demarcação face às superpotências da época ficou vincada na visita de Zhou En – Lai a vários Estados africanos entre 1963 e 1964 (Alden 2009, p.21; Brautigam 2009, p.32; Cheru e Obi eds. 2010, p.55; Taylor 2006a, pp.24 e 25). Ian Taylor (2006a) clarifica os objectivos deste périplo:

“O principal propósito desta viagem foi racionalizar as políticas da China em África e promover a segunda conferência de Bandung planeada. Como parte das políticas anti – soviéticas da RPC, Beijing esperava que esta conferência impedisse Moscovo de comparecer, e que servisse de rampa de lançamento para que a China adoptasse um papel de liderança no mundo em desenvolvimento na luta contra o hegemonismo e o colonialismo.” (Taylor 2006a, pp.24 e 25)<sup>78</sup>

Apesar do pouco apoio demonstrado em prol da realização de uma conferência de Bandung e de afirmações de Zhou classificando as possibilidades revolucionárias africanas como sendo “excelentes”, não deixou de ser uma mensagem de que a China

---

<sup>77</sup> A tendência para os Estados africanos votarem em bloco na Assembleia – geral da ONU (Alden 2009, p.22) foi determinante para que Beijing se tornasse num membro permanente do Conselho de Segurança da ONU em 1971, afastando Taipei do posto (Aarsæther 2011, p.5; Alden e Alves 2009, p. 8). Só de África, houve 26 votos a favor da entrada da RPC no Conselho de Segurança (Ampiah e Naidu eds. 2008, p.23);

<sup>78</sup> “The main purpose of this tour was to rationalize China’s policies in Africa and to promote the planned second Bandung conference. As part of the PRC’s anti – Soviet policies, it was hoped by Beijing that such a conference would prohibit Moscow from attending, and would act as a launching pad for China to adopt a leading role in the developing world in the drive against hegemonism and colonialism.” (Taylor 2006a, pp. 24 e 25).

estava interessada em África, projectando a sua imagem e prestígio (Taylor 2006a, p.25). Foi durante estas viagens que a China se comprometeu a enviar \$120 milhões em ajuda financeira para o Congo, o Gana, o Quênia, o Mali e a Tanzânia, tornando – se no primeiro país em desenvolvimento a ter um programa de ajuda financeira. Para Brautigam (2009), os países africanos foram afortunados com o facto de a ajuda apresentada por Beijing ter ocorrido após o Grande Salto em Frente (1958 – 1960), uma tentativa falhada de Mao catapultar a economia chinesa, tendo a colectivização dos campos e o fabrico de aço artesanal representado um tremendo fracasso das políticas maoístas, para além de ter levado à morte entre 36 a 45 milhões de pessoas (Dikötter 2010, p.333; Mason 2012).

Contudo, o período da Revolução Cultural (1966 – 1976), ficou marcado pelo efeito *spillover* nefasto para as políticas africanas. Durante este período, a imagem da RPC no mundo, em particular em África, ficou profundamente denegrida. No verão de 1967, Guardas Vermelhos invadiram as instalações do ministério dos Negócios Estrangeiros, interferindo com as operações do departamento. Como consequência, todos os embaixadores chineses em África (excepção do Egipto) regressaram à China, gerando a contestação de vários governos africanos. Já em Fevereiro de 1966, as pretensões chinesas sofreram um grande revés quando Nkrumah foi deposto do poder no Gana. Tendo sido assinado um acordo em Setembro de 1964 para o envio de especialistas chineses tendo em vista o treino das tropas ganesas em Obenamasi, o novo governo militar expulsou os instrutores militares. Os problemas provocados pelo extremismo dos Guardas Vermelhos fizeram – se sentir no número de visitas de delegações estrangeiras a Beijing: em 1966, foram 116; em 1967 foram 53; e em 1968 foram apenas 12. A violência dirigida aos representantes dos países africanos por parte

dos Guardas Vermelhos instalou o medo e falta de predisposição para visitar a capital chinesa durante a Revolução Cultural (Taylor 2006a, pp. 32 e 33).

Apesar deste claro retrocesso nos objectivos mundiais do RPC, algumas relações externas permaneceram intactas, sendo interessante olhar para o caso da Tanzânia de Julius Nyerere e a Zâmbia de Kenneth Kaunda. Foi com estes países que Beijing assinou o acordo em 1967 para a construção da *Tan – Zam Railway*, um ambicioso projecto ferroviário de perto de 2000 km de extensão, desde as minas de cobre na Zâmbia até à orla marítima na Tanzânia. O BM não financiou este projecto por considerá-lo inexecutável. Assim, a RPC aproveitou a oportunidade dada e entre 1970 e 1975, a ferrovia foi construída, chegando a empregar 16 mil trabalhadores chineses (Brautigam 2009, pp.40 e 41).

Segundo Ian Taylor (2006a), este projecto foi de grande importância para a política externa chinesa em África por três razões essenciais, tendo em consideração a vontade expressa de combater a hegemonia das superpotências na região, de impedir a infiltração soviética na Tanzânia e na Zâmbia e de ganhar prestígio junto dos seus parceiros, em particular, de África e, em geral, do Terceiro Mundo (Taylor 2006a, p.39). Em primeiro lugar, apesar do flagelo vivido durante a Revolução Cultural, era a prova de que a China continuava empenhada em manter as suas relações com os Estados africanos. A assinatura dos protocolos para a construção da ferrovia deram a entender ao mundo que a China iria cumprir os seus compromissos, ao mesmo tempo que prevenia os Guardas Vermelhos de que as suas tomadas de decisão não seriam afectadas pelo caos gerado no ministério dos Negócios Estrangeiros. Em segundo lugar, Beijing procurou reduzir a influência soviética na África Austral. Nesta época, Moscovo tinha laços firmados com a Somália, um Estado importante estrategicamente, para além de que financiava muitos dos movimentos de libertação que fervilhavam na região. Com a

construção da *Tan – Zam* os líderes chineses esperavam impedir futuras incursões soviéticas na zona. Finalmente, a RPC esperava melhorar a sua imagem enquanto apoiante dos movimentos de libertação na região, elevando o seu estatuto no Terceiro Mundo. Do ponto de vista zambiano, a linha ferroviária em questão permitiria a Lusaca libertar – se economicamente dos regimes dominados por minorias brancas da zona:

“Ao tornar – se economicamente livre do sul, Lusaca ficaria numa posição em que poderia apoiar movimentos de libertação mais abertamente, sem recear medidas retaliatórias da parte de governos brancos.” (Taylor 2006a, p.39)<sup>79</sup>

Com efeito, a linha *Tan – Zam* permitiu a Kaunda apoiar com maior à vontade os movimentos de libertação, sem sentir a pressão vinda de Pretoria e de Salisbury (actual Harare). Do ponto de vista de Beijing, ficou retratada como principal apoiante dos movimentos de libertação nacional (Taylor 2006a, p.39).

Com a detenção e condenação do Bando dos Quatro em 1977 e com o acalmar da Revolução Cultural, a RPC voltou a abrir as portas ao mundo pouco a pouco. Em Janeiro de 1975, na sua última manifestação pública, Zhou En – Lai proferiu as suas “Quatro Modernizações”<sup>80</sup>, num claro repúdio aos acontecimentos da Revolução Cultural, exortando à sua concretização até o final do século XX (Kissinger 2011, pp.331 e 332). A China, para se modernizar teria que abandonar a sua autarcia e a sua auto – suficiência forçadas, e importar tecnologia do mundo desenvolvido e pagá – la com as suas exportações (Brautigam 2009, p.42). Após a morte de Mao Zedong, a entrada em cena de Deng Xiaoping permitiu ao Império do Meio a abertura de uma

---

<sup>79</sup> “Being economically free from the south, Lusaka would be in a position where it could support liberation movements more openly without the fear of experiencing retaliatory measures by the White governments.” (Taylor 2006a, p.39);

<sup>80</sup> Estas modernizações eram as áreas onde a China deveria investir nos anos vindouros: agricultura, indústria, defesa nacional e ciência e tecnologia (Kissinger 2011, p.331).

nova era da política mundial, que culminou com o estabelecimento de relações diplomáticas formais com os Estados Unidos em 1979 (Cheru e Obi eds., 2010, p.56). De facto, com as reformas económicas de Deng, veio uma nova forma de fazer diplomacia, e que teve efeitos duradouros nas relações sino – africanas<sup>81</sup>.

### **3.2.2. 1978 – 1989: o pragmatismo chinês**

As reformas iniciadas por Deng Xiaoping a partir de 1978 deram início ao percurso capitalista que, ao longo das últimas três décadas, tem permitido taxas de crescimento económico na casa dos dois dígitos e que fez disparar o PIB *per capita* para os \$1700 em 2005. Por outro lado, o número de pessoas abaixo do limiar da pobreza passou de 280 milhões em 1978 para 140 milhões em 2004 (Alden 2009, p.10). Em 2011, o número de pessoas a viver abaixo limiar da pobreza baixou para 128 milhões (CIA 2013c).

Também nas relações com África verificou – se uma mudança: de uma agenda profundamente ideológica, os políticos chineses começaram a utilizar o pragmatismo e a diversidade de acções e acordos para atingir os seus fins.

Com uma nova liderança política e incerteza quanto ao desenvolvimento económico verificado na China, o período entre 1979 e 1982 ficou marcado por uma flutuação temporária nas relações sino – africanas: a ajuda a África foi reduzida, as trocas comerciais ressentiram – se e o número de equipas médicas chinesas em África decresceu (Anshan 2007, p.72). Contudo, Deng Xiaoping usou as lições do passado para delinear um novo plano de intervenção para África, baseado na relação entre a China e o Japão. Tal como a maioria das sociedades africanas, a RPC era uma sociedade

---

<sup>81</sup> Já em 1978, Beijing tinha firmado laços diplomáticos com 43 países africanos (Anshan 2007, p.72).

agrária detendo vastas reservas de recursos minerais, como petróleo, carvão, ouro e cobre. Em 1973, o Japão começou a importar petróleo dos campos petrolíferos de Daqing. Em 1978, após sete anos de intensas negociações, ambos os países chegaram a um acordo de cooperação da qual sairiam os dois beneficiados: Tóquio ofereceu empréstimos em ienes com juros baixos para financiar a exportação de novas fábricas, tecnologia industrial e materiais no valor de \$10 mil milhões para a China, e, em contrapartida, Beijing exportaria para solo nipónico crude e carvão, como forma de pagamento da dívida. Até ao final de 1978, representantes chineses assinaram mais 74 contractos tendo em vista a modernização da China, todos a serem pagos com petróleo. Para Beijing e Tóquio, tratou – se de uma clara “parceria estratégica «win – win»” (Brautigam 2009, pp.46 e 47).

Segundo Brautigam (2009), a RPC retirou três importantes lições do seu entendimento com o Japão que seriam replicadas mais tarde no âmbito das relações sino – africanas. Numa primeira instância, a China explorou o interesse japonês no petróleo de Daqing para poder construir as infra – estruturas necessárias para a exportação, assim como, para a melhoria da rede de transportes e de distribuição energética. Em segundo lugar, foi usada uma forma de comércio compensatório (*buchang maoyi*), ou seja, permitia às empresas sem acesso ao mercado de câmbio que importassem equipamento e maquinaria, atrasando o pagamento até poderem fazê – lo em género com os produtos então produzidos. Finalmente, estes investimentos na China arrastaram atrás de si enorme publicidade feita através dos média, facilitada pela abertura sentida a partir de 1978 (Brautigam 2009, pp.48 e 49).

Tendo em consideração o seu passado enquanto recipiente de ajuda externa, Beijing sob a égide do presidente Deng Xiaoping e do primeiro – ministro Zhao Ziyang, iniciou uma nova “ofensiva” em África e que assentou os pilares para o futuro das

relações sino – africanas. Em Dezembro de 1982, Zhao Ziyang fez uma visita a África para promover o caminho da Cooperação Sul – Sul. Esta política tornou – se clara numa conferência de imprensa em Dar es Salaam (Tanzânia), em que Zhao anunciou os quatro princípios que daí em diante guiariam as relações económicas sino – africanas: igualdade de benefício mútuo; enfatizar os resultados práticos; diversidade dos meios; e desenvolvimento mútuo (Brautigam 2009, p.52; Cheru e Obi eds. 2010, p.56). Estes “Quatro Princípios de Cooperação Económica e Técnica Sino – Africana” acabaram por ditar o enfraquecimento do carácter ideológico advogado por Zhou En – Lai aquando da sua visita a África em 1963/4, tendo atribuído maior destaque à cooperação económica e à ajuda humanitária (Cheru e Obi eds. 2010, p.56)<sup>82</sup>. Zhao considerou que este tipo de cooperação iria promover o desenvolvimento para ambas as partes e que a China queria manter a sua presença em solo africano, ao mesmo tempo que prosseguia o seu próprio desenvolvimento (Brautigam 2009, p.54).

A mudança verificada no modo como a China passou a intervir em África também ficou expresso no abandono do conceito de Mao de luta armada. Ainda que fosse um meio utilizado na luta contra os governos minoritários africanos, a RPC começou a promover um equilíbrio entre a mediação e a guerra de guerrilha, tendo inclusivamente aconselhado o Zimbabwe a seguir o caminho da diplomacia para obter a independência, ao mesmo tempo que mantinha a luta armada. Beijing também começou a usar os mecanismos da ONU para impedir que a União Soviética expandisse o seu

---

<sup>82</sup> Estes quatro princípios foram uma clara evolução dos “Oito Princípios de Assistência Económica e Técnica” de Zhou En – lai: ajuda financeira deve ser vista como ajuda mútua; essa ajuda não deve ser acompanhada de condicionantes ou privilégios; as taxas de juro devem ser baixas ou inexistentes, para facilitar o pagamento do país recipiente; o objectivo da ajuda é facilitar o desenvolvimento independente do país; para melhorar os rendimentos do país, os programas chineses devem produzir resultados mais rápido com menos investimento; a China deverá fornecer ao país em causa com o melhor equipamento e tecnologia disponíveis; garantir que os técnicos do país causa receberão a melhor formação possível; os técnicos chineses não deverão ser privilegiados em detrimento dos técnicos locais (Rostberg ed. 2008, pp.26 e 27).

imperialismo em África, tal como fez com o Afeganistão. Sabendo da incapacidade em fazer frente aos soviéticos, os chineses procuraram na ONU o fiel da balança necessário para manter as suas pretensões intactas no continente, ao mesmo tempo que colocava em cheque os avanços soviéticos na região. No caso da África Austral, os chineses encontravam – se particularmente preocupados com o avanço da URSS no oceano Índico, que colocaria em causa a estabilidade no sul de África e condicionaria a exportação de petróleo do Golfo. Por fim, a RPC passou a ser apologista de que qualquer conflito inter – Estados africanos ou disputa fronteiriça devesse ser solucionado pelos próprios países envolvidos através da deliberação pacífica, e sem qualquer mediação internacional. Por trás desta não – intervenção nos assuntos considerados internos aos olhos da China, estava a vontade férrea de não permitir que qualquer força externa fizesse o mesmo em relação a questões ligados a Taiwan ou ao Tibete, territórios vistos como parte integrante da China (Taylor 2006a, pp.52 e 53).

Os anos 80 marcaram esta tendência pragmática da política chinesa em África. Por exemplo, a RPC começou a apoiar a Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO), o movimento independentista da Namíbia e que tradicionalmente tinha laços com Moscovo. A razão para que a SWAPO passasse a ser vista como um movimento de libertação legítimo por parte de Beijing deveu – se ao bloqueio que a África do Sul representava para a descolonização namibiana (Taylor 2006a, pp.53 e 54).

Com o revigorar de economia chinesa, tais práticas tornaram – se cada vez mais decisivas para a política externa e os programas de ajuda financeira propostos pela RPC ganharam novo fôlego. Em larga medida, existiam na China dois problemas a solucionar: como investir em projectos que fossem considerados sustentáveis e que não ocorresse um desperdício de recursos e como fazer evoluir a assistência financeira a África, de modo a contribuir para o desenvolvimento do seu próprio território

(Brautigam 2009, p.54). Como tal, ao longo das décadas de 80 e 90, Beijing procurou reabilitar muitos projectos que haviam entrado em colapso no passado, de modo a torná-los sustentáveis. Após o envio, a partir de 1983, de técnicos para averiguarem o estado em que se encontravam esses projectos, a RPC procurou, então, manter o compromisso de ser uma fonte de ajuda incondicional (“*being responsible to the end*”) aos Estados africanos mais pobres: na Tanzânia os chineses assinaram um novo acordo para renovar 60 antigos projectos de ajuda e no Congo, o projecto hidroeléctrico de Bouenza foi restituído, tendo recebido uma total melhoria (Brautigam 2009, p.57). Em simultâneo, algumas iniciativas chinesas em África começaram a ser pagas em género: em 1984 no Mali, por exemplo, a embaixada chinesa local conseguiu, através de uma empresa chinesa, que uma fábrica de couro fosse reestruturada. Como forma de pagamento pelos empréstimos monetários destinados a comprar equipamento e peças, a empresa maliana responsável pagaria em couro (Brautigam 2009, p.55 e 56). Pelo que se compreende, este método usado no Mali e que hoje é visto em grande parte da África sub – Sahariana, partiu precisamente do modelo empregue pelo Japão na RPC: empréstimos com baixas taxas de juro, para comprar maquinaria e tecnologia, de modo a exportar os recursos na qual estas foram empregues, saldando a dívida existente.

Este novo programa de ajuda era, contudo, apenas destinado aos Estados menos desenvolvidos, ocorrendo um aumento exponencial de novos contractos e serviços técnicos e de criação de consórcios. Consequência destes ajustamentos das práticas e políticas chinesas em África, os anos 80 foram marcados pela participação da China em 200 projectos relacionados com a construção de infra – estruturas, num total de mais de 2600 projectos (em África e na Ásia ocidental), num valor de \$5.6 mil milhões e envolvendo cerca de oito mil trabalhadores chineses (Cheru e Obi eds. 2010, p.56). Porém, Brautigam (2009) considera que com esta reconstrução do programa de ajuda

financeira chinês, surgiu uma contradição. Tradicionalmente, os chineses viajariam até ao país africano em questão, participavam na construção de infra – estruturas ou na formação de técnicos africanos e regressariam a casa. Ainda assim, em média, um sexto dos projectos chineses, depois da sua conclusão e entrega à administração local, necessitavam do posterior regresso dos actores chineses para proceder a sessões de aconselhamento ou de formação mais avançada. Desta forma, a China correu o risco de violar um dos seus princípios: a não – interferência nos assuntos internos do outro país. Sendo o problema marcadamente político, Zhao Ziyang interveio, garantindo que não se tratava de uma interferência nas questões internas do Estado, mas sim uma ajuda necessária para a construção da sua auto – suficiência (Brautigam 2009, p.57). Portanto, a lógica operacional do apoio chinês desde então determina que o país recebedor de ajuda tenha que gerir o seu próprio desenvolvimento e que à China apenas compete o envio de tecnologia e recursos materiais. Um dos meios para atingir a sustentabilidade dos projectos em África financiados pela RPC incorpora o reforço das capacidades administrativas locais, assim como, participação na manutenção e melhoria das competências necessárias ao desenvolvimento (Cheru e Obi eds. 2010, p.57). Esta aposta no progresso de cada Estado ficou muito marcada pela incapacidade que a ajuda financeira tinha em eliminar a pobreza em África, levando a que a China apostasse em consórcios e na cooperação económica, facilitando o envio de novas tecnologias e práticas de gestão para África para promover o seu crescimento (Anshan 2007, p.74).

Em meados dos anos 80, o continente africano perdeu interesse para Beijing, considerando que o Terceiro Mundo era irrelevante para o seu próprio desenvolvimento. Para além da sua própria modernização, a RPC mantinha a sua preocupação face às superpotências da época. Na sua busca pelo entendimento com os EUA e a URSS, o continente africano acabou por ser negligenciado, algo que se reflectiu na ajuda

financeira a África. Em vez disso, a preocupação em torno do seu próprio desenvolvimento, levou a China aproximar – se das duas superpotências como forma de adquirir equipamentos e conhecimentos para catapultar a sua economia, num claro reconhecimento de que as premissas defendidas nos anos de Mao Zedong tinham levado o país ao colapso (Taylor 2006a, pp. 59 – 61).

Ian Taylor (1998) acredita que o recuo da RPC face a este continente deveu – se ao facto de as economias africanas não se terem desenvolvido eficazmente e de não se terem aberto aos mercados internacionais, o que ia contra as pretensões chinesas. Além disso, o maior desinteresse das superpotências face a África levou a que a própria China reduzisse a sua participação nessa região. Em suma, a RPC, por um lado, via a busca pelo desenvolvimento africano como sendo algo imaterializável, e por outro, compreendia que o seu esforço em promover movimentos anti – soviéticos já não se justificava (Taylor 1998, pp.443 e 444). Contudo, o massacre da praça de Tiananmen trouxe consigo três desenvolvimentos que conduziram à melhoria das relações sino – africanas. Enquanto que o mundo condenava e sancionava Beijing pelos acontecimentos a 4 de Junho de 1989, a reacção africana foi muito mais favorável. Por exemplo, o ministro dos Negócios Estrangeiros de Angola expressou o seu apoio às acções contra a “rebelião contra – revolucionária” e o presidente Sam Nujoma (Namíbia) enviou um telegrama congratulando o exército chinês (Taylor 2010, pp.13 e 14). Efeito directo desse apoio vindo do mundo em desenvolvimento, a China reafirmou os “Cinco Princípios de Coexistência Pacífica” como o caminho a seguir para a prática da sua política externa (Taylor2010, p.14).

Outro elemento que facilitou o reemergir das relações sino – africanas foi o comportamento positivo das economias africanas no início dos anos 90, o que traria vantagens para o comércio chinês:

“Esta análise foi baseada na assunção de que os países africanos tinham adoptado medidas para acelerar o ritmo das privatizações, abrindo as suas economias ao comércio internacional e reformas baseadas em acordos bilaterais e multilaterais.” (Taylor 2010, p.14)<sup>83</sup>

A abertura registada por parte dos países africanos, contribui para a convicção de que os bens produzidos pelos chineses poderiam ter um grande valor em África, onde as economias ainda permaneciam pouco desenvolvidas quando comparadas com o ocidente e, portanto, os seus consumidores estariam mais permeáveis a adquirir estes produtos de baixo custo. Adicionalmente, tanto o governo como as empresas chinesas compreenderam a importância de manter parcerias com África, um continente repleto de recursos naturais (Taylor 2010, p.14).

Finalmente, o rápido desenvolvimento da RPC promoveu as próprias relações sino – africanas. Sendo o crescimento económico o único elemento que legitima a permanência no poder do PCC, a saturação dos mercados de exportação da China, aliado ao aumento do preço das importações, faz com que África seja cada vez mais importante para Beijing. Assegurar recursos naturais para manter os chineses do lado do PCC faz com que o continente africano seja o alvo predilecto para o investimento da RPC. Todo este interesse sino – africano acaba por se reflectir no desenvolvimento pacífico: os decisores políticos chineses são da opinião que o mundo em desenvolvimento e a China se deverão apoiar mutuamente, prevenindo a emergência de uma nova potência hegemónica (Taylor 2010, pp.14 e 15).

---

<sup>83</sup> “This analysis was based on the assumption that African countries had adopted a set of active measures to hasten the pace of privatization, opening up international trade and reform based on bilateral and multilateral agreements.” (Taylor 2010, p.14).

### **3.2.3. 1990 até hoje: Going global**

Os anos 90, dadas as consequências do massacre de Tiananmen e a reacção dos seus parceiros africanos, marcaram uma nova etapa nas relações sino – africanas. Em grande medida, este reacender do interesse em África proveio da própria introspecção a que a RPC foi sujeita no período em que se viu isolada do mundo logo após o 4 de Junho de 1989: um grande ressentimento emergiu no meio das críticas à conduta de Beijing e às violações do direitos humanos, o que, do ponto de vista chinês, eram uma clara interferência nos seus assuntos internos (Taylor 2006a, p.63). Como foi verificado anteriormente, os Estados africanos tiveram uma reacção positiva ao massacre, contrariando a onda de protesto vinda do Ocidente. Os motivos que levaram a esta tomada de posição por parte de muitos líderes africanos acabaram, até certo ponto, por contribuir para as novas iniciativas sino – africanas que se seguiram. Os motivos por detrás do apoio africano a Beijing podem ser sumarizados em três pontos essenciais: em primeiro lugar, muitos líderes encontravam – se pouco dispostos em abrir os seus países às influências vindas do mundo ocidental pós – Guerra Fria, entre as quais, a democracia liberal. A queda da URSS e o massacre da praça de Tiananmen fizeram com que muitos líderes africanos reflectissem sobre a sua situação vigente, temendo um possível efeito dominó. Assim, muitos líderes africanos receavam protestos, o que colocaria em causa a sua posição enquanto elite política (Taylor 1998, pp.447 e 448).

Em segundo lugar, as nações africanas na figura dos seus líderes consideraram que o descontentamento vindo do mundo Ocidental perante o sucedido em Tiananmen, não passava de uma tentativa de minar o progresso e desenvolvimento registados pela China. As ameaças comuns ao mundo sino – africano (o imperialismo e neo – imperialismo) encontravam – se presentes nas críticas ocidentais e em conceitos considerados típicos do mundo desenvolvido, como os direitos humanos e a democracia.

A própria preocupação do Ocidente, por exemplo, face à clara violação dos direitos humanos na China foi visto como um bloqueio ao caminho percorrido pela RPC na direcção do desenvolvimento económico (Taylor 1998, p.448).

Finalmente, compreendendo que a China era uma importante fonte de ajuda ao desenvolvimento, os líderes africanos não poderiam permitir que o ocidente “interferisse” com o progresso chinês que, em última instância, acabaria por afectar os programas de assistência sino – africanos (Taylor 1998, p.449)<sup>84</sup>.

Resultado do seu isolamento e da reacção por parte dos líderes africanos, a China embarcou numa nova campanha para alargar os seus contactos no mundo em desenvolvimento, que incluiu a visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros Qian Qichen a 14 Estados africanos entre 1989 e 1992 (Taylor 1998, p.550; Taylor 2006a, p.63). Em Julho de 1989, Qian Qichen realizou uma visita urgente ao Botswana, Angola, Zimbabwe, Zâmbia, Moçambique e Lesoto. Em Janeiro de 1991, Qian deu início à tradição de seleccionar a cada novo ano um conjunto de países africanos a visitar, tendo em vista a realização de encontros bilaterais importantes. Como resultado desta nova prática iniciada por si, em 1995 Qian já havia percorrido 36 países, e estas visitas continuaram a ser conduzidas pelos seus sucessores (Brautigam 2009, p.68)<sup>85</sup>.

A promoção dos “Cinco Princípios de Coexistência Pacífica” continuaram a ser uma peça central para a diplomacia chinesa em África, em especial, porque com a queda do bloco soviético passou a haver uma grande preocupação em conter o avanço daquela

---

<sup>84</sup> Entre 1956 e 1987, a China enviou \$4,783 milhões de dólares em assistência e ajuda económica para África (Taylor 1998, p. 449);

<sup>85</sup> Estas visitas tiveram um segundo pretexto: a promoção da Política de Uma China. A transição democrática pacífica registada em Taiwan, trouxe consigo a vontade expressa de restabelecer contactos com África. As viagens de Qian Qichen, por seu lado, procuraram fazer com que os Estados africanos deixassem de apoiar a República da China (Taiwan) como sendo a “China”. Caso tal não sucedesse, a RPC romperia relações com o Estado em causa (Brautigam 2009, p.67).

que era a potência hegemónica da época, os Estados Unidos. Em Março de 1990, o primeiro – ministro Li Peng pronunciou – se, no Comité Consultivo Jurídico Asiático – Africano, sobre a sociedade internacional e na importância de todos os Estados serem vistos como iguais e de ser mantido o respeito mútuo entre todos, independentemente de quaisquer diferenças que existissem ao nível ideológico ou político. Como tal, Li Peng considerou que nenhum Estado deveria prosseguir uma agenda política que procurasse atingir um estatuto de potência hegemónica, nem que tentasse exercer a sua vontade sobre qualquer região, incorrendo no risco de interferir nos assuntos internos de cada nação. O anti – hegemonismo tornava – se numa importante ferramenta para a diplomacia sino – africana (Taylor 1998, p.451; Taylor 2006a, pp.63 e 64).

Nesta fase, é importante destacar como a não – interferência nos assuntos internos dos Estados e o benefício mútuo marcam decisivamente a política chinesa em África. No que respeita à não – interferência, os conceitos de soberania e igualdade entre os Estados são especialmente importantes para a RPC, devido a um passado histórico marcado pelas constantes violações da sua soberania por parte de outras potências. Perante este contexto histórico, o princípio da não – interferência enfatiza a soberania enquanto denominador comum de todos os Estados, independentemente de outros factores. Como tal, deverão ser tratados de igual forma sem que nenhuma força externa imponha a sua vontade sobre os mesmos. No caso dos direitos humanos, tanto a China como muitos países africanos defendem que não devem ser um pretexto para que se intervenha. A política de não – intervenção da China não ignora a resposta a catástrofes humanitárias, mas sim reconhece as suas limitações na resposta a estas crises. Ainda que em discussões com representantes africanos a China ofereça sugestões e conselhos sobre governação e assuntos intra – estados, não o faz com um tom coercivo mas sim amigável (Anshan 2007, pp. 74 – 76).

Quanto ao benefício mútuo, trata – se de um conceito com uma raiz histórica importante. No período anterior aos anos 80, a RPC apoiou os movimentos de independência africanos e, como já foi analisado, os novos Estados tiveram um papel crucial na reentrada da China na ONU em 1971 (Anshan 2007, p.78). Progressivamente, o benefício mútuo advogado por Beijing começou a ter um cariz cada vez mais económico, podendo estar ligado à concessão de empréstimos aos países africanos em troca de recursos, como hoje acontece em Angola ou na República Democrática do Congo (RDC) (Rostberg ed. 2008, pp.7 e 8). Brautigam (2009) destaca outro exemplo: no sector agrícola africano, a ajuda externa chinesa progrediu muito desde os primeiros apoios dados nos anos 50. Enquanto nessa altura tratava – se de uma ajuda ainda muito marcada pelo cariz ideológico, na qual nada era pedido em troca, nos dias de hoje a premissa é muito pragmática: a agricultura africana deverá dar lucros à RPC, ao mesmo tempo que cria postos de trabalho em África e ajuda a resolver os problemas alimentares africanos (Brautigam 2009, pp. 227 e 228).

Um outro factor que contribuiu para que a RPC reiniciasse os contactos com África deveu – se a um factor determinante para o futuro do seu crescimento económico. Em 1993, a RPC tornou – se num importador líquido de petróleo (Alden 2009, pp.11 e 12; Alden e Alves 2009, p.5), o que levou ao reconhecimento da própria liderança que o seu crescimento económico não conseguiria ser mantido, se não fossem assegurados recursos (energéticos) fundamentais para atingir esse objectivo (Alden 2009, p.12). Trata – se de uma necessidade que deve ser suprida urgentemente: por exemplo, o consumo de produtos petrolíferos na RPC cresceu 15% de 2003 para 2004, enquanto que a sua produção apenas aumentou 2% (Taylor 2006b, p.943). Apesar de ser o quarto maior produtor de petróleo do mundo, as suas exigências energéticas levam a que

importe 57% do petróleo que consome, fazendo da RPC o maior importador energético mundial (Leonard ed. 2012, p.107)<sup>86</sup>.

Consequência directa desta alteração ao nível do consumo dos recursos energéticos, a China tem vindo a reforçar as suas parcerias com Estados africanos produtores de matérias – primas, através de um modelo designado *Angola mode*. Esta forma de ajuda aos Estados é um claro exemplo de como o Estado chinês procura algo em troca por aquilo que oferece, neste caso, constrói infra – estruturas e recebe recursos. Ainda que não seja um procedimento exclusivo da China (Estados ocidentais fizeram o mesmo com Angola), o *Import – Export Bank (Eximbank)* tem feito grandes esforços nos últimos anos para garantir os recursos necessários ao desenvolvimento chinês, particularmente, na África ocidental: \$4.5 mil milhões foram entregues a Angola em troca pelo fornecimento de petróleo (2004); \$3 mil milhões oferecidos ao Gabão pelos direitos de exploração de manganésio (2006); \$9 mil milhões numa parceria com a RDC, tendo em vista o desenvolvimento das operações mineiras de cobalto (2007/2008), entre outros exemplos (Alden e Alves 2009, p.9). Porém, o programa de ajuda externa chinês é mais complexo do que aparenta, não se tratando de uma simples injeção de dinheiro a partir do Estado.

Na RPC existem, pelo menos, nove tipos de ajuda: equipas médicas, atribuição de bolsas de estudo a estrangeiros, ajuda humanitária, jovens voluntários, alívio da dívida externa de outros Estados, apoio orçamental, planeamento e construção de infra – estruturas, ajuda em género e assistência técnica (Brautigam 2009, p.105). São muitas as estruturas que coordenam a ajuda externa a partir do Ministério do Comércio (MOFCOM), mas duas destas deverão receber um maior destaque. A primeira é o

---

<sup>86</sup> Dados da Central Intelligence Agency (CIA) dão conta que em 2011 a RPC produzia 4.073 milhões de barris de crude por dia e importava 5.072 milhões de barris diariamente (CIA 2013c).

Ministério dos Negócios Estrangeiros. Tal como Brautigam (2009) o coloca, os seus diplomatas no terreno são a “linha da frente” (Brautigam 2009, p. 110) no aconselhamento a Beijing. A sua coordenação com o MOFCOM é fundamental, ao ser o braço político de toda a ajuda externa chinesa. De facto, a sua importância nunca poderá ser descurada, dada a contínua luta com Taiwan por reconhecimento internacional (Brautigam 2009, pp. 110 e 111). O braço político, assim, terá sempre um papel fundamental para a RPC, direccionando as instituições financeiras para que ajam em conformidade com os objectivos políticos. É nesta fase que entra a segunda instituição que eu pretendo analisar neste estudo: o *Eximbank*. Este banco, juntamente com o CDB e o China Agricultural Development Bank (Brautigam 2009, p.79), é um elemento central da estratégia chinesa de *Going Global*, como destaca Deborah Brautigam (2009). É de tal ordem importante que, segundo dados de 2007, era a instituição bancária que mais créditos à exportação concedia (Brautigam 2009, p.113). Ainda assim, apenas os empréstimos concessionais podem ser considerados ajuda externa, tendo o *Eximbank* no próprio orçamento governamental os fundos necessários para realizar tais acções.

Este processo inclui a assinatura de acordos intergovernamentais, determinando o propósito, a quantia, a importância e taxa de juro do empréstimo, sendo seguidos pelo acordo de empréstimo entre o *Eximbank* e o mutuário. O juro varia entre os 1.25% e os 3% com um prazo de tolerância de cinco a oito anos, para um período de dez a vinte anos para pagar o empréstimo. O capital é dado em sucessivas tranches, de acordo com a conclusão do projecto e entregues directamente a empresas chinesas na RPC através do *Eximbank*. A cláusula leonina (60% - 80%) dos projectos é atribuída a empresas chinesas seleccionadas pelo *Eximbank* e pelo MOFCOM e sancionadas pelo governo beneficiário (Alden e Alves 2009, p.9). Para Chris Alden e Ana Cristina Alves (2009), é uma forma de pacote financeiro fácil de obter e empregue de forma mais rápida do que

habitualmente, sem condições para a sua concessão. Além disso, é dinheiro “virtual” no país que o recebe, o que faz com que seja impossível aos líderes africanos desviarem – no para as suas contas pessoais. Dadas estas vantagens, é uma prática cada vez mais usada pela RPC no continente africano, principalmente, nos países que dão menores garantias em termos de retorno financeiro, mas que possuem vastas matérias – primas. O *Angola mode* é reforçado pela própria China, a partir do momento em que procura usar empresas e operários chineses para cumprir os pressupostos destes pacotes de ajuda, minimizando a exposição destes investimentos a factores de risco típicos de muitas sociedades africanas, como a corrupção e o preço mais elevado da mão – de – obra (Alden e Alves 2009, pp.9 e 10). Contudo, este modo de agir acarreta alguns problemas:

“Mitigar o ‘risco’ através desta abordagem enfatiza as ligações às elites e, ao fazê – lo, enreda os interesses chineses com os do regime no poder. Tal coloca a China em perigo de ser arrastada para as políticas locais, minando a sua política de não – interferência.” (Alden e Alves 2009, p.10)<sup>87</sup>

Perante estes potenciais entraves, a RPC tem procurado assentar melhor os seus objectivos em África, usando um mecanismo multilateral cada vez mais importante desde o ano 2000. Esse instrumento é o FOCAC, com destaque para as suas três primeiras reuniões (2000, 2003 e 2006).

### **3.3. Fórum de Cooperação China – África (FOCAC)**

Em Outubro de 2000, sob a égide de Jiang Zemin, o FOCAC reuniu – se pela primeira vez em Beijing juntado um total de 44 países africanos, representados pelos seus chefes – de – Estado e pelos responsáveis das suas economias. Nesta primeira

---

<sup>87</sup>“Mitigating ‘risk’ through this approach emphasizes elite ties and in doing so effectively entangles Chinese interests with those of the regimes in power. This has the danger of drawing China into local politics and undermining its non – interference approach.” (Alden e Alves 2009, p.10).

reunião do FOCAC ficaram as promessas, da parte de Beijing, em ajudar os Estados africanos a aliviar as suas dívidas, em financiar programas de treino e criar um fundo de investimento (Brautigam 2009, p.77). Esta reunião teve, na opinião de Taylor (2006a) três objectivos principais: primeiro, este fórum serviu para reafirmar a posição anti – hegemonia chinesa face aos EUA. Através da globalização, este domínio americano era visto como sendo prejudicial para a soberania e a autonomia, não só da China, mas também de todo o mundo em desenvolvimento (Taylor 2006a, p.67). Em certo sentido, o FOCAC ajuda a China a ter uma imagem benigna e que não representa uma ameaça para outros Estados (Kurlantzick 2007, p.48), ao contrário da globalização que, segundo os chineses, apenas tem contribuído para aumentar as disparidades entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento (Taylor 2010, p.17).

Em segundo lugar, a primeira reunião ministerial deste fórum serviu para a China demonstrar como evoluiu em termos económicos ao longo dos anos graças à sua modernização socialista e encorajar os Estados africanos a realizarem reformas (através do modelo chinês), aliviando o peso da ajuda externa chinesa nos seus países. No FOCAC de 2000, Beijing enfatizou o facto de não anexar à sua ajuda económica quaisquer condicionalismos políticos, sem, no entanto, deixar de destacar, pela voz do primeiro – ministro Zhu Rongji, as alterações brutais alcançadas pela RPC desde o início das reformas e da abertura ao exterior (Taylor 2006a, p.69).

Em terceiro e último lugar, o FOCAC teve como intenção conter o avanço de Taiwan em África (Taylor 2006a, p.69). Ao longo dos anos, Taiwan tem sido visto como um parceiro generoso para os países africanos que reconheçam a ilha Formosa como um Estado legítimo<sup>88</sup>. Contudo, adianta Taylor (2010) alguns Estados africanos

---

<sup>88</sup> Por exemplo, o reconhecimento de Taipei em 1996 por parte do Senegal, permitiu ao governo de Dakar receber um pacote de ajuda financeira. Semelhantemente, a Gâmbia obteve um

têm explorado a sua posição menos forte no panorama internacional para seu próprio proveito. Em Junho de 1992, por exemplo, o Níger estabeleceu relações diplomáticas junto de Taiwan. Subitamente, as autoridades de Niamey recuaram nas suas intenções, anunciando que preferiam manter relações com Beijing. Contudo, o primeiro – ministro nigeriano contactou Taipei, desmentindo o comunicado anterior. A embaixada taiwanesa foi criada, levando a que a RPC cortasse os contactos diplomáticos com o Níger. Rapidamente, Taiwan iniciou o seu programa de ajuda médica e agrícola, assim como, deu assistência na extracção das reservas de urânio do Níger. Porém, em 1996, Niamey recuou e voltou a estabelecer relações diplomáticas com Beijing (Taylor 2010, p.29).

Deborah Brautigam (2009) adianta que o FOCAC surgiu num momento decisivo para a história chinesa, por três razões essenciais: o primeiro, é que o crescimento económico chinês tem vindo a desgastar os seus recursos naturais, forçando a procurar alternativas no exterior (como é o exemplo africano); segundo, a China tinha que manter o seu papel enquanto potência “responsável”, ou seja, que o seu desenvolvimento nunca iria interferir com o doutros países; terceiro, foi preciso que a China entrasse em novos mercados e se adaptasse às suas (agora maduras) indústrias internas, ao mesmo tempo que expandia as suas multinacionais em África (Brautigam 2009, p.78).

Em 2003, em Adis Abeba, realizou – se a segunda reunião ministerial do FOCAC, onde foi aprovado o Plano de Acção de Adis Abeba (2004 – 2006), que consolidou as relações comerciais sino – africanas, através de dezasseis áreas de cooperação (Ampiah e Naidu eds. 2008, p.27). Através do “Programa Especial de Tratamento Aduaneiro Preferencial”, foram removidas tarifas alfandegárias a 190

---

pacote de ajuda em Julho de 1995, no valor de \$35 milhões e em 1997, São Tomé e Príncipe recebeu \$35 milhões num período de três anos, pelo reconhecimento de Taiwan (Taylor 2010, pp.28 e 29).

produtos vindos de 25 países africanos. Tendo sido implementado em Janeiro de 2005, este programa contribuiu para o aumento substancial das trocas comerciais sino – africanas (Rostberg ed. 2008, p.142). Foi no encontro de Adis Abeba que o primeiro – ministro Wen Jiabao divulgou que a RPC iria cancelar a dívida de 31 países africanos, perfazendo um total de \$1.27 mil milhões, estando previsto o perdoar de mais \$ mil milhões a meio de 2007. Wen Jiabao prometeu ainda apoiar a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) e reforçar a presença chinesa nas missões de manutenção de paz da ONU. Reflexo deste ponto, em Maio de 2007, 1 800 *peacekeepers*, observadores militares e polícias chineses encontravam – se em África no contexto de sete missões das Nações Unidas (Ampiah e Naidu eds. 2008, pp.27 e 28), para além do compromisso de todas as partes em aumentar o comércio inter – Estados para um total de \$28 mil milhões até 2006 (Alden 2009, p.31). Segundo o MOFCOM, o comércio sino – africano chegou aos \$126,9 mil milhões em 2010, tendo aumentado 30% nos primeiros três trimestres de 2011 em relação ao ano transacto (Alessi e Hanson 2012). No final de 2011, o volume comercial sino – africano chegou aos \$160 mil milhões (Smith 2012), sendo os cinco principais parceiros comerciais Angola, África do Sul, Nigéria e Egipto (Alessi e Hanson 2012).

No ano de 2006, o FOCAC regressou a Beijing onde foi aprovado o Plano de Acção de Beijing (BAP), cobrindo os anos de 2007 a 2009 (Rostberg ed. 2008, p.142). O discurso e os objectivos traçados por Hu Jintao aquando desta reunião foram ambiciosos: enviar cem especialistas agrícolas para África até 2009; estabelecer dez centros tecnológicos agrícolas; construir trinta novos hospitais; providenciar \$40 milhões para medicamentos anti – malária, prevenção e centros de tratamento; enviar 300 voluntários do corpo de paz; construir cem escolas rurais; treinar quinze mil

profissionais africanos; duplicar o número de bolsas de estudo para estudantes africanos de duas mil para quatro mil por ano (Halper 2010, p.236).

Aliado à construção de infra – estruturas em África e à formação de técnicos neste continente, está a já referida necessidade de obter recursos naturais vitais ao desenvolvimento chinês. A liderança das exportações africanas para a RPC encontra – se o petróleo (80%), seguido pelo minério de ferro (5%), pela madeira (5%), manganésio, cobalto, cobre e crómio (todos entre 0,5% e 1%). Apesar de a estratégia das importações chinesas ser global, nalguns casos a China é muito dependente do continente africano: 40% do manganésio consumido pela China vem do Gabão, da África do Sul, do Gana e da Zâmbia, sendo que a RDC e outros países africanos fornecem 80% das necessidades de cobalto chinesas (Alden e Alves 2009, p.12)<sup>89</sup>.

Fruto desta crescente necessidade em torno das matérias – primas, no ano de 2007, Hu Jintao anunciou a criação de novas Zonas Económicas Exclusivas (ZEE), mas com uma característica muito particular: seriam implementadas em África, a começar pelas minas de cobre da Zâmbia (Leonard 2008, p.118). O conceito é em tudo semelhante ao que se pratica na China desde os anos 80: trata – se de transplantar o modelo de crescimento económico chinês para África, construindo uma série de pólos industriais com grandes incentivos fiscais, ligados por estradas, ferrovias e corredores marítimos. O pólo zambiano fornecerá a RPC não só cobre, mas também diamantes, cobalto, estanho e urânio. Entretanto as Maurícias foram seleccionadas para servir de pólo comercial, dando acesso privilegiado de quarenta empresas chinesas ao Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), que se estende da Líbia ao Zimbabwe e que liga o oceano Índico aos mercados do sudeste asiático. Por fim, o pólo portuário

---

<sup>89</sup> Na última parte desta dissertação, a questão petrolífera terá maior enfoque dadas as fortes ligações entre a China e Angola a este respeito.

deverá ser atribuído a Dar es Salaam (Tanzânia), estando a Nigéria, a Libéria e Cabo Verde a concorrer para as duas últimas vagas das ZEE chinesas (Leonard 2008, p.119).

Em resumo, a evolução das relações sino – africanas atravessou mais de metade do século XX e conheceu diferentes períodos marcados por dinâmicas distintas. Se com a criação da RPC se verificou um esforço em promover o maoísmo em solo africano, com o final dos anos 70 o pragmatismo começou a imperar no seio das altas esferas do Estado chinês. Com a abertura económica verificada desde então, as relações sino – africanas têm assistido a um cada vez maior entrosamento entre as partes, sendo um claro exemplo de como se processa a Cooperação Sul – Sul. Contudo, como é que pode ser avaliada intervenção chinesa em África agora que terminou a primeira década do século XXI? O próximo capítulo irá demonstrar os efeitos complexos que a presença chinesa tem em África.

#### **Capítulo IV: Efeitos da presença chinesa em África**

Apesar da cooperação entre África e a RPC ser cada vez maior, sendo o FOCAC e a criação de ZEE em território africano os exemplos claros dessa vontade partilhada, é necessário distinguir em que áreas é que a intervenção chinesa é positiva e negativa para os povos africanos. Assim, será possível avaliar qual o peso que a RPC tem em África e se tem contribuído decisivamente para o seu desenvolvimento. Por forma a chegar a conclusões claras sobre o impacto que a China tem hoje em África, irei destacar duas áreas fundamentais: o impacto nos direitos humanos e a influência no desenvolvimento.

##### **4.1. Impacto nos direitos humanos em África**

Muito se discute sobre o verdadeiro impacto que a intervenção chinesa tem na sociedade civil dos diferentes países africanos e se contribui para a violação dos direitos

humanos. Organizações como a *Human Rights Watch* (HRW) ou a Amnistia Internacional consideram que a China tem contribuído para o deteriorar dos direitos humanos em África através das suas políticas que, em prol da melhoria das relações económicas entre Estados como o Sudão, acabam por deixar esta questão para segundo plano (Taylor 2010, p.89). Para a RPC, os direitos humanos são uma questão importante, tanto a nível interno como externo.

Com o massacre da praça de Tiananmen, a China começou a apresentar diversos *white papers*, ou livros brancos, relacionadas com os direitos humanos, numa tentativa de integrar a ordem internacional em torno dessa área tão sensível. Em 1991, o primeiro destes *white papers* (China 1991) tal como os que se seguiram, proclamou o compromisso de Beijing para com os direitos humanos, tendo em conta as suas condições e perspectivas nacionais específicas. Apesar desta aparente preocupação em transmitir para o exterior que a China de facto procura defender os direitos humanos<sup>90</sup>, a verdade é que os diversos livros brancos deixam de parte um vasto leque de elementos relativos aos direitos civis e políticos, como a liberdade de expressão ou de associação e a protecção contra a tortura (Rostberg ed. 2008, pp.252 e 253).

Não deixa de ser importante destacar que a relativa alteração de postura por parte de Beijing teve, na sua génese, aspectos vindos do exterior. Segundo as autoridades chinesas, o massacre de Tiananmen ditou o fim do período em que o seu país servia de contrapeso à União Soviética, e revelou a política de “dois pesos e duas medidas” praticada pelo ocidente. Enquanto durante o período da Revolução Cultural, os países ocidentais pouca importância deram às atrocidades cometidas pelos Guardas Vermelhos, o ano de 1989 marcou, na óptica da elite chinesa, o início da manipulação

---

<sup>90</sup> Uma preocupação que ficou expressa com o aditamento (2004) ao artigo 33.º da Constituição de 1982, expressando, pela primeira vez, a importância da defesa dos direitos humanos por parte do próprio Estado (Vaz – Pinto 2010, p.66).

dos direitos humanos por parte das potências ocidentais, como forma de interferir no crescimento e progresso económicos chineses<sup>91</sup> (Vaz – Pinto 2010, pp.69 e 70).

Além deste facto, a postura chinesa no que toca às suas relações externas vê – se fortalecida no modo como lida com países ricos em recursos naturais, mas que não são democráticos. A filosofia chinesa de colocar a soberania em primeiro lugar e de os direitos humanos não serem um fim último a atingir, mas sim um mecanismo empregue pelas potências, agrada muito a Estados como o Sudão, Angola ou Zimbabwe. O constante lembrar do Século de Humilhação chinês aos seus parceiros africanos apenas destaca o quão diferente a RPC procura ser, distanciando – se das nações colonizadoras de outrora. Em última análise, trata – se de um claro reforço daquilo que é o consenso de Beijing: apoio do governo chinês, sem que existam quaisquer exigências ao nível dos direitos humanos ou de clarificação das contas públicas (Vaz – Pinto 2010, pp. 71 e 72).

Sumarizando a abordagem chinesa face aos direitos humanos, dois aspectos essenciais são de realçar. O primeiro envolve o direito de obter prosperidade económica (Taylor 2010, p.96). Para os decisores políticos chineses, trata – se de uma forma de respeitar a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), nomeadamente o seu artigo 25º:

“1. Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na

---

<sup>91</sup> Aspecto este que terá sido reforçado pelo embargo americano à venda de armamento e ao estatuto comercial de nação mais favorecida condicionada, algo que se prolongou entre 1989 e 1994 (Vaz – Pinto 2010, p.70).

viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade.” (UN General Assembly 1948)<sup>92</sup>

Para além deste claro enfoque ao desenvolvimento económico de cada um dado pelas autoridades chinesas, Taylor (2010) destaca que o seu discurso acaba por alienar outros artigos da Declaração, como o artigo 18º que destaca a liberdade de pensamento, consciência e de religião do indivíduo, o artigo 19º centrado na liberdade de expressão e opinião e o artigo 20º centrado no direito de associação (UN General Assembly 1948; Taylor 2010, p. 96). Ian Taylor conclui:

“É uma questão de dar enfoque aos direitos económicos em oposição aos direitos políticos; Beijing não é diferente de qualquer outro governo que defende alguns aspectos da Declaração enquanto negligencia outros.” (Taylor 2010, p.96)<sup>93</sup>

Este último elemento destacado por Taylor é de especial relevância: a RPC não pode ser acusada de ter práticas que sejam diferentes daquelas de qualquer outro Estado que intervenha em África nos dias de hoje. Em certo sentido, revela – nos Deborah Brautigam (2009), muitos países ocidentais podem ser acusados de não promoverem os ideais democráticos em África e, até certo ponto, de sustentarem regimes autocráticos. Esta acusação encontra – se especialmente apontada às grandes empresas petrolíferas ligadas a países como os EUA ou a França. Empresas ocidentais, como a Exxon Mobil (Guiné – Equatorial), financiam a exploração petrolífera em Estados não – democráticos. Deve existir, portanto, da parte do Ocidente, uma preocupação em torno das enormes

---

<sup>92</sup>“1. Everyone has the right to a standard of living adequate for the health and well-being of himself and of his family, including food, clothing, housing and medical care and necessary social services, and the right to security in the event of unemployment, sickness, disability, widowhood, old age or other lack of livelihood in circumstances beyond his control.” (UN General Assembly 1948) ;

<sup>93</sup>“It is a question of emphasis on economic as opposed to political rights; Beijing is little different from any other government in upholding some aspects of the Declaration while overlooking others.” (Taylor 2010, p.96).

quantidades de dinheiro enviadas para países como a Etiópia e os Camarões, ou seja, Estados não – democráticos (Brautigam 2009, pp.284 – 286), antes que qualquer acusação possa ser feita às práticas chinesas.

Ainda que este aspecto tenha um fundo de verdade, a China tem sido conotada ao longo dos anos com a sua política de *no strings attached*, o que pode destruir quaisquer hipóteses de melhorar os níveis de transparência e de boa governação de vários países africanos. O enfoque destas críticas, vai para os países ricos em recursos naturais e que após décadas de conflito armado, adoptam formas autoritárias de regime assentes em redes neopatrimoniais, através das quais é feito um grande controlo sobre as principais fontes de riqueza da nação (Alden e Alves 2009, p.18).

Se analisarmos os dados da *Transparency Interational* (2013), verificamos que os grandes produtores de petróleo africanos que seguem os critérios dados no parágrafo anterior, encontram – se no fundo do ranking correspondente ao *Corruption Perceptions*

*Index*:

**Tabela 2:** *Corruption Perceptions Index* (2012)

	<i>Corruption Perceptions Index (2012)</i>	
<i>País</i>	<i>Pontuação (.../10)</i>	<i>Ranking (.../176)</i>
<i>Angola</i>	22	157
<i>República Democrática do Congo</i>	21	160
<i>República do Congo</i>	26	144

<i>Guiné - Equatorial</i>	20	163
---------------------------	----	-----

**Fonte:** Transparency International. 2013. *Transparency International*. Berlim, Alemanha: Transparency International. <http://www.transparency.org/cpi2012/results>. (último acesso a 10 de Março de 2013)

Estes dados são reforçados pela Mo Ibrahim Foundation (2013), que destaca as fortes lacunas ao nível do Estado de Direito e da prestação de contas nestes mesmos quatro países:

**Tabela 3:** Estado de Direito e prestação de contas (2012)

	<i>Ibrahim Index of African Governance (2011)</i>	
<i>País</i>	<i>Rule of Law (.../100)</i>	<i>Accountability (.../100)</i>
<i>Angola</i>	33.3	18.9
<i>República Democrática do Congo</i>	30.3	25.7
<i>República do Congo</i>	31.5	25.4
<i>Guiné - Equatorial</i>	33	18

**Fonte:** Mo Ibrahim Foundation, e Belfer Center for Science and International Affairs. 2013. *Ibrahim index of African governance*. Londres: Mo Ibrahim Foundation. <http://www.moibrahimfoundation.org>. (último acesso a 10 de Março de 2013)

O uso recorrente por parte da China do já destacado *Angola mode*, permite a países sem solvibilidade nos mercados internacionais contraírem empréstimos em troca dos seus recursos naturais, escapando às exigências do FMI e do Banco Mundial em apresentarem melhores níveis de transparência. Mais, a RPC é cada vez mais vista como uma alternativa ao Ocidente, permitindo a estes regimes tomarem decisões cada vez mais arrojadas e que vão contra os princípios defendidos pela comunidade de doadores e pelas instituições financeiras internacionais (Alden e Alves 2009, p.18). Não obstante esta realidade, algumas advertências terão que ser tidas em conta quando analisamos a intervenção de Beijing em solo africano.

Seguindo o raciocínio de Brautigam (2009), é necessário desmistificar a crença de que a China apenas investe em países africanos com vastos recursos naturais. Por um lado, é verdade que muitos dos países com quem a China tem contacto são grandes produtores de petróleo, como é o caso específico de Angola. Por outro lado, a China só atribui ajuda financeira aos países que sigam a Política de Uma China, ou seja, nações que apenas reconheçam a RPC como legítimo representante do povo chinês, ostracizando Taiwan. Nesse sentido, praticamente toda a África Sub – Sahariana é abrangida pela ajuda chinesa, até mesmo Estados em melhor situação económica, como a África do Sul ou as Maurícias. Além do mais, não nos podemos esquecer que as acções chinesas visam sempre o benefício mútuo entre Beijing e o Estado receptor da ajuda. Igualmente importante, é o facto de muitos dos países africanos não terem sequer um único recurso natural considerado estratégico (Brautigam 2009, pp.227 e 229). Um bom exemplo disso mesmo, são as ilhas Comoros, uma nação sem gás natural ou petróleo (CIA 2013d), o que não impede a China de ter relações de cooperação com as Comoros, e que em 2011, celebraram 36 anos (Xinhua 2011).

Dentro das diferentes formas de regime que existem em África, Chris Alden (2009) acredita que nenhuma é privilegiada em detrimento de outra. Para Alden, a forma como os povos africanos entendem a ajuda enviada pela RPC e o próprio desenvolvimento de uma sociedade civil contestatária em relação a esse mesmo envolvimento, acaba por criar padrões distintos entre o modo como cada regime é abordado por Beijing (Alden 2009, pp.59 e 60). Analisando, em primeiro lugar, Estados pária como o Sudão ou o Zimbábwe, a RPC é vista como uma forma de estabilidade para o regime em si. Sendo países dominados por uma elite política que controla os principais recursos do seu território, qualquer entrada de dinheiro não serve para desenvolver o país, mas sim para alimentar essa mesma elite. No caso do Sudão, as receitas das vendas de petróleo a Beijing têm tido uma consequência perversa: a compra de armamento para praticar crimes contra a humanidade. Apesar da pressão internacional que recaiu sobre Khartoum, a ameaça chinesa de vetar qualquer sanção que fosse proposta no Conselho de Segurança da ONU levou os EUA a recuarem nas suas intenções (Alden 2009, pp. 60 – 63)<sup>94</sup>. Como agravante, a China tem contribuído com pouca assistência oficial ao desenvolvimento (ODA) no Sudão, preferindo apostar na construção de fábricas de armamento e no já apontado apoio diplomático na ONU (Brautigam 2009, pp. 281 e 282).

A par do apoio dado a Estados párias, Beijing também mantém uma forte ligação com aquilo que Alden (2009) designa de regimes iliberais e democracias fracas. Para o autor, estes Estados tanto podem ter saído de longos períodos de conflito armado (como Angola, Libéria e Serra Leoa) ou Estados que são democracias ainda instáveis ou fracas (casos, da Nigéria, do Senegal, da Tanzânia e da Zâmbia). Aquilo que os une é uma base económica assente nos bens de consumo, em que as elites políticas alimentam

---

<sup>94</sup> Em 2005, a guerra civil entre o norte e o sul do Sudão prosseguiu ao longo do ano, apesar da situação internacional (Alden 2009, p.63).

a suas redes clientelistas através dos recursos do Estado<sup>95</sup>. Para os regimes iliberais e para as democracias enfraquecidas economicamente assentes nos bens de consumo, Beijing é vista como um parceiro estratégico e uma importante fonte de IED, mesmo existindo alguma pressão vinda de sindicatos e grupos civis locais preocupados com o impacto que a RPC tem nos seus países (Alden 2009, pp.66 e 67). Olhando em traços largos para o caso nigeriano, o interesse da China pelo regime de Abuja assenta em três premissas: primeiro, possui vastas reservas petrolíferas; segundo, é o país mais populoso de África, representado um enorme mercado a explorar; e terceiro, tem um papel proeminente em organizações com a União Africana e a NEPAD. Designado por Hu Jintao como um parceiro estratégico<sup>96</sup>, trata – se de um país que ambiciona obter um lugar de membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, servindo – se da China para ganhar apoio às suas pretensões (Alden 2009, pp.68 e 69).

No entanto, algumas vozes de protesto têm surgido contra as práticas dos comerciantes chineses, forçando o Estado nigeriano a fechar temporariamente os seus principais centros de negócios e levando a questão perante o Senado. Os próprios homens de negócios nigerianos contestam as concessões atribuídas aos chineses pelo seu governo, além de que existem tensões em Hong Kong e Guangzhou fruto do modo como os trabalhadores nigerianos em particular, e africanos em geral são tratados (Alden 2009, p.69). Em última análise, são Estados com algum nível de instabilidade, algo que não favorece o alcançar dos objectivos propostos para um destes países. Na realidade, o facto de os bens de consumo oferecidos nestas nações servirem para alimentarem sistemas neopatrimonialistas que apenas sustentam no poder o líder e a

---

<sup>95</sup> Ainda que tal também ocorra em democracias enfraquecidas, o mecanismo de *checks and balances* de algumas instituições formais ou de grupos de pressão dentro do próprio país mantêm algum controlo sob tais práticas (Alden 2009, p.67);

<sup>96</sup> As trocas comerciais entre os dois países rondavam os \$850 milhões no ano 2000, passando para os \$2.83 mil milhões em 2005 (Alden 2009, p.68).

restante elite política nacional, fazem com que as vozes de discórdia possam tornar – se num elemento que perturbe as acções de Beijing e que acaba por ser visada pela sociedade civil africana, enquanto fonte de rendimento dessas mesmas elites<sup>97</sup>.

Por último, Chris Alden destaca os regimes democráticos com economias diversificadas, países como a África do Sul e a Namíbia, e que inclusivamente têm uma sociedade civil bem organizada e muito participativa. Pegando no exemplo sul – africano, verificamos que mantém um equilíbrio delicado com a RPC. Se por um lado, a China é vista como um importante parceiro estratégico, por outro as suas acções ameaçam o bom funcionamento da NEPAD e os interesses sul – africanos no continente (Alden 2009, p.70). É possível detectar uma certa tensão entre ambos os Estados, dado que durante muitos anos Taiwan teve ligações próximas com o regime do *apartheid*. Com a chegada ao poder de Nelson Mandela, foi necessário determinar qual a conjuntura a seguir no âmbito das relações internacionais no que respeita às relações sul – africanas com Taiwan. Três hipóteses foram colocadas: manter o status quo, ou seja, permanecer um parceiro de Taiwan e não realizar uma aproximação a Beijing; reconhecer ambos os países enquanto Estados soberanos, uma solução que respeitaria o princípio da universalidade da Carta da ONU e as leis internacionais referentes à formação dos Estados, mas que iria contra a Política de Uma China comunista; finalmente, existia a hipótese de romper os laços com Taiwan em prol das relações com o regime do PCC (Ampiah e Naidu eds. 2008, p. 169).

O presidente Mandela tinha a noção de que a abertura de relações diplomáticas com a RPC levantaria várias questões no seio da própria África do Sul: sendo um Estado apologista da democracia e da defesa dos direitos humanos, o estabelecimento

---

<sup>97</sup> Trata – se de um elemento que será explorado com mais atenção aquando da análise do caso angolano.

de relações com Beijing, em particular após o massacre da praça de Tiananmen, enviaria uma mensagem confusa para o resto do mundo. Além disso, os fortes investimentos de Taipei ficariam em risco, ficando por saber se o posterior investimento chinês em território sul – africano seria o suficiente para colmatar a falta desse dinheiro tão importante para o desenvolvimento económico da África do Sul<sup>98</sup>. Além disso, Mandela teve em conta a passagem de Hong Kong, com quem mantinha contactos económicos importantes, para a administração de Beijing em 1997, o que significaria que, de modo a proteger os seus interesses económicos naquele território, a oficialização das relações sino – sul – africanas seriam determinantes (Ampian e Naidu eds. pp.169 e 170). No final, o pragmatismo prevaleceu e Mandela não conseguiu ignorar nem a ascensão chinesa, nem o objectivo sul – africano de integrar um reformado Conselho de Segurança da ONU (Ampian e Naidu eds. p. 171).

O desenvolvimento das relações entre Pretória e Beijing são muito importantes para o PCC e para a sua Cooperação Sul – Sul, dada a importância regional que a África do Sul tem, algo que foi vincado pela presença sul – africana no FOCAC de 2000 e a subsequente criação da Comissão Bi – Nacional África do Sul – China, assim como conversações para a criação de uma zona de comércio livre (Alden 2009, p.71).

De um modo geral, adianta Alden, os regimes democráticos com economias diversificadas representam um grande desafio para os investidores chineses e para o financiamento externo, devido aos mecanismos de regulamentação e ao grau da legislação laboral e social imposta nas actividades de negócios. As próprias indústrias locais e os seus trabalhadores oferecem resistência ao avanço dos investimentos

---

<sup>98</sup> No início dos anos 90, Taipei anunciou um aumento do investimento na África do Sul através de empréstimos e de contratos concedidos à Eksom, MacSteel e ao Development Bank of Southern Africa, comprometendo – se em contribuir com mais de um milhão de rands para o Programa de Reconstrução e Desenvolvimento (Ampian e Naidu eds. P.170).

chineses e à importação de bens *made in PRC* que podem colocar em risco a subsistência de determinadas populações. Aliás, o nível de desenvolvimento de países como a África do Sul ou a Namíbia acabam por impedir certas práticas feitas pelos investidores chineses em regimes autoritários africanos, como por exemplo, a construção de palácios para captar apoio da elite dominante (Alden 2009, p.72).

Ainda que a RPC não privilegie a ajuda a um Estado com mais recursos naturais em detrimento de outros, a verdade é que as pressões internas que o PCC sofre como consequência directa da maior abertura e do crescimento económico sentido ao longo de mais de 30 anos acabam por ter um reflexo na própria conduta chinesa para com os seus parceiros. Para Stefan Halper (2010), caso o PCC comece a aceitar a ordem liberal internacional, muitas das alianças estratégicas que, mantém, não só na África sub – Sahariana autocrática, mas também em países como o Irão, seriam certamente terminadas. Do ponto de vista de Beijing, tal significaria perder acesso a recursos essenciais e a mercados, assim como a regimes geoestrategicamente atractivos, casos da Venezuela e de Cuba. Assim, não é conveniente para a RPC que Estados párias tenham uma boa imagem perante a sociedade internacional, o que levaria a que tivessem mais opções para realizar parcerias (neste caso, com o mundo ocidental). Seria, em todo o caso, uma grande ameaça à vantagem competitiva que a China detém no mundo em desenvolvimento (Halper 2010, pp. 138 e 139).

Não obstante a pouca vontade da parte da China em quebrar laços com Estados párias, o facto é que é muitos cidadãos africanos consideram que a RPC não se preocupa com os seus problemas sociais. Consequência dessa tomada de consciência, a sociedade civil em vários Estados africanos tem reagido àquilo que é compreendido como sendo uma nova colonização de África. Estas preocupações encontram – se profundamente ligadas com o número de imigrantes chineses que vão para África, retirando postos de

trabalho aos habitantes locais<sup>99</sup>. Estes trabalhadores acompanham os investimentos feitos pelas empresas chinesas, seguindo uma lógica que pressupõe a conclusão rápida dos projectos nas quais estão inseridos. Assim, questões ligadas aos trabalhadores africanos como as barreiras culturais e linguísticas, salários baixos e longos horários de trabalho, são ultrapassadas desta forma. Mesmo empresas africanas reconhecem as vantagens de terem empregados chineses e não africanos (Alden 2009, pp.82 e 83).

Tanto os sindicatos como os trabalhadores em geral ressentem – se com a presença de um vasto número de trabalhadores chineses que acabam por lhes retirar postos de trabalho, sendo que, em muitos casos, a culpa de tal facto é repartida entre a China e o Estado africano em causa. Em Angola, por exemplo, o governo do MPLA não concretizou provisões especiais de modo proteger os trabalhadores locais, dando às empresas o espaço de manobra necessário para contratarem maioritariamente chineses (Alden 2009, p.84). Não obstante a responsabilização tanto da RPC, como de muitos governos africanos no que respeita ao uso excessivo de trabalhadores chineses, a verdade é que não é possível controlar o comportamento dos mesmos após a conclusão dos projectos em que participam. É preciso destacar que nunca na história da China desde o período maoísta, o povo chinês teve tanta liberdade para se deslocar ao estrangeiro e de se fixar fora do seu país. Para Brautigam (2009), estamos a assistir ao reemergir do padrão criado pela diáspora chinesa do passado<sup>100</sup>, sendo que a autora estima que na última década ter – se – ão fixado perto de 750 mil chineses em solo africano. Porém, qualquer que seja a escala da migração chinesa para África, o impacto

---

<sup>99</sup> Em 2005, 82 mil trabalhadores chineses encontravam – se em África, se bem que dados de Angola indicam que só no seu país em 2006 estariam cerca de 30 mil (Alden 2009, p.82);

<sup>100</sup> No final do século XX, as comunidades chinesas nas Maurícias, África do Sul, na ilha de Reunião e em Madagáscar rondavam um total combinado próximo dos 100 mil habitantes (Brautigam 2009, p.270).

que isso terá em países de pequenas dimensões poderá ser catastrófico e é muito indesejado, como acontece na Serra Leoa (Brautigam 2009, p.270)<sup>101</sup>.

O aumento de chineses em África, assim como noutras partes do mundo, faz com que o governo chinês tenha cada vez mais com que se preocupar com a protecção dos seus cidadãos e dos seus interesses. Para além dos 50 milhões de cidadãos chineses a viverem no estrangeiro, há 80 milhões de chineses ultramarinos, perfazendo um total de 130 milhões de cidadãos. Se fossem parte de um país só, seria o décimo mais populoso do mundo, superando o Japão. Como se comprova pelo caso africano, muitas das empresas estatais chinesas e os seus trabalhadores estão presentes nalguns dos pontos mais tensos do mundo. Por ocasião do conflito na Líbia, 38 mil chineses foram socorridos por Beijing, mas tal poderá acontecer noutros países instáveis como o Sudão, Afeganistão, Irão ou Angola (Leonard ed. 2012, p.21)<sup>102</sup>

Segundo Halper (2010), tal como com o Ocidente noutra época, a presença chinesa em África beneficia as elites e os grandes grupos oligárquicos, e não o cidadão comum. A política de não – intervenção nos assuntos internos dos Estados, faz com que a China não participe activamente na defesa das liberdades civis, do Estado de Direito, dos direitos humanos e da governação democrática. Por este motivo, muitos dos povos africanos começam a insurgir – se contra a intervenção chinesa nos seus respectivos territórios (Halper 2010, p.98), algo que se encontra relacionado com o processo de migratório chinês para África. Halper (2010) é um forte crítico no que respeita à intervenção chinesa em África, afirmando:

---

<sup>101</sup> Deborah Brautigam destaca as palavras de Sama Monde, antigo ministro da Agricultura da Serra Leoa: “O nosso país é pequeno. Estamos inseguros quanto à ideia deles virem para se estabelecer.” (Brautigam 2009, p.270);

<sup>102</sup> A criação de uma marinha de águas azuis tem como grande finalidade a defesa dos investimentos chineses no estrangeiro (Leonard ed. 2012, p.21).

“(…)as autoridades em Beijing ficaram presas a um acordo problemático com grande parte do continente. Beijing despeja milhares de milhões de dólares em donativos e empréstimos a baixas taxas de juro nos cofres de regimes africanos corruptos. Entretanto, estes regimes dão acesso a recursos e são locais de despejo para bens de má qualidade que seriam inaceitáveis nos mercados ocidentais.” (Halper 2010, p.99)<sup>103</sup>

Aliada a esta questão, a venda de armas de fabrico chinês continua a ser um importante pilar nas relações entre a China e alguns Estados africanos, em especial, para países em clima de guerra civil ou em risco de sofrerem rupturas internas violentas. Apesar de as armas chinesas representarem uma pequena parte do armamento presente em África<sup>104</sup>, o facto é que tem um enorme peso nalguns dos conflitos armados mais sangrentos do nosso tempo, como é o caso das guerras do Corno de África (Sudão e Etiópia), para além de que as empresas chinesas operam em Estados párias onde nenhum país ocidental o faz (Alden 2009, p.25). Por exemplo, até Julho de 2011, a China apoiou o governo de Khartoum, sobretudo através da venda de armamento, nos seus esforços em aniquilar a rebelião no sul do país. Contudo, dado que a maioria do petróleo da área estava localizado no Sudão do Sul, Beijing alterou a sua política para com os rebeldes do sul, tornando – se no principal negociador das disputas petrolíferas entre os dois Sudões (Alessi e Hanson 2012)<sup>105</sup>. Outro dos casos análogos mais importantes encontra – se é o da RDC, um país marcado por conflitos armados no leste

---

<sup>103</sup> “(...) the authorities in Beijing have stuck a troubling deal with much of the continent. Beijing pours billions of dollars in gifts and low – interest loans into the coffers of corrupt African regimes. Meanwhile, these regimes provide access to resource and a dumping ground for poor – quality products that would be unacceptable in Western markets.” (Halper 2010, p.99).

<sup>104</sup> As armas chinesas correspondem a apenas 6 a 7% do armamento em solo africano (Alden 2009, p.25);

<sup>105</sup> Em Abril de 2012, a China acordou emprestar \$8 mil milhões ao Sudão do Sul para a construção de infra – estruturas e desenvolvimento de projectos agrícolas e hidroeléctricos (BBC 2012). Em Agosto de 2012, o Sudão do Sul anunciou que Beijing iria ajudar na construção no novo aeroporto da capital Juba, que inclui um empréstimo de \$158 milhões (van der Wath 2012 ed., p.33);

do seu território e onde os exércitos do Ruanda e do Uganda continuam a intervir, firmando contratos com empresas chinesas e ocidentais que exploravam columbite – tantalite na região. Ainda que a China não tenha sido o único actor na região a vender armas para as partes beligerantes<sup>106</sup>, o facto é que entre Novembro de 2005 e Setembro de 2006, a grande maioria do armamento encontrado na posse das milícias das províncias de Kivu e de Ituri era de fabrico chinês (Ampiah e Naidu eds.2008, p.94). Ainda que seja difícil comprovar como é que as armas em causa chegaram a território congolês, o facto é que a RPC fica inegavelmente ligada à RDC, sendo acusada de ser complacente com a exploração sem escrúpulos do país em causa e prejudicando os esforços de Kinshasa em desenvolver o seu país (Ampiah e Naidu eds. 2008, p.94).

O comportamento das empresas chinesas é também questionado dadas as suas más práticas comerciais em países que não se encontram flagelados por um conflito armado de longa duração. A *Norinco*, por exemplo, tem sido particularmente visada a este nível. Na África do Sul, muitos casos de assaltos, violações e outros crimes têm sido cometidos usando pistolas de 9mm da *Norinco* e um relatório da Amnistia Internacional de 2006 revela que muitos incidentes foram registados envolvendo pistolas desta mesma empresa. Sendo um facto indesmentível que a RPC não é o único país a fornecer os Estados africanos com armamento<sup>107</sup>, a imagem da China fica ainda mais manchada pela vontade de as suas empresas venderem armamento a qualquer indivíduo, mesmo aos que perturbam o bom funcionamento da sociedade (Taylor 2010, pp.126 e 127).

---

<sup>106</sup> Empresas ligadas a acordos de armamento da Rep. Checa, Bulgária, Geórgia, Ucrânia e Zimbabwe encontravam – se a operar na RDC (Ampiah e Naidu eds.2008, p.94);

<sup>107</sup> A Ucrânia, entre 2005 e 2007, forneceu o Zimbabwe com armas no valor de \$12 milhões (Brautigam 2009, p.291).

Sinal de que a China tem um impacto negativo em muitos conflitos armados, muitas são as imagens de mulheres e crianças mortas por armas chinesas no Sudão. Durante anos, a China recusou qualquer resolução da ONU para o envio de uma força de *peacekeeping*, considerando tal prática um envolvimento na política interna do país. De igual importância, Beijing via nas suas relações com Khartoum como sendo meramente comerciais e fundamentais para o Sudão (Rostberg ed. 2008, p.129).

Contudo, a partir do Outono de 2006, a postura da RPC mudou radicalmente. Através de um plano de três pontos delineado pelo Secretário – geral da ONU Kofi Annan e apoiado pelo diálogo de alto nível em Adis Abeba e pela cimeira do Conselho de Paz e Segurança da União Africana em Abuja, a RPC começou a pressionar Omar al – Bashir a aceitar o plano e adoptar medidas para aliviar a crise. Em Fevereiro de 2007, Hu Jintao anunciou cinco princípios para lidar com a crise no Darfur: respeitar a soberania sudanesa, insistir no diálogo e na consulta das partes (sendo estas tratadas de modo igualitário), permitir à União Africana e às Nações Unidas participarem nas suas tarefas de *peacekeeping*, promover a estabilidade na região e melhorar as condições de vida da população local (Rostberg ed. 2008, p.129). Mas porque é que ocorreu esta mudança de atitude? A resposta: os Jogos Olímpicos de Beijing de 2008. Esta tomada de posição chinesa revela o seu nível de pragmatismo quando lida com outros actores no panorama internacional. No fundo, ao compreender o risco de os “seus” Jogos serem boicotados dada a percepção generalizada de que a culpa do Darfur recaia em parte sobre a China, forçou Hu Jintao a tomar esta posição. Para Brautigam (2009) a China teve influência em todo o processo e foi muito lenta a reagir:

“Eles tinham que ser forçados, Beijing precisava de começar a falar sobre os prós e contras da não – interferência. Se não fosse a ameaça às Olimpíadas,

provavelmente Hu Jintao não estaria tão predisposto para que Khartoum ‘entendesse a mensagem’.” (Brautigam 2009, p.284)<sup>108</sup>

Consequência directa desta mesma alteração de comportamento perante um dos seus principais parceiros africanos é que a China passou a interpretar o seu conceito de não – interferência de um modo mais moldável, ajustando – o à sua intenção de se tornar numa superpotência. Um uso estrito deste conceito não é visto como sustentável, tanto em termos práticos, como em termos conceptuais, ainda que seja pouco provável que a sua diplomacia actual seja substituída por uma forma mais subtil. Em última análise, trata – se de uma prática que serve para apaziguar interesses internos ou interesses políticos opostos aos seus, sendo a sua audiência os países em desenvolvimento com quem coopera e colabora no plano externo (Rostberg ed. 2008, p.130).

#### **4.2. Consequências para o desenvolvimento**

A forma como medimos aquilo que é ajuda ao desenvolvimento na África sub – Sahariana por via de Beijing é, em si, um problema. Antes de mais, é necessário compreender aquilo que é ajuda ao desenvolvimento. No ocidente, existe hoje um consenso sobre aquilo que pode ser designado de ODA, no que toca aos fluxos de dinheiro norte – sul e esses mesmos critérios deverão ser usados também nas relações Sul – Sul promovidas pela RPC. O Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) definiu ODA como sendo concessões ou empréstimos que têm como intenção exclusiva a promoção

---

<sup>108</sup> “They needed to be pushed, in Beijing needed to start talking about the pros and cons of non – interference. Without the threat of the Olympics, Hu Jintao may not have been so keen to ensure that Khartoum ‘got the message’.” (Brautigam 2009, p.284).

do desenvolvimento no país receptor, com pelo menos 25% de retorno do empréstimo (Brautigam 2009, p.165; Rostberg ed. 2008, p.208).

O CAD indica uma segunda categoria para fluxos financeiros oficiais, a que designa outros fluxos oficiais (OOF). Trata – se de dinheiro que vem dos governos mas que não é classificado como ajuda financeira. Estes fluxos incluem empréstimos para desenvolvimento com menos de 25% de retorno do empréstimo e transacções bilaterais oficiais, independentemente da subvenção, e que tenham como propósito facilitar a exportação. Por definição, esta categoria inclui créditos à exportação direccionados a um receptor de ajuda através de uma agência ou instituição oficial (Brautigam 2009, p.165; Rostberg ed. 2008, p.209). Deborah Brautigam (2009) destaca:

“Vale a pena repetir este ponto: nenhum dos empréstimos OOF são considerados ajuda externa, independentemente do quão baratos sejam.” (Brautigam 2009, p.165)<sup>109</sup>

Contudo, subsiste a questão: o que é a ajuda financeira chinesa? Brautigam (2009) mais uma vez, oferece – nos um exemplo prático de como o Ocidente não compreende os mecanismos usados por Beijing e a sua abordagem no continente africano. No FOCAC de Novembro de 2006, a China anunciou que iria oferecer \$2 mil milhões em créditos para exportadores e \$3 mil milhões em empréstimos concessionais, através dos fundos atribuídos pelo governo de Beijing ao *Eximbank*. Tanto os critérios chineses, como os da OCDE indicam que apenas \$3 mil milhões podem ser considerados ajuda externa (Brautigam 2009, p.173). Este desconhecimento dos factos faz com que muitos erros sejam cometidos por parte das agências noticiosas ocidentais, como aconteceu com a *Associated Press*: ao noticiar que o primeiro – ministro chinês

---

<sup>109</sup> “This point is worth repeating: none of the OOF loans qualify as official foreign aid, no matter how cheaply they are given.” (Brautigam 2009, p.165).

iria enviar \$44 mil milhões para África, incorreu num erro. O que havia sido anunciado eram 44 mil milhões de renminbis e não dólares, o que equivale a \$5,7 mil milhões (Brautigam 2009, p.177). Este tipo de ilusões estendem – se quando comparamos a ajuda chinesa com a que é dada pelo BM. Se é verdade que o *Eximbank* é responsável por mais financiamento em África que o BM, um olhar mais cuidadoso ao nível bilateral, permite – nos concluir que a ajuda chinesa em África apenas é suplantada pela Alemanha e pelos EUA, mesmo sem incluir os empréstimos concessionais, indicam dados de 2006 (Brautigam 2009, p.179 – 181).

Em suma, qual o montante real de ODA concedido por Beijing a África? No caso da RPC encontra – se dividida em subsídios, empréstimos com 0% de juros, alívio de dívida e empréstimos concessionais (Brautigam 2011, p.205) Segundo, a estimativa de Brautigam (2009) em 2007, Beijing terá despendido \$1.4 mil milhões em ODA para África (Brautigam 2009, pp. 171 – 172)<sup>110</sup>. Em 2011, 40% da ODA tinha partido de subsídios e, de 2000 até 2011, \$2.79 mil milhões de dívida foram perdoados a países africanos. De resto, Hu Jintao anunciou em 2007 o cancelamento da dívida de Moçambique à RPC, no valor de \$20 milhões. Igualmente, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros Li Zhaoxing visitou sete países africanos em Janeiro de 2007, anunciando o cancelamento da dívida de diversos desses países. As estimativas do FMI apontam que, desde o início do FOCAC, a China já perdoou \$1.3 mil milhões a Estados africanos. Até Junho de 2007, um total de \$260 milhões foram perdoados à RDC, à Etiópia, ao Mali, ao Senegal, ao Togo, ao Ruanda, à Guiné e ao Uganda (Davies et. al. 2008, pp.12 e 13). Ao serem canceladas dívidas decorrentes de empréstimos sem juros, estes efectivamente transformam – se em ajuda concessional (Davies et. al. 2008, p.13)

---

<sup>110</sup> Em 2008 e 2009, a ODA terá chegado aos \$1.2 mil milhões e \$1.4 mil milhões, respectivamente (Brautigam 2011, p.211).

Em 2009, \$ 10 mil milhões em empréstimos concessionais foram anunciados para África cobrindo o período entre 2010 e 2012 (Brautigam 2011, pp. 205 e 206).

A análise das características específicas da ajuda financeira chinesa permite – nos compreender o seu impacto no desenvolvimento da África sub – Sahariana. Compreensivelmente, o modo como afecta as economias africanas é bastante heterogéneo, existindo pontos positivos e negativos.

O aspecto positivo da presença chinesa no que respeita ao desenvolvimento africano passa pela construção de infra – estruturas, como estradas, ferrovias e projectos hidroeléctricos<sup>111</sup>. Chris Alden e Ana Cristina Alves (2009) apontam que, aquando da publicação do seu estudo, a RPC estava a financiar dez projectos hidroeléctricos com uma capacidade combinada de seis mil megawatts que irão aumentar a produção hidroeléctrica em 30% na África sub – Sahariana. As suas empresas encontram – se a recuperar 1 350 quilómetros de linhas ferroviárias e a construir 1 600 novos quilómetros de ferrovias em solo africano<sup>112</sup>. Efectivamente, a melhoria das infra – estruturas e um fornecimento energético mais eficaz fazem com que muitas das economias africanas tenham novas valências para que possam projectar o seu desenvolvimento para um patamar mais positivo (Alden e Alves 2009, p.18).

Contudo, o investimento, por exemplo, na área agrícola por parte da China permanece abaixo daquele que é feito nas indústrias mineira e manufactureira. Em 2007, os investimentos agrícolas rondavam apenas \$272 milhões, pouco mais de 1% do total dos investimentos feitos em África nesse ano (Brautigam 2009, p.255). Mas o

---

<sup>111</sup> Segundo o BM, o investimento em infra – estruturas ronda os \$22 mil milhões anuais, sendo que o investimento chinês chegou aos \$7 mil milhões em 2006 (Alden e Alves 2009, p.18);

<sup>112</sup> Estes projectos são encorajadores para as empresas construtoras chinesas que, tendo menos trabalho no seu território, abraçam de modo decisivo a política de Beijing de *Go Global* (Alden e Alves 2009, p.18).

futuro poderá levar a que a China se aventure mais nesta área. Sendo um grande importador de produtos alimentares desde 2003, devido à cada vez maior taxa de urbanização e à consequente diminuição das terras aráveis, faz com que a postura face ao investimento em produtos agrícolas africanos mude, ou seja, em vez de os projectos terem uma produção local, a exportação de volta para a RPC poderá ser a solução (Brautigam 2009, p.257). Parte da solução, como indica Li Ruogu, CEO do *Eximbank*, poderá passar pela deslocalização de muitos agricultores em dificuldades (particularmente, da região de Chongqing) (Brautigam 2009, p.269). Porém, em países de pequena dimensão como a Serra Leoa, existe alguma inquietação quando se fala em acolher camponeses no seu país. Na verdade, os chineses “vendem os seus produtos muito baratos nos nossos mercados porque usam mão – de – obra muito barata” (Brautigam 2009, p.270), como destaca Cecilia Makota, coordenadora do *Zambian Women in Agriculture* (Brautigam 2009, pp.270 e 271). Podemos tirar uma conclusão elucidativa: o problema poderá não estar nas autoridades chinesas darem mais ou menos apoio a investimentos agrícolas em África, mas sim estará do lado dos Estados africanos, onde os seus agricultores não têm meios para competir com os chineses.

Além disso, muitos projectos chineses em África aparentam não avançar ao ritmo desejado. No caso de projectos hidroeléctricos assumidos como estando a progredir, ainda não passaram de meras expressões de interesse em países como Moçambique, Guiné e Gabão<sup>113</sup>. Mesmo em acordos que aparentam ser firmes como na RDC, estes avançam de modo lento, por fases consoante novos acordos de

---

<sup>113</sup> Na Guiné, por exemplo, a barragem de Kaleta já se encontra em construção, mas o projecto para a barragem de Souapiti ainda apenas foi proposto. Em Moçambique a barragem do Tete encontra – se em construção (ainda que não existam certezas sobre a informação disponibilizada), ao mesmo tempo que se sabe de uma proposta de construção para a barragem da Boa Maria. No Gabão, a construção barragem de Belinga foi adiada, estando apenas a central de energia de Poubara em construção (International Rivers 2013).

financiamento. Por outro lado, a crise financeira ameaça atrasar ainda mais estes compromissos, algo sujeito a avaliação de Beijing (Brautigam 2009, p.188).

A questão da industrialização em África é, neste sentido, um dos melhores exemplos para sabermos até que ponto a China contribui para o desenvolvimento deste continente. De facto, os centros industriais criados por chineses acabam por muitas vezes levar a um efeito de contágio, em que se recorre a investidores locais para ter maiores hipóteses de enfrentar o mercado em questão, como acontece na Tanzânia (Brautigam 2009, p.225)<sup>114</sup>. Ainda assim, o caso do Lesoto apresenta – se como sendo totalmente oposto: a indústria têxtil nacional contava, em 2004, com 61% dos supervisores das fábricas chinesas como sendo de origem Basotho, etnia dominante no país. Em 2008, apenas um empresário Basotho encontrava – se ligado à indústria têxtil dominada pela China (Brautigam 2009, p.227). Como veremos, a questão têxtil é de especial importância para muitos países africanos e o papel que a RPC desempenha nesse sector tem sido alvo de forte contestação.

Outro dos elementos mais polémicos das relações sino – africanos gira em torno da exportação de bens manufacturados baratos da China para África, levando a um declínio das exportações por parte dos Estados africanos (especialmente no sector têxtil). Os dados oficiais apontam para um grande aumento das importações de bens chineses para África, registando – se um salto de 712% entre 1996 e 2005, passando de \$895 milhões para \$7.3 mil milhões (Taylor 2010, p.63). As exportações chinesas para África aumentaram na primeira metade 2012 de \$32.6 mil milhões no mesmo período de 2011 para \$38.8 mil milhões (van der Wath ed. 2012, p.32). Para muitos africanos, em especial para os elementos ligados aos sindicatos e às organizações da sociedade

---

<sup>114</sup> Em média, 31% das acções dos investimentos conjuntos entre chineses e tanzanianos pertence a investidores locais (Brautigam 2009, p.225).

civil, o aumento da importação de bens chineses é responsável pelo declínio dos produtores locais. Tais demonstrações de desagrado apenas reforçam a tomada de consciência da parte de Beijing quanto à sua imagem no panorama internacional, assim como aumentam as suas preocupações quanto ao modo como intervém em África, visto não ter qualquer intenção de ser encarada como uma potência colonialista (Taylor 2010, pp.63 e 64). De resto, a pressão vinda tanto dos principais Estados africanos, como são os casos da África do Sul ou da Nigéria, como dos mais pequenos, como o Lesotho ou o Quênia, obrigam a RPC a tomar decisões que diminuam as vozes de protesto (Alden 2009, p.79).

Parte do problema começou em 2004, quando o Acordo Multifibras (AMF) terminou, levantando as barreiras alfandegárias aos produtos têxteis chineses destinados aos Estados Unidos, passando estes a competir directamente com os têxteis africanos (Alden 2009, pp.79 e 80). Intrinsecamente ligado a este facto está o forte impacto que o Acto para o Crescimento e Oportunidades para África (AGOA) teve em África. O AGOA oferecia uma série de incentivos aos países africanos para que estes continuassem a abrir as suas economias, o que permitiria o acesso ao mercado dos EUA. Porém, com excepção das Maurícias e da África do Sul, os países africanos não conseguiam cumprir muitos dos requisitos propostos pelo acordo. Assim, foram realizadas alterações que permitiram aos Estados menos desenvolvidos comprarem materiais mais baratos de qualquer contratante à escala global. Esta medida teve um forte impacto na produção têxtil africana, porque várias empresas estrangeiras (em especial, asiáticas) estabeleceram – se em solo africano, fugindo aos obstáculos criados pelo AMF. A lógica do AMF é relativamente simples: permitir aos países menos desenvolvidos o estabelecimento de quotas sobre a importação de têxteis e vestuário, dando tempo para que o seu tecido industrial se reorganizasse para competir no mercado

externo. O AMF aliado às preferências comerciais dispostas no AGOA, fez com a indústria do sector tirasse partido do acesso inexplorado das quotas dos mercados europeu e americano (Taylor 2010, pp.67 e 68). Como Taylor (2010) demonstra:

“Com o AGOA, as exportações africanas de têxteis e vestário para os Estados Unidos aumentaram. Em 2000, o valor das exportações de vestuário da África Sub – Sahariana para os EUA foi de \$776 milhões; em 2004, chegou aos \$1.782 milhões, um aumento de 130 por cento.” (Taylor 2010, p.68)<sup>115</sup>

O resultado do fim do AMF não poderia ser mais dramático para a indústria têxtil africana, registando – se uma forte quebra no emprego deste sector no Quênia (3 mil postos de trabalho perdidos ou 9,3% do total de empregados), no Lesotho (15 mil postos de trabalho perdidos ou 28,9% do total de trabalhadores), na África do Sul (perderam – se 12 mil postos de trabalho, correspondendo a 12% dos trabalhadores) e na Suazilândia (18 mil desempregados ou 56,2% dos trabalhadores do sector). No ano de 2006, o Lesotho já tinha fechado portas a vinte e cinco fábricas e tinha perdido 23 mil postos de trabalho, um rude golpe para um país muito dependente do sector têxtil (Alden 2009, p.80).

O aumento da importação de produtos têxteis e de outros bens chineses em África tem, assim, um impacto muito profundo nas economias locais, como o exemplo da Nigéria nos demonstra:

“(…)largar bens baratos, produzidos através de mão – de – obra barata na China, no mercado nigeriano, deslocando, assim, indústrias infantis na Nigéria. (...), empresas nigerianas tiveram que operar debaixo de condições difíceis devido à falta de infra –

---

<sup>115</sup> “The AGOA, African exports of textiles and clothing to the United States boomed. In 2000, the value of sub – Saharan Africa’s apparel exports to the US was \$776 million; by 2004, it had reached \$1,782 million, an increase of 130 percent.” (Taylor 2010, p.68).

estruturas básicas e favoráveis, fazendo dos seus produtos não – competitivos, mesmo na Nigéria. O colapso da indústria têxtil tem sido relacionado com o fluxo de alternativas produzidas a baixos preços no estrangeiro, incluindo na China.” (Ampiah e Naidu eds. 2008, p.201)<sup>116</sup>

Os casos do Gana e do Togo também ilustram a influência que os produtos têxteis chineses mais baratos têm na vida económica e social de algumas das sociedades africanas. Tendo o comércio têxtil sido monopolizado nos anos 50 em Lomé pelas comerciantes (conhecidas por “Nana – Benzes”), os anos 60 marcaram o desenvolvimento da indústria têxtil no Gana. Com a chegada dos anos 80, o FMI e o Banco Mundial forçaram a abertura destes mercados à entrada de têxteis de outras proveniências, com destaque para a China, motivando o encerramento destas empresas no Gana, fruto da intensa competição vinda do oriente e, conseqüentemente, milhares de pessoas ficaram desempregadas; no Togo, a desvalorização do franco CFA e a instabilidade do próprio país levaram a que a rede de vendedoras togolenses fosse substituída pelos chineses que ofereciam os mesmos produtos, a preços mais baixos (Cheru e Obi eds. 2010, pp. 132 – 135).

De certa forma, as conjunturas vividas no Gana e Togo são um reflexo do fim da prosperidade sentida no sector têxtil africano a partir de 1 de Janeiro de 2005, data que marcou o fim do AMF, ditando a primazia da China e dos seus produtores em detrimento de África (Taylor 2010, p.69). Contudo, algumas ressalvas precisam de ser feitas, visto a RPC não ter sido totalmente responsável pelo colapso dos têxteis africanos. Segundo Ian Taylor (2009), grande parte da responsabilidade pelo desfecho

---

<sup>116</sup>“(…) dumping cheap goods, produced through cheap labour in China, on the Nigerian market, thus displacing infant industries in Nigeria. (...), Nigerian enterprises have had to operate under difficult conditions due to the lack of a basic and supportive infrastructure, making their products uncompetitive, even in Nigeria. The collapse of the textile industry has been blamed on the influx of cheaply produced alternatives from abroad, including China.” (Ampiah e Naidu eds. 2008, p.201).

que este sector enfrentou com o fim do AMF deve – se, em larga escala, aos produtores de vestuário e têxteis africanos. Como exemplo, destaco novamente a Nigéria, um país que padece de ineficiência crónica, má gestão e corrupção no seio dos seus serviços industriais. Sendo o país com a décima maior reserva de gás natural a nível mundial (CIA 2013e), e que possui vastas reservas de carvão e um vasto potencial para desenvolver a sua rede hidroeléctrica, a Nigéria apenas gera 3 mil megawatts anuais de electricidade, sendo que a procura doméstica ronda os 6 mil meawatts por ano. Em Fevereiro de 2007, a empresa estatal Power Holding Company of Nigeria anunciou que a produção de energia decresceu 60% para menos de mil e 500 megawatts disponíveis para uma população que actualmente ronda os 170 milhões de habitantes (CIA 2013e) e de o governo ter gasto \$2 mil milhões no sector energético nos seis anos anteriores (Taylor 2010, pp. 69 e 73):

“Em tal contexto, é virtualmente impossível para mesmo os mais eficientes produtores têxteis nigerianos competirem com os produtores chineses. (...) E não é apenas no negócio têxtil que se faz sentir a pressão decorrente das infra – estruturas têxteis decadentes da Nigéria. No início de 2007, a Michelin, construtor de pneus transnacional, anunciou o fecho da sua fábrica em Port Harcourt devido aos elevados custos de produção decorrentes da falta de uma fonte de energia fiável.” (Taylor 2010, pp. 73 e 74)<sup>117</sup>

Por outro lado, em contraste com o descontentamento persistente em torno do fim do AMF e do seu impacto económico – social sentido em países como a Nigéria, o Gana, o Lesotho, a Suazilândia ou a África do Sul, alguns Estados africanos

---

<sup>117</sup> “In such a setting, it is virtually impossible for even the most efficient Nigerian textile manufacturer to compete with Chinese producers. (...) And I is not only in the textile businesses that are feeling the pressure caused by Nigeria’ crumbling power infrastructure. In early 2007, Michelin, the transnational tire manufacturer, announced the closure of its factory in Port Harcourt because of high production costs stemming from the lack of dependable power supply.” (Taylor 2009, pp. 73 e 74).

beneficiaram com o aumento do comércio com a China, destacando – se os principais produtores de algodão como o Benim, o Mali e o Togo. No seguimento da cimeira do FOCAC em 2006, o governo chinês lançou várias iniciativas para abordar os problemas africanos. Para além das quotas auto – impostas na África do Sul, Bo Xilai (na altura, ministro do Comércio) anunciou que Beijing iria construir fábricas de vestuário e têxteis na região, assim como iria passar a adquirir mais algodão dos produtores da África ocidental (Alden 2009, pp. 81 e 82).

Em suma, a RPC teve um profundo impacto na indústria têxtil africana contribuindo para o seu declínio brutal desde o fim do AMF. Contudo, é possível concluir que muitos Estados africanos não tomaram as medidas necessárias para acautelar o possível colapso das suas indústrias têxteis. Aliado ao facto de Estados como a Nigéria se encontrarem corrompidos por vastos esquemas de corrupção e de má gestão empresarial, não é surpreendente que o salto económico registado no período anterior ao fim do AMF fosse resultado da própria engenharia em torno do acordo. Não deixa de ser importante realçar que a China, ao contrário dos seus parceiros africanos, injectou vastas quantias de dinheiro como forma de incentivar os seus produtores têxteis, tornando impossível competir com a RPC neste sector (Taylor 2010, p.69). Não obstante, a verdade é que as práticas comerciais de Beijing têm sido alvo de um cada vez maior escrutínio da parte da opinião pública e da sociedade civil de diversos países do continente africano, como destacado no ponto anterior.

De um modo geral, a participação chinesa em África tem sido alvo de grande análise, sendo as principais críticas apontadas as seguintes: primeiro, a RPC não contribui para o desenvolvimento democrático na África Sub – Sahariana, apoiando Estados autocráticos que beneficiam da sua política de *no strings attached*, para além de que prejudicam a criação de uma sociedade civil organizada em muitos países; segundo,

mesmo que não queira prejudicar a defesa dos direitos humanos de modo intencional, a verdade é que a participação de Beijing através da venda de armas em conflitos como no Sudão, dá uma imagem negativa à China; terceiro, muita da mão – de – obra usada em projectos liderados por empresas chinesas provém da China, prejudicando as populações locais que vêm – se privadas de uma possível fonte de rendimento; quarto, as grandes quantidades de bens baratos que África recebe, são em muitos casos a causa para o fecho de indústrias locais, aumentando o desemprego e o descontentamento das populações; quinto, o uso recorrente do *Angola mode* faz com que muitos acreditem que os recursos naturais que a China recebe apenas empobrecem os países africanos que obtêm ajuda financeira de Beijing; sexto, ao nível da agricultura, o investimento chinês ainda está aquém daquilo que é esperado para a África Sub – Sahariana.

Porém, apesar das muitas críticas, Beijing não pode ser acusada de realizar práticas distintas das de outros países, nomeadamente, no sector energético. Além disso, a RPC aparenta estar disposta a “ajudar” todos os que assim o desejam, dando importância não ao regime de determinado país, mas sim, ao respeito pela Política de Uma China. A própria mudança de atitude face a Estados como o Sudão pressupõe que a China não queira seguir à letra a sua política de não – intervenção, optando pela flexibilidade e o pragmatismo para atingir os seus objectivos.

Contudo, a análise até aqui desenvolvida apenas demonstra uma ínfima parte das relações sino – africanas. Dada a impossibilidade de captar como é que estas se desenrolam na sua totalidade, a escolha de Angola como *case study* é essencial para aplicar os conhecimentos até aqui adquiridos, de um modo prático e representativo da acção do consenso de Beijing num país autoritário, repleto de recursos naturais e que apresenta sinais de poder ascender a uma posição de destaque na África Sub – Sahariana.

## **Capítulo V: Evolução das relações sino – angolanas**

Antes de qualquer análise ao modo como se têm desenrolado as relações sino – angolanas, é imperativo compreender qual a evolução do próprio Estado angolano ao longo de um período que se estende desde a independência em 1975 até 2012. Como se tornará evidente no decorrer desta análise, o modo como o regime do MPLA evoluiu com o passar dos anos e como respondeu a novos desafios e adversidades revela um certo grau de pragmatismo que vai de encontro com a doutrina do consenso de Beijing.

### **5.1. Os movimentos de libertação angolanos e a “corrida pela supremacia”**

É preciso destacar que o conflito fratricida que se desencadeou após a independência pouco se deveu à disputa pelos vastos recursos naturais do país, estando mais relacionada com a base étnica a que cada movimento de libertação se sustentou e com o ambiente externo, ou seja, o papel das superpotências da Guerra Fria no alargamento das suas zonas de influência (Hodges 2003, p.24). Para que melhor se compreendam estas circunstâncias, é necessário olhar para os três principais movimentos de libertação angolanos<sup>118</sup>.

Ainda que nenhuma organização política coesa de esquerda tivesse sido concretizada em Angola para enfrentar o colonialismo português antes de 1958 (Chabal e Vidal eds. 2007, p.73)<sup>119</sup>, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) congregava a segunda maior etnia angolana, os mbundos (Hodges 2003, p.24), tendo partido do encontro de ideias de figuras como Manuel Pinto de Andrade, Lúcio Lara,

---

<sup>118</sup> Tal como Hodges (2003) esclarece, a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), formada em 1963, procurou a independência do enclave de Cabinda (Hodges 2003, p.25). Dada a sua menor expressão no panorama angolano, ficou fora da análise do presente estudo;

<sup>119</sup> Tony Hodges indica que o MPLA foi criado em 1956 (Hodges 2003, p.24), porém optei por seguir o raciocínio de que apenas em 1961 este movimento ganhou preponderância e coesão suficientes para que tomasse um papel crucial no processo de transição para a independência (Chabal e Vidal eds. 2007, pp. 73 e 74).

Eduardo dos Santos e Viriato da Cruz. Não tendo qualquer representação em Angola, este grupo correspondia aos “civilizados” que chegaram a ser parte da elite política angolana, mas que haviam perdido influência ao longo da 1ª República e do Estado Novo (Chabal e Vidal eds. 2007, p.73).

Estas figuras, na sua maioria politicamente ligadas ao marxismo<sup>120</sup>, conseguiram reunir à sua volta mestiços, brancos e “assimilados”<sup>121</sup> que haveriam de compor o sustentáculo do MPLA. A via marxista, segundo Patrick Chabal (2002), foi escolhida por duas razões essenciais. Em primeiro lugar, o Estado Novo era um regime autoritário que banira todos os partidos políticos. Consequência directa dessa repressão aos adversários do regime, grande parte da oposição (tanto em Portugal, como nas colónias) gravitava à volta da única força política solidamente organizada, ou seja, o Partido Comunista Português (PCP). Dado que muitos dos membros do MPLA estiveram em contacto com o PCP e outros movimentos de esquerda nas décadas de 40 e 50, fruto de terem obtido a sua formação superior em solo português, levou a que o marxismo fosse encarado como a melhor ideologia de oposição a Salazar (Chabal 2002, p.59).

O segundo motivo apontado por Chabal para os fundadores do MPLA terem seguido o caminho marxista prendeu – se com a intransigência portuguesa em não negociar o processo de descolonização com os movimentos de libertação, num claro contraponto à acção de outras potências coloniais. A vontade vincada por parte de Salazar em manter as colónias a todo o custo levou a que os movimentos de libertação tomassem o caminho das armas. Visto o Estado Novo ter sido uma ditadura de direita, racionalmente o MPLA voltou – se para o lado oposto, isto é, inclinou – se para as

---

<sup>120</sup> A escolha pelo marxismo durante o período da Guerra Colonial teve um carácter puramente estratégico e ideológico, como forma de prosseguir a luta anti – colonial e como base para a disputa pelo poder com outros movimentos de libertação (Amundsen e Abreu 2006, p.3);

<sup>121</sup> O seu discurso pan – africano terá contribuído para unir os esforços de diferentes grupos étnicos, em especial, nas áreas urbanas da costa angolana (Soares de Oliveira 2007, p.596).

ideologias de esquerda (Chabal 2002, p.60). Como veremos mais adiante, o MPLA que viria a chegar ao poder com o fim da Guerra Colonial, iria reforçar os seus laços com a URSS, o que conduziu ao endurecimento da corrente marxista nos anos seguintes.

Ainda assim, este movimento não tinha ainda qualquer expressão em Angola, dependendo do apoio externo primeiro do movimento dos não – alinhados, e posteriormente da União Soviética e de Cuba. Foi apenas em Fevereiro de 1961 que o MPLA se afirmou enquanto uma força capaz de enfrentar o colonialismo português. Tratou – se de um exemplo de puro oportunismo, mas decisivo para a sobrevivência do movimento: na ocasião, a prisão de Luanda havia sido alvo de uma insurreição tendo em vista a libertação de prisioneiros. Na verdade, o MPLA não teve qualquer participação neste acontecimento. O que sucedeu foi que tomou partido do acontecimento, afirmando que teve um papel crucial na rebelião da prisão de Luanda, garantindo – lhe uma certa credibilidade no panorama externo (Chabal e Vidal eds. 2007, p.74)<sup>122</sup>.

Após a rebelião na prisão de Luanda, o MPLA iniciou a sua luta de guerrilha a nordeste de Luanda, mais concretamente nas florestas dos Dembos. Grande parte das acções do MPLA foram conduzidas pelo seu exército, as Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA), a partir do Congo – Brazzaville (1963) e da Zâmbia (1966). Sendo áreas distantes de Luanda e com muitos dos seus líderes no estrangeiro, o MPLA não teve muito contacto com a população de Luanda e dos distritos do Noroeste até ao 25 de Abril de 1974 (Hodges 2003, pp. 24 e 25).

---

<sup>122</sup> A partir de 1962, com Agostinho Neto na liderança do movimento, as suas ligações ao marxismo foram providenciais para a obtenção de ajuda diplomática e militar vinda da URSS (Hodges 2003, p.25).

O segundo movimento de libertação que é importante destacar nesta análise é a Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA). Fundada por Holden Roberto em 1956 sob o nome de União das Populações do Norte de Angola (UPNA), (Chabal 2002, p.6; Chabal e Vidal eds. 2007, p.75), e tendo posteriormente alterado a sua designação para União das Populações de Angola (UPA), assentava no terceiro maior grupo étnico angolano, os bacongos. Em Março de 1961, este movimento foi responsável pela rebelião no noroeste do país que, efectivamente, deu início à ascensão do movimento de Holden Roberto (Hodges 2003, p.25). Em 1962, o seu nome foi alterado para FNLA, transmitindo a ideia de que se tratava de uma frente comum defensora da nacionalidade angolana. De resto, em 1962 fundou o Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE) reconhecido pela Organização da Unidade Africana (OUA) (Hodges 2003, p.25; Taylor 2006a, p.76). Contudo, e mesmo tendo uma forte organização política e militar em Léopoldville (actual Kinshasa), as suas debilidades enquanto movimento político, prevalecente base etno – nacionalista e os efeitos nefastos da política no exílio acabaram por enfraquecer grandemente a sua capacidade de eliminar o regime colonial português (Chabal 2002, pp. 6 e 7; Chabal e Vidal eds. 2007, p.75).

Consequência destas fraquezas, em 1965 Jonas Savimbi afastou – se da FNLA, criando em 1966 a sua própria organização político – militar: a União para a Independência Total de Angola (UNITA). Estabelecida no centro de Angola, um território dominado pelos ovimbundos (a etnia de Savimbi), a UNITA procurou desenvolver um projecto político a partir do modelo socio – económico africano existente, juntando um conjunto de seguidores sequiosos de se libertarem do colonialismo. Durante os longos anos de guerra que assolaram o território angolano, a UNITA foi a grande oponente do MPLA, desafiando a sua liderança marxista e

cosmopolita através de uma acção pragmática e que era, essencialmente, anti – MPLA (Chabal 2002, p.7).

Apesar das diferenças bastante vincadas entre estes movimentos e que se acentuaram no período da guerra civil, é possível encontrar algumas características comuns aos três, seguindo a análise de Göran Hydén (2006) no que respeita aos movimentos de libertação africanos. Em primeiro lugar, estes movimentos operavam frequentemente no exílio, com uma organização de pequenas dimensões e algo discriminatória, como se comprova, pela base étnica que cada movimento favorecia. Em certo sentido, a restrição feita à entrada de indivíduos no movimento impedia a infiltração de elementos que pretendessem a sua aniquilação a partir de dentro. Para Hydén, o secretismo em torno destes movimentos acaba por limitar a predisposição dos mesmos para, assim que chegam ao poder, apresentarem níveis aceitáveis de *accountability* e de transparência (Hydén 2006, p.38).

Em segundo lugar, os movimentos de libertação, durante fases de conflito armado, assentam grande parte da sua legitimidade no seu sucesso militar. Esta componente armada, fez dos movimentos de libertação mais disciplinados e organizacionalmente mais rígidos, não tolerando qualquer forma de dissidência (Hydén 2006, pp.38 e 39). Um exemplo claro dessa intolerância foi a repressão da tentativa de golpe protagonizada por Nito Alves em 1977. O seu falhanço teve repercussões catastróficas para a população angolana, tendo o MPLA reprimido brutalmente qualquer sinal de oposição e reforçado o cunho autoritário do regime (Chabal e Vidal eds. 2007, p.7).

Finalmente, os movimentos de libertação, tendo iniciado a sua luta contra o colonialismo mais tarde do que os movimentos nacionalistas, viram – se forçados a lidar

com as questões do desenvolvimento, da ordem e do controlo em simultâneo. Apesar da sua organização criar líderes disciplinados, esta conjugação de factores no período pós – independência impossibilita – os de atingir os objectivos propostos para o desenvolvimento e bem – estar nacionais (Hydén 2006, p.39). Apesar das semelhanças entre MPLA, FNLA e UNITA, as pretensões de cada movimento em atingir a supremacia foram o principal motivo para alimentar um conflito por mais de quatro décadas (Soares de Oliveira 2007, pp. 596 e 597).

A guerra da independência teve a sua primeira manifestação de violência em Janeiro de 1961 na província de Malanje, sendo seguida pela rebelião em Luanda no mês Fevereiro e no Cassange em Março. Estes episódios de violência tiveram como antecedentes a partida precipitada dos belgas do Congo e o descontentamento face à economia que estava a ter um efeito negativo nos preços e nos salários ligados à agricultura<sup>123</sup>. A conclusão que se pode retirar destas acções é de que a UPA ainda não tinha um nível organizacional suficientemente desenvolvido para que desregulasse o regime colonial vigente. Não obstante esta realidade, a resposta pronta das autoridades portuguesas ao enviar o seu exército, apoiado pelos colonos, acabou por resultar na supressão da rebelião em apenas quatro meses (Chabal e Vidal eds. 2007, pp. 77 e 78).

Qualquer dos movimentos de libertação nunca representou uma ameaça clara ao domínio português em Angola, tendo em conta as suas poucas capacidades militares. Porém, a mera presença de movimentos nacionalistas em solo angolano e as suas acções contínuas, levou a que o governo central procurasse alterar o seu modo de acção na colónia de modo a atrair as populações para o seu lado. De igual importância, diversas

---

<sup>123</sup> Em Malanje, a rebelião foi instigada por António Mariano e em Luanda deveu – se à presença de jornalistas estrangeiros e dos rumores de que Henrique Galvão levaria o paquete *Santa Maria* para Angola, de modo a conduzir um golpe de Estado. Já no Cassange, a insurreição foi um pretexto para o massacre dos trabalhadores migrantes ovimbundos e de colonos portugueses (Chabal e Vidal eds. 2007, p.77).

reformas económicas foram aplicadas com sucesso, entre as quais a abertura da economia ao exterior, a construção de infra – estruturas e o aumento da população europeia no território para os 350 a 400 mil habitantes. Com estas reformas, a economia colonial de Angola tornou – se diversificada<sup>124</sup> e cresceu a uma média de 4,7% entre 1961 e 1974. A meio dos anos 50 iniciou – se a extracção petrolífera no país, tonando – se na principal exportação em 1973 (150 mil barris por dia). Angola também possuía uma indústria manufactureira em desenvolvimento, centrada nos bens de consumo e na indústria leve (Soares de Oliveira 2007, p.597).

No entanto, a melhoria das condições económicas não foi o suficiente para garantir que Angola não se tornasse independente: a revolução do 25 de Abril de 1974 ditou o fim das reformas na colónia, precipitando as Forças Armadas Portuguesas a pararem os combates e procurarem a paz o mais rapidamente possível. Os acordos do Alvor (Janeiro de 1975) foram assinados entre Portugal, MPLA, FNLA e UNITA, tendo como objectivo pôr um fim às hostilidades. Infelizmente, estes acordos não solucionaram os problemas decorrentes de nenhum dos três movimentos de libertação, que não estavam interessados em procurar uma solução pacífica para governar o país. Como tal:

“Iniciaram então uma desesperada corrida pela supremacia, antes da data marcada para a independência, em Novembro do mesmo ano.” (Hodges 2003, p.26)

A expressão “corrida pela supremacia” sumariza na perfeição o conflito civil em Angola até à proclamação da independência e após a mesma. Como agravante, o ambiente internacional não contribuiu para a pacificação do território, tendo várias

---

<sup>124</sup> A exportação de minério de ferro foi particularmente importante neste período. Os diferentes tipos de solo e de clima proporcionavam o cultivo de diversos tipos de culturas como o café, o algodão e a cana – de – açúcar (Chabal e Vidal eds. 2007, pp.175 e 176).

nações “ajudado” na escalada do conflito, fruto dos seus contactos com os exilados angolanos responsáveis pelos principais movimentos de libertação:

“Foi, portanto, dentre os exilados angolanos, em vez de no seio dos intelectuais urbanos ou do proletariado, que as políticas de futuro foram debatidas.” (Birmingham 2002, p.142)<sup>125</sup>

Os apoios dados pelo exterior agravaram o clima já de si muito tenso. Por exemplo, o Congo – Brazzaville apoiava o MPLA como resposta ao apoio dado pelo seu adversário na região, o Zaire, à FNLA (Chabal e Vidal eds. 2007, p.75). Posteriormente, a recém – independente Zâmbia viria a auxiliar a UNITA (Birmingham 2002, p.143; Chabal e Vidal eds. 2007, p.75), e a África do Sul invadiu o sul do país em Agosto de 1975 para apoiar FNLA e UNITA (Hodges 2003, p.26). Também a Tanzânia interveio junto do MPLA (Chabal e Vidal eds. 2007, p.75).

Como seria de esperar, a Guerra Fria também se manifestou em Angola, com cada uma das superpotências a procurar exercer a sua influência nos diferentes movimentos armados que disputavam o poder. A URSS, fruto das suas ligações marxistas, estabeleceu contactos com o MPLA a partir de 1961, recebendo este apoio razoavelmente constante de 1964 em diante (Chabal e Vidal eds. 2007, p.76). O MPLA recebeu grande auxílio político, diplomático, financeiro, logístico e de treino. Além disso, muitos dos seus líderes, incluindo José Eduardo dos Santos, foram treinados na União Soviética. Com a ajuda de Cuba, a URSS foi fundamental para a vitória do MPLA em Novembro de 1975 (Hodges 2003, p.26; Malaquias 2011, p.7). Apesar de não terem intervindo directamente em Angola como os soviéticos, os EUA ofereceram

---

<sup>125</sup> “It was therefore among Angola’s exiles, rather than among the urban intelligentsia or proletariat, that the politics of the future were debated.” (Birmingham 2002, p.142).

apoio tanto à FNLA como à UNITA (Chabal e Vidal eds. 2007, p.76; Malaquias 2011, p.13).

Resultado do conflito brutal iniciado após os acordos do Alvor e que foi alimentado pelas potências da Guerra Fria, cerca de 340 mil colonos portugueses (90 a 95% da população branca) abandonaram Angola, naquela que é hoje reconhecida como uma retirada precipitada semelhante àquela protagonizada pela Bélgica no Congo mais de 10 anos antes (Hodges 2003, p.27; Chabal e Vidal eds. 2007, p.86; Soares de Oliveira 2007, p.597). A situação vivida pode ser sumarizada pela seguinte citação:

“Os portugueses não fizeram os preparativos para uma transição ordeira e não tinham acertado quaisquer problemas que afectassem o futuro de Angola. (...) nenhum dos três movimentos nacionalistas tinha pensado seriamente em como unir a nova nação e como dirigir uma economia moderna complexa.” (Chabal e Vidal eds. 2007, p.87)<sup>126</sup>

No fundo, nada poderia evitar o conflito armado que apenas terminaria em 2002. O abandono do território por parte dos portugueses sem uma planificação coerente, a intervenção externa e, principalmente, a pouca vontade do MPLA, da FNLA e da UNITA em partilharem o poder, levaram a uma das piores guerras civis algumas vez ocorridas na África Sub – Sahariana. Porém, é necessário responder a uma questão essencial: em que momento é que a China começou a sua intervenção em solo angolano? O próximo sub – capítulo procurará explicar a evolução das relações sino – angolanas, não só tendo em conta a situação internacional, como também olhando para o regime do MPLA e para os desafios que enfrentou decorrentes da própria guerra civil.

---

<sup>126</sup> “The Portuguese had made no preparations for an orderly handover and had not settled any of the issues affecting the future of Angola. (...) none of the three nationalist movements had given serious thought to how they would unite the new nation and take over the running of a complex modern economy.” (Chabal e Vidal eds. 2007, p.87).

Esta análise será crucial para analisar o papel do consenso de Beijing no âmbito das relações entre os dois Estados nos anos que correspondem à governação de Hu Jintao.

## **5.2. Relações sino – angolanas e evolução política de Angola**

Antes de qualquer análise detalhada dos últimos 10 anos das relações entre Luanda e Beijing, é necessário compreender qual a sua evolução histórica que, como se comprovará, está longe de ser linear. Grande parte das oscilações nas relações sino – angolanas, como irei demonstrar, foram muito influenciadas pelo ambiente externo da Guerra Fria, assim como, pela própria evolução política vivida pelo MPLA e pelos seus adversários político – militares até ao fim da guerra civil em 2002.

A primeira fase da parceria entre Beijing e “Luanda” inicia – se no período anterior à Guerra Colonial e termina com o estabelecimento das relações diplomáticas entre PCC e MPLA em 1983. A segunda fase parte de 1983 e decorre até 1989, período marcado pelos últimos anos da Guerra Fria e pela reacção angolana ao massacre de Tiananmen. A terceira fase percorre os anos 90, período em que se destacam os avanços e recuos na busca pela paz em Angola e a reabertura da China ao mundo, terminando em 2002 com o fim da guerra civil angolana. O último período em análise parte de 2002 e termina em 2012, de modo a analisar a transição para as primeiras eleições multipartidárias em Angola desde 1992 e permitindo esmiuçar os anos de Hu Jintao à frente da RPC, num período de grande intensidade diplomática entre estes dois países.

### **5.2.1. Dos anos 50 até 1983: do envolvimento no conflito angolano às relações diplomáticas MPLA – PCC**

Os primeiros contactos da China com os movimentos de libertação anteriormente destacados foram feitos a partir dos anos 50. Nesta época, Beijing

procurou manter – se em contacto com MPLA, FNLA e UNITA, demonstrando um grande nível de pragmatismo que hoje lhe é reconhecido.

O MPLA tinha desde a visita de Agostinho Neto a Moscovo em 1964 começado a receber apoio militar significativo soviético, sendo o principal apoiante deste movimento durante o período da Guerra Colonial (Taylor 2006a, p.76)<sup>127</sup>. Para além da ajuda soviética, Cuba enviou um importante contingente militar (cerca de 250 mil soldados) para Angola, numa clara demonstração de apoio ao MPLA (Service 2007, p.349). Inicialmente, a RPC forneceu armas e algum treino às forças do MPLA. No entanto, dois acontecimentos acabaram por ditar um certo afastamento de Beijing face ao movimento de Neto. Em primeiro lugar, as desavenças entre soviéticos e chineses acabaram por ditar um maior apoio à UNITA pela RPC, tentando contrariar a forte influência soviética que se verificava no seio do MPLA (Ampiah e Naidu eds.2008, p.109). Por outro lado, o reconhecimento do FNLA e da UNITA pela OUA em Julho de 1963<sup>128</sup> enquanto representantes legítimos do povo angolano, fez com que os chineses voltassem as suas atenções para estes movimentos, ainda que mantendo relações cordiais com Agostinho Neto e os seus seguidores (Taylor 2006a, p.76).

O primeiro contacto entre Holden Roberto e a RPC decorreu em Nairobi em 1963, sendo um sinal do reconhecimento por parte da RPC deste movimento (Birmingham 2002, p.142). Porém as relações entre ambos não tiveram seguimento até 1973<sup>129</sup>. No caso da UNITA, Beijing encontrava – se em contacto com Jonas Savimbi desde a sua saída da FNLA em 1964, sendo que em Julho desse ano realizou – se um

---

<sup>127</sup> Entre 1964 e 1974, a ajuda soviética ao MPLA terá rondado as £27 milhões (Taylor 2006, p.76);

<sup>128</sup> O apoio ao FNLA já tinha sido iniciado em 1962, com o estabelecimento do GRAE (Malaquias 2011, p.10);

<sup>129</sup> Tal deveu – se ao facto de a FNLA ter a sua base de operações no Congo, nação que se encontrava em plena revolução inspirada por Beijing, o que impediu os chineses de entrarem em Angola de ajudarem Holden Roberto (Taylor 2006, p.76).

encontro entre Zhou En – Lai e Mao Zedong com o líder da UNITA. Resultado desse encontro, a UNITA passou a ser a única organização de libertação de Angola a constar nos seus relatórios de imprensa. Em 1965, Savimbi regressou a Beijing para firmar acordos de fornecimento de armas e apoio, e no ano seguinte membros da UNITA começaram a receber treino na China (Taylor 2006a, pp.76 e 77). Apesar das ligações entre a RPC e a UNITA serem um tanto constrangedoras<sup>130</sup>, não se pode considerar surpreendente esta ligação ao movimento de Savimbi. Enquanto grupo nacionalista, a UNITA agrupava à sua volta uma importante fatia da população angolana e, tendo em conta a conjuntura da época, era provável que fosse ter um papel de destaque num futuro governo independente em Luanda. Contudo, este apoio foi medíocre, rondando um total de cinco mil libras (Taylor 2006a, p.77). Nos anos 70 a ajuda centrou – se na FNLA. A RPC acreditava que este era o movimento mais forte naquele dado momento e que se apresentava como principal candidato a sair vencedor da luta armada contra Portugal, adquirindo como consequência uma posição proeminente no período pós – colonial (Malaquias 2011, p.10). Contudo, tal como Assis Malaquias (2011) destaca, tratou – se de um caso de excesso de confiança por parte dos decisores políticos chineses:

“(...)o envolvimento inicial da China em Angola foi mal – orientado porque se baseou numa análise optimista da transição para a independência. Não teve em consideração a possibilidade de uma guerra civil e o triunfo do poder militar, que foi determinado principalmente pela intervenção externa nessa transição.” (Malaquias 2011, p.10)<sup>131</sup>

---

<sup>130</sup> A UNITA mantinha relações com dois dos principais inimigos dos chineses na África austral: os EUA e o regime do *apartheid* sul – africano (Ampiah e Naidu 2008, p.109);

<sup>131</sup> “(...), China’s early engagement in Angola was misguided because it was based on optimistic analysis of the transition to Independence. It did not take into account the possibility of civil war the

Prova deste optimismo excessivo foi a vitória do MPLA em 1976 no conflito pelo poder em Angola (Birmingham 2002, p.145), revelando a incapacidade de tanto a FNLA, como a UNITA, de controlarem o país por meios políticos ou militares (Malaquias 2011, p.10). Porém, aos olhos da China, o apoio à FNLA era exequível e racional tendo em conta dois aspectos cruciais: primeiro, Holden Roberto e os seus acólitos opunham – se ao MPLA, movimento apoiado pela URSS. A melhoria nas relações entre EUA e RPC facilitou, em 1973, os contactos entre os chineses e Mobutu no Zaire, centro de operações da FNLA. Finalmente, Julius Nyerere terá tido um papel importante em fazer com que a China apoiasse a FNLA. Nyerere encontrava – se preocupado com o afastamento do MPLA no leste de Angola, o que permitiria às tropas portuguesas passarem para Moçambique, quebrando o avanço da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Assim, manter as tropas em Angola e fora de Moçambique era fundamental e, como tal, a reconciliação com o Zaire e o apoio à FNLA eram vistas como iniciativas a tomar. Em Dezembro de 1973, Roberto visitou a RPC, onde lhe foi prometida ajuda (Taylor 2006a, pp.77 e 78).

O 25 de Abril de 1974 acabou por marcar o começo de uma nova fase para as relações entre a China e os movimentos de libertação. Na verdade, no âmbito do clima tenso da Guerra Fria, a revolução em Portugal acabou por conduzir a RPC a uma campanha de aproximação aos movimentos de libertação angolanos apoiados por si (FNLA e UNITA), tendo em vista o enfraquecimento da influência soviética no território. Ao longo de 1974, os chineses começaram a apoiar à FNLA e a UNITA<sup>132</sup>. Em resposta, os soviéticos optaram por fornecer o MPLA com armamento a partir do

---

triumph of military power, which was determined by external intervention, in that transition.” (Malaquias 2011, p.10);

<sup>132</sup> Em Maio de 1974, chegaram ao Zaire 112 chineses com o objectivo de apoiar a FNLA e inclusivamente, uma facção do MPLA que viria posteriormente a juntar – se ao grupo encabeçado por Holden Roberto (Taylor 2006a, p.78).

final de 1974, tendo reforçado o envio de armas no início de 1975. No fundo, tratou – se de uma manobra plena de pragmatismo por parte da URSS, ao compreender que poderia perder o seu ascendente para a China na África meridional (Taylor 2006a, p.78).

Os Acordos do Alvor de Janeiro de 1975 juntaram à mesa de negociações o governo português e os três movimentos independentistas, levando à criação de um governo de transição até ao abandono das autoridades portuguesas em Novembro desse ano (Chabal e Vidal eds. 2007, p.86). A China prontamente apoiou a iniciativa da OUA de negociar os termos da paz entre Portugal e os três movimentos (Taylor 2006a, p.79). No entanto, a dinâmica do conflito colonial não viria a cessar, principalmente entre a FNLA (apoiado pelos EUA <sup>133</sup>) e o MPLA (detentora de armamento soviético e coordenado pelos cubanos) (Chabal e Vidal eds. 2007, p.87).

Porém, muitos problemas advieram do apoio chinês a Roberto e a Savimbi, a começar pelo facto da África do Sul ter entrado no território angolano para apoiar a FNLA e a UNITA. A imagem da China na região ficou, até certo ponto, manchada por esta intervenção externa, ao ser colocada ao lado do regime do *apartheid* e dos EUA enquanto fonte de auxílio destes movimentos. Como agravante, a intervenção da *South African Defense Force* (SADF)<sup>134</sup> acabou por legitimar o papel da URSS e de Cuba enquanto actores no conflito civil desencadeado pós – Alvor, contribuindo para a vitória do MPLA (Taylor 2006a, p.79 e 80).

A 11 de Novembro de 1975 foi declarada, em Luanda, a independência sob a égide do MPLA. Tratou – se de uma grande derrota para a RPC, fruto do fracasso dos

---

<sup>133</sup> Os EUA procuraram manter o apoio a Portugal ao mesmo tempo que se aproximavam do FNLA, sendo que a intervenção americana directa no conflito estava fora de questão (Malaquias 2011, p.13);

<sup>134</sup> Que aumentou com os anos 80, visando destruir os centros de operações dos nacionalistas namibianos da SWAPO e enfraquecer o governo do MPLA (Hodges 2003, p. 28).

movimentos por si apoiados. Apesar de a UNITA ter recuperado da derrota militar e de ter reconduzido o conflito por mais 27 anos, a FNLA acabou por perder capacidade de resposta perante o poderio do MPLA<sup>135</sup>. Porém, o MPLA provou não ter capacidade para governar um país e estimular uma economia. O sistema burocrático herdado do período colonial tinha ficado profundamente incapacitado com a partida de 90% dos brancos que se encarregavam de o manter em funcionamento. A desordem social gerada pelo conflito armado abriu portas a que rivais procurassem o poder<sup>136</sup>, para além de ter permitido a que forças externas prosseguissem as suas acções militares no país, como o caso do Zaire no norte e da África do Sul no sul (Birmingham 2002, p.150).

Próprio de muitos países africanos, o regime de Luanda seguiu, desde a independência, um sistema neopatrimonial, em que o Estado e os recursos do mesmo foram sistematicamente usados pelas elites no poder para atingir hegemonia política e económica. Como foi analisado anteriormente para a generalidade dos casos da África Sub – Sahariana:

“Um esquema redistributivo de privilégios e benefícios operado através da alocação de cargos partidários, governamentais e outros cargos públicos, ofuscando a distinção entre as esferas pública e privada.”(Chabal e Vidal eds. 2007, p.126)<sup>137</sup>

Estando nós perante um Estado centralizador marxista em que a sobreposição dos papéis do Estado e do partido é bastante clara, faz com que qualquer rede

---

<sup>135</sup> Entre 1978 e 1979, o Zaire passou a apoiar o governo do MPLA e os EUA não se quiseram envolver mais na questão, por temerem novas críticas após a sua saída do Vietname em Abril de 1975, sendo a única solução possível descontinuar o apoio ao FNLA e à UNITA (Hodges 2003, p.27; Malaquias 2011, p.13; Birmingham 2002, p.147);

<sup>136</sup> Em 1977, Nito Alves conduziu uma tentativa de golpe de Estado, apoiado em grupos de estudo vindos das zonas mais pobres de Luanda e que debatiam entre si soluções para eliminar o desemprego, promover a liberdade e procurar um ideal de independência que não tinha correspondido às expectativas da população (Birmingham 2002, pp.151 – 153);

<sup>137</sup> “A re – distributive scheme of privileges and benefits operated by means of the allocation of party, governmental and other public offices, blurring the distinction between public and private spheres.” (Chabal e Vidal eds. 2007, p.126).

patrimonial surgisse com naturalidade como forma de manter no poder a elite política. No caso angolano, o reforço da centralização do Estado começou com Agostinho Neto, criando uma pirâmide social em que poucos recebiam grandes benefícios e a vasta maioria que ficava de fora do esquema neopatrimonial que rodeava o presidente e os seus associados teria que sobreviver através de redes clientelistas ligadas ao topo da hierarquia, apelando a elementos como a família, a região de origem e ligações etno – linguísticas (Chabal e Vidal eds. 2007, pp. 126 e 127). Nos anos 80, este regime neopatrimonial viria a ser reforçado por José Eduardo dos Santos, em que os rendimentos da exploração petrolífera tiveram um papel crucial na elitização progressiva da sociedade.

No que respeita às relações com a China, a sua formalização apenas foi conseguida a 12 de Janeiro de 1983. É inegável que a ajuda prestada à FNLA e à UNITA<sup>138</sup> terão atrasado o estabelecimento de relações diplomáticas com o novo Estado angolano, mas Beijing começava a demonstrar um grau de pragmatismo nas suas acções que hoje lhe é associada nos seus contactos com África. Segundo as autoridades chinesas, estas tinham terminado o seu apoio aos rivais de Agostinho Neto logo após a independência. Mais relevante para esta análise, a aproximação a Luanda deve ser entendida no quadro geral do reforço das ligações entre a China e África, como forma de se demarcar da URSS e dos EUA. Compreendendo a grave situação económica vivida em Angola, a RPC avançou com a possibilidade de ser assinado um acordo comercial entre os dois países. O processo começou com a visita de Gong Dafei, vice – ministro do Negócios Estrangeiros, a Luanda em Maio de 1983. Em Junho de 1984, o ministro angolano do Comércio Externo, visitou Beijing para selar o acordo.

---

<sup>138</sup> Savimbi procurou usar o marxismo chinês como sendo a melhor forma de socialismo para o país. A má imagem que tal opção transmitia a Pretória e a Kinshasa forçou – o a rever a sua posição (Birmingham 2002, p.151).

Prontamente, foi enviada uma tonelada de trigo como resposta à grave seca vivida no país (Taylor 2006a, p.86).

A alteração do comportamento de Beijing face ao MPLA em muito se deve às próprias mudanças internas vividas no final dos anos 70. Com a chegada ao poder Deng Xiaoping, a cooperação com outros países em desenvolvimento era crucial no âmbito da política de Cooperação Sul – Sul, um reflexo no plano externo das reformas económicas encetadas pela China e dando início a um novo caminho independente do mundo bipolar. Para Luanda, esta perspectiva encaixava na sua própria concepção estratégica de querer seguir um caminho que não fosse totalmente subalterno à vontade soviética, argumento fortalecido pelas relações económicas angolanas serem mais significativas com países fora do bloco soviético e de algum descontentamento em torno da protecção oferecida por Moscovo. A procura de Luanda de novos parceiros económicos recebeu um forte alento em 1981, quando lhe foi negada a entrada no Conselho para a Assistência Económica Mútua (COMECON), forçando o regime angolano a procurar novos acordos e novas ligações políticas (Taylor 2006a, pp.86 e 87).

Internamente, o final da década de 70 e o começo da década de 80 ficou assinalado por um aumento do autoritarismo do Estado angolano. José Eduardo dos Santos chegara ao poder em Setembro de 1979, após a morte de Agostinho Neto (Birmingham 2002, p.155), reforçando o processo de centralização administrativa e de controlo do sistema judicial. Os estratos sociais mais pobres foram progressivamente afastados dos esquemas clientelistas e as populações urbanas letradas eram escolhidas

em detrimento dos habitantes rurais para fazerem parte do MPLA (Chabal e Vidal eds. 2007, pp. 131 e 132)<sup>139</sup>.

Contudo, a dinâmica dos acontecimentos aqui relatados acabaria por se alterar nos anos 80. No próximo ponto, procurarei destacar como é que as relações entre ambos os Estados viveram um período de alguma estagnação, em muito prejudicadas pela guerra civil angolana, e que só a partir de 2002 entraram num ritmo de grande entendimento.

### **5.2.2. De 1983 até 2002: a Guerra Civil e a estagnação das relações sino - angolanas**

A abertura do canal diplomático em 1983 com Luanda levou a que a própria China alterasse o seu discurso perante o Estado angolano. Em 1984 foi assinado o primeiro acordo comercial e uma Comissão Económica e de Comércio Conjunta foi criada em 1988 (Campos e Vines 2008, p.3), que abriram caminho ao apoio político ao MPLA. Em sentido inverso, o recuo na ajuda prestada à UNITA coincidiu com as críticas abertas a Washington e ao apoio oferecido ao movimento de Savimbi. As acusações dirigidas aos EUA eram uma clara contradição em relação ao passado da China em solo angolano: desde os anos 60 que Beijing amparou a UNITA e perante o fracasso deste movimento em chegar ao poder, o diálogo começou a ser direccionado para o MPLA. Para além das críticas aos americanos, também a África do Sul foi visada pelo novo discurso chinês, considerando que ambos os países estavam deliberadamente a auxiliar a UNITA como forma de enfraquecer a governação do MPLA. Este discurso serviu também para que a China reforçasse o seu conceito de não – interferência, ao

---

<sup>139</sup> A campanha de recrutamento de novos membros para o partido que decorreu a partir de 1983 falhou os seus objectivos de duplicar de 30 para 60 mil membros, fruto da discriminação feita e dos critérios usados para validar a adesão de novos membros. Assim, em 1985, apenas tinham aderido 3500 membros no MPLA (Chabal e Vidal eds. 2007, p.132).

considerar que um conflito como aquele presenciado em Angola não poderia ser resolvido através de acções conduzidas por outros países (Taylor 2006a, p.87).

No entanto, a melhoria dos contactos entre os dois Estados só ganhou forma em Outubro de 1988, quando José Eduardo dos Santos viajou até Beijing para um encontro com as autoridades locais (Taylor 2006a, p.87). A Comissão Económica e de Comércio criada em 1988 ficou, no entanto, inactiva ao longo dos anos 90, ficando as relações sino – angolanas dominadas pela cooperação militar. Ainda assim, no meio do caos que a guerra em Angola provocava, os contactos entre MPLA e PCC foram agitados pela alegação de que a UNITA teria na sua posse armas de fabrico chinês (decorria o ano de 1993). Rapidamente, o governo chinês apressou – se a negar qualquer envolvimento no caso, afirmando que não tinha ocorrido qualquer contacto entre o PCC e a UNITA para a compra de armas. Esta alegação acabou por ser confirmada pela própria UNITA, admitindo que havia adquirido as armas chinesas por via indirecta, dando a entender a existência de um intermediário fora da alçada do governo de Beijing (Alves 2010, p.5)<sup>140</sup>.

Apesar deste incidente, as relações sino – angolanas foram melhorando progressivamente. De resto, não se trata de algo surpreendente: em 1989, aquando do massacre da praça de Tiananmen, a reacção de Luanda foi muito semelhante à de outros parceiros africanos, ou seja, apoiou a carnificina protagonizada pelo exército chinês. Esta atitude por parte do governo de Eduardo dos Santos foi tida como muito positiva para a RPC: o Ministro dos Negócios Estrangeiros Qian Qichen incluiu Angola no seu périplo pela região, sendo recebido cordialmente em Luanda. Mantendo a perspectiva de que o mundo em desenvolvimento era uma fonte de auxílio que impedia a

---

<sup>140</sup> Em Abril de 1993, o governo capturou armas chinesas na posse da UNITA, algo confirmado pelos serviços de informação americanos. Em Maio de 1993, a embaixada chinesa em Luanda negou o fornecimento de armas à UNITA (Campos e Vines 2008, p.3).

interferência “hegemónica” nos seus assuntos internos, a China moveu – se rapidamente para assinar três documentos que reforçavam os laços entre os dois Estados (Taylor 2006a, p.88). Em Outubro de 1997, Yang Wesheng, o ministro adjunto da economia, comércio e cooperação, afirmou numa visita a Angola que as trocas comerciais entre ambos os Estados tinha aumentado significativamente nos seis meses anteriores. Em Outubro de 1998, Eduardo dos Santos revelou que a sua intenção era expandir os contactos bilaterais, algo que ficou expresso no seu encontro com o primeiro – ministro Zhu Rongji e outros dirigentes (Campos e Vines 2008, p.3).

A par da melhoria das relações sino – angolanas, o conflito entre o MPLA e a UNITA prosseguia, algo que impedia que a aproximação entre Beijing e Luanda fosse mais concreta. Além disso, os contactos no início do conflito entre a UNITA e a RPC também provocaram um certo bloqueio nas relações com o MPLA (Malaquias 2011, p.10). Porém, este facto não afectou verdadeiramente as relações entre Beijing e Luanda e, como a análise anterior o comprova, estas melhoraram de modo lento e contínuo.

Do ponto de vista interno, ao longo dos anos 80 e 90, a guerra civil condicionava a vida dos cidadãos angolanos. Até aos acordos de Bicesse em 1991, assistiu – se a uma intensificação do conflito, em especial, porque a África do Sul continuava a realizar incursões em território angolano, que visavam enfraquecer a SWAPO, e os Estados Unidos nunca deixaram de apoiar a UNITA. No seguimento da guerra do Vietname, os americanos ficaram relutantes em intervir directamente junto de movimentos de libertação. Por isso, em 1976, o Congresso americano aprovou a emenda Clark, que proibia o envio de armamento americano para qualquer dos movimentos em confronto em Angola (Birmngham 2002, pp.166 e 167). Contudo:

“Apesar de a administração Carter, que chegou ao poder em 1977, ter apresentado uma postura relativamente liberal face às questões africanas, e de ter condenado a África do Sul pelas suas políticas repressivas, não deixou de ser um participante da Guerra Fria e estava disposta a apoiar indirectamente terceiros, como Marrocos, que estivessem preparados para destabilizar Angola e impedir a política soviética em África.” (Birmingham 2002, p.166)<sup>141</sup>

Muitos interesses políticos e económicos estavam em jogo para Washington: perante a perspectiva de um novo ciclo eleitoral, Carter não poderia deixar de apoiar um movimento que impedia o alastrar da influência soviética na África Austral. Por outro lado, as empresas americanas permaneciam interessadas em fazer negócio com Angola, vendendo aviões, equipamento electrónico, computadores e tecnologia para a extracção petrolífera (Birmingham 2002, p.166)<sup>142</sup>.

A intervenção americana viria a mudar novamente a meio dos anos 80: em Novembro de 1984, Ronald Reagan foi reeleito enquanto presidente americano (Birmingham 2002, p.167). Em Julho de 1985, a emenda Clark foi revogada, abrindo caminho para que os EUA apoiassem declaradamente a UNITA, como parte da sua política de contenção do comunismo. Mais armamento foi enviado para Angola, levando a uma reacção da parte da União Soviética do mesmo calibre, e de um aumento da presença de tropas cubanas em território angolano, um valor que chegou aos 50 mil homens. Resultado directo desta escalada do conflito foi o aumento brutal das vítimas

---

<sup>141</sup> “Although the Carter administration, which took office in 1977, had a relatively liberal attitude in African affairs, and condemned South Africa for its repressive policies, it nevertheless remained a participant in the Cold War and was willing indirectly to support third parties such as Morocco who were prepared to destabilize Angola and disrupt Soviet policy in Africa.” (Birmingham 2002, p.166);

<sup>142</sup> Contrariamente à recusa de Henry Kissinger em reconhecer o governo do MPLA, a Gulf Oil comprou direitos de patente ao MPLA (Março de 1976), reconhecendo, literalmente, o Estado angolano. Também a Texaco e a Petrofina foram encorajadas a regressar ao país para fazer negócio (Soares de Oliveira 2007, p.599).

civis. Também passou a haver uma concentração do conflito em locais considerados estratégicos, como a antiga base portuguesa de Cuito Cuanavale (do lado do MPLA) e de Mavinga (do lado da UNITA) (Birmingham 2002, pp.167 e 168; Hodges 2003, p.28)<sup>143</sup>.

Em paralelo com o conflito armado, a economia definhava progressivamente. A solução marxista apresentada pelo MPLA para impulsionar a economia angolana estava a revelar – se numa solução desastrosa para o povo angolano. Até 1985, o Estado angolano era marcadamente socialista, estando o poder centrado no MPLA e os órgãos de justiça e repressão estavam controlados pelo mesmo. Esta conjuntura fez com que a única forma de conseguir influência e recursos fosse através do próprio partido. O socialismo angolano acabava por estar intrinsecamente conectado com a riqueza gerada pelo petróleo e pela internacionalização da guerra civil. O MPLA foi capaz de combinar um forte apoio da sociedade ao mesmo tempo que excluía e reprimia os cidadãos angolanos. A população em geral fora completamente descartada, desde as populações rurais que deixaram de ter qualquer relevância, visto que os rendimentos do petróleo serviam para comprar alimentos no estrangeiro, até aos habitantes citadinos que sofriam cada vez mais com a pobreza. Ainda assim, o facto de as pessoas terem que escolher um lado para se protegerem, mesmo que isso significasse uma protecção insignificante face à outra parte e a possibilidade de escapar à fome, fez com que poucas vezes de contestação existissem na época (Chabal e Vidal eds. 2007, pp. 95 e 96).

O colapso económico registado entre 1975 e 1977, fruto do abandono da mão – de – obra qualificada portuguesa, das explorações agrícolas e pequenas empresas e dos efeitos da própria guerra, foi agravado com a política de nacionalizações e de criação de

---

<sup>143</sup> A batalha de Cuito Cuanavale durou meses, com os custos humanos e económicos a escalamem brutalmente, numa altura em que a presença cubana chegava aos 50 mil homens e a dívida a Moscovo chegava à barreira dos \$ mil milhões (Birmingham 2002, p.168).

empresas estatais neste período, que em nada contribuíram para o desenvolvimento económico do país. O próprio sistema de centralização económica foi mal concebido e gerido, o que agravou as ineficiências já de si próprias do mesmo (Hodges 2003, p. 143). O único sector que sobreviveu a este desastre foi o sector petrolífero.

Em 1976, a Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (SONANGOL) foi criada, fugindo ao esquema de nacionalizações, e tendo como principal objectivo a participação no mercado internacional petrolífero. Para tal, a SONANGOL procurou desde cedo parcerias com os melhores especialistas em petróleo, advogados e empresas de consultadoria, para conseguirem boas condições junto de empresas estrangeiras do sector. Apesar deste distanciamento em relação ao processo de estatização da economia, durante os anos 80, a SONANGOL permaneceu sob controlo da própria presidência, sendo uma parte fundamental da manutenção da sua rede de interesses clientelista, usando as receitas do petróleo para esse fim (Soares de Oliveira 2007, pp. 600 – 602).

A partir de 1985 algumas alterações são dignas de nota no que respeita à economia angolana. Tendo perante si um autêntico colapso económico, quer devido à guerra, quer pelas políticas marxistas, o presidente Eduardo dos Santos deu início a reformas económicas a partir de 1987. O Programa de Saneamento Económico e Financeiro (SEF) procurou solucionar alguns dos problemas relacionados com a quebra do preço do petróleo nos dois anos anteriores. Em Agosto de 1990, o Programa de Acção do Governo foi a primeira tentativa concreta de promover o crescimento económico, restaurando a estabilidade macroeconómica (Hodges 2003, pp.156, 157 e 160)<sup>144</sup>. Contudo, o presidente continuava a ter um controlo muito apertado sobre os

---

<sup>144</sup> Entre as medidas mais importantes destacam – se a liberalização da maioria dos preços, o pagamento em dinheiro dos salários, os cartões de racionamento foram abolidos e centenas de pequenas empresas e terrenos agrícolas foram privatizados. Com a criação do novo kwanza, a

rendimentos do petróleo, muitos dos quais não eram escrutinados pelo governo e pelo partido. Com o liberalismo, os indivíduos próximos do presidente investiram massivamente no mercado ilegal, trazendo – lhes enormes dividendos. O próprio Estado acabou por proteger este grupo de indivíduos, por ainda controlar os meios de produção e de acumulação de riqueza (Chabal e Vidal eds.2007, p.97).

A liberalização económica foi igualmente acompanhada pelo processo de paz finalizado nos acordos de Bicesse em 1991. O fim da Guerra Fria e o processo de independência da Namíbia em 1990, em que tomaram parte os EUA e a Rússia, abriram caminho para que as duas potências procurassem a paz em Angola (Birmingham 2002, p.170). Após o abandono formal do marxismo – leninismo enquanto ideologia do regime em Dezembro de 1990, a Lei nº12/91, inserida no processo de reforma constitucional, de Maio de 1991 instituiu o Estado democrático e abriu caminho para que ocorressem eleições multipartidárias em 1992. A esta iniciativa juntaram – se as Leis nº14/91 (associações), nº15/91 (partidos políticos), nº16/91 (direito de associação), nº25/91 (imprensa) e nº23/91 (direito à greve), abrindo caminho para que eleições presidenciais e parlamentares fossem efectuadas em Setembro de 1992 (Hodges 2003, p.83). O processo de paz decorria em paralelo, liderado pela ONU, Rússia, EUA e Portugal, sendo dominado pelos americanos, que apoiavam a UNITA, e que viam nas eleições uma via para que Savimbi chegasse ao poder. Porém, a vitória do MPLA legitimou o regime de partido único, assim como, o uso da força contra a UNITA que levou à morte de milhares de pessoas. Além disso, o resultado eleitoral trouxe apoio oficial e de negócios a José Eduardo dos Santos e deu início a um processo de ostracização de Savimbi (Chabal e Vidal eds. 2007, pp.100 e 101).

---

desvalorização da moeda a partir de Março de 1991 tinha em vista a redução das taxas de câmbio, tanto nos mercados oficial, como paralelo (Hodges 2003, p.157, 158 e 160).

A paz de Bicesse fracassou por uma série de razões. Para Christine Messiant (2004), o processo de transição foi colocado nas mãos de dois partidos armados, sem que regras transitórias políticas fossem criadas. Além disso, a recusa dos próprios movimentos em integrar uma coligação antes das eleições tornou ainda mais evidente que o vencedor ficaria com o monopólio do poder, impedindo que as mesmas fossem preparadas com imparcialidade. Como já foi destacado, o papel das potências não facilitou a obtenção de um clima pacífico pós – eleitoral. O envolvimento de Washington, para além de Moscovo e Lisboa, garantia, aos olhos dos restantes actores internacionais, que todo o processo decorresse sem sobressaltos, justificando o pouco investimento feito pela ONU em vigiar o processo. A vitória eleitoral do MPLA apenas manteve o *status quo* anterior ao processo: Eduardo dos Santos conservou o poder, e Savimbi continuou a usar o poder militar como única forma de contestação ao governo (Messiant 2004, pp.18 e 19).

Os vastos fundos, o controlo total sobre o sistema administrativo e a comunicação social estatal, a mobilização de recursos legais e ilegais e a formação de uma força paramilitar acabaram por levar a que o MPLA ganhasse vantagem antes da ida às urnas, sendo beneficiado pela crescente desconfiança em torno da UNITA que era arrogante nas suas acções e que mantinha uma vasta capacidade militar. José Eduardo dos Santos venceu com 49,7% contra 40,7% de Jonas Savimbi, levando ao recomeço das hostilidades. Perante a impossibilidade de chegar a um acordo, que a UNITA rejeitava constantemente, os EUA acabaram por reconhecer o governo do MPLA em 1993, abrindo portas às sanções da ONU ao movimento de Savimbi (Messiant 2004, pp.19 e 20).

A postura da China no período logo a seguir às eleições foi, no mínimo, ambígua. Existia algum receio em Beijing de tomar partido de quem quer que fosse,

numa altura em que a luta pelo poder tinha sido reacendida. É possível detectar o porquê do receio chinês: temiam que as potências se envolvessem numa região que estava fora da sua zona de influência, alertando para que nenhum actor externo interferisse directamente no conflito angolano e que o processo de paz tivesse sucesso (Taylor 2006a, p.89).

Esta postura foi reforçada após o protocolo de Lusaca, assinado a 20 de Novembro de 1994 (Hodges 2003, p.33). Em parte, os membros do sistema internacional, tinham aprendido algo com o fracasso de Bicesse. Em primeiro lugar, o partido derrotado deveria ter um lugar no poder, para que o desenlace fosse aceitável. Em segundo lugar, as facções militares não deveriam ter os meios armados para alterar o curso dos acontecimentos. Finalmente, o desarmamento deveria ser prioritário e levado a sério, dispensando os recursos necessários para que este objectivo fosse alcançado. O resultado eleitoral de 1992 não foi discutido, prevendo – se apenas a realização da segunda volta (Messiant 2004, p.21).

Nesta altura, pensava – se que as forças da UNITA se encontravam praticamente todas desmobilizadas e que o novo exército nacional integrado estava a ser estabelecido. A distribuição de postos nos poderes local, regional, provincial e nacional estava em curso e ambas as partes pareciam dispostas a respeitar o protocolo. A própria UNITA aceitara ocupar os seus lugares na Assembleia Nacional conseguidos na eleição de 1992 (Chabal 2002, p.104).

O protocolo de Lusaca, tal como os acordos de Bicesse, foram um fracasso total: as tropas da UNITA não foram totalmente desmobilizadas e até se estavam a rearmar para o prosseguimento do conflito. Como agravante, o país não estava unido e seguro, visto que a UNITA ainda controlava uma grande porção do território e dos recursos

económicos do país<sup>145</sup>, algo que impedia o desenrolar de uma vida económica e política normal. Por outro lado, o governo não acelerou o processo de partilha de poder nas áreas de Angola que eram por si controladas (Chabal 2002, p.104). No período pós – Lusaca, o regime consolidou o domínio conseguido pelos meios militares, impedindo que a UNITA tivesse influência política ou social, e que ameaçasse o MPLA. Ainda para mais, a sociedade civil permaneceu débil e sujeita à impunidade do regime (Chabal e Vidal eds. 2007, p.103).

Finalmente, é preciso realçar que, tal como em ocasiões anteriores, Savimbi nunca se mostrou disposto em fazer parte do processo de paz, visto não encarar com bons olhos o papel de líder da oposição e de vice – presidente. Em vez disso, preferiu ganhar tempo para recuperar a sua capacidade militar e conseguir o poder pela força, algo que ficou vincado pelo facto de não ter estado presente na assinatura do protocolo de Lusaca (Chabal 2002, pp.104 e 105).

Todo este processo apenas denegriu a imagem de Savimbi e da UNITA, ficando Eduardo dos Santos visto como um pacificador (Birmingham 2002, p.174). Contudo, pela análise aqui feita compreende – se que nunca houve vontade de parte a parte em partilhar o poder, fosse a que nível fosse, e chegar a uma paz partilhada. No fundo, o caminho estava livre para a aniquilação total de um dos movimentos.

Na RPC, o clima era o mesmo que após os acordos de Bicesse: manter a distância. Apesar de ter afirmado que pretendia contribuir para o processo de paz em Angola. A não – interferência era o conceito que guiava a política externa chinesa,

---

<sup>145</sup> Desde os anos 80 que a UNITA detinha o controlo sobre as principais regiões diamantíferas angolanas do Nordeste, tirando partido da afluência de garimpeiros no período pós – Bicesse. No final de 1992, os jazigos aluviais das Lundas Norte e Sul, incluindo o vale do Cuango, estavam sob controlo de Savimbi (Hodges 2003, p.228).

numa altura em que ainda se ressentia do repúdio internacional provocado pelo massacre da praça de Tiananmen (Taylor 2006a, p.89).

Entretanto, o conflito prosseguia, com a UNITA a ser financiada pela exploração e comercialização de diamantes, negócio que deverá ter rendido \$600 milhões anuais entre 1995 e 1997 (Hodges 2003, p.229). Em 1997, foi realizada uma iniciativa política que visava prevenir o reacender do conflito. Como parte da estratégia para controlar o descontentamento da oposição, o presidente criou um “governo de união nacional”. Para que tal fosse possível, dos Santos convidou uma série de membros da UNITA para formarem governo consigo. Assim, cerca de 70 membros da UNITA que tinham sido eleitos para a Assembleia Nacional em 1992 foram para Luanda, ocupando os seus lugares na câmara legislativa, enquanto que sete dos seus líderes se tornaram ministros ou vice – ministros (Birmingham 2002, p.176).

Esta manobra cosmética encetada pelo presidente foi acompanhada por uma crescente impaciência em torno de Jonas Savimbi:

“A 28 de Agosto de 1997, nos termos da Resolução 1127, o Conselho de Segurança da ONU decidiu proibir os mais destacados elementos da UNITA de viajarem para o estrangeiro, encerrar as delegações da UNITA no exterior e proibir a circulação de quaisquer aviões de e para todas as zonas controladas por ela.” (Hodges 2003, p.34)

No dia 12 de Junho de 1998, o Conselho de Segurança foi mais longe nas suas sanções ao movimento de Savimbi, com a aprovação da Resolução 1173:

“Dessa vez, numa tentativa de subtrair os meios para continuar a guerra, o Conselho de Segurança proibiu a compra de diamantes angolanos não acompanhados de

um certificado de origem passado pelo governo e ordenou o congelamento de todas as contas bancárias da UNITA.” (Hodges 2003, p.34)<sup>146</sup>

Além disso, a verdadeira intenção de dos Santos não era, de forma alguma, a reconciliação com os seus grandes adversários político – militares. O intuito era eliminar a UNITA, não tolerando qualquer dissidência política. Assim, as Forças Armadas Angolanas (FAA) lançaram uma ofensiva brutal a partir de 1998, recuperando vastas porções do território. Para o governo, apenas a vitória total era aceitável e tudo era permitido para que tal acontecesse (Chabal e Vidal eds. 2007, pp.105 e 106). A UNITA, por seu turno, recorria a uma política em que conduzia à fome cidades como Malange ou Cuíto, impedindo que ajuda humanitária pudesse ser distribuída pelas organizações internacionais. A esperança da UNITA era que o governo angolano cedesse a pressões do exterior por causa das vítimas humanas, ou que as populações da costa se revoltassem com o aumento de refugiados que chegavam à sua vizinhança (Birmingham 2002, p.181):

“Mas o mundo, fascinado pela potencial riqueza dos poços de petróleo angolanos, não forçou o governo a regressar à mesa das negociações e os civis não queriam arriscar qualquer protesto público enquanto as ruas fossem patrulhadas por polícias de segurança vestidos de negro.” (Birmingham 2002, pp.181 e 182)<sup>147</sup>

A morte de Savimbi em Fevereiro de 2002 acabou por ditar o fim do conflito armado. Para 4 de Abril desse ano ficou guardada a assinatura do acordo dando por

---

<sup>146</sup> A De Beers, gigante do comércio diamantífero, associou – se a esta campanha contra os “diamantes de sangue” oriundos de conflitos como o de Angola. Para tal, apoiou a resolução 1173 (Hodges 2003, p.238);

<sup>147</sup> “But the world, fascinated by the potential wealth of Angola’s oil wells, did not force the government back to the negotiating table and the civilians did not risk any public protest when their streets were patrolled by black – clad security police.” (Birmingham 2002, pp.181 e 182).

terminados os confrontos e abrindo portas a uma nova era para Angola (Hodges 2003, p.37).

No que diz respeito à China, a política por si praticada até ao fim do conflito foi muito marcada pela não – interferência, procurando manter os seus contactos ao nível económico (Taylor 2006a, p.90). De facto, o período que decorre de 2002 até 2012 é o mais frutuoso das relações sino – angolanas, principalmente assentes na troca de petróleo angolano por crédito chinês, fundamental para a construção de infra – estruturas.

### **5.2.3. De 2002 até 2012: o auge das relações sino – angolanas**

Após mais de 40 anos de conflito armado, Angola entrava num período em que necessitava de reconstruir as suas infra – estruturas para que pudesse abrir caminho para o desenvolvimento económico. No ano de 2002, o governo angolano estava à beira da bancarrota, sobrevivendo apenas através de petróleo em adiantado como forma de conseguir dinheiro (Harneit – Sievers, Marks e Naidu eds. 2010, p.164). Nesse sentido, o governo angolano pediu ajuda externa aos doadores ocidentais, em prol da organização de uma conferência internacional para juntar fundos destinados à reconstrução angolana. Contudo, os países ocidentais começaram a impor pré – condições para que tal evento ocorresse, incluindo, encetar novas negociações com o BM e FMI para realizar controlo fiscal e das despesas públicas, para além de maior transparência em torno das receitas petrolíferas (Harneit – Sievers, Marks e Naidu eds. 2010, pp.164 – 165; Malaquias 2011, p.11). Entre 1995 e 2004, pelo menos quatro programas de ajustamento do FMI foram negociados com Angola, mas Luanda não cumpriu a sua parte e, como consequência, não conseguiu empréstimos para reconstruir

o país<sup>148</sup>. Em 2001, Angola prometeu junto do FMI maior transparência em torno das receitas petrolíferas<sup>149</sup>, passar a gestão alfandegária para a firma britânica *Crown Agents*, reduzir os subsídios de combustível, aumentar as taxas sobre a água, parar os empréstimos e privatizar várias empresas ineficientes financeiramente. A vontade do Clube de Paris era que Luanda cumprisse pelo menos um dos programas do FMI (Brautigam 2009, pp.274 e 275), para além de que o governo do MPLA deveria demonstrar vontade em prol da reconciliação nacional, dando lugar à realização de eleições e a combate à corrupção e à promoção da transparência (Harneit – Sievers, Marks e Naidu eds. 2010, p.165).

Contudo, após dois anos de negociações, em 2004 as instituições financeiras e doadores bilaterais já não estavam interessados em providenciar assistência a Angola para a consolidação da paz e reconstrução do território, algo que foi visto pelos políticos e economistas angolanos como uma forma de chantagem para forçar Angola a aderir aos programas do FMI e do BM. De acordo com a elite angolana, eram condições que haviam falhado noutras partes de África, o que apenas facilitou a quebra nas negociações (Harneit – Sievers, Marks e Naidu eds. 2010, p.165). Na verdade, subsistem sérias dúvidas sobre a vontade do MPLA de seguir as directrizes vindas do Ocidente, por diferentes razões. Em primeiro lugar, eram condições que atrasariam o processo de reconstrução angolano, pondo em causa a paz e segurança nacionais, visto que na altura o governo de dos Santos não tinha capacidade financeira para encetar essa reconstrução sozinho; segundo, a liderança do MPLA compreendeu os riscos de maior abertura e transparência (tendo o exemplo soviético em mente) numa sociedade que

---

<sup>148</sup> Em 2000, por exemplo, o programa de reformas do FMI continha 44 condições, que incluíam o aumento de impostos sobre o rendimento e a liberalização do comércio. Caso Luanda cumprisse com estes pressupostos durante seis meses, passaria a poder renegociar a sua dívida através do Clube de Paris e teria acesso a assistência internacional (Brautigam 2009, p.274);

<sup>149</sup> De acordo com o FMI, entre 1997 e 2002, o governo angolano recebeu pelo menos \$4.2 mil milhões da SONANGOL que não foram justificados (Aarsæther 2011, p.38).

vivia um período de transições simultâneas: de um sistema unipartidário para uma democracia multipartidária, da economia planificada centralmente para a economia de mercado, de uma imprensa controlada para uma imprensa livre, e de uma relação tensa entre Estado e igreja para liberdades religiosas abrangentes. Tratava – se assim de passar de uma sociedade fechada para uma sociedade aberta; finalmente, o regime era corrupto e os membros do governo não estavam interessados em usar os recursos extraídos ao Estado ao longo de décadas de conflito para financiar a reconstrução do país (Malaquias 2011, p.11).

Perante estas circunstâncias, a RPC avançou a 21 de Março 2004 (Ampiah e Naidu eds. 2008, p.108), através do *Eximbank*, com uma linha de crédito de \$2 mil milhões, a ser paga com petróleo<sup>150</sup>. Este empréstimo encontrava – se à taxa do *London Interbank Offered Rate* (LIBOR) mais 1,5% e ficou estipulado que seria pago num período de 17 anos, com um período de carência, condições muito melhores do que aquelas que eram oferecidas pelos bancos europeus<sup>151</sup>. Porém, o aspecto revolucionário deste empréstimo era que não estava a ser concedido em forma de dinheiro, mas sim através da construção de infra – estruturas (Brautigam 2009, pp.275 e 276). Trata – se de um caso claro do funcionamento do *Angola mode* e que deu origem a uma cada vez maior interdependência sino – angolana nos últimos 10 anos.

Relativamente a este empréstimo do *Eximbank*, a primeira tranche foi entregue em Setembro de 2004 e a segunda em Março de 2005. A 20 de Junho de 2006, o empréstimo foi duplicado para \$4 mil milhões, fazendo da China o principal interveniente na reconstrução do território angolano. Em Maio de 2007, um empréstimo

---

<sup>150</sup> Cerca de 10 mil barris de petróleo por dia (Taylor 2010, p.21). O petróleo angolano tem igualmente a vantagem de ser mais fácil de refinar do que o petróleo nigeriano, sendo por isso mais valioso (Rostberg ed. 2008, p.5);

<sup>151</sup> De 4 a 5 anos para pagar o empréstimo, sem período de carência (Brautigam 2009, p.275).

de \$500 milhões foi acrescentado, tendo em vista a integração dos novos projectos estruturais na economia nacional, em que se incluem, a compra de autocarros escolares para transportar crianças até às escolas projectadas para as províncias do interior (Ampiah e Naidu eds. 2008, pp.109 e 110). Em Setembro de 2007, um novo acordo assente no *Angola mode* foi assinado entre o ministro das Finanças José Pedro de Morais e o presidente do *Eximbank*, Li Ruogu. Os termos deste acordo prevêem um reembolso no prazo de 15 anos, com uma taxa LIBOR revista com *spread* de 1,25%. As condições para as exportações chinesas foram aliviadas, mas o conteúdo referente à reconstrução previa uma maior participação angolana. Estes empréstimos pedidos pelo ministério das Finanças angolano são depositados directamente nas contas de quem vai prestar os serviços e o reembolso começa assim que o projecto é dado por terminado. Caso o projecto não avance, não é feito qualquer pagamento pelo empréstimo (Campos e Vines 2008, pp.8 e 9):

“As receitas do petróleo vendido sob a alçada desta disposição são depositadas numa conta fideicomisso donde a quantia exacta para liquidar a dívida é deduzida. O governo de Angola é livre de usar a diferença à sua própria discricção.” (Campos e Vines 2008, p.9)<sup>152</sup>

Como tal, muitos destes acordos estiveram longe de ser transparentes. Por exemplo, o Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN) angolano passou a gerir os empréstimos vindos do *China International Fund Ltd.* (CIF), instituição de Hong Kong que ofereceu \$2.9 mil milhões para ajudar na reconstrução angolana (Campos e Vines 2008, p.9). É preciso destacar que o líder do GRN foi o General Hélder Vieira Dias “Kopelipa”, Ministro da Presidência de Angola, existindo, como tal, uma ligação directa

---

<sup>152</sup> “Revenue from oil sold under this arrangement is deposited into an escrow account from which the exact amount toward servicing the debt is then deducted. The government of Angola is free to use the difference at its own discretion.” (Campos e Vines 2008, p.9).

a José Eduardo dos Santos. Este facto leva – nos a questionar os níveis de transparência que o GRN tem, fruto das suas ligações com o próprio Estado angolano, num alerta feito pela organização não – governamental *Global Witness* (Ampiah e Naidu eds. 2008, p.111).

O GRN geriu igualmente o dinheiro envolvido nos acordos complementares firmados com o presidente dos Santos, cujos números são desconhecidos (Harneit – Sievers, Marks e Naidu eds. 2010, p.166). Porém, o GRN foi o principal responsável por algumas das principais obras públicas a decorrerem no pós – guerra civil, como a construção do novo aeroporto internacional de Luanda, a reabilitação das auto – estradas Luanda – Lobito, Malanje – Saurimo e Saurimo – Dundo, para além da segunda fase da renovação da ferrovia de Luanda. Contudo, em 2007, muitos dos projectos do GRN pararam, sendo as responsabilidades repartidas entre o CIF (por dificuldades em conseguir fundos para as construções) e o GRN (a falta de planeamento da parte do GRN levou a que muitos projectos não arrancassem). A pressão para concluir os projectos a tempo, aliada à incapacidade infra – estrutural angolana para lidar com o aumento de materiais de construção importados, nomeadamente a nível portuário, e as próprias queixas de empresas de construção chinesas (relativamente ao pagamento em atraso dos vencimentos) persuadidas pelo CIF em participar em projectos em Angola, acabaram por levar a que o ministério das Finanças angolano captasse \$3.5 mil milhões através de obrigações do tesouro. Pela primeira vez, dinheiro angolano foi usado para concluir projectos iniciados por firmas chinesas (Campos e Vines 2008, p.10).

Os negócios envolvendo o CIF e o GRN estão envoltos numa enorme falta de transparência, algo que acabou por fazer aumentar a tensão nas relações sino – angolanas, mesmo no que diz respeito ao primeiro empréstimo de Março de 2004.

Aparentemente, os chineses ficaram preocupados com os riscos de *rent - seeking* da parte de alguns responsáveis angolanos, levando ao afastamento de conselheiros presidenciais. O GRN foi criado em Dezembro de 2004 na sequência da visita do ministro das Finanças angolano a Beijing, para gerir o empréstimo do CIF. A suspeição em torno do CIF surgiu em 2007: em Março, a companhia de construção *Hangxiao Steel Structure Company Ltd.* foi investigada pela Comissão Regulatória de Valores da China por suspeita de fixação fraudulenta de preços de mercadorias em acordos relacionados com Angola. A suspeição em torno da companhia aumentou quando em Fevereiro anunciou um acordo com o CIF de \$4.4 mil milhões para vender material de construção e serviços para projectos de alojamento em Angola. A *Hangxiao Steel Structure Company Ltd.* foi condenada a pagar uma coima de \$52 mil, apesar de ter acusado a CIF de não ter fornecido os detalhes dos contratos com o governo angolano. A gestão danosa dos fundos chineses veio ao de cima, quando o general Fernando Garcia Miala ameaçou revelar os nomes daqueles que desviaram o dinheiro das linhas de crédito chinesas para seu proveito pessoal. Tal acto foi visto como insurreição, levando Miala a ser expulso do exército e a ser sentenciado a quatro anos de prisão por insubordinação a 20 de Setembro de 2007 (Campos e Vines 2008, p.11). Neste exemplo fica claro como as relações entre o Estado angolano e a China não são de todo claras no que respeita aos empréstimos vindos da RPC e no modo como são geridos, tanto pelas entidades angolanas, como pelas empresas chinesas. Como agravante, qualquer tentativa de denunciar desvios de dinheiro destinado a estes projectos, acaba por conduzir à punição de quem denuncia e não de quem enriquece através das redes clientelistas em torno do presidente José Eduardo dos Santos<sup>153</sup>.

---

<sup>153</sup> O GRN foi dissolvido, por decreto do presidente Eduardo dos Santos, em Setembro de 2010 e as suas competências foram redistribuídas (Power e Alves eds. 2012, p.95).

No entanto, estes acontecimentos não parecem ter afectado as relações sino – angolanas: em 2007, 2009 e 2011, o *Eximbank* concedeu novas linhas de crédito de \$2.5 mil milhões, \$6 mil milhões (Alves 2010, p.13) e \$3 mil milhões, respectivamente, para a construção de infra – estruturas, com o petróleo angolano a servir de garantia (Alves 2013, p.12). Por outro lado, o comércio bilateral sino – angolano tem registado um crescimento progressivo ao longo dos últimos 10 anos. Em 2002, as trocas bilaterais apenas chegavam a \$ mil milhões. No final de 2005 chegou aos \$6.9 mil milhões, tendo atingido \$12 mil milhões em 2006, e em 2008, alcançou \$25.3 mil milhões (Alves 2010, p.8; Campos e Vines 2008, p.12). No ano de 2008, grande parte do comércio bilateral tinha por base as importações chinesas de petróleo, equivalendo a 72% das trocas bilaterais (\$18.6 mil milhões)<sup>154</sup> (Alves 2010, p.8), comprovando a importância que este recurso natural tem para a China (Alves 2010, pp.8 e 9). Entre Janeiro e Junho de 2011, Angola foi o segundo mais importante fornecedor de petróleo da China, ultrapassando o Irão e apenas ficando atrás dos sauditas (Power e Alves eds. 2012, p.85)<sup>155</sup>. As eleições de 2008, as primeiras de cariz multipartidário desde 1992 (Campos 2008, p.33), acabaram por reflectir uma mudança no governo de Luanda: a construção de infra – estruturas tornou – se menos urgente e o cumprimento de certas promessas eleitorais, como a diversificação económica para diluir a dependência das exportações petrolíferas e a melhoria dos serviços de saúde e de educação passaram a incorporar nos objectivos mais importantes para Angola<sup>156</sup>. A própria crise global forçou a entrada em vigor de medidas visando a maior eficiência das agências governamentais, para além do corte de

---

<sup>154</sup> Já em 2007, a RPC tornou – se no principal destino das exportações petrolíferas angolanas, absorvendo 26.3% do valor total das exportações e em 2008, esta quota aumentou para 29% (Alves 2010, p.8);

<sup>155</sup> Angola ultrapassou no primeiro trimestre de 2006 e de 2008 a Arábia Saudita enquanto principal fornecedor de petróleo à RPC, exportando 596 mil barris por dia, o que representa 14% das importações chinesas de petróleo em 2008 (Alves 2010, p.9). Já em 2010, 45% das exportações petrolíferas angolanas foram para a RPC, contra 23% para os EUA (Power e Alves eds. 2012, p.85);

<sup>156</sup> Já em 2013, foi anunciado que Angola necessita de 20 mil enfermeiros até 2020, para corresponder às necessidades das suas províncias (RDP África 2013).

custos. A queda do preço do petróleo em 2009 levou, por isso, Luanda a recuar nalguns dos planos infra – estruturais para esse ano, avaliados em \$42 mil milhões (Cheru e Obi eds. 2010, p.197)<sup>157</sup>. Ainda assim, a visita em Janeiro de 2011 pelo então vice – primeiro – ministro Xi Jinping a Luanda serviu para cimentar ainda mais as relações sino – angolanas, em particular, nos sectores dos transportes, mineiro e da construção, para além da extensão nas linhas de crédito. Tal como Xi destacou, os empréstimos chineses chegaram aos \$10 mil milhões (Power e Alves eds. 2012, p.86).

No que respeita ao IED, a China não tem um papel tão importante para Luanda como os empréstimos concessionais têm. Porém, a discrepância entre os Estados da África Sub – Sahariana<sup>158</sup> indica que Angola terá recebido \$9.1 milhões em IED (entre 2003 e 2008) (Claassen, Elsabé e Bezuidenhout 2012, p.11588). Na primeira metade de 2009, este valor aumentou 81% em relação ao mesmo período de 2008 (\$0.5 mil milhões) (Renard 2011, p.18). No caso concreto de Angola, o investimento chinês tem aumentado em sectores que não estão ligados ao petróleo, graças à estabilidade que o país hoje sente. A Agência Nacional de Investimento Privado (ANIP) promove activamente o investimento privado, tanto de angolanos como de estrangeiros, oferecendo incentivos fiscais nos sectores industrial e do desenvolvimento (Campos e Vines 2008, pp.13 e 14)<sup>159</sup>. Porém, o investimento chinês fora do sector petrolífero angolano apenas corresponde a 0,25% do IED total que Luanda recebe (Aarsæther 2011, p.37). Apesar deste facto, o IED destinado a áreas não – relacionadas com o

---

<sup>157</sup> Alguns dos empréstimos chineses não se inserem no sistema *Angola mode*, o que reflecte uma postura mais flexível no que respeita aos países produtores de petróleo africana. Por exemplo, o CDB concedeu um empréstimo de \$1.5 mil milhões em 2011, sem qualquer contrapartida petrolífera (Alves 2013, p.19);

<sup>158</sup> 50 a 80% do IED vai para Angola, Sudão, Chade, Guiné – Equatorial, Nigéria e África do Sul (Aarsæther 2011, p.12);

<sup>159</sup> Entre 2003 e 2007, o ANIP esteve envolvido no lançamento de 1124 projectos, avaliados em \$4 mil milhões, e de 2005 a 2007, o sector da construção foi o mais focado pelo investimento chinês (56.09% ou \$41,301 milhões) (Campos e Vines 2008, pp.14 e 15).

petróleo<sup>160</sup> ronda os \$70 milhões, de acordo com o ANIP (Power e Alves eds. 2012, p.148), revelando um crescimento significativo e que dá a entender que existe vontade, tanto da parte de Luanda, como da parte de Beijing, em distribuir o IED de um modo mais abrangente por diferentes áreas.

A questão do investimento em Angola pode ser inserida num quadro mais geral do interesse da China nos países lusófonos. Nesse sentido, foi criado o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre Países de Língua Portuguesa (Fórum de Macau) em 2003 com a presença das delegações da China, Portugal, Brasil, Timor – Leste, Angola, Moçambique, Guiné – Bissau e Cabo Verde. Visto São Tomé e Príncipe reconhecer Taiwan enquanto Estado soberano, apenas esteve na reunião enquanto observador. A 1 de Janeiro de 2004 entrou em vigor o Acordo de Estreitamento das Relações Económicas entre o Continente Chinês e Macau, para promover a eliminação progressiva de direitos aduaneiros entre ambos até 1 de Janeiro de 2006, estreitando a interacção económica Macau – China, permitir uma melhor circulação de empresas, bens e serviços da região administrativa para o continente (Vasconcelos 2009, p.267) e:

“(...)servir o propósito chinês de atrair capitais dos países de língua portuguesa e duplicar nos próximos cinco anos o volume do comércio entre estes países e a China.” (Vasconcelos 2009, p.268)

Ainda assim, o grande alvo deste Fórum são os países africanos de língua portuguesa, para além de Timor – Leste, que mesmo estando debilitados economicamente, possuem recursos naturais vastos que servem os propósitos de desenvolvimento chineses (Vasconcelos 2009, p.268). Assim, a RPC tem todo o interesse em reforçar as suas relações com a Comunidade dos Países de Língua

---

<sup>160</sup> A construção, a indústria leve, o retalho e os transportes receberam mais de metade do IED chinês entre 2003 e 2007 (Alves 2010, p.14).

Portuguesa (CPLP), usando Macau como plataforma para manter boas relações com estes Estados (Power e Alves eds.2012, p.146).

Também ao nível das exportações chinesas para Angola se tem vivido uma fase de crescimento. Estas duplicaram de 2007 para 2008 (de \$1.2 mil milhões para \$2.9 mil milhões), fazendo de Angola o segundo maior destinatário das exportações chinesas em apenas um ano. As importações angolanas vindas da China são, em grande parte, resultado da procura de Beijing por mais petróleo, dado que a maioria das importações são materiais e equipamentos de construção. Assim, o excedente comercial angolano com a China em 2008 era de \$19 mil milhões, ficando em quarto lugar na lista de países com a qual Beijing tem défice comercial (Alves 2010, p.9). De resto, 32% das exportações chinesas para África foram para Angola em 2009 (Aarsæther 2011, p.10)<sup>161</sup>. Em 2011, o comércio sino – angolano chegou aos \$27.67 mil milhões, registando um crescimento de 11,5%. As importações chinesas aumentaram 9,1% para os \$24.89 mil milhões, estando assentes no crude e nos diamantes. Em contrapartida, Angola importou peças de mecânica, produtos eléctricos e materiais de construção da RPC, sendo um aumento de 38,8% em relação a 2010 (Jiabao 2012).

Contudo, as relações sino – angolanas evidenciam outros problemas. Em primeiro lugar, transparece o facto de que as empresas chinesas envolvidas em negócios com Angola privilegiam as empresas de confiança locais, todas com ligações estreitas com o gabinete do presidente Eduardo dos Santos. Tal conjuntura, aliada à pouca vontade demonstrada por parte dos empregadores chineses em contratarem trabalhadores angolanos, faz com não exista um crescimento económico e uma melhoria do nível de vida *bottom – up*, ou seja, quem beneficia serão sempre os grandes

---

<sup>161</sup> Em 2010, o volume do comércio bilateral atingiu \$24.8 mil milhões, correspondendo a um crescimento de 45,3% em relação a 2009 (Power e Alves eds. 2012, pp.147 e 148).

interesses económicos. Na verdade, a situação é ainda mais grave quando as próprias empresas angolanas se sentem relutantes em ter nas suas fileiras angolanos, preferindo a mão – de – obra mais qualificada chinesa (Ampiah e Naidu eds. 2008, pp.117 e 118). Neste sentido, há um profundo efeito colateral associado à vinda de trabalhadores chineses para os projectos de construção em Angola: a emigração.

Os contratos com as empresas chinesas são negociados ao nível bilateral, fazendo parte de um pacote global de acordos com a China. Assim, a RPC fornece milhares de milhões de dólares em empréstimos concessionais para a construção de infra – estruturas, ao mesmo tempo que fica acordado que as companhias chinesas poderão empregar trabalhadores chineses e fornecerem – se de equipamento na China. Para Angola, as implicações económico – sociais são preocupantes. Por exemplo, a mão – de – obra nacional é substituída por mão – de – obra chinesa e há mais empresas chinesas envolvidas nos sectores mais rentáveis da economia, ou seja, construção civil, telecomunicações e energia. Consequência deste facto, cria – se um quase total monopólio de firmas chinesas em certos sectores, para além de uma dependência na importação de material e equipamento feito na China. Como agravante, os acordos bilaterais apenas prevêm a existência de 30% de empregadores angolanos, levando a que os trabalhadores chineses estejam em maioria nos grandes projectos angolanos, desde construção de escolas, redes de saneamento, centrais de energia eléctrica, comunicações e infra – estruturas urbanas. Os trabalhadores angolanos sentem que estão a competir contra indivíduos menos qualificados e até as empresas ocidentais contratam mão – de – obra local, optando apenas pelos expatriados chineses quando estes conseguem provar que o mercado não contém as especializações que as empresas

precisam. Em todo este processo, as empresas chinesas estão isentas de qualquer regulação (Power e Alves eds. 2012, pp.149 e 150)<sup>162</sup>.

Consequência do estabelecimento das empresas chinesas em Angola, o número de trabalhadores chineses tem vindo a aumentar progressivamente nos últimos anos. Até 2005, os portugueses representavam a principal força laboral estrangeira em Angola. Contudo, em 2006, os chineses ultrapassaram os portugueses no número de trabalhadores, totalizando cerca de 15 mil com vistos de trabalho. Em 2007, este valor aumentou para 22 mil (Campos e Vines 2008, p.22). Em 2011, 50 SOE e 400 empresas privadas chinesas encontravam – se a investir em Angola, empregando 60 a 70 mil trabalhadores chineses (Aarsæther 2011, p.37). Na sua maioria, são trabalhadores pouco qualificados e que regressam à China no final dos seus contratos, que têm uma duração de um a dois anos. Na verdade, os baixos salários que auferem e a falta de conhecimentos linguísticos e de contactos, impedem estes indivíduos de estabelecerem os seus negócios em Angola. Um empresário chinês independente estima que, para montar um negócio em solo angolano sejam precisos pelo menos \$400 mil (Campos e Vines 2008, p.23).

Contudo, é necessário realizar uma distinção entre as empresas que investem em Angola com ajuda dos créditos do *Eximbank* ou do CIF<sup>163</sup>, com aquelas que entram no território pelos seus próprios meios. Estes investidores privados devem registar o seu negócio na ANIP, que requer que 70% da mão – de – obra seja angolana. Como já se

---

<sup>162</sup> As actividades corporativas das empresas chinesas são igualmente menos transparentes e com menores compromissos sociais, estando os interesses comerciais acima de tudo, regra a que algumas empresas ocidentais não fogem. Ainda assim, estas sofrem mais pressão de instituições e organizações de sociedade civil dos seus próprios países, algo que não sucede no caso chinês (Power e Alves eds. 2012, p.150);

<sup>163</sup> As grandes SOE chinesas dependem do financiamento acordado pelo seu governo, optando por explorarem os seus contactos nas províncias chinesas do que explorar as capacidades e potencial locais. Assim, são empresas que não se integram no contexto local e necessitam de contactos governamentais para obterem o que necessitam, isolando – se de potenciais fornecedores e comunidades locais (Corkin 2012, p.6).

comprovou pela análise atrás feita, empresas ligadas aos projectos oficiais não estão sujeitas a esta regra e são directamente controladas pelo ministério das Finanças. Excepcionalmente, os projectos de reconstrução nacional como fornecimento de água ou construção de rodovias têm de ser concluídos depressa, para não condicionar a vida diária dos angolanos por muito tempo. No caso de outros projectos, como centrais energéticas e de telecomunicações, são necessários técnicos especializados que Angola ainda carece. Assim, enquanto as empresas que trabalham no âmbito das linhas de crédito oficiais estão isentas desta regra, ficando obrigadas a seguir – lá assim que passam para projectos privados. O número de trabalhadores chineses poderá aumentar ainda mais nos próximos anos, visto que os trabalhadores qualificados angolanos pedem salários acima das possibilidades das empresas chinesas (Aarsæther 2011, pp.59 e 60). Porém, é necessário ter algum cuidado na recolha de dados referentes aos imigrantes chineses em Angola: por exemplo, uma fonte angolana estimava que em 2006 estavam 30 mil trabalhadores chineses em Angola e que o número poderia atingir 80 a 300 mil em 2008<sup>164</sup> (para não falar dos rumores de que estariam 3 milhões de chineses em solo angolano) (Alden 2009, p.82).

Outro caso em que as relações sino – angolanas nem sempre foram marcadas pelo bom entendimento é o do sector petrolífero. A SONANGOL tem sido responsável pela criação de vários consórcios com empresas estrangeiras, entre as quais, a SINOPEC. O petróleo, já foi destacado, é a peça central das relações sino – angolanas, sendo que até 2009, Beijing já tinha emprestado entre \$13.4 e \$19.7 mil milhões, a serem pagos por crude. José Eduardo dos Santos venceu a importância desta relação ao visitar a RPC duas vezes em 2008. Em contrapartida, a SINOPEC obteve equidade na

---

<sup>164</sup> Em 2012, cerca de 259 mil chineses residiam em Angola (Visão 2012).

exploração de blocos petrolíferos através do consórcio *SONANGOL – SINOPEC International* (SSI) (Power e Alves eds. 2012, p.86).

A SSI foi criada após compra de metade do bloco 18, em Março de 2004, com o intuito de o explorar. No que respeita a este consórcio, 55% das acções pertencem à SINOPEC, com a *Beiya* (actualmente, *Dayuan*) *International Development Ltd* a deter 31,5%, e a *China Sonangol International Holding Ltd* (CSIH) 13,5% (Power e Alves eds. 2012, p.88):

“Este foi o primeiro acordo da SONANGOL a envolver um comprador chinês; correspondeu a um empréstimo de \$3 mil milhões a ser pago num período de sete anos através da entrega de crude angolano à UNIPEC<sup>165</sup> (a um ritmo de 40000 barris por dia nos primeiros três anos).” (Power e Alves eds. 2012, p.88)<sup>166</sup>

Em Março de 2005, durante a visita do vice – primeiro – ministro Zeng Peiyang a Angola, foram assinados nove acordos, na sua maioria relacionados com energia. A SONANGOL chegou a acordo com a UNIPEC para fornecer petróleo, o que significaria que a SINOPEC passaria a produzir 100 mil barris por dia. As duas partes chegaram a um memorando de entendimento para a exploração dos blocos 3/05 e 3/05A (em águas pouco profundas), ambos adquiridos à Total em 2004. Nesse mesmo ano, a SONANGOL aceitou a compra de 25% dos blocos em causa por parte da CSIH, parte que foi entregue à SSI em 2007. Em suma, a SINOPEC acabou por ficar com uma participação significativa nestes dois blocos, dado o seu estatuto de principal accionista da CSIH (Power e Alves eds. 2012, p.89) reforçando assim a sua posição neste mercado.

---

<sup>165</sup> *China International United Petroleum & Chemicals* (UNIPEC);

<sup>166</sup> “This was the first Sonangol deal to involve a Chinese off – taker; it amounted to a \$3 billion loan that was to be paid back over a seven – year period by the delivery of Angolan crude to Unipec (at a rate of 40,000 barrels per day for the first three years).” (Power e Alves eds. 2012, p.88).

Contudo, este tipo de investimentos deu azo a competição entre as empresas chinesas, levando a SONANGOL a intervir para salvaguardar os seus interesses. A 17 de Julho de 2009, naquela que ficou conhecida como a “saga da Maratona”, foi anunciado que a *Marathon International Petroleum Angola Block 32 Ltd* tinha chegado a acordo com a *China National Offshore Oil Corporation* (CNOOC) e a SINOPEC. As duas companhias ficariam com uma participação conjunta de 20% do bloco 32 (\$1,3 mil milhões), efectiva a partir de Janeiro de 2009, com a *Marathon Oil* a manter 10% dos direitos de exploração. Esperava – se que o acordo ficasse finalizado no final de 2009, mas a CNPC decidiu avançar com um proposta em separado. A SONANGOL, exercendo o seu direito de recusa ofereceu a quota à CSIH. Pela primeira vez, as companhias petrolíferas chinesas competiram entre si pelas concessões angolanas, sendo a vencedora deste processo nenhuma destas, mas sim a CSIH (Power e Alves eds. 2012, pp.90 e 91)<sup>167</sup>. Esta tomada de decisão revela que a elite angolana encontra – se numa posição de superioridade face às empresas petrolíferas chinesas, podendo decidir a quem se dirigem as concessões de exploração. Nestas circunstâncias, o governo de Luanda tem privilegiado a opção que mais o favorece, ou seja, usar a CSIH como via de comunicação do envolvimento chinês (Power e Alves eds. 2012, pp.101 e 102), explorando ao máximo a competição entre as empresas chinesas.

Outro problema adveio das negociações para a construção da refinaria do Lobito. As negociações para este projecto iniciaram – se a 16 de Março de 2006, ficando a SONANGOL como accionista maioritária (70%) e a SINOPEC com a restante percentagem (30%). A refinaria teria a capacidade de processar 200 mil barris por dia, e estaria pronta em 2010. O projecto estava avaliado em \$3,5 mil milhões, sendo que a SINOPEC financiaria toda a sua construção. Contudo, o negócio caiu por terra em

---

<sup>167</sup> Alegadamente, a proposta da SINOPEC e da CNOOC estaria abaixo do valor de mercado estimado pela Goldman Sachs, ou seja, entre \$1,4 e \$1,6 mil milhões (Power e Alves eds. 2012, p.114).

Fevereiro de 2007: a SINOPEC pretendia que a produção da refinaria fosse destinada à China, mas Luanda pretendia que fosse o Ocidente e o seu mercado doméstico. A exportação para os países ocidentais oferece maiores margens de lucro, dada a maior proximidade geográfica e aos preços mais elevados dos combustíveis nestes mercados. A própria localização da refinaria no Lobito traria muitos problemas do ponto de vista logístico e tecnológico, para além da rentabilidade do projecto no contexto do mercado da refinação internacional. Mesmo que a refinaria do Lobito não fosse uma prioridade para a SINOPEC, a verdade é que a empresa chinesa carecia da capacidade tecnológica para equipar um projecto tão avançado (Power e Alves eds. 2012, p.113 – 115).

Por outro lado, Angola procura não ficar dependente da China no que respeita ao financiamento externo. Desde o primeiro empréstimo vindo da RPC, países como a Espanha, Alemanha, Brasil, Canadá, Portugal, Israel e Índia estenderam créditos à exportação a Angola, tendo em vista o investimento em projectos públicos. Contudo, Luanda prefere oferecer garantias estatais em vez de petróleo como mecanismo de segurança para os empréstimos. Portugal, por exemplo, aceita garantias do Estado angolano para conceder os seus empréstimos. No passado, os seus créditos estavam ligados ao petróleo, algo que não sucede actualmente porque o governo angolano não o deseja. No caso de Israel e do Brasil, o mecanismo usado é muito semelhante ao empregue pela RPC, ou seja, com o petróleo a servir de segurança para o negócio. A linha de crédito israelita de \$750 milhões é, no entanto, gerida por uma empresa privada sediada em Israel (*LR Luminar Finance Limited*). Quanto ao crédito brasileiro, é gerido pelo Proex (\$580 milhões) e pelo Banco de Desenvolvimento do Brasil (\$750 milhões), ambos sob a alçada estatal. Trata – se de um empréstimo pago em petróleo angolano, e que é usado para financiar a construção de infra – estruturas de companhias brasileiras e israelitas (Aarsæther 2011, p.51). Já no ano de 2013, a China através do CDB, concedeu

um novo empréstimo à SONANGOL, no valor de \$1,32 mil milhões. Esta acção evidencia dois aspectos essenciais: primeiro, as relações sino – angolanas vão continuar a ser assentes no pragmatismo e na possibilidade de Angola continuar a ser um importante fornecedor de petróleo para a RPC; segundo, trata – se de uma clara resposta de Beijing às tentativas de Luanda diversificar os seus meios de financiamento internacional<sup>168</sup>. Este empréstimo foi contraído através da *Sonangol Finance Limited*, tendo um prazo de 10 anos para pagar, a uma taxa de juro indexada à LIBOR acrescida de 3,5% (Macauhub 2013).

Em suma, o desenvolvimento das relações sino – angolanas na última década foi notável, evidenciando um grande nível de entendimento entre os dois Estados. No fundo, a premissa para o primeiro empréstimo do *Eximbank* em 2004 é bastante simples: Angola necessitava de infra – estruturas após 27 anos de guerra civil e a RPC carecia de petróleo para manter o crescimento económico registado desde o final dos anos 70. O pragmatismo sino – angolano é, por isso, assinalável, mesmo perante problemas que afectam tanto a sociedade angolana (no que respeita à imigração chinesa), como o relacionamento entre as grandes empresas dos dois países. Sendo um facto que outros países estão a ser procurados por Luanda para receber financiamento, a RPC continua a ser uma fonte de dinheiro fundamental para o governo do MPLA, especialmente, após ter consolidado a sua posição no poder com as eleições de 31 de Agosto de 2012 (IPU Parline 2013).

Mas poderá o consenso de Beijing ser considerado um modelo de desenvolvimento para Angola? O próximo ponto procurará responder a esta questão,

---

<sup>168</sup> Angola recebeu, em Outubro de 2012, um empréstimo do banco russo VTB Capital, no valor de \$ mil milhões, com um período de pagamento de sete anos (Macauhub 2012a). Os bancos russos concordaram anteriormente em financiar o programa de satélites angolano, para além de que a empresa diamantífera Alrosa já opera em Angola (SAIIA 2009).

analisando a sua aplicabilidade nos países em desenvolvimento, como modo de saber se é ou não um modelo que possa ser introduzido em Angola.

### **5.3. O consenso de Beijing: um modelo para Angola?**

O consenso de Beijing é, sem dúvida, uma alternativa apelativa para qualquer regime autoritário que procure legitimar o seu poder através do crescimento económico. De facto, qualquer país gostaria de ter uma taxa de crescimento económico na casa das dezenas durante 30 anos. Neste aspecto, Angola não foge a esta afirmação, dado que poderia garantir a manutenção do MPLA no poder por mais uns anos. Porém, a adopção do consenso de Beijing fora da China e, em particular, em Angola, é muito mais complicada do que aparenta. Richard McGregor (2011) adverte:

“Mas olhe com atenção para o modelo chinês, e torna – se claro que não é facilmente replicável. A maioria dos países em desenvolvimento não têm a profundidade e tradição burocrática da China, nem têm a capacidade de mobilizar recursos e controlar pessoal da forma como a estrutura do partido da China consegue.” (McGregor 2011)<sup>169</sup>

Um bom exemplo deste complexo sistema burocrático é o organismo responsável pelos recursos humanos do PCC: o Departamento de Organização do Comité Central. O Departamento é um dos mais importantes órgãos do PCC, e controla os mais de 80 milhões de membros do partido (Tong 2011), assim como, a distribuição das suas tarefas através do sistema nacional. Existem três categorias principais pela qual os indivíduos se dividem: a primeira é o sistema da *nomenklatura*, herdado do Partido

---

<sup>169</sup> “But look closer at the China model, and it is clear that it is not so easily replicated. Most developing countries do not have China's bureaucratic depth and tradition, nor do they have the ability to mobilize resources and control personnel in the way that China's party structure allows.” (McGregor 2011).

Comunista Soviético, e que abrange posições ministeriais no governo central ou de governador e secretário do partido numa das 31 províncias ou quatro municípios centralmente administrados (Beijing, Tianjin, Shanghai, Chongqing). A um nível diferente existe o sistema *bianzhi*, uma repartição administrativa do Conselho de Estado. Este sistema corresponde à lista de indivíduos e suas respectivas funções no seio dos órgãos administrativos do governo, empresas estatais e organizações de serviços. Por outras palavras, enquanto a *nomenklatura* corresponde às altas chefias do Estado, o *bianzhi* abrange todos os que se encontram empregados nestas organizações. A última categoria de pessoal gerida pelo Departamento de Organização corresponde aos indivíduos que lideram os comités partidários ao nível nacional. Assim, através destes três sistemas de controlo de recursos humanos, o Departamento consegue gerir os seus quadros e, por via destes, os membros do PCC (Shambaugh 2008, p.141).

O Departamento de Organização serve, portanto, como filtro por onde todos os candidatos devem passar antes de assumirem os seus novos cargos, mantendo ficheiros actualizados sobre os altos – funcionários do sector público. Informações, como a sua fiabilidade política e o seu desempenho em empregos anteriores, são fundamentais para que o PCC mantenha o controlo sobre o país e o seu vasto sector público (McGregor 2010, p.64). Para simplificar este complexo sistema:

“(…), o centro supervisiona as nomeações nas províncias; os departamentos de organização provincial supervisionam as cidades, e por aí em diante, até ao patamar mais baixo do governo, ao nível municipal. Na prática, o secretário do partido a cada

nível detém um grande poder sobre as nomeações nas áreas que ele ou ela governam.”  
(McGregor 2010, p.64)<sup>170</sup>

Para além da complexidade do seu sistema burocrático, a própria ideia de que a China poderá estar a exportar este seu modelo de desenvolvimento é posta em causa pelos próprios líderes chineses. O que os líderes da RPC sentem é que poderão perder o controlo da situação, fazendo com que o Império do Meio descenda no caos. O próprio PCC depende, não só da sua capacidade de se reformar, mas também do crescimento económico, o que significa, procurar recursos naturais no estrangeiro. Na realidade, os líderes africanos pouco falam na adopção do consenso de Beijing, mas apreciam grandemente o fluxo de dinheiro que entra nos seus países, sem quaisquer condicionalismos sobre os direitos humanos ou sobre a governação (The Economist 2010). Como já foi possível observar pela presente dissertação, a política externa chinesa centra – se na não – interferência, na manutenção da soberania, na anti – hegemonia americana, no desenvolvimento da solidariedade mundial e no pragmatismo assente nos seus interesses. Contudo, são elementos que não correspondem a uma ideologia. A própria não – interferência nos assuntos internos dos Estados faz com que os decisores políticos chineses não imponham os seus ideais políticos e económicos (Givens 2011, p.12).

Do ponto de vista dos governantes chineses, o consenso de Beijing poderá inclusivamente trazer problemas para as suas pretensões de se desenvolver de um modo pacífico e de promover a não – interferência. Os seus receios partem do facto de

---

<sup>170</sup> “(...), the centre supervises appointments in the provinces; the provincial organization departments supervise the cities, and so on, right down to the lowest tier of government, at the township level. In practice, the party secretary at each level retains a huge amount of power over appointments in the area over which he or she rules.” (McGregor 2010, p.64).

saberem que os EUA poderão não aceitar a perspectiva de terem uma nova potência rival, assente numa ideologia em concreto (Wang e French 2013, p.98).

Mas a impossibilidade de replicar o consenso de Beijing parte, em grande medida, das críticas feitas ao autor deste conceito, Joshua Cooper Ramo. De facto, os autores chineses preferem a expressão “Modelo Chinês”, por ser representativa do desenvolvimento sentido na China. Para estes, a palavra consenso implica um modelo ideal que outros Estados reconhecem e podem promover (Chan, Lee e Chan 2008, pp. 12 e 13). A discordância face a Ramo fica – se, no entanto, pela terminologia, dado que Ramo encontra – se em sintonia com os teóricos chineses ao considerar o modelo chinês uma forma de implementar reformas graduais, ao mesmo tempo que salvaguarda a soberania e desafia as políticas do BM, FMI e dos governos ocidentais (Chan, Lee e Chan 2008, p.13). Para melhor compreender a adopção deste modelo no exterior, vale a pena recordar os cinco pontos elencados por Williamson (2012) e que sumarizam o consenso de Beijing: reformas incrementais; inovação e experimentação; crescimento virado para as exportações; capitalismo de Estado; e autoritarismo (Williamson 2012, pp. 6 e 7).

Williamson considera que apesar de as reformas incrementais poderem ter sucesso numa economia em funcionamento, uma terapia de choque poderá ser a chave do sucesso nos casos em que a economia de um Estado encontra – se totalmente devastada (Williamson 2012, p.7). Foi isso que as instituições de Bretton Woods pretenderam quando procuraram intervir em Angola com o fim da Guerra Civil. Eduardo dos Santos acabou por rejeitar esta ajuda por dois motivos já abordados: o receio de abrir o país ao ponto de colocar em risco a posição no poder do MPLA e a necessidade de reconstruir o país rapidamente. Ainda assim, é possível verificar que o compromisso angolano para com o consenso de Beijing não é total. Sendo um facto que

o dinheiro canalizado por instituições como o CDB, CIF ou *Eximbank* são fundamentais para manter o crescimento económico angolano<sup>171</sup>, não são de todo a solução para todos os problemas financeiros do país, como a queda dos preços do petróleo de 2009 o demonstra.

A 23 de Novembro de 2009, o FMI interveio em Angola, através de um empréstimo de \$1,4 mil milhões, tendo em vista reformas políticas para restaurar o equilíbrio macroeconómico, incluindo ao mesmo tempo, um programa de reestruturação da qual os sectores não – petrolíferos dependiam para crescer (Leigh, Xiao e Klein 2009). O governo angolano cumpriu os principais objectivos deste programa entre 2009 e 2012: melhorou a sua posição fiscal, as suas reservas internacionais ficaram mais folgadas, a taxa de câmbio estabilizou e a inflação diminuiu (IMF 2012, p. 4)<sup>172</sup>. Em Março de 2012, o FMI disponibilizou a última tranche do empréstimo, no valor de \$132,9 milhões. Na ocasião, as autoridades angolanas foram felicitadas por terem cumprido com o acordo e de terem atingido a estabilidade macroeconómica. Também foram enaltecidos os passos dados em prol da prestação de contas relativamente aos gastos públicos e à previsibilidade das receitas petrolíferas. Com a ajuda do FMI, Luanda começou a desenvolver um quadro fiscal para melhorar a gestão dos lucros petrolíferos e aumentar o investimento público. Por último, é importante destacar que as próprias autoridades angolanas reconheceram a necessidade de prosseguir com as reformas, melhorar a governança e transparência, e promover um ambiente de negócios condizente com uma economia diversificada (IMF Press Releases 2012). A 29 de Janeiro de 2013, o governo de Luanda recebeu a confirmação de que o FMI se encontra satisfeito com o crescimento económico angolano, com a inflação a chegar aos 9,65%

---

<sup>171</sup> Estima – se que a economia angolana tenha crescido 6,8% em 2012 (CIA 2013a);

<sup>172</sup> Apesar de ter ocorrido um atraso verificado na transferência dos lucros da SONANGOL para o orçamento, podendo estar relacionado com a verificação das operações para – orçamentais (IMF 2012, pp.5 e 6).

em Setembro de 2012 (Macauhub 2012b), o aumento das reservas internacionais e com a estabilização do kwanza (AllAfrica.com 2013).

A intervenção do FMI em Angola reforça duas ideias essenciais: a primeira, é que Luanda não tem intensão de ficar refém da China no que respeita à entrada de empréstimos monetários que possam contribuir para a reforma e reabilitação do Estado; em segundo lugar, a auxílio prestado pelo FMI expõe algumas das debilidades do consenso de Beijing, nomeadamente, no que respeita ao controlo dos custos que advêm da segunda premissa do consenso: inovação e experimentação. Como ficou demonstrado no ponto 1.6, não serve de nada experimentar e errar até atingir o resultado pretendido se todo o processo se tornar excessivamente dispendioso. Tal aspecto torna – se ainda mais premente se estivermos perante uma sociedade que não se pode dar ao luxo de desperdiçar recursos em alternativas nunca antes experimentadas. Por isso:

“Continua a ser sensato argumentar que os países em desenvolvimento devem – se concentrar primeiramente em explorar as invenções já existentes – isto é, imitando – as – em vez de aumentar o número de invenções.” (Williamson 2012, p.8)<sup>173</sup>

Assim, numa altura em que Angola procura diversificar a sua economia para que não dependa tanto do petróleo, não há grande espaço de manobra para que se conduzam experiências e que podem não trazer os benefícios imediatos que o governo do MPLA pretende para que consolide a sua posição no poder.

Para além das questões relacionadas com os custos da inovação, a ideia de que o consenso de Beijing depende do capitalismo de Estado é incorrecta, como a análise feita

---

<sup>173</sup> “It remains sensible to argue that developing countries should concentrate primarily on exploiting the inventions that haave already been made – that is, on imitation – rather than on adding to the stock of inventions.” (Williamson 2012, p.8).

por Yasheng Huang (2011) o comprova<sup>174</sup>. Huang demonstrou a importância do investimento privado no lançamento da economia chinesa, explorando o caso particular das TVE. A própria experimentação conduzida na China conduziu à liberalização financeira e ao investimento privado, algo que vai contra a concepção de controlo centralizado do Estado (Huang 2011, p.24). Se a aplicação do teorema que indica que o consenso de Beijing implica uma forte participação estatal e a inexistência de investimento privado não se verificou na própria RPC, o mesmo se aplica ao caso angolano. Se é um facto que o Estado continua a ter um grande peso no desenvolvimento económico de Angola, em especial, através do sector petrolífero e da SONANGOL, o investimento privado tem vindo a ser progressivamente fomentado pela ANIP nos últimos anos. Por exemplo, entre 1 de Julho e 16 de Agosto de 2012, a ANIP assinou 16 contratos de investimento no valor total de \$345 milhões, envolvendo diferentes parceiros (China, Portugal, Espanha e Itália foram os principais) e abrangendo as áreas da construção civil, hotelaria e turismo e prestação de serviços, indústria e comércio (Macauhub 2012c). Para além de que a ANIP promove cada vez mais o investimento privado em Angola, este também serve para ajudar na diversificação económica pretendida.

Um outro problema que impede a aplicação do modelo chinês, neste caso em Angola, prende – se com a localização, ou por outras palavras, o país a que nos referimos. O consenso de Beijing, como já foi destacado, ganhou popularidade num período em que Washington não era visto com bons olhos por uma boa parte do mundo. Contudo, tal não significa que seja imediatamente um substituto do consenso de Washington enquanto modelo de desenvolvimento. Numa perspectiva global, é

---

<sup>174</sup> Presente no ponto 1.6 desta dissertação.

necessário adaptar as políticas de desenvolvimento às necessidades de cada Estado. Nas palavras de Arif Dirlik (2006):

“Neste sentido, eu penso que é importante distinguir o consenso de Beijing, que aponta para uma organização global alternativa e o modelo chinês que responde às necessidades específicas da sociedade chinesa.” (Dirlik 2006, p.7)<sup>175</sup>

O termo usado pelo PCC para caracterizar o seu sistema (“economia socialista de mercado com características chinesas”) acaba por enraizar o modelo chinês no território do Império do Meio, não sendo possível copiá-lo noutra parte do globo. A expressão indica igualmente que se trata de um sistema que não resultaria em mais parte nenhuma a não ser na China, ou que pelo menos cada Estado terá que conceber o seu próprio modelo semelhante ao chinês (Givens 2011, p.13).

Mesmo que a RPC não exporte as suas concepções de poder e de como gerir uma economia, não deixa de ser importante reforçar que o seu êxito económico é apelativo para qualquer país. Porém, o grande milagre económico chinês não é um exemplo pioneiro de um Estado autocrático que usou o modelo capitalista para impulsionar a sua economia: Singapura, Coreia do Sul e Taiwan<sup>176</sup> são bons exemplos de como manter o autoritarismo e ter crescimento conduzido pelo Estado. A liderança chinesa, segundo Givens (2011), preferia até que a situação actual se mantivesse, ou seja, continuar a obter recursos naturais e respeito internacionalmente. Caso os países africanos seguissem o modelo chinês, mais cedo ou mais tarde, tornar-se-iam competidores no sector manufactureiro e deixariam de se preocupar em extrair recursos para os exportar para a China (Givens 2011, p.13):

---

<sup>175</sup> “In this sense, I think it is important to draw a distinction between a Beijing Consensus, which points to an alternative global organization, and a Chinese model that answers to the particular needs of Chinese society.” (Dirlik 2006, p.7);

<sup>176</sup> Actualmente, a Coreia do Sul e Taiwan são democracias.

“Beijing pode desafiar as normas internacionais enquanto alternativa não – ideológica ao apoio do mundo desenvolvido, e, até certo ponto, como modelo, mas não oferece uma alternativa a estas normas.” (Givens 2011, pp.13 e 14)<sup>177</sup>

Nesta perspectiva, nunca é demais lembrar que, apesar das virtudes do Consenso de Beijing, este pode não ser sustentável a longo prazo porque o controlo estatal sobre vários sectores económicos e o autoritarismo vão contra a vontade da própria população. De facto, Magali Rheault e Bob Tortora (2012) revelam – nos que em 2011, a taxa de aprovação de José Eduardo dos Santos, de acordo com a sua performance governativa, foi de apenas 16%, ficando em último lugar numa lista de 34 líderes da África Sub – Sahariana (Rheault e Tortora 2012). Como agravante, o modelo chinês foi responsável pela criação de um fosso económico entre as classes pobres e ricas, evidente pelos valores do índice de Gini apresentados anteriormente. Por outras palavras, longe de tornar a sociedade mais igualitária do ponto de vista sócio – económico, o consenso de Beijing é responsável por uma grande disparidade entre os chineses.

Por outro lado, a subida ao poder da quinta geração da liderança chinesa levanta novas questões sobre qual o caminho que a China percorrerá. Efectivamente, Xi Jinping e Li Keqiang terão que melhorar a imagem da China no mundo, como os protestos em favor da independência do Tibete ou contra a realização dos Jogos Olímpicos em Beijing o revelam. Também o ultranacionalismo chinês terá que ser gerido por esta geração que sentiu o terror da Revolução Cultural. Xi e Li terão pela frente o desafio de conduzir a RPC numa transição mais institucionalizada da partilha de poder (Li 2008, pp. 92 e 93), algo que deverá ser acompanhado por uma reformulação do seu

---

<sup>177</sup> “Beijing may challenge international norms as a non – ideological alternative to developed world support, and, to a limited extent, as a model, but it does not offer an alternative to those norms.” (Givens 2011, pp.13 e 14).

desenvolvimento económico, em moldes semelhantes aos pacotes liberais político – económicos dos anos 80 e conseqüente afastamento do modelo estatista actual (Huang 2011, p.26). Por outras palavras, o consenso de Beijing vai acabar por ser reformulado, algo que dificulta a sua exportação.

Em suma, a aplicação deste modelo de desenvolvimento aparenta ser difícil, para não dizer impossível, não só em Angola, como no resto do mundo em desenvolvimento. O próprio governo de Luanda parece não querer ficar refém da vontade chinesa de explorar os seus recursos, ao procurar investidores em diferentes partes do mundo, promovendo o investimento privado e, inclusivamente, a recorrer aos meios do FMI para melhorar os seus mecanismos fiscais. Por outro lado, a opacidade do sector petrolífero alimenta a elite angolana e as suas redes clientelistas, devido ao papel de instituições e empresas como a SONANGOL ou o GRN. De certa forma, o estado actual das relações sino – angolanas ainda é importante para os interesses pessoais da classe governante em Luanda, enquanto as transacções envolvendo o petróleo forem o alicerce desta cooperação. As próprias ineficiências e incoerências do consenso de Beijing poderão levar a que o regime do MPLA pondere se esse é o caminho que quer percorrer num futuro próximo, num momento em que a nova liderança chinesa dá início a um novo ciclo no Império do Meio.

## Conclusão

A presente dissertação demonstrou que o consenso de Beijing é, de facto, um dos elementos mais apelativos para os países em desenvolvimento que a China tem para oferecer. O seu crescimento económico elevado e a manutenção de um controlo estatal apertado num Estado autoritário são os elementos mais apreciados pelos ditadores africanos, que procuram novas formas de fazer crescer a sua riqueza pessoal e de manter a população do seu país em cheque. A assistência financeira chinesa facilita esse mesmo processo, ao mesmo tempo que alimenta as suas próprias necessidades energéticas. Porém, a presença chinesa em África encontra – se hoje reforçada muito por culpa da desconfiança em torno das instituições financeiras ocidentais (BM e FMI), fazendo com que o optimismo com que o consenso de Washington era encarado no final dos anos 80 e no início dos anos 90 fosse gradualmente recuando. Proporcionalmente, as reformas democráticas africanas verificadas logo após o fim da Guerra Fria foram, progressivamente, revertidas, verificando – se um recuo das democracias em África. Contudo, a China não pode ser totalmente responsabilizada por este fenómeno. Se é um facto que pouco faz pela promoção dos direitos humanos ou do ideais democráticos, também é verdade que o consenso de Washington falhou enquanto modelo em grande parte do continente africano.

Esse falhanço é explicável por variadas razões: em primeiro lugar, o criador da expressão em si, John Williamson, desenvolveu este consenso com o intuito de responder à crise financeira na América Latina dos anos 80, e não como modelo a ser aplicado em qualquer parte do mundo; em segundo lugar, o FMI e o BM mantiveram uma certa intransigência ao considerarem que as mesmas políticas e reformas que foram aplicadas com sucesso numa parte do mundo, dariam semelhante resultado em África; finalmente, os líderes africanos encontraram na China um aliado disposto a investir nos

seus países sem condicionalismos e capaz de responder às suas necessidades mais imediatas.

Este estudo também demonstrou que a intervenção chinesa em África não é algo de novo e que existe há cerca de 50 anos. O que é importante realçar, é que esta assistência tem vindo a sofrer mutações sucessivas ao longo dos anos. Se entre 1949 e 1978, a RPC interveio em África com pressupostos ideológicos, assentes na conjuntura da Guerra Fria e enquanto representante do Terceiro Mundo, desde a chegada ao poder de Deng Xiaoping até hoje, toda a política externa chinesa para África tem um claro cariz pragmático e que consiste em assegurar os seus objectivos estratégicos, ou seja, assegurar matérias – primas para manter o ritmo do seu crescimento económico. Trata – se de uma necessidade cada vez maior e que apenas se agravou quando se tornou num importador líquido de petróleo em 1993. Além disso, a viragem para o pragmatismo da política externa chinesa acaba por marcar um afastamento ideológico importante. Durante a Revolução Cultural, as relações com os países africanos ficaram praticamente congeladas, dado o caos provocado pelos Guardas Vermelhos. Deng Xiaoping chegou ao poder e, aproveitando o caminho iniciado por Zhou En – Lai<sup>178</sup>, lançou as reformas necessárias para dinamizar a economia chinesa num percurso de grande crescimento. Consequência dessa liberalização económica, a RPC tornou – se mais consciente da importância africana para o seu progresso. Por outro lado, os investimentos japoneses realizados neste período de liberalização e que assentavam em acordos petrolíferos relacionados com os campos de Daqing, foram lições importantes para a RPC de como investir em África. Esse é o modelo que a China não dispensa em países ricos em recursos energéticos, como Angola, Sudão e RDC. As relações com África encontravam

---

<sup>178</sup> Os “Cinco Princípios da Coexistência Pacífica” são de especial importância ainda hoje, dada a manutenção da política de não – intervenção nos assuntos internos do Estado.

– se num ponto tão avançado no fim dos anos 80, que muitos foram os líderes africanos que congratularam a China pela resposta ao massacre da praça de Tiananmen.

Este estudo também demonstrou que as relações sino – africanas encontram – se num momento muito positivo ainda hoje. Para além dos acordos bilaterais, o uso de mecanismos multilaterais como o FOCAC ou o Fórum de Macau fomentam a melhoria dos contactos e o próprio investimento, que permitem uma maior interdependência entre os Estados em causa. De facto, este entendimento acaba por se estender às mais altas instâncias internacionais, como a Assembleia – geral da ONU e o CDH, onde o bloco africano apoia frequentemente as posições chinesas. Ainda assim, a RPC revelou uma maior flexibilidade nas suas tomadas de posição nos últimos anos, como revelam os casos do presidente costa – marfinense Gbagbo e a intervenção militar na Líbia. Por outro lado, as posições americanas e europeias são menos apoiadas, um dado preocupante para a defesa dos direitos humanos.

Contudo, a China tem sido acusada de destruir indústrias locais e aumentar o desemprego em África. De facto, muitos dos projectos chineses trazem consigo grande número de trabalhadores que ocupam postos de trabalho que poderiam ter sido entregues a habitantes locais. Além disso, as empresas africanas também reconhecem que sai mais barato recrutar um chinês do que um africano. No entanto, a ineficiência do funcionamento de alguns Estados no campo energético, como a Nigéria, dificulta o desenvolvimento das indústrias locais. Como agravante, o fim do AGOA e a incapacidade dos governos africanos em se adaptarem à nova realidade em que perderam a vantagem comparativa na exportação de têxteis, apenas enfraqueceu a posição africana neste sector. A China, como tal, não deve ser responsabilizada por este facto, visto apenas ter explorado uma oportunidade que lhe foi concedida.

Do ponto de vista dos direitos humanos, apesar de Beijing não favorecer um Estado autocrático em detrimento de um Estado democrático nas suas relações, o facto é que a sua não – intervenção não promove nem os direitos humanos, nem a democracia nas piores ditaduras africanas. Nos casos em que intervém, como comprova o exemplo do Darfur, os seus interesses falaram mais alto (neste caso, os Jogos Olímpicos) e não uma vontade genuína em proteger a população sudanesa de crimes contra a humanidade. Fica claro que o pragmatismo encontra – se acima de qualquer outro valor defendido pelo Estado chinês quando pratica a sua política externa em África.

Finalmente, o *case study* de Angola demonstra o modo como se processa o *Angola mode*, ou seja, a construção de infra – estruturas em troca de petróleo. Através do *Eximbank*, do CDB ou do CIF, a RPC canaliza os fundos que Luanda necessita para reconstruir o país após décadas de conflito. Por seu turno, o MPLA tem sabido manter – se no poder ao longo dos anos, através de um misto de controlo central do Estado, uso de redes clientelistas e de sistemas neopatrimoniais em torno do presidente Eduardo dos Santos, em que os lucros do petróleo são fundamentais, e da vitória militar sobre a UNITA em 2002. Porém, Angola começa a demonstrar sinais de querer diversificar, não só a sua economia, como também os seus investidores. O objectivo é não ficar dependente nem da China, nem do petróleo, o que não invalida que Luanda não continue a ver em Beijing um parceiro crucial ao seu desenvolvimento, como o empréstimo do CDB à SONANGOL deste ano o demonstra. Porém, receber dinheiro em condições de empréstimo que praticamente nenhum país oferece, não significa que leve à aplicação do consenso de Beijing em Angola. Não obstante a importância que a entrada de dinheiro tem para as economias africanas e dos elogios dos seus líderes em torno do modelo de desenvolvimento chinês, o Consenso de Beijing tal como se encontra concebido, não consegue ser exportado por três motivos essenciais: primeiro,

“a economia de mercado socialista com características chinesas” foi criada para a realidade chinesa e mais nenhuma; segundo, os líderes não estão interessados que esta política seja emulada por outro Estado ou que seja vista como um substituto do consenso de Washington, algo que poderia colocar os EUA em sobressalto; e terceiro, as ineficiências do próprio Consenso de Beijing, associadas à vontade de Luanda recorrer ao FMI quando necessário (como se verificou em 2009), faz acreditar que Luanda poderá não querer adoptar este modelo, ou pelo menos, na sua totalidade. Com a chegada de Xi Jinping e Li Keqiang ao poder, é previsível que o pragmatismo se mantenha, e que Luanda continue a ver na China um parceiro fundamental.

## **Bibliografia**

Aarsæther, Aslaug. 2011. *Chinese colonialism or south-south cooperation?: the case of Chinese resources for infrastructure contracts in Angola*. Bergen: Department of Comperative Politics, Universidade de Bergen.

Alden, Chris. 2009. *China in Africa*. Londres: Zed Books.

----- Ana Cristina Alves. 2009. *China and Africa's natural resources the challenges and implications for development and governance*. Joanesburgo: South African Institute of International Affairs.  
[http://www.saiia.org.za/images/stories/pubs/occasional\\_papers/saia\\_sop\\_41\\_alden\\_alves\\_20090917.pdf](http://www.saiia.org.za/images/stories/pubs/occasional_papers/saia_sop_41_alden_alves_20090917.pdf) .

Alessi, Christopher, e Stephanie Hanson. 2012. *Expanding China-Africa Oil Ties*. Nova Iorque: Council on Foreign Relations. <http://www.cfr.org/china/expanding-china-africa-oil-ties/p9557#p3>.

Alves, Ana Cristina. 2010. *The oil factor in Sino-Angolan relations at the start of the 21st century*. Joanesburgo: South African Institute of International Affairs.  
[http://www.saiia.org.za/images/stories/pubs/occasional\\_papers/saia\\_sop\\_55\\_alves\\_20100225.pdf](http://www.saiia.org.za/images/stories/pubs/occasional_papers/saia_sop_55_alves_20100225.pdf).

-----, 2013. *China's economic statecraft and African mineral resources: changing modes of engagement*. Joanesburgo: South African Institute of International Affairs.  
[http://www.saiia.org.za/images/stories/pubs/occasional\\_papers\\_above\\_100/saia\\_sop\\_131\\_alves\\_20130201.pdf](http://www.saiia.org.za/images/stories/pubs/occasional_papers_above_100/saia_sop_131_alves_20130201.pdf).

Ampiah, Kweku, e Sanusha Naidu (eds.). 2008. *Crouching tiger, hidden dragon?: Africa and China*. Scottsville, África do Sul: University of KwaZulu-Natal Press.

Amundsen, Inge, e Cesaltina Abreu. 2006. *Civil society in Angola: inroads, space and accountability*. Bergen: Chr. Michelsen Institute

Anshan, L. 2007. "China and Africa: Policy and challenges". *China Security*, 3(3), 69 – 93.

Birmingham, David. 2002. "Angola" in *A History of Postcolonial Lusophone Africa*. Patrick Chabal (ed.). Londres: Hurst & Co., 137 – 184.

Bratton, Michael e Nicolas Van de Walle. 1992. "Popular protest and political reform in Africa". *Comparative Politics*. 244: 419 – 442.

-----, 1994. "Neopatrimonial Regimes and Political Transitions in Africa". *World Politics*. 46 (4): 453 – 489.

Brautigam, Deborah. 2009. *The dragon's gift: the real story of China in Africa*. Oxford, Inglaterra: Oxford University Press.

-----, 2011. "Chinese Development Aid in Africa: What, where, why and how much?". in *Rising China: Global Challenges and Opportunities*. Jane Golley e Ligang Song (eds.). Camberra: ANU E Press. 203 – 222. <http://epress.anu.edu.au/wp-content/uploads/2011/08/whole3.pdf>.

Cammack, Diana. 2007. "The Logic of African Neopatrimonialism: What Role for Donors?" *Development Policy Review*. 25 (5): 599 – 614.

Campos, Indira. 2008. "Angola Elections: Back to Ballots". *The World Today*. 64 (8): 33 – 34.

----- Alex Vines. 2008. "Angola and China, a Pragmatic Partnership". Working Paper Presented at a CSIS Conference, "Prospects for Improving U.S.-China-Africa Cooperation". Londres: Chatham House.

Chabal, Patrick. 2002. "Lusophone Africa in Historical and Comparative perspective" in *A History of Postcolonial Lusophone Africa*. Patrick Chabal (ed.). Londres: Hurst & Co., 3 – 134.

----- Nuno Vidal (eds.). 2007. *Angola, The Weight of History*. Londres: Hurst & Co.

Chan, Lai-Ha, Pak K. Lee e Gerald Chan. 2008. "Rethinking global governance: A China model in the making?". *Contemporary Politics*. 14 (1): 3 – 19.

Chazan, Naomi. 1992. "Africa's Democratic Challenge". *World Policy Journal*. 9 (2): 279 – 307.

Cheru, Fantu, and C. I. Obi (eds.). 2010. *The rise of China and India in Africa: challenges, opportunities and critical interventions*. London: Zed Books.

Choukroune, Leila. 2012. "Global "Harmonious Society" and the Law: China's Legal Vision in Perspective". *German Law Journal*. 13 (05): 497-510.  
<http://www.germanlawjournal.com/index.php?pageID=11&artID=1429>.

Claassen, Carike, Loots Elsabé e Henri Bezuidenhout. 2012. "Chinese foreign direct investment in Africa: Making sense of a new economic reality". *African Journal of Business Management*. 6 (47): 11583 – 11597.  
<http://www.academicjournals.org/ajbm/PDF/pdf2012/28Nov/Claassen%20et%20al.pdf>.

Corkin, Lucy. 2011. *Chinese Construction Companies in Angola: A Local Linkages Perspective*. Making the Most of the Commodities Programme, The Open University (Milton Keynes, Reino Unido) e Universidade da Cidade do Cabo (África do Sul).

[http://commodities.open.ac.uk/8025750500453F86/%28httpAssets%29/9407B19720D08F308025787E0039E3FC/\\$file/Chinese%20Construction%20Companies%20in%20Angola.pdf](http://commodities.open.ac.uk/8025750500453F86/%28httpAssets%29/9407B19720D08F308025787E0039E3FC/$file/Chinese%20Construction%20Companies%20in%20Angola.pdf).

-----, 2012. *Chinese Construction Companies in Angola: A Social Responsibility Perspective*. Cidade do Cabo: Heinrich Böll Foundation.

[http://www.za.boell.org/downloads/HBF\\_Research\\_Report\\_China\\_and\\_Angola.pdf](http://www.za.boell.org/downloads/HBF_Research_Report_China_and_Angola.pdf).

Davies, Martyn, Hannah Edinger, Nastasya Tay e Sanusha Naidu. 2008. *How China delivers development assistance to Africa*. Centre For Chinese Studies, Universidade de Stellenbosch, África do Sul.

[http://www.ccs.org.za/downloads/DFID\\_FA\\_Final.pdf](http://www.ccs.org.za/downloads/DFID_FA_Final.pdf).

de Haan, Arjan. 2010. *The Financial Crisis and China's "Harmonious Society"*. GIGA German Institute of Global and Area Studies, Alemanha; National Institute of Chinese Studies (NICS) of the White Rose East Asia Centre (WREAC), Reino Unido.

<http://hup.sub.uni-hamburg.de/giga/jcca/article/view/255>.

Dikötter, Frank. 2010. *Mao's great famine: the history of China's most devastating catastrophe, 1958-62*. Londres: Bloomsbury.

Dirlik, Arif. 2006. *Beijing Consensus: Beijing" Gongshi." Who Recognizes Whom and to What End?*. Globalization and Autonomy Online Compendium Position Paper. [http://www.ids-uva.nl/wordpress/wp-content/uploads/2011/07/9\\_Dirlik1.pdf](http://www.ids-uva.nl/wordpress/wp-content/uploads/2011/07/9_Dirlik1.pdf).

Downs, Erica. 2011. *Inside China, Inc.: China's development bank's cross-border energy deals*. Washington, DC: John L. Thornton China Center at Brookings. [http://www.brookings.edu/~media/research/files/papers/2011/3/21%20china%20energy%20downs/0321\\_china\\_energy\\_downs](http://www.brookings.edu/~media/research/files/papers/2011/3/21%20china%20energy%20downs/0321_china_energy_downs).

Dumbaugh, Kerry. 2007. *China's 17<sup>th</sup> Party Congress: Leadership and Policy Implications*. Washington D.C.: Congressional Research Service. <http://www.fas.org/sgp/crs/row/RS22767.pdf>.

Economy, Elizabeth C. 2004. "Economic Boom, Environmental Bust". *Council on Foreign Relations*. Nova Iorque: Council on foreign Relations. <http://www.cfr.org/china/economic-boom-environmental-bust/p7548#>.

-----, 2007. "The great leap backward?: The cost of China's environmental crisis". *Foreign Affairs*. 86 (05): 38 – 59;

Erdmann, Gero, e Ulf Engel. 2006. *Neopatrimonialism revisited: beyond a catch-all concept; GIGA Research Program Legitimacy and Efficiency of Political Systems*. Hamburgo: GIGA.

Geis, II, John P., e Blaine Holt. 2009. *"Harmonious Society" -- Rise of the New China*. Ft. Belvoir: Defense Technical Information Center. <http://handle.dtic.mil/100.2/ADA511202>.

Givens, John Wagner. 2011. "The Beijing Consensus is Neither: China as a Non – Ideological Challenge to International Norms". *St. Antony's International Review*. 6 (2): 10 – 26.

Gore, Charles. 2000. "The rise and fall of the Washington consensus as a paradigm for developing countries". *World Development: the Multi-Disciplinary*

*International Journal Devoted to the Study and Promotion of World Development*. 28 (5): 789 – 804.

Gowan, Richard, e Franziska Brantner. 2008. *A global force for human rights?: an audit of European power at the UN*. Londres: European Council on Foreign Relations.

[http://ecfr.eu/page/-/ECFR-](http://ecfr.eu/page/-/ECFR-08_A_GLOBAL_FORCE_FOR_HUMAN_RIGHTS-)

[AN\\_AUDIT\\_OF\\_EUROPEAN\\_POWER\\_AT\\_THE\\_UN.pdf](http://ecfr.eu/page/-/ECFR-08_A_GLOBAL_FORCE_FOR_HUMAN_RIGHTS-AN_AUDIT_OF_EUROPEAN_POWER_AT_THE_UN.pdf).

-----, 2009. *The EU and human rights at the UN 2009 review*. Londres: European Council on Foreign Relations (ECFR). [http://ecfr.eu/page/-/ECFR15\\_The\\_EU\\_and\\_Human\\_Rights\\_at\\_the\\_UN\\_-\\_2009\\_Review.pdf](http://ecfr.eu/page/-/ECFR15_The_EU_and_Human_Rights_at_the_UN_-_2009_Review.pdf).

-----, 2010. *The EU and human rights at the UN 2010 review*. Londres: European Council on Foreign Relations (ECFR). <http://ecfr.eu/page/-/the-eu-and-human-rights-at-the-UN-2010-review.pdf>.

-----, 2011. *The EU and human rights at the UN 2011 review*. Londres: European Council on Foreign Relations (ECFR). [http://www.ecfr.eu/page/-/ECFR39\\_UN\\_UPDATE\\_2011\\_MEMO\\_AW.pdf](http://www.ecfr.eu/page/-/ECFR39_UN_UPDATE_2011_MEMO_AW.pdf).

Halper, Stefan. 2010. *The Beijing consensus: how China's authoritarian model will dominate the twenty-first century*. Nova Iorque: Basic Books.

Harneit – Sievers, Axel, Stephen Marks, e Sanusha Naidu (eds.). 2010. *Chinese and African perspectives on China in Africa*. Cidade do Cabo: Pambazuka Press.

Hayutin, Adele. 2008. *China's Demographic Shifts: The Shape of Things to Come*. Stanford: Stanford Center on Longevity. [http://longevity3.stanford.edu/wp-content/uploads/2012/10/Chinas-Demographic-Shifts\\_Hayutin-r-10-2008.pdf](http://longevity3.stanford.edu/wp-content/uploads/2012/10/Chinas-Demographic-Shifts_Hayutin-r-10-2008.pdf).

Hodges, Tony. 2003. *Angola: Do Afro – Estalinismo ao Capitalismo Selvagem*. São João do Estoril: Principia.

Huang, Yasheng. 2011. *Rethinking the Beijing Consensus*. Seattle: National Bureau of Asian Research. [http://viet-studies.info/kinhte/BeijingConsensus\\_Huang.pdf](http://viet-studies.info/kinhte/BeijingConsensus_Huang.pdf).

Hydén, Göran. 2006. *African politics in comparative perspective*. Cambridge: Cambridge University Press.

Kissinger, Henry. 2011. *Da China*. Lisboa: Quetzal Editores;

Kurlantzick, Joshua. 2007. *Charm offensive: how China's soft power is transforming the world*. New Haven: Yale University Press.

-----, 2012. *ASEAN's Future and Asian Integration*. Nova Iorque: Council on Foreign Relations.

Leigh, Lamin, Yuan Xiao e Nir Klein. 2009. "IMF Lends Angola \$1.4 Billion to Support Reserves, Reforms". *International Monetary Fund (IMF), IMF African Department*. Washington D.C.: International Monetary Fund. <http://www.imf.org/external/pubs/ft/survey/so/2009/car112309b.htm>.

Leonard, Mark. 2008. *What does China think?*. Londres: Fourth Estate.

----- (ed.). 2012. *China 3.0 – what does the new China think and what does it mean for Europe?*. Londres: European Council on Foreign Relations.

Li, Jiali. 1995. "China's one-child policy: how well has it worked? : a case study of Hebei Province, 1979-88". *Population and Development Review*. 21 (3): 563 – 585.

Li, Cheng. 2008. "China's Fifth Generation: Is Diversity a Source of Strength or Weakness?" *Asia Policy*. 6 (1): 53-93.  
[http://www.nbr.org/publications/asia\\_policy/Free/AP6/AP6\\_D\\_Li.pdf](http://www.nbr.org/publications/asia_policy/Free/AP6/AP6_D_Li.pdf).

Li, Fujian (Frank). 2012. *The Sino-Australian relationship: towards a brighter future*. Future Directions International.  
[http://www.futuredirections.org.au/files/Associate%20Papers/FDI\\_Associate\\_Paper\\_-\\_31\\_May\\_2012.pdf](http://www.futuredirections.org.au/files/Associate%20Papers/FDI_Associate_Paper_-_31_May_2012.pdf).

Malaquias, Assis. 2011. *Angola's foreign policy pragmatic recalibrations*. Joanesburgo: South African Institute of International Affairs.  
[http://www.saiia.org.za/images/stories/pubs/occasional\\_papers/saia\\_sop\\_84\\_malaquias\\_20110531.pdf](http://www.saiia.org.za/images/stories/pubs/occasional_papers/saia_sop_84_malaquias_20110531.pdf).

Manyin, Mark E. 2012a. *Pivot to the Pacific? the Obama administration's "rebalancing" toward Asia*. Washington, DC.: Congressional Research Service, Library of Congress. <http://www.fas.org/sgp/crs/natsec/R42448.pdf>;

-----, 2012b. *U.S.-Vietnam relations in 2011: current issues and implications for U.S. policy*. Washington D.C.: Congressional Research Service  
<http://www.fas.org/sgp/crs/row/R40208.pdf>.

McGregor, Richard. 2010. *The Party: the secret world of China's communist rulers*. Nova Iorque: Harper Collins Publishers.

Messiant, Christine. 2004. "Why did Bicesse and Lusaka fail? A critical analysis" in *From Military Peace to Social Justice. The Angolan Peace process*. Guus Meier (ed.). Londres: Conciliation Resources: 16 – 23.

Morris, Aaron. 2012. "From Silk to Sanctions and Back Again: Contemporary Sino – Iranian Economic Relations". *Al Nakhlah: Online Journal on Southwest Asia and Islamic Civilization*. Nova Iorque: Columbia Univ. Press. [http://fletcher.tufts.edu/~media/Fletcher/Microsites/al%20Nakhlah/archives/Winter2012/Morris\\_Final.pdf](http://fletcher.tufts.edu/~media/Fletcher/Microsites/al%20Nakhlah/archives/Winter2012/Morris_Final.pdf).

Moyo, Dambisa. 2010. *Dead aid: why aid is not working and how there is a better way for Africa*. Londres: Penguin Books.

Nye, Joseph S. 2002. *Compreender os conflitos internacionais: Uma Introdução à Teoria e à História*. Lisboa: Gradiva;

-----, 2004. *Soft power: the means to success in world politics*. Nova Iorque: Public Affairs.

Power, Marcus, e Ana Cristina Alves (eds.). 2012. *China and Angola: a marriage of convenience?* Oxford: Pambazuka.

Pu, Bao, Renee Chiang, e Adi Ignatius (eds.). 2009. *Prisoner of the state: the secret journal of Zhao Ziyang*. Nova Iorque: Simon & Schuster.

Ramo, Joshua Cooper. 2004. *The Beijing consensus*. Londres: Foreign Policy Centre.

Reilly, James, e Jing Dong Yuan (eds). 2012. *Australia and China at 40*. Sidnei: UNSW Press.

Renard, Mary – Françoise. 2011. *China's Trade and FDI in Africa*. Series n°126. Tunis: African Development Bank. <http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/Working%20126.pdf>.

Rostberg, Robert I (ed.). 2008. *China into Africa: trade, aid, and influence*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press.

Salih, Mohamed Abdel Rahim M., e Per Nordlund. 2007. *Political parties in Africa: challenges for sustained multiparty democracy*. Estocolmo: International IDEA.

Schreer, Benjamin. 2013. "Pivot 2.0". *The Strategist: The Australian Strategic Policy Institute Blog*. Barton, A.C.T.: Australian Strategic Policy Institute. <http://www.aspistrategist.org.au/pivot-2-0/>.

Service, Robert. 2007. *Comrades: communism - a world history*. Londres: Pan.

Shambaugh, David L. 2008. *China's Communist Party: atrophy and adaptation*. Washington, D.C.: Woodrow Wilson Center Press.

Soares de Oliveira, Ricardo M.S.. 2007. "Business success, Angola-style: postcolonial politics and the rise and rise of Sonangol". *The Journal of Modern African Studies : a Quarterly Survey of Politics, Economics and Related Topics in Contemporary Africa*. 45 (4): 595-619.

Suettinger, Robert L. 2004. "The Rise and Descent of «Peaceful Rise»". *China Leadership Monitor*. No.12. Stanford: The Hoover Institution on War, Revolution and Peace. <http://www.hoover.org/publications/china-leadership-monitor/article/7739>;

Taylor, Ian. 1998. "China's foreign policy towards Africa in the 1990s". *The Journal of Modern African Studies : a Quarterly Survey of Politics, Economics and Related Topics in Contemporary Africa*. 36 (3): 443-460.

-----, 2006a. *China and Africa: engagement and compromise*. Londres: Routledge.

-----, 2006b. "China's oil diplomacy in Africa". *International Affairs*. 82 (5): 937 – 959.

-----, 2010. *China's new role in Africa*. Boulder, Colorado: Lynne Reinner Publishers.

Tisdell, Clem. 2009. "Economic Reform and Openness in China: China's Development Policies in the Last 30 Years". *Economic Analysis and Policy*. 39 (2): 271 – 294.

Vasconcelos, Tiago. 2009. *A Ascensão da China, acomodação pacífica ou grande guerra?*. Coimbra: Edições Almedina.

Van de Walle, Nicolas. 2002. "Africa's Range of Regimes". *Journal of Democracy*. 13 (2): 66 – 80.

van der Wath (ed.). Outubro de 2012. "Regional Focus: China – Africa". *The China Analyst*. Hong Kong, República Popular da China: The Beijing Axis: 32 – 33. [http://www.thebeijingaxis.com/tca/oct2012/docs/The\\_China\\_Analyst\\_October\\_2012.pdf](http://www.thebeijingaxis.com/tca/oct2012/docs/The_China_Analyst_October_2012.pdf).

Vaz – Pinto, Raquel. 2010. *A Grande Muralha e o Legado de Tiananmen: A China e os Direitos Humanos*. Lisboa: Edições Tinta – da – China.

Wang, Hongying, e Erik French. 2013. "China's Participation in Global Governance from a Comparative Perspective". *Asia Policy*. 15 (1): 89 – 114.

Williamson, John. 1990. "What Washington Means by Policy Reform" in *Latin America Adjustment: How Much Has Happened?*. John Williamson (ed.). Washington: Institute for International Economics.

Williamson, Jonh. 2004. *A short history of the Washington Consensus*.  
Barcelona: Fundación CIDOB.

Williamson, John. 2012. *Is the "Beijing Consensus" Now Dominant?*. Seattle:  
National Bureau of Asian Research.  
[www.nbr.org/publications/asia\\_policy/Free/AP13/AP13\\_B\\_Williamson.pdf](http://www.nbr.org/publications/asia_policy/Free/AP13/AP13_B_Williamson.pdf).

Zheng, Bijan. 2005. "China's "peaceful rise" to great-power status". *Foreign Affairs*. 845: 18 – 24.

Zheng, Yongnian e Sow Keat Tok. 2007. "Harmonious society and harmonious world: China's policy discourse under Hu Jintao" *Briefing Series Issue 26*. Nottingham: Universidade de Nottingham.

### Sites

Central Intelligence Agency (CIA). 2013a. *World Factbook: Angola*.  
Washington, D.C.: Central Intelligence Agency.  
<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ao.html>. (último  
acesso 19 de Março de 2013).

Central Intelligence Agency (CIA). 2013b. *World Factbook: Australia*.  
Washington, D.C.: Central Intelligence Agency.  
<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/as.html>. (último  
acesso 19 de Março de 2013).

Central Intelligence Agency (CIA). 2013c. *World Factbook: China*. Washington,  
D.C.: U.S. Central Intelligence Agency (CIA).

<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ch.html>. (último acesso 19 de Março de 2013).

Central Intelligence Agency (CIA). 2013d. *World Factbook: Comoros*. Washington, D.C.: U.S. Central Intelligence Agency (CIA). <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/cn.html>. (último acesso 19 de Março de 2013).

Central Intelligence Agency (CIA). 2013e. *World Factbook: Nigeria*. Washington, D.C.: U.S. Central Intelligence Agency (CIA). <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ni.html>. (último acesso 19 de Março de 2013).

Freedom House. 2013a. *Freedom House: Venezuela*. New York: Freedom House. <http://www.freedomhouse.org/country/venezuela>. (último acesso 14 de Fevereiro de 2013)

Freedom House. 2013b. *Freedom House: Vietnam*. New York: Freedom House. <http://www.freedomhouse.org/report/freedom-world/2012/vietnam>. (último acesso 14 de Fevereiro de 2013).

International Rivers. 2013. *China Overseas Dams List*. Berkeley: International Rivers. [www.internationalrivers.org/files/attached-files/public\\_chineseoverseasdams\\_feb2013.xls](http://www.internationalrivers.org/files/attached-files/public_chineseoverseasdams_feb2013.xls). (último acesso 4 de Março de 2013)

Inter – Parliamentary Union (IPU Parline). 2013. *Angola – Assembleia Nacional (National Assembly)*. Geneva: Inter – Parliamentary Union. [http://www.ipu.org/parline-reports/2007\\_E.htm](http://www.ipu.org/parline-reports/2007_E.htm). (último acesso 18 de Março de 2013).

Macauhub. 2012a. “Angola takes on US\$1 billion – loan from Russian bank VTB Capital”. Macau. <http://www.macauhub.com.mo/en/2012/10/11/angola-takes-on-us1-billion-loan-from-russian-bank-vtb-capital/>. (último acesso 18 de Março de 2013).

Macauhub. 2012b. “Angola’s inflation rate totals less than 10 pct in September”. Macau. <http://www.macauhub.com.mo/en/2012/10/30/angolas-inflation-rate-totals-less-than-10-pct-in-september/>. (último acesso 19 de Março de 2013).

Macauhub. 2012c. “Investimento privado em Angola ascendeu a 345 milhões de dólares em mês e meio”. Macau. <http://www.macauhub.com.mo/pt/2012/08/20/investimento-privado-em-angola-ascendeu-a-345-milhoes-de-dolares-em-mes-e-meio/>. (último acesso 19 de Março de 2013).

Macauhub. 2013. “Empréstimo do banco de Desenvolvimento da China à Sonangol revela “relação próxima” entre Angola e China”. Macau. <http://www.macauhub.com.mo/pt/2013/03/11/emprestimo-do-banco-de-desenvolvimento-da-china-a-sonangol-revela-%E2%80%9Crelacao-proxima%E2%80%9D-entre-angola-e-china/>. (último acesso 18 de Março de 2013).

Mo Ibrahim Foundation, and Belfer Center for Science and International Affairs. 2012. *Ibrahim index of African governance*. Londres: Mo Ibrahim Foundation. <http://www.moibrahimfoundation.org>. (último acesso a 10 de Março de 2013).

Polity IV. 2012. “Sub – Saharan Africa: Regimes by Type”. <http://www.systemicpeace.org/polity/ssafrika2.htm>. (último acesso 15 de Agosto de 2012).

South African Institute of International Affairs (SAIIA). 2009. “The ‘Big Bear’ Is Back: Russia Promotes its Vision of a Multi – Polar World”. Joanesburgo: South African Institute of International Affairs. <http://www.saiia.org.za/sa-foreign-policy-african-drivers-opinion/the-big-bear-is-back-russia-promotes-its-vision-of-a-multi-polar-world.html>. (último acesso 18 de Março de 2013).

Transparency International. 2013. *Transparency International*. Berlim, Alemanha: Transparency International. <http://www.transparency.org/cpi2012/results>. (último acesso a 10 de Março de 2013).

World Bank. 2013. *World databank – World Development Indicators: Gini Index*. Washington, DC: World Bank. <http://databank.worldbank.org/data/views/reports/tableview.aspx?isshared=true&ispopular=series&pid=1008>. (último acesso a 10 de Março de 2013).

**Artigos de jornais e outros periódicos, agências noticiosas e emissoras**

“Angola: Cerca de 259.000 chineses vivem atualmente no país”. 25 de Abril de 2012. *Visão*. <http://visao.sapo.pt/angola-cerca-de-259000-chineses-vivem-atualmente-no-pais=f660830>.

“Angola: IMF Praises Angolan Government for Economic Growth, Controlled Inflation”. 8 de Fevereiro 2013. *AllAfrica.com*. <http://allafrica.com/stories/201302080883.html>.

“Angola precisa de 20 mil enfermeiros”. 14 de Março de 2013. *Rádio Difusão Portuguesa África (RDP África)*. <http://www.rtp.pt/rdpafrica/?t=Angola-precisa-de-20-mil-enfermeiros.rtp&article=1081&visual=6&layout=14&headline=16&tm=10>.

"China's Achilles heel". 21 de Abril de 2012. *The Economist*. 403 (8781). <http://www.economist.com/node/21553056>.

“China Survey Shows Wealth Gap Soaring as Xi Pledges Help”. 9 de Dezembro de 2012b. *Bloomberg*. <http://www.bloomberg.com/news/2012-12-09/china-s-wealth-gap-soars-as-xi-pledges-to-narrow-income-divide.html>.

Devereux, Charlie. 26 de Setembro de 2012a. “China Bankrolling Chavez’s Re-Election Bid With Oil Loans”. *Bloomberg*. <http://www.bloomberg.com/news/2012-09-25/china-bankrolling-chavez-s-re-election-bid-with-oil-loans.html>.

Hongbo, Sun. 19 de Abril de 2013. “Though test awaits Maduro”. *China Daily*. Beijing: China Daily. [http://usa.chinadaily.com.cn/opinion/2013-04/19/content\\_16421924.htm](http://usa.chinadaily.com.cn/opinion/2013-04/19/content_16421924.htm).

Hui, Lu (ed.). 18 de Outubro de 2006. “China publishes resolution on building harmonious society”. *Xinhua News Agency*. Hong Kong: N.C.N. Limited. [http://news.xinhuanet.com/english/2006-10/18/content\\_5219143.htm](http://news.xinhuanet.com/english/2006-10/18/content_5219143.htm).

Hui, Lu (ed.). 26 de Maio de 2011. “Comoros newly elected president meets Chinese special envoy”. *Xinhua News Agency*. Hong Kong: N.C.N. Limited. [http://news.xinhuanet.com/english2010/china/2011-05/26/c\\_13895510.htm](http://news.xinhuanet.com/english2010/china/2011-05/26/c_13895510.htm).

“IMF Executive Board Completes Sixth and Final Review Under Stand-By Arrangement with Angola and Approves Final US\$ 132.9 Million Disbursement”. 28 de

Março de 2012. *IMF Press Releases*. Washington D.C.: International Monetary Fund.  
<http://www.imf.org/external/np/sec/pr/2012/pr12109.htm>.

Jiabao, Li. 28 de Março de 2012. “Angola’s social development drives up trade with China”. *China Daily*. Beijing: China Daily.  
[http://www.chinadaily.com.cn/cndy/2012-03/28/content\\_14927698.htm](http://www.chinadaily.com.cn/cndy/2012-03/28/content_14927698.htm).

Mason, Paul. 20 de Novembro de 2012. “Yang Jisheng: The man who discovered 36 million dead”. *British Broadcasting Corporation (BBC)*.  
<http://www.bbc.co.uk/news/world-20410424>.

McGregor, Richard. 17 de Março de 2008. “Chinese diplomacy 'hijacked' by companies”. *Financial Times*. Londres: MacRae, Curtice & Co.  
<http://www.ft.com/intl/cms/s/0/7af9baa8-f3c4-11dc-b6bc-0000779fd2ac.html#axzz2M21RMmWx>.

McGregor, Richard. 2011. “5 Myths About the Chinese Communist Party”. *Foreign Policy*.  
[http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/01/02/5\\_myths\\_about\\_the\\_chinese\\_communist\\_party?page=0,3&wp\\_login\\_redirect=0](http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/01/02/5_myths_about_the_chinese_communist_party?page=0,3&wp_login_redirect=0).

Mead, Walter Russell. 16 de Novembro de 2012. “Clinton Gets It Right in Australia”. *The American Interest*. <http://blogs.the-american-interest.com/wrm/2012/11/16/clinton-gets-it-right-in-australia/>.

Naim, Moisés. 2000. “Washington Consensus or Washington confusion”. *Foreign Policy*. (118): 87 – 103.

“Out of stock: The cost of postponing an inevitable devaluation”. 9 de Fevereiro de 2013. *The Economist*. <http://www.economist.com/news/americas/21571445-cost-postponing-inevitable-devaluation-out-stock>.

Prestowitz, Clyde V. 19 de Novembro de 2012. “Double Talk in Australia”. *ForeignPolicy*. [http://prestowitz.foreignpolicy.com/posts/2012/11/19/double\\_talk\\_in\\_australia](http://prestowitz.foreignpolicy.com/posts/2012/11/19/double_talk_in_australia).

Rheault, Magali e Bob Tortora. 25 de Abril de 2012. “Most African Leaders Enjoy Strong Support – Electoral, judicial confidence; local economy key to leader’s scorecard”. *Gallup Poll*. <http://www.gallup.com/poll/154088/African-Leaders-Enjoy-Strong-Support.aspx>.

Sha, Liu. 16 de Abril de 2013. “Maduro win cements Sino-Venezuelan ties”. *Global Times*. Hong Kong: N.C.N. Limited. <http://www.globaltimes.cn/content/775119.shtml#UXFexso9ZAo>.

Smith, David. 22 de Março de 2012. “China’s booming trade with Africa helps tone its diplomatic muscle”. *The Guardian*. Londres. <http://www.guardian.co.uk/world/2012/mar/22/chinas-booming-trade-africa-diplomatic>.

“South Sudan 'agrees \$8bn deal with China’”. 28 de Abril de 2012. *British Broadcasting Corporation (BBC)*. <http://www.bbc.co.uk/news/world-africa-17883321>.

“The China model: The Beijing consensus is to keep quiet”. 6 de Maio de 2010. *The Economist*. 395 (8681). <http://www.economist.com/node/16059990>.

Tong, Xiong (ed.). 24 de Junho de 2011. “China’s Communist Party members exceed 80 million”. *Xinhua News Agency*. Hong Kong: N.C.N. Limited. [http://news.xinhuanet.com/english2010/china/2011-06/24/c\\_13947698.htm](http://news.xinhuanet.com/english2010/china/2011-06/24/c_13947698.htm).

“Xi vows peaceful development while not waiving legitimate rights”. 29 de Janeiro de 2013. *Global Times*. Hong Kong: N.C.N. Limited.  
<http://www.globaltimes.cn/content/758863.shtml>.

### **Documentos oficiais**

China. 1991. *Human rights in China*. Beijing, China: Information Office of the State Council.

China. 2005. *Human Rights Record of the US in 2004*. Beijing, China: Information Office of the State Council.

China. 2010. *China – Africa Economic and Trade Cooperation*. Beijing, China: Information Office of the State Council.

International Monetary Fund (IMF). 2012. *Angola: 2012 Article IV Consultation and Post Program Monitoring*. IMF Country Report No. 12/215. Washington D.C.: International Monetary Fund. <http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2012/cr12215.pdf>.

UN General Assembly. 1948. *Universal Declaration of Human Rights*. 217 A (III): <http://www.un.org/en/documents/udhr/index.shtml>.